

ALINE PEDRO

A CONSCIÊNCIA DOS GRUPOS DE CENTROS E
DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA
UNESP/ARARAQUARARA
SOBRE O STATUS ILEGAL DA MACONHA



ARARAQUARA – S.P.
2009

ALINE PEDRO

A CONSCIÊNCIA DOS GRUPOS DE CENTROS E
DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA
UNESP/ARARAQUARARA
SOBRE O STATUS ILEGAL DA MACONHA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava.

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.

2009

Pedro, Aline

A consciência dos grupos de centros e diretórios acadêmicos da
UNESP/Araraquara sobre o status ilegal da maconha – 2009
232 f; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
Orientador: Augusto Cacci-Bava

1. Consciencia (Etica). 2. Ilegalidade. 3. Maconha.
4. Centros acadêmicos. 5. Diretórios acadêmicos. I. Título.

ALINE PEDRO

A CONSCIÊNCIA DOS GRUPOS DE CENTROS E
DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA
UNESP/ARARAQUARARA
SOBRE O STATUS ILEGAL DA MACONHA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava.

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 25/09/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador: **Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava**

UNESP/Faculdade de Ciências e Letras.

Membro Titular: **Profa. Dra. Angela Viana Machado Fernandes**

UNESP/Faculdade de Ciências e Letras.

Membro Titular: **Profa. Dra. Marisa Feffermann**

Faculdade Montessori (FAMEC)

Instituto de Saúde (IS)

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Este trabalho é dedicado à

minha mãe Ana, ao meu pai Sebastião e ao meu irmão Mateus, que sempre contribuíram com apoio e amor ao longo dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava, pela confiança e orientação dedicada durante essa jornada.

À Prof^ª. Dr^ª. Ângela Viana Machado Fernandes, presente tanto em meu Exame de Qualificação quanto em minha Defesa, por suas contribuições à minha pesquisa, originada desde nossos estudos na Graduação.

À Prof^ª. Dr^ª. Marisa Feffermann, também presente desde o Exame de Qualificação, pelas relevantes intervenções para a continuidade desta pesquisa, sempre solícita a me auxiliar.

Aos meus avós, Edva e Hélio, aos tios, tias e primos pelo amor e carinho de sempre.

À amiga Camilla, “Camis”, pelo incentivo para meu ingresso ao Mestrado quando essa possibilidade se mostrava distante e pela força durante todo esse trajeto.

À grande amiga e companheira Daniela, “Danita”, pela partilha dos devaneios da vida e pela solicitude intelectual e emocional decorrentes das dúvidas geradas durante o processo de aprendizagem do mestrado.

À grande amiga Patrícia, “Paty”, pela irmandade em todos os momentos, pelas centenas de almoços e jantas concedidos, pelas mensagens de apoio e entusiasmo deixadas até mesmo nos bilhetinhos cotidianos.

Ao meu querido Renner, que desde nosso encontro inusitado partilhou dos momentos de crises, dos fins de semana trabalhados, das descobertas e aprendizagens da reta final desse estudo, fazendo os meus dias mais felizes devido ao amor e conforto dispensados.

Ao amigo Frederico, “Fred”, pelo carinho e paciência nos momentos de socorro.

Aos amigos Carlos Eduardo, vulgo “Brizola”, Carolina, “Carolzinha” e Eliana, “Li”, pelas reflexões, carinho, alegrias e “biritas” de todo dia.

Aos amigos Mateus, “Zeus”, Ettore e Mauro, pelas indicações durante as variadas conversas sobre meu estudo.

Aos amigos, Thais, “Thaisinha”; Juliana, “Fiota”; Flavinha; Douglas, “Mosquito”; Bruno, “Thuco”; Danielle, “Baldo”; Bruno Cortina; Juliana, “Ruivão”; por fazerem desse trajeto mais leve e divertido.

Aos colegas Mirlene e Moacir pela força e incentivo na finalização de meu Mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pelo financiamento à pesquisa ao longo de doze meses.

Um especial agradecimento aos jovens dos grupos dos Centros e Diretórios Acadêmicos abordados, pois sem suas disposições e ajuda esse processo de conhecimento nunca se concretizaria.

RESUMO

O *status* da maconha, dada a sua condição ilegal desde a primeira metade do século XX, vem causando polêmicos debates entre os diversos especialistas nos últimos anos. Em meio às conseqüências sociais desastrosas decorrentes da manutenção do circuito ilícito da venda e do consumo de substâncias, os grupos universitários emergem em pesquisas epidemiológicas como os maiores consumidores de maconha em relação a outros grupos sociais. Diante desse contexto, esta pesquisa buscou reconhecer a consciência dos grupos de Centros e Diretórios Acadêmicos das faculdades da UNESP, em Araraquara, a respeito das questões que perpassam o *status* ilegal da planta, por se caracterizarem como referência cultural e política na universidade. À luz dos conceitos gramscianos de *senso comum* e *bom senso*, identificamos em que medida a interlocução das concepções dominantes sobre a planta e as experiências cotidianas desses grupos influenciam no modo como eles se percebem e se colocam frente à questão.

Palavras-chaves: Consciência. Grupos de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos. *Status* Ilegal. Maconha.

ABSTRACT

The status of marijuana, since its illegal condition given in the first half of the 20th century, is causing controversial discussions among several kinds of experts in the last few years. Due to the disastrous social consequences because of the illicit process of selling and buying illegal substances, the groups of students from university in epidemiologic researches appear as the biggest consumers of marijuana among others social groups. Therefore in this context, this research tried to recognize the conscience of the Academic Centers and Directories groups of the UNESP University, in Araraquara, about the questions that refer to the illegal status of the plant, because they are characterized as cultural and political reference in the university. Based on Gramsci's concepts of the *commom-sense* and *good sense*, we identified to what extent the dominant conceptions about the plant and the everyday experience of these groups, influence the way they realize and take a position about this question.

Keywords: Conscience. Groups of Academic Centers and Academic Directories. Illegal Status. Marijuana.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEAD – Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras drogas.
- ABORDA – Associação Nacional de Redutores de Danos.
- ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria.
- ABRAFAM – Associação Brasileira de Advogados da Família.
- ABRAMD - Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas.
- AMB – Associação Médica Brasileira.
- CA(s) – Centro Acadêmico (s).
- CAAP – Centro Acadêmico de Administração Pública.
- CACEF – Centro Acadêmico de Ciências Econômicas “Celso Furtado”.
- CAFF – Centro Acadêmico “Florestan Fernandes”.
- CACEL – Centro Acadêmico de Letras.
- CACIF – Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas.
- CEBRID – Centro Brasileiro de Estudos em Saúde.
- CEBES - Centro Brasileiro de Estudos em Saúde.
- CEUF – Congresso Estudantil da UNESP e FATEC.
- CEEUF – Conselho das Entidades Estudantis da UNESP E FATEC.
- CID - Classificação Internacional de Doenças.
- CNFE – Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.
- CNS – Conselho Nacional de Saúde.
- COFEN – Conselho Federal de Entorpecentes.
- CONAD - Conselho Nacional Antidrogas.
- CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE.
- CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas.
- COREFA - Conselho Regional dos Estudantes de Farmácia.
- CPC – Centro Popular de Cultura.
- DA (s) – Diretório Acadêmico (s).
- DACISO - Diretório Acadêmico de Ciências Sociais (UFBA).
- DAFOA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Araraquara.
- DASV – Diretório Acadêmico “Sampaio Vidal”.
- DAWS – Diretório Acadêmico “Prof. Waldemar Saffiotti”.
- DCE (s) – Diretório Central dos Estudantes (s).
- ENEFA - Encontros Nacionais dos Estudantes de Farmácia.

ERECa - Encontro Regional de Economia.

EREFa - Encontros Regionais dos Estudantes de Farmácia.

FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

FENEAD - Federação Nacional de Estudantes de Administração.

FENEAP - Federação Nacional de Estudantes de Administração Pública.

FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA).

FOAr – Faculdade de Odontologia de Araraquara.

GIESP - Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas.

ME – Movimento Estudantil.

NEIP – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos.

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP).

GIESP – Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OEDT - Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

ONGs – Organizações Não-Governamentais.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

PET - Programa Especial de Treinamento.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

REDUC - Rede Brasileira de Redução de Danos.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SEMAP - Semana de Administração Pública.

SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas.

SISNAD – Sistema Nacional Antidrogas.

SNPFRE – Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFMG – Universidade federal de Minas Gerais.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNODC - Gabinete das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
Procedimentos Metodológicos da Pesquisa	19
2. CAPÍTULO I – A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA E SUAS IMPLICAÇÕES	25
2.1 A emergência do proibicionismo contra a utilização da maconha no contexto internacional	25
2.2 Convenções Internacionais: a materialização da hegemonia proibicionista estadunidense	28
2.3 A maconha no Brasil: a emergência da repressão relacionada às manifestações culturais das classes subalternas	31
2.4 As mudanças no padrão de consumo e as leis sobre o controle de psicoativos no Brasil	35
2.5 Preservação da Saúde: o argumento base da concepção dominante sobre o status da maconha	41
2.6 As tentativas de ruptura com a concepção dominante	54
3. CAPÍTULO II - OS JOVENS EM MEIO AO PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DO USO DA MACONHA	69
3.1 As abordagens sobre os estudos de juventude e a relação com as pesquisas sobre o uso de psicoativos no Brasil	69
3.2 Jovens em foco: a contracultura e o uso de psicoativos	79
3.3 As insurgências estudantis frente à ilegalidade da maconha no Brasil contemporâneo	88
4. CAPÍTULO III – AS CONFIGURAÇÕES DOS GRUPOS DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DAS FACULDADES DA UNESP EM ARARAQUARA	98
4.1 Os Centros e Diretórios Acadêmicos: referências políticas e culturais	98
4.2 Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA): gestão “Atitude”	102
4.3 Diretório Acadêmico “Prof. Waldemar Saffiotti” (DAWS): gestão “DIVULGADAWS”	107
4.4 Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas (CACIF): gestão “Covalente”.....	110
4.5 Centro Acadêmico de Administração Pública (CAAP) “IX de Setembro”: gestão “Todos”.....	119
4.6 Centro Acadêmico “Celso Furtado” (CACEF): gestão “MacroPonto”	122
4.7 Centro Acadêmico de Cultura e Estudos em Letras “Paulo Leminski” (CACEL): gestão “Ágora”	125
4.8 Centro Acadêmico “Florestan Fernandes” (CAFF): gestão “Parangolé”	130
4.9 O processo de formação dos grupos e a compreensão de si enquanto Centros e Diretórios Acadêmicos	139

5. CAPÍTULO IV – OS GRUPOS DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS FRENTE À ILEGALIDADE DA MACONHA	148
5.1 Os danos à saúde individual: o foco da consciência	148
5.2 As percepções sobre os elementos envolvidos na criminalização da maconha e suas consequências	165
5.3 A maconha no circuito universitário: as compreensões dos grupos sobre seu papel frente ao uso ilegal da planta	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
Bibliografia Consultada	228
Documentos Consultados	228
Sítios Eletrônicos Visitados	229
ANEXOS	231
ANEXOS I - Roteiro de Entrevistas com Centros e Diretórios Acadêmicos	231

1. INTRODUÇÃO

A eclosão de movimentos juvenis na década de 1960, em especial o movimento da contracultura nos Estados Unidos e a sua influência em vários países, inicia um processo histórico peculiar referente à relação entre juventude e o uso de psicoativos ilícitos, popularmente conhecidos como drogas.

Nas décadas seguintes, a preocupação em torno do aumento do consumo de drogas impulsionou no Brasil, pesquisas epidemiológicas sobre o uso de psicoativos, focadas, principalmente, nos jovens como grupo de risco. Dentre elas, algumas vêm se voltando aos grupos universitários, revelando ser a maconha o psicoativo ilícito preferencial e de maior aceitação e tolerância nos circuitos acadêmicos, mesmo entre estudantes que não se dizem usuários.

No entanto, poucos estudos vêm dando a devida atenção ao reconhecimento das práticas culturais estudantis como forma de apreender as atuações de grupos de referência política e cultural na universidade frente à imposição de leis diversificadas. Dentre elas, consideramos nesse estudo, aquelas que se referem à criminalização da maconha, dadas as desastrosas conseqüências sociais decorrentes de seu uso ilegal na contemporaneidade. Dessa forma, nossa pesquisa buscou revelar a consciência dos grupos que compõem os Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) de sete cursos presentes nas faculdades da UNESP, *campus* de Araraquara – sendo eles: Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Letras, Administração Pública, Farmácia-Bioquímica, Odontologia e Química - sobre as dinâmicas envolvidas ao *status* ilegal da maconha.

No que se refere à consciência dos grupos – questão central aos nossos pressupostos - tomamos como referência o filósofo italiano Antonio Gramsci (2006), segundo o qual, as ações voltadas a impulsionar uma efetiva elevação das “condições morais e intelectuais” das classes subalternas, são fundamentais para a constituição de uma “nova civilização”.

É notório que Gramsci, em seu tempo, ao pensar na possibilidade de emancipação social e política das classes subalternas, estava refletindo sobre os caminhos à efetivação de uma sociedade socialista e à “filosofia da práxis”. Contudo, a atualidade de seu pensamento nos traz subsídios cabais para a compreensão da consciência desses grupos sobre o status ilícito da maconha. Pois, para o pensador italiano a formação de uma “nova civilização”, pode ocorrer dada a constituição de uma *consciência* histórico-crítica sobre os processos de dominação, servindo de instrumento à ampliação de determinadas *concepções de mundo*, formando subjetividades críticas que rompam com a neutralização de aspirações,

possibilitando às classes subalternas lutarem pela *hegemonia*¹. Demonstra que a subjetividade e a *consciência* – essa reconhecida como *sensu comum* ou *sensu crítico* – se colocam como dimensões fundamentais na determinação desse processo.

Antonio Gramsci (2006, p.115) acentua o *sensu comum* como concepções diversas, decorrentes, ao mesmo tempo, de um produto e um devir histórico. Dessa forma, caracteriza-o como uma concepção não-unitária, que se mantém no tempo e no espaço, constituindo-se enquanto concepções práticas, fragmentadas, e por vezes contraditórias, formando em seu interior uma série de compreensões imediatas do mundo. Porém, sugere moderações em seu emprego como “sabedorias populares”, devido às possibilidades de se tornarem politicamente retrógradas e reacionárias, tendendo a se caracterizar como instrumento conservador de submissão à ideologia dos grupos governantes.

Para o pensador, a consciência pode se manifestar de forma resignada, mas ao se distanciar de uma filosofia vulgar, pode indicar o início de sua passagem no alcance de seu “núcleo sadio”, a *consciência crítica*. Nesse processo,

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, “conhecer-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer inicialmente essa análise. (GRAMSCI, 2006, p. 94)

Sob essas considerações, o filósofo italiano pretendia afirmar a potencialidade das manifestações de *sensu comum*, indicando todos os indivíduos como filósofos, em algum sentido, pois suas experiências proporcionam uma “filosofia, ou, um conjunto de reflexões e

¹ Amparado em Marx, o pensador formula o conceito de hegemonia a negando como ícone de dominação, situada apenas na esfera política e econômica. Concebe a hegemonia primeiramente como conquista do direcionamento cultural e ideológico, decorrente de uma reforma intelectual e moral que possibilita a formação e manutenção de um *bloco-histórico*, caracterizado pela convergência de afinidades culturais e ideológicas. Para o pensador, esse processo torna-se fundamental à emergência de uma vontade coletiva entre as classes subalternas que pretendem o direcionamento político, visando à criação de um novo sistema social. Revela como incisivo o papel do *intelectual orgânico* em meio a esse processo, uma vez que lhe atribui a capacidade de agregar e manter o *bloco-histórico*. Dessa forma, a hegemonia se consolida como direção moral e política de um grupo quando toma o poder e representa aspecto central nas formulações de Antonio Gramsci sobre o Estado e a Sociedade Civil.

entendimentos sobre determinado fato de maneira subjetiva. Essa “filosofia vulgar” transforma-se em *consciência crítica* quando atinge uma forma unitária e coerente, capaz de formar um novo senso comum e uma nova unidade cultural com a mesma solidez das crenças tradicionais, culminando na união entre filosofia e práxis.

Segundo o autor, a ideologia constitui-se como elemento incisivo em meio ao processo de formação da consciência. Não é concebida como idéia de “falsa consciência”, mas como um complexo sistema de idéias, não unívoco, próprio de um determinado grupo de uma classe social.

Gramsci (2006, p. 237-238) atenta à necessidade da distinção entre as ideologias, em “historicamente orgânicas” e “arbitrárias”, para as tentativas de compreensão das complexas tramas sociopolíticas de cada época. Evidencia que as ideologias “arbitrárias” ou “voluntaristas” podem possuir um caráter político-imediatista, formando apenas “movimentos” particularistas e polêmicos. Em contrapartida, centra suas análises no potencial das ideologias “historicamente orgânicas”, por se revelarem enquanto campo de avanço do conhecimento de si, da organização e moldagem das lutas pela hegemonia, calcadas em um novo projeto de sociedade, permitindo a emergência de uma representação da realidade reconhecida por todos.

Para o reconhecimento das consciências dos grupos sobre a ilicitude da maconha, trouxemos a importante contribuição do conceito de *experiência*, do historiador marxista Edward Thompson (1981), presente em sua obra intitulada *A miséria da teoria*.

Suas reflexões sobre o conceito de *experiência* enunciam críticas às interpretações estruturalistas de Louis Althusser por determinar, mecanicamente, a produção e reprodução econômica como aspecto incisivo no desenvolvimento integral dos sujeitos. Segundo Thompson, Althusser desenvolve sua teoria indicando a ausência de mediações entre a esfera econômica e a formação de subjetividades, negando a presença das experiências no processo de formação da consciência.

Para o autor, a formação da consciência possui a experiência como mediação central, uma vez que é por meio dela que os grupos:

[...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida <<tratam>> essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Percebe-se que, para Thompson, as experiências partilhadas são geradas em meio a relações sociais diversas, estabelecendo um elo entre matéria, pensamento e cultura,

pressupondo um diálogo contínuo entre o “ser social” e a “consciência social existente”. Através desse processo, originam-se novas experiências que se chocam com a “consciência social” existente, possibilitando aos sujeitos redefinirem suas condições de vida, suas ações e formas de compreender o mundo.

Segundo Augusto Cacci-Bava e Maria do Carmo Caccia-Bava (2007, p. 34), o conhecimento das expressões culturais cotidianas dos grupos estudados - nas quais estão presentes os valores, a formação intelectual, a compreensão que possuem sobre seu papel histórico, entre outros – se faz necessário, uma vez que podemos associá-lo às transformações nas condições de vida promovidas pelo próprio grupo, como forma de superar entraves à sua existência individual e coletiva.

O reconhecimento das subjetividades e das manifestações de consciência desses jovens sobre as dinâmicas sociais envolvidas ao *status* da maconha tornou-se relevante uma vez que refletiu suas atuações, tanto junto ao contexto acadêmico quanto junto à sociedade referente ao enfrentamento da questão.

Dessa forma, trouxemos à tona a configuração dos grupos de CAs e DAs dos cursos presentes nas faculdades da UNESP, em Araraquara, como meio de reconhecer as referências, princípios e valores que orientaram suas ações no decorrer das gestões, assim como verificar em quais momentos as questões envoltas ao uso da maconha emergiram em suas práticas cotidianas.

Essa abordagem nos permitiu salientar a interlocução entre suas experiências políticas e culturais enquanto órgão estudantil, suas experiências em meio ao consumo ilegal da maconha, dentro e fora do circuito universitário e entre as concepções dominantes sobre a ilegalidade da substância na contemporaneidade.

Enfatizamos que a consciência dos grupos estudados pôde ser interpretada a partir da conexão das análises dos contextos políticos, culturais e ideológicos que confluíram na criminalização da planta nos contextos internacional e nacional com as complexas relações estruturais e simbólicas, presentes na configuração de nosso momento histórico.

Com amplas pesquisas sobre temáticas relacionadas à juventude e segurança urbana, nos amparamos nas reflexões do sociólogo Augusto Caccia-Bava (2004) ao analisarmos em que medida as manifestações de nossos sujeitos sobre as concepções que mantêm a ilegalidade da maconha se relacionam com a estrutura material e simbólica presente em nossa sociedade, influenciando em seus posicionamentos frente às possibilidades de mudanças no status da planta.

Segundo Caccia-Bava (2004, p. 47), a incorporação de valores e relações mercantis nas práticas cotidianas dos sujeitos que compõem as instituições públicas impossibilitam o Estado a assegurar direitos civis fundamentais. Para o autor, a instalação desse contexto de abandono cívico e de desproteção social recai, principalmente, nos grupos juvenis das classes subalternas, mantendo-os distantes de quaisquer horizontes de segurança, de superação, de incertezas, de referências culturais, de direitos civis, dentre outros.

Com vistas à superação desses entraves, o pesquisador enfatiza que a construção da civilidade pressupõe a co-produção da segurança urbana, estruturada a partir da possibilidade de diálogo entre todos os cidadãos, sejam eles autoridades ou não. Reconhece, assim, a capacidade de grupos juvenis apresentarem alternativas ao desenvolvimento da segurança urbana nos contextos em que se inserem.

Ao reconhecermos as formas de intervenções dos sujeitos de nosso estudo voltadas as discussões que perpassam o status ilegal da maconha vimos de que forma se relacionam aos riscos presentes em nosso cotidiano.

Sobre os contextos de inseguranças presenciados na contemporaneidade, Caccia-Bava (2006, p.60), apoiado em Pablo González Casanova, retrata que os riscos globais revelam peculiaridades nas subjetividades juvenis por dificultar-lhes projeções de futuro.

Segundo o pesquisador, a ausência de referências históricas e éticas nos projetos de grupos de classes distintas, que se confrontam, impulsiona o desenvolvimento de políticas localizadas por parte das instituições públicas e privadas, que mantêm interesses particularistas. Essas políticas revelam as estratégias decorrentes da hegemonia do sistema financeiro, produzem, também, obstáculos às tentativas de enfrentamento das classes ao desamparo material e simbólico que lhes deveria ser assegurado.

Pautados em vários autores que retratam as bases formadoras das subjetividades em nosso momento histórico, analisamos as manifestações dos grupos abordados sobre as conseqüências geradas pela manutenção da prática ilegal, bem como a forma de compreenderem seu papel frente à essa discussão e suas capacidades de realizarem projetos de enfrentamento aos problemas relacionados ao status da planta.

Nessa perspectiva, sob as influências de Gramsci, as reflexões do antropólogo Nestor García Canclini (1993) ressaltam a necessidade do reconhecimento das práticas cotidianas de grupos subalternos uma vez que nos permite apreender como articulam seu conformismo com a reprodução cultural hegemônica.

Pautado em Eduardo Menéndez, Canclini (1993, p. 81), ressalta algumas práticas tradicionais subalternas como reprodutoras da dominação através da “*transação*”. Para o

autor, às vezes, mesmo tendo consciência sobre seus direitos fundamentais e dos responsáveis em assegurá-los, os grupos subalternos optam por soluções intermediárias, visando a algum tipo de beneficiamento individual imediato. Diante desse contexto, essas ações não visam a questionar ou enfrentar as origens do ordenamento de exploração e dominação instituídas, mas buscam se arranjar com pequenas táticas às suas margens, como solução imediata do problema emergente.

A socióloga Carmem Leccardi (2005) contribui para a compreensão das condições ofertadas pelas sociedades ocidentais contemporâneas aos jovens em sua projeção de futuro. Considerando a “fase juvenil” como preparação para a vida adulta, ressalta que, em fases históricas anteriores, o mecanismo denominado “deferimento das recompensas” - repressão dos “impulsos hedonísticos” – reconhecido como adiamento da satisfação do tempo presente para um tempo vindouro, visando a um tipo de beneficiamento – caracterizava-se como condição central nos processos de socialização. Nessas fases, a autonomia individual na capacidade de projeção da própria biografia, em longo prazo, passou a constituir seu principal elemento, ainda pautada no presente como dimensão em que as ações preparavam para o futuro e que os riscos e inseguranças ainda se mantinham sob controle.

Leccardi (2005, p.43), utilizando-se de algumas das reflexões de Ulrich Beck, retrata que a reconfiguração da modernidade, através da intensificação dos mercados globais, do pluralismo de valores, de autoridades e do individualismo institucionalizado, cedeu lugar a idéia de um futuro que não pode ser previsto, decorrente da reconstrução da categoria *riscos* como impossibilidade de vincular intenções e resultados. Esse sentimento difuso de alarme e impotência comprime o horizonte temporal presente e limita projeções futuras, impossibilitando a articulação entre experiências, e expectativas e restringe o espaço da escolha e da elaboração reflexiva da ação.

Para a socióloga, em nosso momento histórico, a construção de futuro ocorre de forma desvinculada de projetos tradicionalmente partilhados, caracterizada por um dinamismo e capacidade de adaptação ligada com as condições e com os meios confrontados a cada instante. Nesse contexto, o imediatismo é o principal instrumento para orientar ações que possibilitem extrair maiores alternativas de satisfação e prazer.

Mesmo caracterizando a contemporaneidade como uma crise pautada na dificuldade de projeção de futuro, a autora elucida a atuação e empenho de parte dos jovens pesquisados em construir novas formas de mediações, como a realização de “projetos curtos” e prontidão constante para qualquer eventualidade, ambos utilizados como estratégias para controlar mudanças decorrentes da velocidade temporal e do contexto social em que vivemos.

As reflexões do psicanalista Joel Birman (2006) vêm a suporte de nossas interpretações à medida que retrata o esvaziamento de mediações simbólicas na constituição das subjetividades de alteridade nas sociedades contemporâneas.

O autor explicita que a presença do sentimento de vazio, angústia, insatisfação, dentre outros, o qual denomina de “mal-estar”, desloca o sentimento de sofrimento - antes representado pela alteridade - para o corpo e para a ação do sujeito, transformando-o em dor – esse, tendo o indivíduo como centro. Configura-se um quadro de “mal-estar” que, associado ao *status* de consumidor, impele os indivíduos ao consumo compulsivo de fármacos, psicoativos lícitos e ilícitos, serviços voltados à manutenção da saúde, dentre outros, como meio de suprir os problemas coletivos tomados como individuais.

Birman (2006, p. 189) retrata que esse sentimento de “mal-estar” produz, ainda, a idéia de anulação da ação, revelando a emergência de uma retórica instrumental, decorrente do empobrecimento simbólico da linguagem. Durante esse processo, a experiência da dor impulsiona a subjetividade a voltar-se para si, tornando o indivíduo impossibilitado de manter interlocução com o mundo como forma de apelo. Nessa perspectiva, o psicanalista retrata um contexto marcado pelo desamparo e pela miséria simbólica que o pragmatismo e a crise ética de valores da sociedade de consumo disseminam junto às construções das subjetividades na contemporaneidade.

Dessa forma, a iniciativa deste trabalho em desvendar a consciência dos grupos de CAs e DAs das três faculdades da UNESP, em Araraquara, sobre as questões que perpassam a ilegalidade da maconha, buscou, sobretudo, dar voz aos jovens - sempre deixados à margem dessa questão - reconhecendo suas capacidades de refletirem sobre alternativas de enfrentamento às políticas proibicionistas, bem como aos problemas simbólicos e estruturais aos quais ela se relaciona.

Em nosso primeiro capítulo, procuramos traçar os elementos culturais, políticos e econômicos presentes no processo internacional de criminalização da maconha, iniciadas desde final do século XIX e legitimadas durante o século XX através das políticas hegemônicas, firmadas nas “Convenções Internacionais sobre Substâncias Psicotrópicas”. Veremos em que medida esse processo refletiu na implantação de políticas proibicionistas no Brasil, estruturadas sob o foco das concepções médico-jurídicas.

Trouxemos o polêmico debate entre os especialistas a respeito da manutenção dessas concepções dominantes sobre a planta, evidenciando, nos últimos anos, a emergência de contexto que sinalizam tentativas de sua ruptura e do enfrentamento das políticas hegemônicas sobre drogas.

No segundo capítulo retratamos as abordagens sobre os estudos de grupo juvenis, com destaque para aquelas realizadas desde a primeira metade do século XX, que se disseminaram e acabaram se alinhando às concepções dominantes sobre o uso de psicoativos ilícitos, dentre eles a maconha, principalmente após a eclosão do movimento da contracultura. Refletimos como esse processo se disseminou no Brasil e repercutiu em uma ausência de estudos que abordam a consciência de grupos juvenis frente às políticas sobre psicoativos instituídas. Mesmo frente a esse contexto, o capítulo atenta à emergência de ações pontuais, realizadas por alguns grupos juvenis, compostos por estudantes universitários, revelando a necessidade de novas perspectivas analíticas sobre as formas em que se apresentam a consciência desses sujeitos.

A partir do terceiro capítulo, conferimos voz aos grupos juvenis de nosso estudo. Indicamos a configuração dos grupos revelando os valores, princípios e referências presentes no direcionamento de suas práticas cotidianas enquanto grupos de referência cultural e política na universidade. Colocar em evidência suas formas de organização e suas práticas cotidianas nos possibilitou compreender os valores, conflitos e consensos que as direcionam, bem como em que medida as questões voltadas ao uso ilegal da maconha emergem nesse contexto.

Por fim, no quarto capítulo, os grupos nos possibilitaram visualizar suas consciências práticas sobre questões voltadas aos tipos de conhecimentos que possuem sobre a maconha, sobre os motivos de sua criminalização e de sua manutenção, suas projeções referentes as mudanças em seu *status* ilegal, dentre outros aspectos relevantes que permeiam o proibicionismo desse psicoativo. Veremos que suas consciências e, conseqüentemente, suas intervenções ao uso ilegal da maconha, decorrem da interlocução de suas experiências dentro e fora do circuito universitário, com as concepções que possuem sobre o papel do próprio CA ou DA, com concepções dominantes sobre a questão e, por fim, com as mediações simbólicas que possibilitam a formação das subjetividades em nosso momento histórico.

Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

O desenvolvimento de nosso estudo implicou, primeiramente, em traçar uma abordagem histórico-crítica do processo de intervenção ao uso da substância nos âmbitos internacional e nacional. Essa prerrogativa caracterizou-se como fundamental, uma vez que nos possibilitou compreender como se estruturaram as concepções dominantes sobre a planta

e seus usuários, assim como nos permitiu evidenciar suas contestações entre especialistas de áreas diversas do conhecimento.

Para enriquecer o levantamento sobre essas concepções e sobre aspectos centrais que permeiam o debate em torno do *status* da maconha entre especialistas e autoridades que a tutelam, entrevistamos José Alexandre Crippa, Professor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, especialista em Saúde Mental, com experiência na área da Psiquiatria e em Estudos Neurológicos com canabinóides, e Silvio Moura Sales, Juiz da Vara da Infância e Adolescência do município de Araraquara.

Sob a abordagem histórico-crítica, também retratamos, desde o século XX, a emergência de alguns estudos sobre juventude, indicando em quais medidas se relacionam às questões referentes ao uso de psicoativos. A interlocução das concepções sobre “juventude” e “drogas” no País, somada aos estudos epidemiológicos que indicam os grupos universitários como os principais usuários de maconha, nos permitiu verificar a necessidade de abordagens sociológicas que focassem as práticas de grupos estudantis, de referência cultural e política no circuito acadêmico e, conseqüentemente, suas consciências frente às questões voltadas à ilegalidade da substância.

Para retratarmos com mais proximidade a existência de discussões referentes ao *status* ilegal da maconha entre grupos e movimentos estudantis que atuam em instâncias locais, estaduais e federais, entrevistamos Sérgio Vidal. Estudante da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vidal atua há mais de cinco anos junto a grupos que militam por mudanças nas políticas sobre psicoativos lícitos e ilícitos, integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas (GIESP), coordena uma rede composta por redutores de danos, ativistas e pesquisadores da UFBA denominada Ananda, é um dos articuladores da “Marcha da maconha” no Brasil e representa a União Nacional dos Estudante, no Conselho Nacional Sobre Drogas (CONAD). Nessa perspectiva, a abordagem histórico-crítica nos possibilitou verificar a emergência de ações, mesmo que pontuais, de grupos compostos por universitários, que sinalizam questionamento e tentativas de rupturas com as políticas proibicionistas, impostas por grupos dominantes.

Para Antonio Gramsci (2002, p. 140), o estudo dos grupos subalternos deve ser referência metodológica para análise de todas as questões relacionadas à formação da consciência. Cabe-nos ressaltar que considera subalternos todos os grupos sociais que se encontram excluídos de determinado direcionamento político-cultural realizados por grupos governantes. Tomamos essas indicações metodológicas no estudo da consciência dos grupos

de CAs e DAs, uma vez que se encontram às margens das políticas sobre drogas instituídas pelos grupos dominantes.

Segundo Gramsci (2006), os grupos representam as principais referências das manifestações subjetivas, culturais e políticas de cada um de seus integrantes. É através das experiências grupais mais significativas que cada indivíduo partilha o mesmo modo de pensar e agir.

Sob essas perspectivas, novamente Augusto Caccia-Bava e Maria do Carmo Caccia-Bava (2007, p. 30-31), indicam a necessidade de superar as apreensões sobre “juventude” relacionadas aos conceitos de “população” ou “demanda”, devido à sua caracterização somente enquanto suposições de “tempo ócio” ou sob distinção de faixa-etária. Segundo os autores, esses conceitos trazem equívocos ao desconsiderarem as peculiaridades existentes entre os grupos sociais, tornando-os homogêneos e dificultando, assim, as compreensões sobre suas diversificadas formas de existências enquanto sujeitos transformadores da história.

Através desse horizonte teórico e metodológico, identificamos os grupos que compuseram os Centros e Diretórios Acadêmicos do instituto e das três faculdades da UNESP, em Araraquara, como sujeitos de nossa pesquisa. Voltamos nossa abordagem naqueles que foram eleitos ao final do semestre de 2007, para gerir, no período de um ano, as entidades estudantis de seus respectivos cursos.

No Instituto de Química (IC), foi estudado o grupo que compunha o D.A. “Prof. Waldemar Saffioti” (DAWS). Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), abordamos o grupo do C.A. de Ciências Farmacêuticas (CACIF) e na Faculdade de Odontologia de Araraquara (FOAr), estudamos o grupo do D.A. da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA).

Na Faculdade de Ciências e Letras (FCL), abordamos os grupos de C.A.s dos seguintes cursos: Ciências Sociais, no C.A. “Florestan Fernandes” (CAFF), Ciências Econômicas no C.A. “Celso Furtado” (CACEF), Letras no C.A. “Paulo Leminski” (CACEL), e Administração Pública no C.A. “IX de Setembro” (CAAP). Apenas o grupo do C.A. “Maurício Tragtemberg”, do curso de Pedagogia, não pôde ser incluído em nosso estudo devido à sua dissolução, três meses após sua posse.

Delimitados os sujeitos e o território de nossa pesquisa, após a contextualização histórica da temática, passamos a desenvolver um estudo etnográfico sob as contribuições de Telmo Caria e Robert Bogdan e Sari Biklen.

Amparados nas reflexões de Caria (1999, p. 6), utilizamos a etnografia como um de nossos principais recursos metodológicos, por nos possibilitar realizar a “observação

participante”, acompanhando e reconhecendo as manifestações cotidianas dos grupos. O autor enfatiza esse procedimento como instrumento que possibilita conjugar, de modo articulado, a objetivação da experiência de campo com a teoria social construída para interpretar a consciência dos grupos estudados, considerando suas especificidades junto ao contexto histórico-social contemporâneo.

Por meio da realização desses procedimentos metodológicos, constituiu-se uma relação recíproca de aprendizagem. Como coloca o sociólogo gramsciano:

[...] a objetivação do olhar sociológico passa a depender da intervenção do investigador sobre o grupo social em estudo, pois no desenvolvimento de um discurso sobre a identidade coletiva e sobre os <<problemas>> cotidianos, o investigador convoca os atores sociais a pensarem para além das urgências do dia-dia e para além daquilo que tinha sido explicitamente pensado até por eles mesmos. (CARIA, 1999, p. 27).

Essa relação, ao permitir uma proximidade do investigador com os grupos estudados, revela aquilo que já pensávamos conhecer, ao mesmo tempo em que incita esses grupos a pensarem nas suas relações com “os outros” e com as questões trazidas pelo investigador. Delimita-se, a partir de então, uma “fronteira intercultural” que evidencia uma relação social de conhecimento entre as partes.

Em nosso estudo, o processo de estabelecimento das “fronteiras interculturais” entre os grupos e o pesquisador passou a ocorrer desde o final do ano de 2007, período em que a condição de estudante da Pós-Graduação, na FCL, já possibilitara observar as dinâmicas dos grupos das três faculdades.

No início do ano de 2008, compomos a Comissão de Recepção dos Calouros juntamente com alguns representantes dos grupos da FCL para, juntos, realizarmos a “Semana de Recepção de Calouros”, em que as orientações referentes ao curso e a instituição foram transmitidas aos ingressantes, somadas à promoção da socialização através da participação em eventos festivos realizados pelos CAs. Nesse momento, começamos a estabelecer maior contato com os grupos em questão, percebendo parte de suas configurações e orientações ideológicas.

Entretanto, a efetivação de uma relação de conhecimento entre pesquisador e os grupos de CAs e DAs passou a ocorrer no início do segundo semestre de 2008, com a utilização da “abordagem objetiva”. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 115), esse tipo de abordagem prevê a explicitação dos interesses da pesquisas aos grupos pesquisados como forma de conseguir deles a autorização para a realização da mesma. Segundo os autores, é

através desse procedimento que se estabelece uma relação de cooperação entre o investigador e sujeitos investigados.

Para conseguirmos transpor essa etapa fundamental, apresentamo-nos e expusemos nossa temática na primeira reunião ordinária de cada um dos grupos, no início do segundo semestre de 2008. Esse procedimento ocorreu apenas de maneira fracionada com o CAFF que, distinto dos outros grupos, realizou pouquíssimas reuniões nesse período para organizar e deliberar suas atividades.

Como forma de evitar a indução das manifestações que encontraríamos entre os grupos, justificamos nossos objetivos enfatizando que a realização de nossa pesquisa se fazia necessária, uma vez que a abordagem sobre “consciência” de grupos juvenis sobre a temática era escassa na área da Sociologia.

Quando expusemos nossa temática, obtivemos reações muito semelhantes entre quase todos os grupos. Os grupos dos CAs dos cursos de Ciências Econômicas, Administração Pública, Odontologia e Química conceberam a pesquisa sob um tom de descrença e gozação. O espanto, por vezes acompanhado de risos, inicialmente indicou a marginalidade e insignificância com que concebiam a prática do uso ilegal da maconha. Entre eles, apenas um dos integrantes do CA de Odontologia, em um tom de seriedade, questionou a possibilidade de sermos investigadores policiais a fim de obtermos informações voltadas à possibilidade de consumo e tráfico na universidade. Entretanto, o estudante sentiu-se tranqüilizado frente às nossas justificativas. Os integrantes do CA de Ciências Farmacêuticas reagiram normalmente às colocações sobre os nossos objetivos e, desde o início, se mostraram solícitos em nos auxiliar.

Os jovens que compunham os CAs dos cursos de Letras e Ciências Sociais também se espantaram frente à apresentação de nosso estudo, porém, elucidando a importância e originalidade de nosso trabalho por se tratar de um assunto pouco discutido pela sociedade e, em particular, pelos próprios estudantes universitários.

Embora tenhamos percebido que, em um primeiro momento, alguns integrantes desconfiaram de nosso intuito, devido às implicações jurídicas relacionados à prática ilícita do consumo, as dúvidas foram se dissipando durante nossa pesquisa de campo, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre as partes, facilitada através de conversas sobre questões cotidianas, não necessariamente voltadas à nossa temática.

Dessa forma, a “abordagem objetiva” nos auxiliou no consentimento dos respectivos grupos para que pudéssemos efetuar o trabalho etnográfico, tendo acesso a alguns de seus documentos, acompanhando suas reuniões e atividades desenvolvidas.

Semelhantes às reflexões de Caria (1999), os pesquisadores Bogdan e Biklen (1994, p.49) enfatizam que na investigação qualitativa, a etnografia traduz-se em uma fonte primordial de informações, possibilitando a identificação das crenças e valores que formam o conteúdo ideológico dos grupos através das análises de documentos, notas de campo sobre seus conflitos, consenso, dentre outras situações vivenciadas cotidianamente. Indicam a possibilidade do enriquecimento dessa investigação à medida que permite a aplicação de entrevista aos grupos pesquisados. Dentre eles, destaca o roteiro de entrevista “semi-estruturada”, por compor questões que não são inteiramente conduzidas, ou fechadas, algumas podendo ser dispensadas ou novamente formuladas conforme a relação estabelecida no processo de informação que se deseja obter.

Por fim, optamos pela utilização de um roteiro de “entrevista semi-estruturada” como forma de compor nossos procedimentos metodológicos uma vez que, para Gramsci (2006, p.93), a fala também se constitui enquanto manifestação da consciência dos indivíduos, compondo um conjunto de noções e valores que evidenciam sua concepção do mundo, construídas a partir das experiências compartilhadas por seu grupo de referência.

Procuramos trazer as consciências dos grupos estruturando nosso roteiro de entrevista² em torno de três aspectos principais, decorrentes das reflexões a respeito do processo de criminalização, dos embates travados entre diversos especialistas em torno desse *status* e dos indícios de enfrentamentos as atuais políticas sobre drogas, presentes em alguns grupos compostos por jovens universitários.

O primeiro ponto abordado se voltou ao reconhecimento da configuração dos grupos, composto por suas formas de organização, atuações e os valores e referências que as orientam. O segundo aspecto procurou dar evidência às concepções que possuem sobre a maconha e as questões que se relacionam à sua ilicitude. Dentre elas, estiveram presentes questionamentos sobre a existência de risco em seu consumo, sobre os tipos de conhecimentos dos fatores que a criminalizaram e que ainda mantêm seu *status*, sobre o posicionamento dos grupos frente à proibição de seu uso, bem como questões envolvendo suas capacidades de projetarem uma possível legalização. E o último ponto colocou-se como complemento aos aspectos anteriores, focando as percepções dos grupos sobre como a questão da prática ilegal do uso é tratada entre os sujeitos que compõem o circuito universitário e suas capacidades de projetarem alternativas de enfrentamento a esse contexto.

2 Ver roteiro de entrevista no anexo I.

Sob essas abordagens, realizamos entrevistas “semi-estruturadas” com quatro jovens integrantes que se caracterizaram como interlocutores legítimos de seus respectivos grupos devido à sua ampla participação e notoriedade nas atividades desenvolvidas durante a gestão.

No total, realizamos a transcrição e análises das falas de vinte e oito jovens que, somadas às informações obtidas em campo, nos possibilitam reconhecer as consciências dos grupos de nossa pesquisa, evidenciando como se percebem e se colocam, frente às questões relacionadas ao *status* ilegal da maconha.

2. CAPÍTULO I – A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA E SUAS IMPLICAÇÕES

2.1 A emergência do proibicionismo contra a utilização da maconha no contexto internacional

Conhecida mundialmente como *diamba*, *marijuana*, *charas*, entre outras denominações, a maconha - termo popular no Brasil e originário da palavra ma'kaña, da etnia africana denominada *quibundo*³ – é a resina das flores de uma planta denominada cientificamente de *Cannabis*⁴ e possui o THC (delta-9-tetraidrocanabinol) como seu composto mais conhecido por provocar ações psicoativas⁵.

Segundo Escohotado (1996, p. 15) e Carneiro (2005, p.71) a maconha se caracteriza como uma das plantas com amplos registros de utilização e difusão na cultura de povos milenares. Ambos indicam que os primeiros indícios do cultivo da maconha nos remetem a 4.000 anos na China e 3.000 no Turquestão. Seu uso sempre ocorreu na Índia, sendo citada no *Atharva-Veda*⁶, de 2.000 a. C., como uma das cinco plantas sagradas nesse país. Suas indicações já eram encontradas na farmacopéia chinesa *Pen Ts'ao Ching*, de Shen Nung, de 2.737 a.C.

3 Cf. VIDAL, 2008b.

4 Possui mais de quatrocentas substâncias; entre elas, sessenta são estudadas como possíveis remédios, como os canabinóis e canabidióis, que não possuem THC. A maioria dos componentes da *cannabis* é pouco pesquisada no meio científico. (ZUARDI, 2008, p.14).

5 Termo designado para indicar ações associadas ao mecanismo de funcionamento do sistema nervoso central.

6 Texto sagrado do hinduismo.

A utilização da *cannabis* por distintas tradições culturais varia desde indicações como antiespasmódicos, analgésicos, estimuladores de apetite, até como psicoativos, afrodisíacos e em rituais religiosos do budismo, sufismo, xintoísmo, hinduísmo, cristianismo copta, culto Bantu Dagga, entre outros. (ESCOHOTADO, 1996, p. 16; CARNEIRO, 2005, p. 71).

As práticas tradicionais de utilizações da planta começaram a se modificar durante a fase de transição do período medieval para o moderno. Com o avanço das relações mercantilistas, o antigo sistema colonial passou a difundir e a aumentar a demanda por vários produtos, como alimentos, bebidas e psicoativos, transformando, muitos deles, em gênero de primeira necessidade. Durante esse processo, vários valores presentes desde a Idade Média foram superados por todos os mercadores que encontraram, no mercado colonial, uma mediação na obtenção de lucros exorbitantes em detrimento dos esforços e custos investidos em suas atividades. (CARNEIRO, 2005, p. 13).

Entre as atividades econômicas derivadas da exploração de plantas, o cultivo e a comercialização da maconha atingiram uma importância significativa em relação às outras substâncias, quando passaram a ser utilizada na produção em escala industrial. As fibras da maconha serviram de matéria-prima na confecção de cordas e velas, na construção naval e na fabricação de tecidos finos e telas. A indústria também se apropriou do cultivo da planta para a produção de papel, muito utilizada e de alta qualidade.

Com o impulso proporcionado pelo sistema mercantilista, a maconha, originária da Ásia Central, difundiu-se facilmente na Europa, tendo a Rússia como principal exportadora da planta para o uso industrial, até o século XIX. Na África, a planta começou a ser disseminada pelos árabes, principalmente na costa oriental. (CARNEIRO, 2005, p. 72).

Em contrapartida ao início do processo de mercantilização dos psicoativos, o racionalismo renascentista começou a interferir e a modificar práticas sócio-culturais referentes aos usos de substâncias que alterassem a consciência e que colocassem em risco a ordem moral e produtiva estabelecida:

O Renascimento libertou as vozes da loucura para silenciá-las e dominá-las posteriormente. Com a Revolução Francesa, o vício, por sua vez, passou a ser visto, nos costumes, como correlato do crime às leis. Passa-se, a partir daí, a exigir costumes cada vez mais imperiosos, regras mais temíveis e a emergência do escândalo ao denunciar um vício. Estamos no tempo de afirmação de uma sociabilidade relativa às drogas que gerará exigências cada vez mais acentuadas de contenção criminal toda vez que houver, como no século XX, abrandamento dos costumes. (PASSETTI, 1997, p. 80).

Tais observações nos ajudam a compreender como a resistência ao consumo de diversas substâncias ocorreu em diferentes lugares e épocas, como resultado da união de interesses diversificados, associados aos valores morais, dominantes na época, evidenciando a contingência das medidas proibicionistas.

Nos séculos XVI e XVII, alguns países perseguiram e puniam com mutilações e penas de morte os consumidores de tabaco e café. (ESCOHOTADO, 1996, p. 94). No Egito, o uso da *cannabis* e seus derivados foi proibido pelo general Napoleão Bonaparte, no início do século XIX, sob o argumento de que a planta incitava seus usuários habituais a perderem a razão, e, sob violentos delírios, cometerem abusos de todos os tipos. (ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

Toda sociedade caracteriza-se por definir relações singulares perante o consumo de psicoativos. Para Escotado (1996, p. 90), a emergência da civilização industrial, suas tensões, aumento da competitividade em busca do progresso, as crises das instituições familiares e religiosas, assim como as transformações tecnológicas, foram fatores que impulsionaram a modificação dos padrões culturais do consumo de diversas substâncias em todo o Ocidente.

Ainda no final do século XIX, a presença de 70.000 medicamentos com fórmulas secretas, em sua maioria contendo psicoativos, nas farmácias da América e da Europa, era amplamente divulgada pelas indústrias farmacêuticas a essas sociedades.

Apesar da existência de focos de reações adversas ao consumo de várias substâncias em muitos países nos séculos passados, Escotado (1996, p. 97) indica a emergência dos Estados Unidos como nação pioneira na discriminação do uso de determinados psicoativos como um problema social e internacional.

Entre as principais causas dessa intervenção, destaca-se a reação puritana contra as novas massas de imigrantes, de distintas classes sociais, que chegavam aos centros urbanos e ameaçavam ocupar os postos dos trabalhadores daquele país. Os imigrantes começaram a ser vistos como perigosos por disseminarem hábitos imorais, entre eles o consumo de “venenos”, no caso, os psicoativos:

Las distintas drogas se ligan ahora a grupos definidos por clase social, confesión religiosa o raza; las primeras voces de alarma sobre el ópio coinciden con la corrupción infantil atribuida a los chinos, El anátoma de la cocaína con ultrajes sexuales de los negros, la condena de la marihuana con la irrupción de mexicanos, y el propósito de abolir El alcohol con inmoralidades de judíos e irlandeses. (ESCOHOTADO, 1996, p. 98).

O sentimento de xenofobia, presente entre o povo estadunidense, acabou sendo acobertado por valores morais do puritanismo. O estigma remetidos a imigrantes se pautava na associação genérica da prática do uso de determinados psicoativos como traço característico de sua etnia.

As cruzadas contra os psicoativos nos Estados Unidos indicaram uma grande disputa, travada entre médicos e farmacêuticos, contra curandeiros e herboricistas, no fim do século XIX, firmando o monopólio médico-farmacêutico. Em 1903, aliada à corrente puritana⁷, a Associação Médica Americana e a Associação Farmacêutica consumaram uma aliança para conseguir o controle do uso dos demais psicoativos, como o ópio⁸ e a morfina⁹, que eram livremente vendidos sem prescrição médica. Quando essas duas substâncias ocuparam o quarto lugar entre as mais vendidas, os líderes dessas corporações declararam-nas responsáveis em transformar os jovens em criminosos e as jovens em prostitutas. O movimento rumo à criminalização dessas substâncias contou, ainda, com articulações de partidos políticos que alcançaram representação legislativa federal, como o *Prohibition Party*. Esse, influenciado por dogmas religiosos, lutou ativamente para a eliminação do jogo e do vício na sociedade estadunidense. (ESCOHOTADO, 1996, p. 98-100).

Essas mobilizações institucionalizaram uma aliança entre o puritanismo e o terapeutismo, marcando o início do século XX pela emergência de uma “cruzada civilizadora internacional contra bebidas e drogas”, liderada pelos Estados Unidos, na intenção de controlar a propagação do uso dos psicoativos “demonizados” pelas classes dominantes.

2.2 Convenções Internacionais: a materialização da hegemonia proibicionista estadunidense

As movimentações políticas estadunidenses voltadas ao combate internacional da disseminação das diversas formas de utilização da maconha, sobretudo para alteração dos

7 A liga mais significativa do puritanismo nesse aspecto era a Anti-Saloon League, pois obteve milhões de adeptos por meio do discurso de uma América “limpa de vício, jogo e fornicação”, considerando inicialmente as bebida alcoólica como “traidoras da pátria e da decência”. (ESCOHOTADO, 1996, p. 99).

8 Resina retirada da papoula branca, composta por diversos alcalóides, com destaque para a morfina, a codeína e heroína. O principal efeito produzido pela substância é a sedação. (CARNEIRO, 2005, p. 77).

9 Um dos mais importantes alcalóides derivado do ópio. É considerado o mais importante analgésico descoberto. Atualmente, é restritamente disponível para pacientes que sofrem dores intensas por provocar forte indução à dependência física. (CARNEIRO, 2005, p. 173).

reflexos e sentidos, sempre estiveram relacionadas aos diversificados interesses oposicionistas ao consumo de substâncias como o ópio e a cocaína¹⁰.

Em 1906, sob os esforços do governo Roosevelt, é realizada a Conferência de Shangai, tendo continuidade na *Convenção de Haia* em 1912, conhecida como “Convenção do Ópio”. Nela foi deliberado, pela primeira vez e por todos os países membros dessa conferência, o controle sobre a venda e prescrição médica de ópio, morfina, heroína e cocaína. Dois anos depois, nos Estados Unidos, foi aprovada a *Lei Harrison*, que instituiu a proibição do uso de quaisquer psicoativos que não fossem para utilização médica, passando também a distinguir o traficante do “viciado”. Como punições, ao traficante foi prescrito seu encarceramento, e ao “viciado”, sua prisão ou internação, se preciso compulsória, por ser considerado também um doente. (RODRIGUES, 2003, p. 30-31).

Nas Convenções Internacionais, que se seguiram até 1935, o ópio, a cocaína e a morfina foram classificados, segundo suas características farmacológicas, como psicoativos cujo direito de uso e pesquisa deveriam se ater a certos médicos e pesquisadores. Apesar de possuírem alto potencial terapêutico, essas substâncias foram consideradas perigosas para os “toxicômanos”¹¹ e caracterizadas como substâncias “estupefacientes”, ou seja, responsáveis pela redução moral e intelectual dos usuários. (ESCOHOTADO, 1997, p.).

Na *II Conferência Internacional do Ópio* em 1924, realizada pela Liga das Nações Unidas, em Genebra, as delegações de cem países se reuniram para continuar a discutir os aspectos de controle do ópio e da coca. No entanto, durante a apresentação dos trabalhos, o representante egípcio El Guindy conseguiu a inclusão do haxixe na lista de substâncias controladas, por considerá-lo perigoso em seu país. O representante brasileiro Pernambuco Filho, presente na discussão, aproveitou-se da ocasião, apresentando suas teses científicas que relacionavam o uso da maconha à loucura. Na ocasião, enfatizou, ainda, que a utilização problemática da planta pelos negros causaria mais danos no Brasil do que o ópio no Oriente. Diante de tais afirmações, os delegados presentes decidiram pela inclusão da maconha na lista de substâncias proscritas, efetivando, assim, uma regulação equivalente ao do ópio. (MILLS apud VIDAL, 2008a).

Os movimentos de oposição e de erradicação da maconha tornaram-se mais expressivos a partir de 1937, quando foi decretado o *Marihuana Tax Act*, nos Estados Unidos.

10 Principal alcalóide da folha de coca, utilizado como estimulante geral pelas vias nasais e como anestésico. (CARNEIRO, 2005, p.155).

11 Termo designado nas Convenções ao que hoje conhecemos como dependente químico.

Esse tributo sobre a produção e comercialização da maconha teve como justificativa um dossiê entregue ao Congresso, que reunia protestos de várias associações denunciando mexicanos usuários de maconha, afirmando que o consumo da planta induzia às práticas de violência e luxúria.

Em contraposição à essa denúncia, o representante da Divisão de Higiene Mental, W. I. Treadway, e o representante da Associação Médica Americana, W. Woodward reiteraram o uso da maconha de forma moderada e pacífica por tradições milenares, contestando sua conexão com homicídios, roubos e crimes de outras naturezas através de pesquisas sobre a substância. Entretanto, suas intervenções não foram suficientes para impedir a aprovação do *Marihuana Tax Act* por unanimidade no Congresso estadunidense. (ESCOHOTADO, 1996, p. 114).

Desde o final do século XIX, os vários estudos publicados na Inglaterra e França sobre os efeitos medicinais da maconha no tratamento de reumatismo, insônia, enxaqueca, anorexia, convulsões, afecções e úlceras estomacais, câncer, entre outros, foram ignorados. As indicações da *canabbis* para o tratamento dessas mesmas doenças começaram a ser substituídas por novos medicamentos que surgiam no mercado, como morfina, paraldeídos e barbitúricos. Em 1952, o *Merk Index* - uma lista oficial de remédios dos Estados Unidos - referiu-se à maconha como um euforizante inseguro, que podia levar à dependência, com nenhuma possibilidade de uso racional pela medicina legal. (CARNEIRO, 2005, p. 75).

As indicações médicas e experimentos científicos com a planta foram, aos poucos, sendo restringidos por grupos que interferiram, tanto no que concerne à sua utilização na indústria farmacêutica, quanto na indústria de fibras, tecidos e papel. Essas intervenções fizeram com que as disputas comerciais fossem sendo lentamente perdidas em relação às indústrias que se utilizavam de outras matérias-primas para a fabricação de produtos que tivessem os mesmo resultados daqueles provenientes da *cannabis*. Essas disputas tiveram desfecho nas próprias Convenções Internacionais sobre Psicotrópicos, de modo que os interesses de algumas indústrias não foram prejudicados¹².

No caso da maconha, o carro construído com suas fibras, tendo como combustível o óleo de sua própria semente, criado por Henry Ford, representou uma ameaça à indústria química e petrolífera. Esta, porém, se beneficiou com a proibição da *cannabis* e difundiu o

12 Entre esses casos, temos o beneficiamento de grandes laboratórios, entre eles o alemão *Merk*, que conseguiu direito restrito sob a venda da morfina como remédio, já que antes a comercializava livremente. (PASSETTI, 1991, p.20)

petróleo como um produto indispensável à humanidade. (HERER apud GABEIRA, 2000, p. 11).

A abordagem proibicionista à maconha, realizada pelos países membros das Convenções Internacionais, oportunamente começou a ser associada à exacerbação do uso de novos psicoativos sintéticos que surgiam em alguns países.

As convenções internacionais prosseguiram, tendo a *Convenção Única de Entorpecentes da ONU de 1961* como a de maior destaque. Nela, seus participantes ampliaram as listas que incluíam os compostos “estupefacientes”. A maconha, em especial, constituiu um marco controverso dessa classificação, pois foi incluída em duas listas de substâncias, vigentes até o momento: está presente na “Lista I”, juntamente com a morfina, fentanil, coca, cocaína, entre outros psicoativos considerados fortes indutores à dependência, com a produção severamente controlada, reservada somente ao uso da medicina; e também classificada na “Lista IV”, juntamente com a heroína, por ser considerada uma substância particularmente perigosa, com proibição até mesmo para tratamento terapêutico. (CENTRO..., 2004).

Desde então, a legitimação do controle da produção, distribuição e consumo de entorpecentes passou a ser de domínio da Organização das Nações Unidas (ONU), com respaldo da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Essas políticas foram ancoradas nas discussões ocorridas na *Convenção Única de 1961*, na *Convenção Única sobre Entorpecentes de 1971*, voltada à consolidação do modelo proibicionista frente ao movimento contracultural dos anos de 1960 e na *Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988*, que fortaleceu estratégias contra a atuação do tráfico de psicoativos ilícitos. Essas convenções são conhecidas como “Convenções-irmãs da ONU”, das quais o Brasil sempre participou como membro, a fim de aplicar suas resoluções em território nacional. (RIBEIRO, 2007, p.24-26).

2.3 A maconha no Brasil: a emergência da repressão relacionada às manifestações culturais das classes subalternas

Segundo Luiz Mott (1986, p.117) há controvérsias sobre os responsáveis pela introdução da maconha no Brasil. O autor elucida indícios dos escravos africanos terem inserido a planta no País, logo após seu descobrimento, ao trazerem sementes do “fumo de Angola” em bonecas de pano amarradas na ponta das tangas.

Mott (1986, p.122) fortalece essa suposição ao indicar estudos etnográficos que revelam uma enorme quantidade de nomes de origem africana, como sinônimos à *cannabis*: *diamba, bongo, liamba, ganja, pango, maruamba*, entre outros que dão vestígios às suas origens. Para o autor, os indícios sobre os povos que a utilizavam, foram reforçados pelas práticas do fumo da erva em *narguilé*¹³ e em maricas¹⁴ no Maranhão, além de haver constatado sua utilização em casas e terreiros de cultos africanos, não só no Nordeste açucareiro, mas no estado de São Paulo¹⁵, onde experiências com cultivo da planta tiveram êxito devido ao solo fértil e clima propício da região.

Outra hipótese sobre a introdução da planta no Brasil refere-se à sua utilização como forma medicinal e ritualística entre tribos indígenas da Amazônia. Em uma pesquisa nos terreiros do Recife, Jarbas Pernambuco afirma que os babalorixás fazem objeção ao fato da maconha ser considerada “droga de negros”, e que a expressão “fumo-bravo” ou “fumo de caboclo”, conhecida em várias regiões do país, refere-se aos aztecas existentes entre os indígenas brasileiros. (MORENO apud ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

É consenso, porém, que desde o século XVIII, a Coroa portuguesa incentiva iniciativas das elites rurais no cultivo das mais variadas espécies de maconha, em larga escala no território nacional. Esse apoio surgia como forma de fortalecer a economia colonial através da expansão das exportações, já que a planta era utilizada em outros países como matéria-prima na fabricação de vários produtos, entre eles tecidos, cordas e velas de embarcações. (MOTT, 1986; CARNEIRO, 2005; CARLINI, 2006).

Embora não esclarecidas as indagações a respeito dos responsáveis pela inserção da planta no País, no fim do século XIX e início do século XX, Mott (1986) demonstra a emergência de estudos sobre o consumo de maconha nos cultos afro-brasileiros, entre eles, o intitulado *A libertinagem no Rio de Janeiro*, de Pires de Almeida. Nele, Mott indica o seguinte registro de Almeida:

[...] homens e mulheres de toda casta, completamente nus, afluíam aos candomblés e no meio de danças convulsionadas, e aos vapores de pango, faziam comemorações às almas, outros, como o de Edison Carneiro retrata

13 Objeto e palavra de origem persa, difundido em toda a África (MOTT, 1986, p. 123) e conhecido no Maranhão como “boi” (CASCUDO apud ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

14 Cachimbo feito com uma garrafa ou barro cozido (CASCUDO apud ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

15 Em 1777, a Inquisição de Lisboa recebe a denúncia sobre a displicência dos católicos de Itapeverica da Serra a respeito de suas obrigações, devido à participação em danças praticadas por escravos dessa região, chamada de *calundus*. Dizia-se que, ao usar a erva, seus participantes ficavam “fora de si”, como melhor forma de dar graças a Deus. (MOTT, 1986, p.123).

sobre o consumo da maconha no quilombo de Palmares como forma de tentar resgatar sua cultura de origem, matar a saudade da África. (ALMEIDA apud MOTT, 1986, p. 124).

Sobre as associações das práticas do uso da maconha no Brasil à cultura africana, Mott enfatiza que Gilberto Freyre considerou a substância como um dos elementos da cultura afro que melhor resistiu à desfrancização no País. Em uma de suas reflexões, Freyre coloca:

Parece, entretanto, que a maconha, tão terrível na África e no Oriente, nos seus efeitos sobre o viciado, a ponto de derivar-se de um de seus nomes orientais, a palavra assassino, perdeu no Brasil a sua intensa malignidade asiática e mesmo africana, a sua aguda capacidade de exercitar no viciado o gosto de matar. Talvez isto venha se verificando por lhe vir faltando no solo ou na terra brasileira os seus elementos essenciais àquela malignidade intensa. Quase tudo no Brasil a suavizar-se em meios-termos: as palavras venenosas, as doenças malignas, as teorias, as idéias, as paixões, os pecados e as virtudes. Paixões e virtudes aqui raramente são intensas e profundas. A maconha parece ter se acomodado a essa tendência brasileira, a que só falta um nome que a caracterize e um sociólogo que a descreva, para tornar-se verdadeiramente lei da sociologia regional. (FREYRE, apud MOTT, 1986, p. 123).

Para Mott, Gilberto Freyre foi um dos poucos estudiosos que mais se ative à prática do consumo da maconha entre os escravos, assim como suscitou os primeiros questionamentos quanto aos danos causados pelo uso frente às representações incorporadas pelos habitantes da colônia.

O relato do viajante inglês Richard Burton, em 1856-1868, pelo interior do Estado de Minas Gerais, também retrata o consumo da *cannabis* entre os habitantes da região, demonstrando aversão a seus costumes:

É difícil corrigir a tendência extrema dos africanos pelos licores destilados. Os negros de Minas Gerais se deliciam também com o pango, aqui chamado de “ariri”, a bem conhecida *Bhang* <<*Cannabis Sativa*>> da Índia e da Costa Leste e Oeste da África, são capazes de pagar prontamente até 1\$000 por um punhado desse veneno [...] No domingo, após a missa, os vadios e dissolutos guardarão o dia santo à moda africana: deitados ao sol, fumando e se possível bebendo e fumando cânhamo, como os selvagens da Serra Leone (MOTT, 1986, p.126).

Essa, entre outras exposições de muitos estudiosos sobre a temática, já indicavam o tom de repúdio atribuído à substância, principalmente por ser utilizada por escravos africanos. A formação de uma concepção pejorativa sobre a maconha e seus usuários começou a se

fortalecer ainda mais quando o uso passou a ser associado ao homossexualismo, casos muitas vezes quase punidos na fogueira da Inquisição. (MOTT, 1986, p. 127).

Como remédio e alterador da percepção em práticas religiosas e de entretenimento, a maconha foi amplamente difundida nas regiões norte e nordeste, principalmente entre grupos que habitavam zonas rurais, como indígenas, escravos e mestiços¹⁶. Entre os colonizadores, a prática cultural da substância também se dissipara, porém relatadas com menor frequência¹⁷.

A primeira regulamentação sobre a substância ocorreu em quatro de outubro de 1830, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao proibir a venda de gêneros da substância pelos boticários com a seguinte resolução:

É proibida a venda e uso do pito de pango, bem como a conservação deles em casas públicas. Os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 20\$000 e os escravos e mais pessoas, que dele usarem, em três dias de cadeia (MOTT, 1986, p. 132).

Esse decreto recebeu pouca importância na capital e outros semelhantes se restringiam aos controles locais exercidos pelos governos municipais no Estado do Rio de Janeiro, como o corrido nas feiras de Penedo, no intuito da manutenção da ordem. (RIBEIRO, 2007, p.42)

Para os propósitos de nosso trabalho, ressaltamos que o consumo da substância como questão preocupante junto aos grupos dominantes começou a emergir no Brasil na primeira década do século XX. Apesar da cronologia do controle jurídico no País se aproximar à dos Estados Unidos, não se pode afirmar que as movimentações sociais que rumaram à criminalização da planta ocorreram de forma análoga. Enquanto a sociedade estadunidense se mobilizou intensamente a fim de pressionar seu governo a adotar medidas proibitivas em torno do consumo das substâncias consideradas danosas e imorais, no Brasil, foi a atuação de alguns grupos da medicina vigente que consolidou a intervenção pública sobre o uso de psicoativos. Essa medida foi justificada como contenção de várias epidemias, consideradas degenerantes e desregradoras, trazidas aos centros urbanos pela imigração de grupos subalternos. (FIORE, 2004, p.19).

Durante o processo de urbanização, a prostituição, a vadiagem, o alcoolismo e as doenças venéreas - principalmente a sífilis - associadas às classes populares, foram

16 Dessa forma, a substância ficou conhecida no folclore brasileiro como ópio do pobre. Dependendo da quantidade para consumo, pode ser chamada como: baseado, fininho, morrão, entre outros termos. (CASCUDO apud ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

17 Entre os habituais usuários da nobreza, encontramos Carlota Joaquina, rainha de Portugal e do Brasil, esposa de D. João VI. (CARLINI, 2006; MOTT, 1986).

concebidas pelas autoridades públicas como um obstáculo ao projeto de desenvolvimento ordenado do espaço urbano. O consumo da maconha, em reuniões sociais ou religiosas, se tornou o foco de atenção das autoridades médicas e sanitárias, visando deter a disseminação dessas práticas.

Em meados da década de 1910, as publicações que elucidavam os benefícios terapêuticos da planta foram sendo abandonadas em detrimento dos trabalhos do Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues Dória, apresentados em congressos internacionais.

Os estudos de Dória emergiram como referências para as pesquisas posteriores ao tratar o consumo da maconha como um “vício transmissível”, geralmente de uma raça à outra, denominando-o de “maconhismo”. Suas pesquisas ganharam tamanha visibilidade por se tratar das descrições mais completas sobre o uso tradicional da substância entre os africanos. A partir da década de 1930, surgiu um grande número de publicações médicas, entre elas as que reforçavam as concepções sobre a maconha como “vício de negro” e, portanto, uma “ameaça à raça brasileira”. (MACRAE; SIMÕES, 2004, p. 20).

Os efeitos do consumo da maconha passaram a ser associados à agressividade, à violência, a delírios furiosos, à loucura, às taras degenerativas e à prática de crimes, transmitindo uma imagem aterrorizante da substância e de seus usuários. (GABEIRA, 2000; MACRAE; SIMÕES, 2004; FIORE, 2005; ARAÚJO; GONTIÈS, 2005).

Reforçando essas concepções, em 1940, a imprensa passou, ainda, a relacionar a maconha à feitiçaria, criando um forte estigma em seus usuários, denominando-os de maconheiros, macumbeiros¹⁸ e doentes mentais.

2.4 As mudanças no padrão de consumo e as leis sobre o controle de psicoativos no Brasil

As preocupações dos grupos dominantes em torno das práticas do uso de substâncias psicoativas culminaram com a adesão do Brasil à *Convenção de Haia em 1911*, ratificada em 1912, que pela primeira vez controlava a venda do ópio, morfina, heroína e cocaína. Decorrente dessa convenção, em 1915 o Estado brasileiro instituiu uma política denominada

¹⁸ Palavra de origem *quibundo*, pejorativamente utilizada para denominar pessoas praticantes de religiões de origem africanas, indígenas ou sincréticas (VIDAL, 2008b).

“modelo sanitário”, através do *Decreto-Lei 11.48*, que previa o controle aos abusos do ópio, da morfina e seus derivados, assim como da cocaína.

As mudanças posteriores foram legitimadas ainda pela formação de uma comissão de autoridades policiais, médicas e jurídicas que propuseram a caracterização do usuário como “toxicômano”, tendo como punição a internação compulsória em “estabelecimento correccional adequado”, os chamados sanatórios para “toxicômanos”.

Em 1932, foi promulgado o *Decreto-Lei n. 20.930*, o primeiro que incluiu a *cannabis* entre as substâncias prescritas. Em 1938, o novo *Decreto-Lei, de nº 891*, regulamenta e define as atribuições da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), criada em 1936, e estabelece penalidades de encarceramento aos usuários da planta. (VIDAL, 2008a).

Em meio ao processo rumo à criminalização da maconha, a CNFE surge para centralizar em um único órgão federal todas as políticas contra o comércio e uso de psicoativos, que passaram a ser denominados genericamente de “entorpecentes”. Essa medida impulsionou o crescimento do número de delegacias, clínicas e outras instituições que se tornaram responsáveis pelo tratamento legal-burocrático da questão.

Os estudos realizados por expedições científicas em 1943 indicavam que a *cannabis* continuava a ser utilizada por comunidades à margem do Rio São Francisco, e comercializada livremente por herboricistas nas feiras livres. O relatório final da expedição recomendava à CNFE promover uma intensa campanha contra o uso e cultivo da maconha, assim como buscar a articulação entre os estados para o êxito na campanha. (VIDAL, 2008a).

No período pós-guerra, o combate ao “maconhismo” emergiu como prioridade nacional, sendo abordado de maneira assídua pela mídia e em congressos médicos-psiquiátricos. Entre as iniciativas reformadoras sobre o tratamento da temática, o “Convênio Interestadual da Maconha”, realizado em 1946, reuniu as chamadas Comissões Estaduais de Pernambuco, Bahia e Sergipe e a Comissão Federal, para criar iniciativas de fiscalização do psicoativo, e propuseram um conjunto de medidas como forma de erradicação de seu uso.

Sob essa perspectiva, até 1950, a construção do estereótipo dos usuários de maconha se fortalecia com o auxílio da imprensa sob o rótulo de “maconheiro”, sob o símbolo de “vagabundos arruaceiros”, “desordeiros”, com desvios de caráter, e o de “doentes mentais”, como foram caracterizados pelas autoridades médicas. (MACRAE; SIMÕES, 2004, p.20).

Após quatro décadas de empenho do aparato estatal para a erradicação da planta, a CNFE encomenda, em 1959, uma revisão bibliográfica sobre as especificidades botânicas, farmacológicas e históricas do uso e da produção da maconha, realizada por pareceristas de

diversas instituições de ensino e pesquisa do país¹⁹. O relatório serviria de referência à delegação brasileira para a participação da *Convenção Única de Entorpecentes*, que seria realizada em 1961, dando continuidade às discussões iniciadas pelo Brasil na *Convenção de 1924* e decidindo a proibição definitiva da planta em âmbito internacional.

Ao contrário das afirmações sobre os efeitos nocivos, publicizadas até então pelos especialistas considerados autoridades no assunto pelo Estado, o denso trabalho científico trouxe em destaque a toxicidade quase inexistente da substância, caracterizando-a com baixo potencial de dependência física, considerando seu consumo, no máximo, como um hábito. No entanto, na *Convenção Única de 1961*, os delegados brasileiros continuaram a reafirmar, de forma alarmista, os danos causados pela planta e exigiram sua proibição semelhante à do ópio, ignorando os resultados do relatório. (VIDAL, 2008a)

Desde então, a maconha está incluída na “Lista IV” da Convenção da ONU de 1961 e o Brasil prosseguiu assinando todos os adendos posteriores a essa Convenção que, em suma, incluíram mais substâncias nas listas controladas.

A década de 1950 se caracteriza como um período peculiar em relação às práticas do consumo da *cannabis*. O uso, anteriormente atrelado a grupos das classes subalternas, começou a ser incorporado por integrantes de movimentos artísticos, pertencentes à classe média e à elite brasileira.

Segundo Ruy Castro (1990, p.75), apesar de a maconha sempre estar à disposição dos sambistas, moradores dos morros cariocas, somente a partir de 1951 ela começou, aos poucos, ser comercializada no “asfalto”. Na Lapa – Rio de Janeiro – era facilmente adquirida junto a meninos que vendiam cigarros em tabuleiros. Seus usuários utilizavam expressões como “erva”, “mato” e até mesmo “rafa”²⁰, para saber se estava disponível para compra, assim como se evitavam os lugares públicos para consumi-la. Essa dissimulação para adquirir a substância ocorria mais pelo medo da repressão policial e pelo estigma social que essa prática representava, do que pelo desconhecimento efetivo dos possíveis danos causados no organismo:

19 Entre elas destacaram-se: Sociedade Maranhense de Agricultura; Serviço Florestal do Brasil; Ministério da Agricultura; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Faculdade de Medicina do Recife; Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco; Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia; Faculdade de Medicina de São Paulo; Instituto Médico Legal de São Paulo; Sanatório Botafogo do Rio de Janeiro; Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe; Departamento Nacional de Saúde; Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Academia Nacional de Medicina (PARREIRAS apud VIDAL, 2008a).

20 Para os que tinham o hábito de comprá-la naquela região, o termo significava a abreviação da frase “O Rafael tá aí?” (CASTRO, 1990, p. 76).

Como quase ninguém sabia de verdade o efeito que aquilo provocava, o máximo de atribuições que alguém poderia ter se fosse apanhado fumando era a de adquirir uma certa fama de “maluco”. Ou seja: nada que contribuísse muito para piorar a imagem que já se tinha dos músicos e cantores. (CASTRO, 1990, p. 76).

Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial, o contato freqüente de soldados estadunidense e de marinheiros cubanos com músicos da Rádio Nacional, em um bar carioca, impulsionou a disseminação do uso da maconha entre esses grupos de artistas brasileiros. Nos primeiros anos de 1950, em uma apresentação no Rio, a orquestra de Tommy Dorsey proporcionou o consumo da maconha para membros do grupo da Rádio Tupi, entre eles, músicos como João Gilberto, posteriormente reconhecido como o inventor da batida característica do gênero da bossa nova:

Quase todos os Garotos da Lua eram chegados ao “Rafá” e, quando eles ofereceram o primeiro a João Gilberto, no apartamento do Bairro de Fátima, este viu na coisa qualidades que os cigarros comuns, que tentava fumar com certo engulho, decididamente não tinham. Ela lhe dava a impressão de aguçar a sua sensibilidade, fazendo-o perceber sons e cores de que nunca suspeitara. Além disso, parecia despertar-lhe uma coisa mística, meio inexplicável, que até então, aos vinte anos, ele represara sem saber. Foi uma conquista fácil. Desde então, nunca mais fumou Lincoln, Caporal Douradinho ou Liberty Ovais. (CASTRO, 1990, p. 77).

No final da década de 1960, a consolidação da doutrina proibicionista na *Convenção Única da ONU em 1961*, não conseguiu conter o processo de configuração de uma nova conjuntura do uso de psicoativos, ampliada em complexidades por todo o mundo.

O padrão de consumo da maconha começa a se modificar e a se disseminar entre grupos juvenis de classe média, dada a influência do movimento da contracultura, conhecido também como movimento *underground* ou “desbunde”, caracterizado pela crítica e rejeição ao modo de vida e aos valores tradicionais que prevaleciam nas sociedades ocidentais.

No Brasil, a ampliação dos movimentos juvenis coincidiu com o período de consolidação da ditadura militar, que passou a considerá-los ameaçadores por aderirem à resistência cultural e aos movimentos guerrilheiros eclodidos na época. Nesse momento, o uso da maconha, em especial, marcou a inserção desses grupos em uma categoria social reservada à identificação de bandidos, concebida exclusivamente, aos grupos marginalizados, objeto de perseguição policial nos morros e favelas. (MISSE, 1986; VELHO, 1999; GABEIRA, 2000; MACRAE; SIMÕES, 2004).

Entre as décadas de 1960 e 1970, a repressão policial começou a se utilizar de dois mecanismos distintos de perseguição: um com foco nos roubos, realizados pelos grupos subalternos e o outro que procurava o consumo de psicoativos ilícitos entre jovens da classe média.

Com a fixação da “doutrina nacional de segurança”, na ditadura de Costa e Silva, a promulgação da *Lei de Tóxicos, de 21 de outubro de 1976*²¹, voltada a uma estreita vinculação entre “drogas” e segurança pública, possibilitou que os usuários dos psicoativos mais utilizados, como a maconha e os alucinógenos, sofressem sérias restrições à sua liberdade.

A nova lei trouxe várias medidas, entre elas, a possibilidade de condenação por apologia ao uso de drogas, ou seja, a penalização de pessoas que viessem a falar sobre quaisquer características positivas das substâncias criminalizadas. Outro aspecto marcante foi o fortalecimento de dois parâmetros já existentes. O primeiro, político-jurídico, em que o infrator, se julgado como traficante, poderia ser penalizado com uma variação de seis meses até quinze anos de reclusão. E o segundo era que se fosse julgado como viciado ou portador de distúrbios psiquiátricos, poderia conseguir isenção de encarceramento, sob sujeição de tratamentos em hospitais psiquiátricos ou prestação de serviço à comunidade.

A Lei de Tóxicos proporcionou, ainda, a formação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (SNPFRE) e impulsionou a criação do Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), em 1980, ambos tendo profissionais da área da Saúde como liderança, e organizados sob moldes similares ao do CNFE.

O endurecimento das políticas brasileiras de repressão ao uso e ao tráfico de substâncias ilícitas através da legislação, sempre alinhada às decisões acordadas nas Convenções Internacionais, alcançaram proporções nunca ocorridas no País. As mudanças legislativas, como forma de impedir o consumo e venda de psicoativos criminalizados, tornaram-se prática corrente entre os legisladores brasileiros orientados, pela *Convenção de Viena* em 1988, que previu, sobretudo, o rígido combate ao tráfico de drogas.

Entre as modificações mais relevantes, está a *Lei 8.072* de 1990, que elevou a prática do tráfico à caracterização de crime hediondo, ocasionando o endurecimento da pena ao infrator, como a retirada de qualquer benefício para o abrandamento da condenação em caso de reincidência.

21 Anterior a essa lei, houve algumas sofisticções ao endurecimento das penas para traficantes e usuários na legislação sobre drogas, modificada em 1968 e posteriormente em 1971, ambas baseadas nas Convenções Únicas da ONU, em 1961. (RODRIGUES, 2003).

No que remete às importantes alterações das instituições responsáveis em lidar com a temática no País, temos em 1998 o *Decreto de nº. 2.632*, que instituiu a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Considerado o órgão executivo mais importante da política “antidrogas” no Brasil, é subordinado diretamente ao gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República, tendo em seu histórico a nomeação de um jurista e dois militares de carreira como seus secretários.

O decreto previu, ainda, a substituição do CONFEN pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), estruturado sob o modelo da agência estadunidense *Drugs Enforcement Administration (DEA)*, que controla a política de repressão aos psicoativos ilícitos. Juntos, os dois órgãos constituíram o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), responsável em planejar, coordenar e controlar ações de prevenção e repressão ao tráfico de substâncias ilícitas, assim como prevenir e proporcionar o tratamento do uso indevido de psicoativos. (FIORE, 2004, p.22-23).

Sob o ponto de vista jurídico, as influências das contestações sobre a incorporação do modelo estadunidense de repressão aos psicoativos ilícitos são, em parte, notadas nas modificações mais recentes efetivadas com a *Lei 11.343/06*, sancionada em 23 de agosto de 2006.

Entre as alterações mais significativas da *Lei 11.343/06*, temos a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e a continuidade à repressão aos traficantes com penas maiores e mais severas. O abrandamento da pena efetivou-se somente para os usuários, sejam eles eventuais ou dependentes, não podendo ser mais punidos com encarceramento, mas com advertências, prestação de serviço à comunidade e comparecimento a cursos educativos, entre outros. A nova lei ainda prescreve medidas mais abrangentes de prevenção e reinserção social a usuários e dependentes de psicoativos. (BRASIL, 2006a).

Mesmo as reestruturações legislativas mais repressivas em relação ao tráfico de drogas, decorrentes da *Lei de Tóxicos* de 1976 e da *Convenção de Viena* em 1988, ambas moldadas nas políticas de repressão estadunidense, não foram suficientes para impedir a disseminação do uso recreativo da maconha entre os grupos da classe média e dominante no Brasil na contemporaneidade. (MACRAE; SIMÕES, 2004; VELHO, 1998).

2.5 Preservação da Saúde: o argumento base da concepção dominante sobre o status da maconha

Em meio ao processo de urbanização, o caos provocado pelo crescimento das cidades no início do Século XX, permite à medicina moderna emergir como força hegemônica que visa prevenir, sanear e normatizar qualquer tipo de doença e comportamento que ameçar a ordem da vida social. O protagonismo médico passa, desde então, a representar um importante papel político, também voltado ao uso de psicoativos, pois define substâncias consideradas responsáveis por estimular quadros de condutas consideradas “anormais”. (ROSEN, 1994).

Na contemporaneidade, as publicações acadêmicas e as autoridades consultadas pela imprensa sobre a temática, trazem indícios de que esse protagonismo médico continuou a solidificar uma concepção social sobre a proibição de algumas substâncias voltando sua justificativa, em última instância, à erradicação dos riscos que o consumo de psicoativos possa vir a causar à saúde individual e pública.²²

Referente à nossa temática, os especialistas de referência são, sobretudo, profissionais das áreas das Ciências Médicas, como psiquiatras e especialistas em Saúde Mental.

Entre as inúmeras substâncias psicoativas conhecidas mundialmente, as implicações decorrentes do uso maconha sempre se destacaram como o alvo das atenções e discordâncias entre cientistas da área da Saúde.

O conhecimento e divulgação da composição farmacológica da planta, até então pouco estudada, começou a emergir em 1990, com o foco em seu potencial terapêutico²³. Esse contexto, novamente suscitou várias polêmicas entre especialistas.

O consenso atingido entre esses profissionais diz respeito aos efeitos agudos²⁴ que seu consumo provoca: boca seca, dilatação das pupilas, aumento da pressão arterial e dos batimentos cardíacos, indução a dificuldades na capacidade de discriminar intervalos de tempo e distâncias espaciais, interferência na memória de curto prazo e na execução e de atividades de raciocínio. Esses efeitos são reversíveis após quatro horas de ingestão da substância, porém, podem desencadear quadros de esquizofrenia em usuários que possuem

22 Sobre o assunto ver: FIORE, 2004.

23 Desde 1970, o grupo de pesquisadores, liderados por Elisaldo Carlini, destaca-se como pioneiro nas contribuições relacionadas aos estudos envolvendo o THC e outros canabinóides. (ZUARDI, 2008, p. 14)

24 Efeitos, desejados e não desejados pelo usuário, produzidos por apenas uma dose de da substância (NOVAES; LACERDA; BRESSAN, 2008, p. 91).

predisposição à doença. (CARLINI, 2005; ZUARDI; CRIPPA; GUIMARÃES, 2008; LARANJEIRA; JUNGGERMAN; DUNN, 1998; RIBEIRO, 2003).

Os maiores dissensos entre médicos e cientistas dizem respeito aos efeitos do uso crônico²⁵ da maconha. Muitos experimentos que indicam implicações adversas desse uso não foram concluídos. E muitos dos que já foram finalizados são contestados por várias autoridades médicas, devido à interpretação subjetiva dos dados aplicados por seus pesquisadores. (ZUARDI; CRIPPA; GUIMARÃES; 2008; CARLINI, 2005).

Grande parte das investigações indica que a prática do uso da maconha, em longo prazo, pode provocar bronquite crônica, com danificação das vias respiratórias, câncer de pulmão e também das vias respiratórias. (ZUARDI; CRIPPA; GUIMARÃES; 2008; LARANJEIRA, JUNGGERMAN, DUNN, 1998; RIBEIRO, 2003).

No Brasil, em alguns estudos de psiquiatras reconhecidos como autoridades sobre a questão, como a publicação conjunta de Ronaldo Laranjeira, Flávia Jungerman e Jonh Dunn (1998, p.16), percebemos que os efeitos do consumo crônico da substância são retratados como inevitáveis a todos os seus usuários, dentre eles: infertilidade, problemas menstruais, impotência, diminuição da libido e da satisfação sexual, além de ataques de pânico, tentativas de suicídio, depressão e ansiedade, mudanças de personalidade, desenvolvimento de uma síndrome de dependência, caracterizada pela incapacidade de se evitar ou controlar o uso.

Para Karniol e Seibel (2008), a quantidade em que o psicoativo é ingerido, por via oral ou inalada, assim como os estados emocionais, o ambiente em que o uso é realizado, entre outros, formam um conjunto de fatores que provocam efeitos neurológicos subjetivos.

Os estudos em conjunto, de ambos os especialistas, ressaltam que os efeitos desagradáveis, como crises de pânico, ansiedade ou uma reação depressiva, foram constatadas em alguns usuários iniciantes, que já se encontravam tristes, curiosos, deprimidos e com pré-conceitos em relação ao uso da substância. Para esses autores, os efeitos prazerosos de relaxamento, paz, aguçamento dos cinco sentidos, euforia, riso, aumento da libido entre outros, que indicam o prazer procurado no consumo da maconha, podem explicar seu consumo tão difundido em todo o mundo. Paradoxalmente, o estudo dessas sensações ainda não foi aprofundado pela ciência, pois a maioria dos experimentos se concentra na tentativa de provar os déficits provocados pelo consumo da substância para desaconselhar seu uso.

25 Efeitos provocados pelo uso freqüente do psicoativo.

Afirmações que relacionam o consumo de maconha como as causas de transtornos de ansiedade foram contestadas por pesquisas recentes²⁶, assim como não existem estudos que comprovem que seu uso influencie a diminuição ou aumento da libido²⁷.

Mesmo constatadas as evidências de alterações cognitivas sutis da memória, de atenção, de organização e de integração de informações complexas, há controvérsias sobre as possibilidades dessas alterações permanecerem após a suspensão do uso:

[...] um estudo recente comparando usuários pesados de maconha, com ex-usuários pesados e com usuários recreacionais, constatou que os déficits cognitivos, apesar de detectáveis após 7 dias de consumo pesado, são reversíveis e relacionados ao consumo recente de maconha e não se devem ao uso cumulativo da droga ao longo da vida. (JUNGERMAN; LARANJEIRA, 2008, p. 253).

Um dos pontos mais conflitantes entre os pesquisadores diz respeito às possíveis propriedades indutoras de dependência que a planta possui. Mesmo já podendo ser diagnosticada através de aspectos comportamentais do usuário, pesquisas recentes vêm indicando que a maioria dos usuários diários não se torna dependente e uma minoria desenvolve a síndrome do uso compulsivo, similar ao ocorrido com outras “drogas”. (RIBEIRO, 2003; JUNGERMAN; LARANJEIRA, 2008).

Para compreender em que medida o debate entre os especialistas a respeito dos efeitos provocados pela planta se relacionam a seu status ilegal, entrevistamos José Alexandre Crippa, professor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, especialista em Saúde Mental, com experiência na área da psiquiatria e em relevantes estudos neurológicos com canabinóides.

Sobre as possibilidades do consumo da maconha induzir ao vício, o psiquiatra José Crippa ressalta que, apesar da maioria dos usuários serem ocasionais, há dependentes da substância. Segundo ele, contestações sobre o potencial de dependência da maconha ocorrem devido aos efeitos de abstinência serem quase imperceptíveis:

Na verdade, a maioria dos usuários esporádicos, chamados ocasionais, não se torna dependente. Entretanto, até pouco tempo acreditava-se que não existia dependência da maconha e a chamada “crise de abstinência”. Ou seja, a pessoa sente falta daquela substância e começa a ter hábitos ou ações para alcançar ou ter determinada droga. Como a meia vida do THC é muito longa,

26 Sobre o assunto ver: CRIPPA; ZUARDI, 2008, p. 140.

27 Ver, entre outros, KARNIOL; SEIBEL, 2008, p. 69.

os sinais de abstinência são mais leves nos usuários. Mas existe sim, dependência: não é um mito, isso pode ocorrer. Só que a maior parte faz uso ocasional, recreacional da maconha, mas podem ocorrer, sim, conseqüências importantes em relação ao uso pesado da droga. O uso ocasional pode também causar conseqüências, muitas pessoas não sabem. Mesmo no uso ocasional, podem-se desenvolver ataques de pânico, crises intensas e agudas de ansiedade, podem-se desenvolver quadros de esquizofrenia. Então ela aparece como inofensiva, mas ela não é tão inofensiva assim.²⁸

Como forma de alertar sobre os riscos de dependência que a freqüência e extensão do consumo podem acarretar, o psiquiatra reitera apenas os efeitos adversos que dependem de um conjunto de fatores psicossociais, mas que não os menciona. Nessa perspectiva, concebe como tênue a fronteira entre o uso ocasional e crônico/pesado, partindo do pressuposto da dificuldade do próprio usuário em percebê-la.

Outra via de dissenso entre os especialistas da área da Saúde sobre as discussões envolvendo o status ilícito da *cannabis* no Brasil diz respeito a sua utilização medicinal. Ensaaios clínicos, com foco em seu uso terapêutico constataram sua eficácia no tratamento dos sintomas da esclerose múltipla, na diminuição de náusea e vômito - causado pela quimioterapia no tratamento do câncer -, em condições clínicas dolorosas e como estimulante do apetite - no caso de pacientes com HIV. Alguns medicamentos derivados da *cannabis* já foram patenteados, como o *Marinol*, que vêm sendo usado em vários países para esses fins, inclusive nos Estados Unidos. (CARLINI, 2006, p. 316).

Nosso entrevistado indica que, apesar da relevância desses resultados para a melhoria de vida de pacientes que sofrem dessas doenças específicas, os debates sobre as possibilidades do uso medicinal da *cannabis* são escassos:

No Brasil, ainda há pouca discussão nesse sentido. Há alguns grupos no País que fazem pesquisas muito importantes acerca do uso terapêutico da maconha, e de alguma substância canabinóides de modo mais específico, só que não há um debate muito claro a respeito disso.

As reflexões do médico indicam que a incorporação de concepções negativas à substância, construídas durante o processo de sua criminalização, é forte no senso comum.

A conotação pejorativa, voltada à maconha, constitui entraves a esses debates, principalmente entre profissionais da área da Saúde, considerados autoridades científicas, que possuem um amplo acesso às novas pesquisas envolvendo a questão. Como indica o médico entrevistado:

28 Entrevista concedida por José Alexandre Crippa em 13 de março de 2008.

Parece que há um preconceito muito grande em relação à droga em si que não existe em relação a outras drogas. Por exemplo, a morfina é um derivado do ópio e é uma medicação prescrita no Brasil. Com a maconha há um preconceito por alguns segmentos da sociedade, mesmo da área médica de forma particular.

A resistência à possibilidade de utilização terapêutica da maconha é defendida por alguns grupos de médicos que sustentam a concepção de abstinência como forma de prevenir os riscos que qualquer tipo de uso acarreta à sociedade.

A insuficiência de pesquisas confiáveis sobre os efeitos adversos da maconha no organismo e a existência de outros medicamentos mais eficazes para o tratamento das mesmas doenças para as quais seu uso está sendo indicado, são usadas como uma das argumentações dessa vertente.²⁹ Entretanto, José Crippa ressalta a necessidade de se ater a cada caso em que o uso possa ser indicado, para não haver generalizações:

De fato, existem algumas indicações em que alguns medicamentos são mais eficazes do que determinados canabinóides. Mas a literatura não mostrou ainda, para algumas condições, que existem outros medicamentos melhores. Alguns pacientes podem se beneficiar mais do uso dos canabinóides do que de outras substâncias. Há pacientes que tem náuseas como conseqüências, por exemplo, de quimioterapia e nenhuma medicação tradicional corta esse efeito, sendo que com o consumo do canabinóide essa pessoa se beneficia. Então cada paciente pode se beneficiar de uma determina substância. Agora, eu, de fato, sou contra o uso de canabinóides pra condições em que haja outras medicações mais eficazes e mais seguras. Percebe que isso não pode ser um argumento absolutamente a banir? Senão, alguém poderia falar: existe remédio pra dor, então você não poderia usar a morfina, só que existem pessoas que só conseguem ficar em ambientes hospitalar, sem dor, usando morfina.

O posicionamento de justificação ao uso da planta para fins medicinais de nosso entrevistado coincide com a decisão tomada no Simpósio Internacional *Cannabis sativa L e substâncias canabinóides em medicina*, ocorrida em São Paulo em 2004.

No Simpósio, a caracterização do THC, pela OMS em seu relatório anual de 2003, como substância de “baixo potencial de dependência”, somada à realização de inúmeras observações a respeito de seus aspectos farmacológicos e efeitos no organismo, serviu de base para os grupos participantes considerarem um erro histórico a maconha estar classificada na “Lista IV” da *Convenção de 1961 da ONU*, junto a substâncias de teores e efeitos mais

²⁹ Essa argumentação é encontrada em LARANJEIRA, JUNGERMAN; DUNN, 1998, p.9; MARQUES, 2005, p. 173.

danosos que o seu³⁰. Como resultado dessa discussão, a AMB, a ABP, a AOB Federal, a SBPC, a ABRAFAM e o Ministério da Saúde acordaram em recomendar à Secretaria Geral da ONU a retirada da *cannabis* dessa Lista. (CARLINI; RODRIGUES; GALDURÓZ, 2005).

Durante o Simpósio, a ABEAD, representada por Ana Cecília Marques, foi exceção ao se opor a essa decisão, destacando que a caracterização da maconha como substância leve, ou seja, com baixa potencialidade de intoxicação, sugerida por algumas pesquisas, não foi amplamente comprovada pela comunidade científica. Para a pesquisadora, essa indicação, concebida por ela como prematura, pode construir uma percepção de que se trata de uma substância menos destrutiva e pode desencadear um crescimento do consumo, principalmente entre os jovens. (MARQUES, 2005).

Se retirada da “Lista IV”, apenas os médicos teriam a concessão sobre seu uso e seu status ilegal permaneceria o mesmo. Tanto os grupos que defendem o uso terapêutico da substância³¹ quanto aqueles contrários a essa possibilidade apóiam a permanência do status ilícito na legislação como melhor forma de intervenção nos riscos causados à saúde, reiterando que são quase inexistentes as políticas públicas de prevenção e tratamento aplicadas atualmente pelo Estado referente ao uso de qualquer psicoativo.

Concepções semelhantes a respeito de uma possível legalização das substâncias criminalizadas foram encontradas por Maurício Fiore (2004), em sua pesquisa sobre as controvérsias médicas relacionadas ao uso de drogas. Nela, os médicos ouvidos entendem a legalização como um consentimento do Estado para um comportamento que julgam danoso. O médico e pesquisador José Crippa alinha-se a esse ponto de vista quando elucida:

A ação governamental nesse sentido é tímida, muito tímida ainda. Não envolve apenas o ponto final, que seria o atendimento das pessoas que tem dependência ou faz o uso arriscado ou problemático de determinada substância. Mesmo nesse aspecto, o Brasil é péssimo; as políticas de atendimento a usuários são muito ruins se comparadas com países mais desenvolvidos. O que tem que ser feito, em minha opinião, em termos mais claros, não é discutir se vai liberar ou não a maconha, como droga recreativa, mas sim informar a população sobre os efeitos que essa substância pode causar. O risco que seu uso pode trazer. Não precisamos de mais uma droga liberada. Já temos o álcool, os benzodiazepínicos. Já temos o tabaco. Então não é a questão de liberar mais uma droga, mas liberar mais informações para população, especialmente para o público jovem e em particular para o público universitário, que consome mais essa substância.

30 O relatório informa que não houve, até o momento, nenhuma constatação de morte por “overdose” de maconha.

31 Sobre a temática, ver entre outros, CARLINI, 2006.

O posicionamento do especialista assemelha-se aos grupos de referência da psiquiatria, ao associar a legalização da substância para entretenimento à intervenção mínima do Estado, a começar pelo mercado publicitário, devido ao estímulo que provoca sobre o consumo. Como várias autoridades no assunto, Crippa refere-se às possibilidades dos efeitos causados pelos excessos de seu uso igualarem-se aos problemas sociais, causados pelo consumo excessivo do álcool na sociedade brasileira, com influência em considerável parte nos acidentes de trânsito e altos índices de internações hospitalares por dependência.³²

Algumas dessas concepções dominantes sobre as questões que envolvem o status ilícito de psicoativos podem ser notadas no editorial da revista da Associação Brasileira de Psiquiatria, em 1987:

Ninguém como os psiquiatras conhece melhor a miséria humana que acomete os drogados. Eles são mais vítimas do sistema de produção e tráfico – e de si mesmos – que delinqüentes. [...] Por outro lado, há que se propor uma melhor definição do que seja tráfico, de modo a excluir a circulação não lucrativa e incluir mandantes e financiadores, aplicando a estes penas de prisão mais severas e medidas que compreenderiam também o confisco de bens pessoais. Finalmente, deve-se considerar com seriedade a necessidade de se promover a descriminalização do uso da maconha, estipulando a quantidade considerada porte, sem promover a liberalização da droga. Esta medida ampliaria as possibilidades de recuperação do usuário, isolando-o do traficante e evitando sua dupla penalização: a pena social de ser um drogado e a pena legal por ser um drogado, esta muitas vezes mais danosa que a primeira. (CARLINI; RODRIGUES; GALDURÓZ, 2005, p.12).

A “descriminalização” do uso, reivindicada pelas autoridades no assunto, presente quase vinte anos depois, nas discussões do *Simpósio Cannabis Sativa L e substâncias canabinóides em medicina*, em 2004, dizia respeito à aplicação de uma pena aos usuários que o diferenciasse do traficante. Entretanto, na maioria dos casos, o termo “descriminalização” acaba por confundir o imaginário social, uma vez que seu significado refere-se a “tornar lícito”, no caso, legalizar a prática do consumo sem nenhum tipo de sanção penal, situação distinta da que prevê a legislação sobre drogas vigente.³³

A sugestão de recuperação do usuário, eximindo-o da prisão, reitera a idéia de que qualquer tipo de uso, seja ele eventual ou crônico, é concebido como uma patologia, e,

32 No caso da maconha se constata como mínimo esse tipo de ocorrência. As últimas pesquisas epidemiológicas realizadas pelo CEBRID contataram que os casos de procura por tratamento de dependência não chegam a 1% (GALDURÓZ et. al. 1997; 2004).

33 Sobre as diferenças do significado dos termos, ver: RIBEIRO, 2007.

portanto, passível de penalização mais branda, como forma de conter danos maiores às saúdes mental e física dos usuários.

Quando questionado sobre os possíveis prejuízos causados pela criminalização da maconha, nosso especialista entrevistado, José Crippa, coloca:

É difícil essa pergunta. É muito difícil te responder claramente! Eu posso ter dar minha opinião acerca disso. Eu acho que, por exemplo, um adolescente, um rapaz de 18, 19 anos que seja preso com um ou dois baseados de maconha não pode ser tratado da mesma forma como um traficante ou como um assaltante, um criminoso. Tem que haver um tratamento diferenciado. Não sei como isso pode ser feito, não sei de que maneira, não sei como classificar as pessoas de determinada forma perante a lei, mas sei que as leis não podem classificá-las da mesma forma. Assim como a pessoa que é dependente da drogas não pode ser tratada como traficante. Não tenho uma resposta plena sobre essa pergunta, mas essa é minha opinião sobre esse aspecto.

Novamente o especialista Crippa se alinha à concepção das autoridades psiquiátricas, indicando a necessidade de uma diferenciação na legislação entre usuários e traficantes, na tentativa de apresentar uma melhor solução aos problemas causados pela aplicação de penas aos usuários, considerando-os indiscriminadamente como doentes/dependentes.

O posicionamento de José Crippa a respeito da viabilidade das políticas de redução de danos é vista de forma positiva com relação à política de troca de seringas e distribuição de preservativos, para evitar a contaminação por HIV. Explicita posicionamento contrário ao referir-se às possibilidades de substituição de psicoativos autorizados pelo programa:

Eu já não sou muito a favor a liberar locais para uso. Agora há algumas pesquisas, até algumas no Brasil, dizendo que usuários de determinadas substâncias migram de uma droga menos danosa pra se livrar de determinada droga. Mas isso é uma tendência que ocorre naturalmente com o usuário. O governo já implementou isso como política e não sou muito a favor não, pois não tem como controlar como a pessoa vai usar aquilo.

Ao desaprovar as tentativas de política de substituição de um psicoativo por outro considerado menos danoso ao organismo, justificando que a migração do uso de um psicoativo para outro menos danoso ocorre naturalmente e que seria arriscado apoiar essas medidas, José Crippa parece não dimensionar os riscos que correm os envolvidos com o mercado ilegal, tanto usuários como vendedores. Sua explanação indica, ainda, a sobreposição de aspectos farmacológicos na análise da questão, talvez por decorrência de sua área de

formação e atuação, em detrimento dos fatores relacionados às diversas áreas do conhecimento envolvidos na ilicitude do uso de substâncias.

Para compreender a forma como o status da maconha é concebido e enfrentado pelos juristas - outra área que tutela a questão - entrevistamos o juiz da Vara da Infância e Adolescência do município de Araraquara, Silvio Moura Sales.

Questionado sobre as justificativas da proibição da maconha, o juiz discorre:

O que norteia basicamente a criminalização do uso de droga é a certeza, e a medicina explica isso, que é uma droga que pode causar prejuízo para as pessoas. Então, esse é um problema que é encarado como um problema de saúde. Há pessoas que fazem o uso de drogas e isso não tem repercussões, mas há outras que usam e tem, caso contrário a legislação não se preocuparia com esse comportamento.³⁴

O juiz Silvio Sales admite que os danos causados pelo consumo da substância não são comuns a todos os seus usuários. Entretanto, defende a criminalização, pautado na argumentação de preservação da saúde, disseminada pelas autoridades médicas. A concepção hoje dominante, incorporada em sua fala, é perceptível até mesmo ao indicar os motivos do uso de psicoativos por jovens:

Eu acho que essa questão do uso da droga é devido à dificuldade que hoje os pais enfrentam para educar seus filhos. Eu acho que o conflito de gerações é uma coisa que existe desde que o mundo é mundo. Sempre a juventude foi tachada de irresponsável, de flagelo da humanidade: “esse mundo não vai prestar porque a juventude vai acabar com tudo”! E às vezes quando eu estou conversando com as pessoas, eu uso o exemplo do James Deam, da década de 1950. A juventude daquela época era tachada de juventude transviada, porque peitava todas as regras e valores que havia naquela época. Era uma juventude contestadora, uma juventude prepotente, uma juventude que se achava mais forte, mais poderosa do que todos e do que tudo que havia no mundo. Assim como a juventude sempre foi. A adolescência é uma fase da vida em que essas características são muito fortes. O problema é que parece que depois que a pessoa deixa de ser adolescente e vira adulta, se esquece disso. Aí ela se vê no direito de criticar dessa forma a adolescência e juventude, se esquecendo de que um dia a pessoa provavelmente também teve esse tipo de comportamento.

O juiz entrevistado associa a prática do consumo de psicoativos ilícitos à condição juvenil, alinhando-se às representações presentes na contemporaneidade, decorrentes do movimento da contracultura e do processo de solidificação das políticas internacionais de repressão às substâncias ilícitas, que focava os jovens como seus principais usuários. As

34 Entrevista concedida pelo juiz Silvio Moura Sales, em 21 de novembro de 2007.

contestações dos jovens à cultura estabelecida também é justificada como uma herança da geração *beat*.

A incorporação da concepção da juventude, por educadores, pais, autoridades de instituições juvenis e psicólogos, como uma fase de turbulências devido à sua condição de transição a uma etapa de desenvolvimento da fase adulta, é indicada por Carlos Feixa-Pompóls (2004, p. 298), como o resultado da teoria evolucionista, desenvolvida pelo psicólogo e educador estadunidense G. Stanley Hall.

Feixa-Pompóls (2004) elucida que a adolescência e juventude são caracterizadas, por Hall, como uma fase da vida em que a puberdade fisiológica impulsiona uma agitada renovação da personalidade, materializada em tensões emocionais que necessitam de certo período de maturação até adentrarem a fase adulta. Dessa forma, o juiz não concebe as insatisfações e infrações de regras cometidas pelos jovens como implicações dos valores e práticas culturais intrínsecos à sociedade na qual se encontram, mas como elementos naturais de seu desenvolvimento.

O juiz entrevistado pareceu se linhar a esse posicionamento, além de ressaltar, ainda, compreensões de senso comum, como a incapacidade dos pais em lidar com seus filhos nessa fase:

Nos contatos que eu tenho, aqui, com adolescentes que são usuários de drogas - eu não vou falar que é totalidade, porque aí eu estaria generalizando de uma forma preocupante. Mas eu posso assegurar para você, com toda a tranqüilidade do mundo, que a imensa maioria desses adolescentes é usuária de drogas. Às vezes as crianças são usuárias de drogas, às vezes tem casos que a gente acompanha, aqui, de crianças de 9, 10 anos de idade que são usuárias compulsivas de maconha, de cola de sapateiro, de inalantes. A grande maioria desses casos envolve famílias negligentes, e quando falo isso também não falo sobre a questão de nível social.

Segundo as considerações de Sales, o consumo problemático aparece como uma questão individual, eximindo qualquer responsabilidade coletiva na garantia de condições sociais e culturais, para que os jovens desenvolvam uma formação digna, com ampla compreensão sobre os processos sociais nos quais estão envolvidos, capazes de impulsioná-los à adoção críticas de suas escolhas.

É relevante ressaltar, os apontamentos de Silvio Sales para as diferentes maneiras em que são tratados jovens e adolescentes que se envolvem com o uso ilícito de psicoativos:

Aqui a gente tem contato com situações que acabam envolvendo níveis socioeconômicos mais baixos, porque aqueles que têm um nível

socioeconômico mais alto conseguem, de alguma forma, não deixar essa questão chegar aqui. De alguma forma eles procuram dar algum atendimento para o filho. De alguma forma procura-se reparar um eventual problema que um filho pode ter causado. A gente tem alguns casos de acompanhamento dessa natureza, mas esses casos são menores em quantidade do que aqueles casos que envolvem pessoas de nível socioeconômico mais baixo. [...] O que a gente percebe claramente em nossa experiência é que em 99% dos casos, o adolescente é utilizado pelo traficante, maior de idade, para realizar aquele tipo de ação, sempre com o argumento de que se pegarem o maior, esse irá preso e se for o adolescente, não. Já tivemos vários casos aqui em que o adolescente fazia o comércio para sustentar o próprio vício, ou seja, o traficante dá a ele vinte pedras de crack e fala: você vende 18, você me dá o dinheiro e duas é para você. Então uma parte da droga comercializada tem essa destinação e uma parte é para manter o vício do adolescente.

Nesse momento de sua colocação, nosso entrevistado reitera o tratamento diferenciado, tanto terapêutico quanto judicial, dos jovens que cometem algum tipo de infração envolvendo o uso ilícito de psicoativos devido ao pertencimento à determinada classe social. Afirma que são os jovens à margem do sistema social e econômico sempre os mais visados pelas facções criminosas, que os utilizam como mão-de-obra barata, muitas vezes valendo-se do próprio psicoativos como moeda de troca pelo trabalho realizado.

Quando questionado sobre a eficácia da criminalização frente à redução e contenção do uso, Silvio Salles discorre:

Na minha opinião, as críticas à ilicitude servem mais como desculpa. Eu acho que quem quer elaborar alguma coisa voltada ao aspecto da prevenção, no aspecto do atendimento, pode fazer isso sem o menor problema, independentemente do fato de estar considerado como um comportamento que a legislação prevê como um crime.

O juiz evidencia forte apoio à continuidade da política proibicionista de determinados psicoativos e reitera a possibilidade das políticas públicas de prevenção e atendimento a usuários funcionarem independentes de qualquer mudança que ocorra na legislação sobre “drogas”.

Sales expõe o contexto caótico em que se transformou a intervenção ao consumo das substâncias proibidas:

Eu acho que esse é o grande desafio que a humanidade tem para enfrentar nesse século. A gente está tratando de uma questão que envolve fábulas de dinheiro, as pessoas não têm uma noção exata, pois como é algo ilegal, qualquer projeção que se faça envolve “chutes”. Estudiosos nesse assunto falam que o comércio de droga, o tráfico internacional de drogas são um negócio que movimenta muito dinheiro, que só perde, segundo alguns, para o comércio de petróleo e comércio de armas. Quer dizer, a gente tem um inimigo que envolve uma questão financeira absurda, que a gente aqui não

consegue ter noção. Um problema que tem ramificações em todos os lados: dentro do Estado, fora do Estado e que envolvem até hábitos que algumas pessoas têm e que acham normal. Quantas pessoas você não conhece que tem um poder socioeconômico alto e que falam que é normal usar maconha, não tem problema nenhum? Então é um problema extremamente complexo, muito complexo. Eu acho que não há quem tenha uma fórmula para combater isso aí, para enfrentar isso aí, eu acho que não existe!

Ao retratar as dificuldades das políticas de repressão ao tráfico e ao uso em se manterem legítimas, o juiz destaca aspectos marcantes dos entraves encontrados, especialmente no período de globalização referente ao assunto. Entre eles, retrata a emergência de complexas redes de organizações criminosas internacionais, que têm no tráfico de drogas e armas seu foco central de atividade, tamanha a lucratividade, facilitada pelos investimentos no sistema financeiro mundial.

O juiz indica que a situação é agravada quando somada à concepção de usuários que não concebem o consumo da *cannabis* como arriscado e prejudicial, em todos os aspectos sociais.

Aprofundando-se nas reflexões sobre as dificuldades em manter legítima a criminalização da maconha frente à concepção de seus usuários, Salles discorre sobre os argumentos contraditórios que instituíram as classificações de periculosidade atribuída as substâncias:

A questão de droga lícita, de droga ilícita relacionadas a outros problemas gravíssimos são coisas difíceis de explicar para o usuário de drogas. Quer dizer: eu não posso usar maconha, mas por que o cigarro é vendido normalmente, por que o álcool é vendido normalmente? Então não há preocupação de saúde pública! Então são questões que acho que são difíceis de encontrar respostas. Algumas delas não têm respostas. Não tem uma resposta lógica. Quer dizer, há interesses econômicos que estão movendo essas indústrias e o Estado é impotente para se opor a esses interesses.

Em sua fala, o juiz também ressalta aspectos incoerentes dos critérios de classificação que fazem da maconha um psicoativo proibido ao compará-la com outros psicoativos, como o tabaco, que também causam danos à saúde e que são amplamente produzidas e consumidas no mercado legal.

Nesse momento de sua fala, Sales considerou, de certa forma, o argumento de “preservação da Saúde Pública” como instrumento dissimulador dos interesses econômicos envolvidos na manutenção do status ilegal da substância.

De juiz à condição de pai de família, o entrevistado ressalta:

Falando como pai, como cidadão, me preocupa a gente discutir redução de danos, porque como juiz a gente está admitindo a falência de um sistema que pode estar falido, que seguramente está falido, mas que não vai passar por uma discussão de tentar recuperar essa massa falida: então já que está falido mesmo, vamos tentar ver se o prejuízo não é menor!

Nosso entrevistado, ao evidenciar sua descrença e críticas sobre as políticas públicas que visam reduzir danos relacionados ao consumo através da substituição de um psicoativo por outro menos prejudicial, é compreensível porque se pauta, justamente, na concepção dominante, que concebe o uso como um comportamento anormal e arriscado, devendo ser evitado, sobretudo, pela manutenção da abstinência. Nessa perspectiva, as controvérsias sobre os potenciais danosos da maconha se relacionam, certamente, à maneira como a sociedade contemporânea lida com a produção, distribuição e consumo da substância. (GORGULHO; MACRAE, 2003; MACRAE; SIMÕES, 2004).

O contexto apresentado indica que as polêmicas discussões associadas à manutenção do status da maconha, entre os especialistas considerados referências no assunto, no País, possuem como cerne os efeitos proporcionados pelos aspectos farmacológicos da planta. Mesmo entre as autoridades médicas que discordam da utilização terapêutica da substância, a concordância é visível quanto à defesa da erradicação de seu uso para entretenimento.

A discussão entre os especialistas demonstra que algumas autoridades médicas, responsáveis pela difusão da concepção dominante, vêm se utilizando dos resultados controversos, obtidos em pesquisas recentes, para, reafirmar a relevância da manutenção da substância na “Lista IV” da *Convenção Única de 1961* e, conseqüentemente, a manutenção de seu status ilícito.

Na defesa dessa concepção, a erradicação da maconha como instrumento de proteção, sobretudo dos jovens, figura como seu estandarte, evidenciando um forte alinhamento com as justificativas da continuidade das políticas de combate ao narcotráfico lideradas, ainda hoje, pelos Estados Unidos.

Assim, a concepção médico-científica dominante, pautada na abstinência como meio de evitar os riscos associados ao consumo, é amplamente legitimada pelo Estado brasileiro, servindo-lhe de apoio à imposição de leis proibicionistas, incorporada e reproduzida pela maioria dos agentes dos poderes do Estado.

2.6 As tentativas de ruptura com a concepção dominante

São relevantes as contradições indicadas nos axiomas que provocaram e que ainda mantêm o status ilícito da *cannabis* na legislação.

Nas últimas décadas, a emergência de estudos da área das Ciências Humanas, juntamente com algumas pesquisas da área da Saúde, ampliou as possibilidades de compreensões voltadas o uso e à criminalização de determinados psicoativos.

Pesquisas recentes sobre os aspectos farmacológicos da maconha, associados ao contexto psicossocial em que o uso é realizado, facilitam a apreensão de algumas peculiaridades obtidas dos efeitos em cada usuário.

As implicações decorrentes do consumo da planta, como ataques de pânico, tentativas de suicídio, depressão e ansiedade, mudanças de personalidade, impotência, diminuição da libido, desenvolvimento de uma síndrome de dependência, entre outros aqui já citados, são difundidos por autoridades médicas de forma extensa e alarmante à sociedade. Nesse sentido, apenas algumas informações são transmitidas em detrimento de outras, também importantes na análise contextual sobre a questão, tanto no que concerne aos efeitos do uso agudo quanto ao uso crônico.

Semelhante aos resultados da pesquisa de Karniol e Seibel (2008, p.60), Macrae e Simões (2004, p.98) assinalam que para os usuários de maconha, as experiências desagradáveis com o consumo da planta foram resultados de estados psíquicos que já estavam latentes em si, assim como as paranóias foram atribuídas ao medo da política repressiva vigente. Segundo os pesquisadores, esses fatores, somados à ausência da memória recente por alguns dias após a ingestão da *cannabis* - mencionado pela maioria dos usuários de seu estudo - fazem os consumidores refletirem sobre os excessos cometidos e os levam a selecionar melhor as circunstâncias e ocasiões para uso.

As colocações de Macrae e Simões (2004, p.99) indicam que, para os usuários, as poucas alterações no padrão estável de consumo da substância dependem mais dos fatores socioculturais do que de suas propriedades farmacológicas. Ressaltam, ainda, que muitas pesquisas indicam que a frequência do consumo de maconha entre jovens usuários tende a se estabilizar, diminuir gradativamente, ou até se extinguir com o passar dos anos.

A indução à dependência e, posteriormente, à procura de outras substâncias mais danosas ao organismo, também é contestada por muitos pesquisadores. Para Macrae e Simões (2004, p.100), esse argumento, conhecido como processo de “escalada” na busca de novas sensações, utilizando-se de outras substâncias - devido ao desenvolvimento da tolerância em

relação àquela comumente consumida -, é contestado cientificamente devido aos próprios usuários conhecerem os diferentes efeitos causados entre os diversificados psicoativos. Os autores elucidam que, mesmo considerando a maconha e a cocaína substâncias encontradas na mesma rede social, possibilitando aos seus usuários variarem suas escolhas, estes tendem a manter sua preferência, ou por uma ou por outra. Predisposição individual, fatores sociais e políticos constituem uma série de elementos envolvidos nessas escolhas e em sua continuidade.

Dessa forma, esses pesquisadores afirmam que a sustentação desse argumento de “escalada” a psicoativos mais fortes é utilizada como um instrumento ideológico na repressão ao consumo. A utilização do argumento de “escalada” acaba, ainda, por reduzir as complexidades que envolvem as escolhas e a continuidade do uso, inviabilizando a todos um entendimento mais profundo sobre os fatores políticos e culturais envolvidos na questão. Segundo os autores, esse argumento impede, ainda, os possíveis dependentes das substâncias ilícitas de compreenderem os fatores subjetivos que os levaram a desenvolver práticas compulsivas de consumo e ilegais.

Os efeitos farmacológicos da planta, somados aos diversos motivos relacionados à sua criminalização e de demais substâncias, assim como os inúmeros danos sociais decorrentes de sua proibição, vêm impulsionando o surgimento de medidas alternativas no contexto internacional, como tentativas de enfrentamento à política proibicionista.

Segundo Vidal (2008b, p.27), em 1976, a Holanda caracterizou-se como pioneira na implantação de uma política de ajuste legislativo para o consumo e venda de maconha. O autor elucidava que a legislação federal possibilitou que cada município decidisse sobre a permanência dos processos criminais por porte e uso da substância e a distribuição de quantidades restritas em *Coffes-shops* ou em farmácias com prescrição médica. A lei previa a tolerância de lojas de materiais para cultivo da maconha, venda de suas sementes, entre outros fatores. Entretanto, a implantação dessas medidas não obteve o apoio de todos os municípios³⁵, ocasionando muitos processos judiciais e a instituição de novas normas para a obtenção de um maior controle sobre a venda e uso.

O autor elucidava que em 2004, o chefe-adjunto da Unidade de Drogas do Ministério da Saúde da Holanda, Marcel de Kort, defendeu a legitimidade do funcionamento dos *Coffes-shops* a partir do rígido seguimento de quatro regras:

35 Apenas 20% dos municípios aderiram a implantação dos estabelecimentos.

1) Não permitir a entrada de pessoas menores de 16 anos; 2) Não permitir a venda ou consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas; 3) Não promover ou permitir a realização de qualquer tipo de desordem pública ou incômodo à vizinhança; 4) Não manter mais de 500 gramas de maconha e nem vender mais de 5 gramas por pessoa/dia. (SENAD apud VIDAL, 2008b, p. 27).

Para o pesquisador, o intuito do governo holandês em separar a comercialização da maconha de outras substâncias proibidas através dos ajustes legislativos junto à implantação de políticas públicas, impulsiona uma discussão internacional sobre a questão apenas no final da década de 1990. Desde então, países como Inglaterra, Canadá, Portugal, Austrália, Inglaterra, alguns estados dos Estados Unidos, entre outros, vêm adotando legislações mais flexíveis em relação às práticas de consumo e plantio para uso próprio. Atualmente, as principais discussões entre as autoridades da Holanda estão nas tentativas de restringir essas medidas para aqueles que não possuem cidadania holandesa, dado o grande número de europeus de países vizinhos que migram em busca de atividades relacionadas ao uso ou venda da maconha.

Em junho de 1998, a 20ª Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, para debater o fenômeno do uso e venda de psicoativo em nível mundial, propõe o comprometimento dos países membros da ONU na realização de medidas para reforçar a cooperação internacional sobre a questão. A instituição de uma agenda internacional, criada no encontro, definiu o prazo de dez anos, de 1998 a 2008, para a apresentação dos resultados das medidas adotadas na redução da demanda e da procura por substâncias ilegais entre os países membros. (OBSERVATÓRIO..., 2008, p.11).

Como cumprimento do acordo, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência (OEDT) apresentou ao Gabinete das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime (UNODC), o “Relatório Anual 2008: o fenômeno da droga na Europa”. O relatório se baseia nas informações fornecidas pelos Estados-Membros da UE, os países candidatos e a Noruega, avaliando as mudanças ocorridas nas políticas sobre o uso e venda de psicoativos ilícitos. Traz, também, os resultados dessas mudanças, servindo de instrumento de reflexão e debate para os grupos de trabalho que se reuniram em março de 2009 para realizar possíveis mudanças nas políticas a serem instituídas.

No relatório da OEDT, a prevalência do consumo da maconha ao longo da vida atinge, pelo menos, 71 milhões de adultos europeus. Dados recentes sobre a tendência de seu consumo, entre grupos juvenis e adultos, sugerem um crescimento nos países onde a prevalência é menor em detrimento da estabilização e diminuição do consumo em países onde

sua prevalência constatava-se superior aos demais, como o Reino Unido. (OBSERVATÓRIO..., 2008, p.13).

Entre as mudanças mais significativas, o relatório acentua as mudanças ocorridas na legislação dos países da União Européia para uma abordagem mais branda na legislação, distinguindo o traficante de psicoativos dos usuários, considerados doentes.

Em 2007 vários países, como Estônia, Hungria, Finlândia, Turquia, Noruega, Espanha entre outros, adotaram planos de ações para compor as políticas de apoio e tratamento de dependentes. Segundo o relatório, apenas no Reino Unido, o uso da maconha será reclassificado com maior severidade. Na Noruega e no Reino Unido, foram criados tribunais especiais para julgar casos relacionados à temática, e Portugal instituiu um “sistema de comissão” para tratamentos de casos de toxicod dependência. Dadas as peculiaridades enfrentadas em cada país, sobre a temática, a maioria deles incorporou ou ampliou opções ou sistemas de encaminhamento dos usuários infratores para tratamento - dentre elas, algumas voltadas às políticas de redução de danos - ou aconselhamento, como alternativas às sanções de prisão. (OBSERVATÓRIO..., 2008).

Nos últimos anos, o Brasil começa a adotar timidamente algumas medidas semelhantes às implementadas pelos países da União Européia, trazidas no Relatório sobre o fenômeno da droga. Entre elas, a mudança na nomenclatura da SENAD e do CONAD, que tiveram o termo “Antidrogas” alterado para “Políticas Sobre Drogas”. (BRASIL, 2008).

Outra novidade refere-se à *Lei 11.343/06*, que traz algumas das demandas dos grupos vinculados às estratégias de redução de danos³⁶, constituindo uma das medidas alternativas reconhecida pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Alguns dos princípios da redução de danos constam em muitos artigos da nova Lei sobre drogas, como “o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana”, entendido quanto à “sua autonomia e à sua liberdade”, “o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes”, entre outros. (BRASIL, 2006a).

Para Fiore (2004 p. 89), as políticas de redução de danos caracterizam-se por uma filosofia que rompe com as concepções dominantes sobre o uso de psicoativos, devido a sua integração com diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Médicas, Psicologia, Ciências Sociais e Saúde Pública.

³⁶ Estabelecida há mais de dois milênios, por Hipócrates e seus discípulos, seus princípios fundamentam-se no dever primordial do ofício médico: “não cause danos”. Esse ensinamento consiste em evitar qualquer tipo de cuidado ou terapia mais danosa que a própria doença tratada. (FIORE, 2004, p.93).

O autor reitera que, no Brasil, as medidas de redução de danos constituem-se como políticas públicas que abrangem o uso de psicoativos baseadas na argumentação sobre a ineficiência das práticas defendidas pela maioria das autoridades médico-científicas, que se volta à manutenção da abstinência como meio de prevenir os riscos que o uso pode provocar. A abordagem da “filosofia de redução de danos” ampara-se, ainda, nas críticas às políticas de combate às drogas, por considerá-las fomentadoras da violência que permeia o mercado ilegal, estruturado à margem do Estado.

Mauricio Fiore (2004, p.104) elucida que as estratégias ligadas à redução de danos opõem-se a quaisquer formas de punição legal, assim como formas de tratamentos compulsórios. Essas orientações possuem embasamento no direito individual ao uso de psicoativos, seja ele lícito ou não, ou seja, da pessoa possuir o direito de optar pelos riscos após receber esclarecimento e apoio profissional sobre os possíveis efeitos de seu consumo.

Enquanto os grupos da medicina tradicional, focando os efeitos bioquímicos que a substância provoca, utilizam o argumento da preservação da Saúde Pública em detrimento dos direitos individuais, como forma de mensurar os riscos às práticas que se desejam evitar, as estratégias médicas de redução de danos tomam como pressuposto que as liberdades individuais devem orientar qualquer política e legislação sobre psicoativos. Distinta da medicina dominante, a redução de danos não foca suas estratégias na extinção do uso de psicoativos, mas em uma situação que se deseja controlar, por exemplo, o desenvolvimento de uma dependência, mensurando em que medida as práticas relacionadas ao consumo pode desenvolver esse quadro.

Para essa vertente, a integração de elementos culturais, psicológicos e sociais é a base de sua ideologia e decisivas na definição dos vários níveis de risco em relação à dependência de diferentes psicoativos, evidenciando que os tipos de compreensões e de condutas frente aos psicoativos são conseqüências das práticas culturais incorporadas.

Segundo Gorgulho e Macrae (2003) e Ribeiro (2007), as propostas das políticas de redução de danos trazem algumas possibilidades de debates entre os próprios usuários, como forma de compreenderem os conceitos e os demais assuntos relacionados ao uso de psicoativos no contexto social, assim como a implantação de algumas políticas de prevenção e tratamento, baseadas em suas sugestões sobre o assunto.

Nesse horizonte, os profissionais vinculados a esse grupo defendem que mudanças legislativas, tendendo à legalização da prática do consumo e da venda, devem ocorrer paralelas ao aumento de programas voltados à conscientização dos riscos do uso e de melhorias na estrutura de atendimento público a dependentes.

Fundada em 1997, a Associação Nacional de Redutores de Danos (ABORDA) constituiu-se como primeiro grupo integrado por usuários de psicoativos ilícitos. Em 1998, a formação de mais uma organização nacional, a Rede Brasileira de Redução de Danos (REDUC) impulsionou a criação de outros grupos que promovem esse tipo de abordagem. Essa atuação possibilitou mudanças legislativas estaduais e municipais para a implantação de políticas públicas voltadas, inicialmente, à troca de seringas³⁷, no controle da epidemia de HIV em usuários de psicoativos injetáveis³⁸. Recentemente, em alguns estados, como São Paulo, tornou-se obrigatória a instalação de bebedouros em casas noturnas, entre outros.

Para que se alcancem melhorias na qualidade de vida dos dependentes, pesquisas mais recente também estão sendo tomadas como referências para que sejam implantados programas de substituição de um psicoativo por outro que cause menos danos, como a troca de cocaína ou crack por maconha.

As abordagens médicas dominantes, voltadas à discussão dos efeitos da maconha, passam a receber duras críticas de grupos da redução de danos, por desconsiderarem a questão de forma interdisciplinar, focando apenas os aspectos farmacológicos.

Entre os grupos que tecem essas críticas, podemos encontrar a contestação pública da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas (ABRAMD), realizada em 2006, sobre um parecer da ABP, intitulado *Revisão científica: Maconha e Saúde Mental*. Nela, a ABRAMD contrapõe, através de várias pesquisas científicas internacionalmente reconhecidas, desde informações a respeito dos efeitos provocados pela substância até o posicionamento da ABP, por colocar-se como referência inquestionável no conhecimento sobre esses efeitos e no tratamento apropriado dos usuários, independente da relação que esses estabelecem com a substância:

[...] A discussão do assunto, principalmente quando aborda o alegado prejuízo da maconha no rendimento escolar e na sociedade dos jovens, não conta com a contribuição de sociólogos, educadores, juristas, antropólogos, religiosos, ou outros especialistas que poderiam ampliar o significado da questão, resultando numa opinião maniqueísta: por um lado a maconha é

37 Essas políticas basearam-se nas experiências de êxito ocorridas na década de 1980 em vários países da Europa. Esses países se ancoraram na política sobre tolerância de psicoativos da Holanda, e no êxito do programa de “troca de seringas”, iniciada em 1980 por grupos de usuários de psicoativos injetáveis em Amsterdã.

38 Com a epidemia de HIV, em 1989, a cidade de Santos, no Estado de São Paulo, foi a primeira a aplicar a estratégia de “troca de seringas”. Entretanto, a divulgação dessas políticas pela mídia causou polêmica e os coordenadores do programa tiveram que interrompê-lo por sofrerem um inquérito policial por parte do Ministério Público, que os indiciavam como traficantes, conforme os artigos da Lei de Tóxico de 1976. Seis anos após a experiência de Santos, o Centro de Estudos e Terapias de Abuso de drogas (CETAD) vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Estadual da Bahia passou a sediar a troca de seringas, em Salvador, mesmo sob críticas de fazerem apologia às drogas. (RIBEIRO, 2007, p. 54-55)

“satanizada” e, por outro lado, Estado e sociedade não são responsabilizados pelos tremendos desencontros na área de direitos fundamentais e da marginalização dos jovens. Nesse sentido, ambos são vistos simplesmente como vítimas inocentes de um “poder diabólico”, que é a droga. (ASSOCIAÇÃO..., 2006).

Nessa perspectiva, a ABRAMD contestou a desconsideração da ABP sobre a existência de estudos sobre os efeitos da maconha, que não são prioritariamente, pautados pelo viés farmacológico.

Segundo Ribeiro (2007), sob o argumento das abordagens multidisciplinares sobre os efeitos e demais questões relacionadas ao uso de psicoativos, os grupos que implantaram programas de redução de danos estão conseguindo respaldo do Estado, através de modificações legislativas e emergem com mais notoriedade e reconhecimento no debate público sobre psicoativos.

Esses grupos, porém, vêm encontrando muita resistência para implementarem essas políticas, principalmente devido a ações de autoridades médico-científicas e do Ministério Público que, ancorados nos artigos fortemente repressivos, resquícios da Lei de Tóxicos de 1976, acusam-nos de estimularem, auxiliarem e disseminarem o uso de psicoativos ilícitos. (VIDAL, 2008b; RIBEIRO, 2007; GORGULHO; MACRAE, 2003).

Pesquisadores como Minayo e Deslandes (1998), Noto e Formigoni (2002) e Raupp e Milnitsky-Sapiro (2005) indicam que o descompasso existente entre a legislação, as políticas públicas e os problemas de saúde envolvendo prevenção e tratamento, enfrentados pelos brasileiros no que concerne ao uso de qualquer psicoativo, ocorre devido às políticas públicas estarem sempre voltadas à repressão ao tráfico. Nas últimas décadas, a intensificação do uso de psicoativos ilícitos, como maconha e cocaína, são indicadores de que as medidas proibitivas adotadas pelo governo brasileiro se mostraram ineficientes.

Como exposto anteriormente, foram vários os fatores que fizeram dos Estados Unidos os pioneiros na qualificação do uso de determinados psicoativos como um problema social. Dentre os mais relevantes, a aversão à substância que alterasse o estado de consciência agravada pela emergência do proibicionismo, liderado pela corrente puritana; as políticas xenófobas e racistas de controle das classes subalternas, vistas como ameaçadoras; o estímulo do consumo de determinadas substâncias em detrimento de outras, motivadas por interesses políticos e econômicos, formador ainda, de um monopólio médico-farmacêutico.

A incorporação de algumas concepções presentes na ideologia estadunidense, motivadora da criminalização da planta, é facilmente identificada no processo rumo à mesma proibição no Brasil.

As práticas culturais dos grupos subalternos, entre elas a utilização da maconha em rituais religiosos ou como entretenimento, influenciou a instituição da primeira Lei, em 1830, que proibia o uso da planta. Essa lei não obteve nenhum tipo de repercussão já que, em meados do século XIX, o surgimento de pesquisas científicas impulsionou a aceitação da maconha como fármaco por alguns médicos, evidenciando semelhanças com as pesquisas surgidas na Europa e nos Estados Unidos no mesmo período.

No início do século XX, cigarros feitos da planta eram importados da indústria parisiense *Grimault & Cia* para o tratamento de asma, catarros e insônia, assim como suas indicações para o tratamento de outras doenças eram facilmente encontradas nas prescrições médicas e catálogos de produtos farmacêuticos. (CARLINI, 2006, p. 315).

Esse contexto fortalece argumentação de alguns antropólogos, entre eles Macrae e Simões (2004) e Fiore (2004, p. 16-17), sobre a inexistência de um debate estatal referente ao controle exacerbado de substâncias, como a preocupação com a saúde de seus usuários até o final do século XIX, no Brasil. Para esses autores, a lei municipal do Rio de Janeiro de 1830, apenas acobertava os interesses de controle dos grupos dirigentes sobre as manifestações culturais de um grande contingente de negros, índios e miscigenados na capital do Império.

Posteriormente, a emergência da medicina vigente como referência na intervenção pública ao uso de psicoativo, através da implementação de políticas sanitaristas, continuou a visar as práticas de grupos de migrantes nos centros urbanos, tomando-as como ameaçadores da ordenação social almejada pelas classes dominantes.

Vidal (2008a) enfatiza que o pioneirismo do cientista Rodrigues Dória nos estudos sobre os efeitos da *cannabis*, tidos como “degeneração mental e moral”, “vício e compulsão”, “loucura, psicose e crime”, entre tantas outras teses coincidiam com o conceito de eugenia e foram associados ao comportamento intrínseco dos negros. No segundo Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington, 1915, o professor Dória reitera seu posicionamento, ancorado em suas teses científicas:

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos estases fantásticos, lhe fazia rever talvez as áreas ardentes e os desertos sem fim de sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que o afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva”. (DÓRIA, Apud VIDAL, 2008a)

A semelhança marcante entre o processo de criminalização da maconha no Brasil e nos Estados Unidos caracteriza-se, sobretudo, pelas motivações que a impulsionaram. A tese de Dória começou a ser amplamente aceita pela academia nacional e internacional e possibilitou às autoridades médicas brasileiras, já responsáveis em manter a política sanitarista, a iniciar a construção de uma concepção baseada em um cientificismo impregnado de categorias racistas, como o ocorrido nos Estados Unidos em relação aos imigrantes mexicanos.

Segundo o sociólogo Misse (1986), o processo de criminalização da maconha, sempre esteve atrelado às criminalizações e às perseguições dos grupos subalternos. A relação polícia/objeto de perseguição é iniciada quando fumar a substância começa a ser relacionada com outros crimes, mas somente se consolida através do aparelho judiciário, legitimando o saber da medicina vigente, que associa a maconha às práticas subjetivas, dentre elas, a loucura e a subversão.

Para o sociólogo, a perseguição aos usuários de maconha constrói um “círculo” de elementos insociáveis como forma de sustentar concepções pejorativas sobre a substância e acobertar as políticas de controle social voltado aos grupos subalternos.

As movimentações contrárias ao consumo, presentes no contexto internacional, culminaram na criminalização da maconha na *Convenção Única de Entorpecentes da ONU*, de 1961, a mais relevante desde então, materializando a produção e o uso da *cannabis* como um problema internacional. Contudo, a classificação da planta causou divergências entre os próprios peritos da Organização Mundial de Saúde (OMS). A substância foi incluída na “Lista I”, caracterizada como psicoativo com forte potencial de indução à dependência, como a cocaína e a morfina, com produção controlada e reservada apenas para utilização terapêutica e também na “Lista IV”, como psicoativo altamente danoso, semelhante a heroína.

Para Modesto (1997, p.92-93), muitos dos especialistas presentes nessa Convenção consideraram a classificação a-científica, pois era contraditório o fato de que substâncias com as mesmas características biológicas, de efeitos neurológicos e psicológicos similares fossem consideradas responsáveis pela redução moral e intelectual dos usuários e outras não. O autor indica a incoerência dessa classificação ao enfatizar que, na *Classificação Internacional de Doenças (CID)*, revisada regularmente pela Organização Mundial de Saúde, essas mesmas substâncias (maconha e cocaína), juntamente com o álcool, o tabaco e o café são consideradas substâncias que podem desencadear vícios, independentemente das características lícita ou ilícita a que são subjugadas nas legislações vigentes.

Esses subsídios corroboram a argumentação de estudiosos como Passetti (1997), Escotado (1996), Modesto (1997) e Paixão (1999) sobre as classificações das substâncias ilícitas serem efetivadas sob o âmbito moral, de conceito “ético-legal”, mascaradas em última instância pela argumentação de que todos os estados devem zelar pela saúde de seus cidadãos, através do controle ou proibição de substâncias que alterem seu sistema nervoso.

No Seminário *Cannabis sativa L. e Substâncias Canabinóides em Medicina*, organizado SENAD e pelo CEBRID, realizado em 2004, em São Paulo, a tentativa de discussões sobre a retirada da maconha da “Lista IV”, da Convenção de 1961 da ONU, provocou reflexões que conceberam de maneira mais ampla e profunda as questões relacionadas ao seu status ilícito na legislação brasileira. Essas discussões ultrapassaram as limitações de aspectos farmacológicos que focam os riscos de dependência e por isso tão polêmico, assim como o abrandamento da pena para usuários, colocados pela maioria dos médicos psiquiatras.

Representando a AOB Federal nesse Seminário, Toron (2005) levanta como ponto central de suas observações a caracterização incoerente e arbitrária relegada ao usuário de substâncias ilícitas na legislação ao enfatizar que esse indivíduo, quando autuado com psicoativos ilegais para uso próprio, responde por um crime que considera sua ação ameaçadora à Saúde Pública e a si próprio. Nessa lógica, Toron enfatiza que o Estado torna-se tutor do próprio indivíduo ao proibi-lo de usar determinados psicoativos sob o argumento de prevenir quaisquer danos que esse fato possa vir a causar à sociedade e a ele mesmo:

Ademais, o Prof. Argentino Norberto Spolansky ressalta o fato de que se tivéssemos que usar o critério de que toda a condição necessária de um fato que se quer evitar, deve ser castigado, “essa exagerada e irracional maneira de criar responsabilidades, nos levaria a ter que proibir a produção de automóveis, já que eles são condição necessária para a existência de acidentes de trânsito”. (TORON, 2005, p. 189).

Para o autor, a criminalização se mostra ineficaz como forma de intimidação ao uso dessas substâncias, visto as pesquisas que indicam o crescimento de seu consumo mesmo após sua proibição e acaba por possibilitar o desenvolvimento oculto dessas práticas, acarretando o fenômeno denominado de *cifra negra*. Entre outras indicações, remete-se às afirmações do professor Alessandro Baratta, enfatizando que a legislação caracteriza indiscriminadamente, usuários eventuais e dependentes, desconsiderando, portanto, a plena realização dos papéis sociais dos usuários eventuais, que são a grande maioria, sem

posteriores prejuízos. Além disso, levanta uma questão pouco retratada durante a discussão, reflexo, talvez, do tratamento recebido no contexto brasileiro atual:

Se em vez de depositarem sobre a droga as frustrações da sociedade – ela mesma altamente marginalizadora e alienante – em um tratamento assemelhado ao que se dispensou às bruxas na idade média, fosse aberta uma nova perspectiva em termos de abordagem estatal da questão das “drogas”, certamente se teria condições mais dignas e auspiciosas para se dialogar com o usuário, dependente ou não. E não basta que se repense a questão das drogas relativamente aos usuários. É necessário que o próprio comércio venha sofrer diferenças de tratamento. (TORON, 2005, p.193).

Nessa mesma vertente de reflexão seguiram as colocações de Candotti (2005), na época, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Elucidou ser as possibilidades de dependência da maconha, ou de qualquer outra substância, argumento incoerente para sua criminalização se considerarmos que, além das substâncias químicas, a profunda influência de normas e comportamentos a que estamos sujeitos também podem provocar “euforia”, “depressão”, “dependência”, “alegria”, mas nem por isso são classificadas em listas.

Ao indicar a existência de uma significativa tolerância social em relação ao uso da maconha para entretenimento, o pesquisador aprofunda a questão mencionando alternativas a seu status ilícito a fim de diminuir práticas condizentes com a perpetuação do cinismo que permeia as concepções proibicionistas:

Então a minha mensagem como presidente da SBPC é: vamos juntos promover maiores esclarecimentos e insistir nas pesquisas que possam classificar, caso a caso, tipo a tipo. Inclusive, devo confessar a vocês que nos meus grupos de trabalho havia uma grande discussão, sobre os diferentes teores de THC. Será que estes tipos tendem a provocar diferentes graus de dependência? Então, deveríamos promover a distribuição ou a venda destes produtos marcando nas etiquetas baixo teores, altos teores, etc.? Soa quase como uma brincadeira isso que eu estou dizendo, mas na verdade estamos em uma sociedade acostumada a distinguir os produtos por seus teores. Então, por que a cannabis não deveria ser comercializada sob controle, trazendo seus teores de danos? Não acredito que não falando nisto possamos contribuir para combatê-la ou para melhor educar os nossos jovens. É obvio que devemos enfrentar estes problemas, e devemos enfrentá-los sem a hipocrisia que marca essas discussões, em função de normas socialmente concordadas, pois, assim, acabamos jogando por debaixo do tapete as mesmas normas que usamos em tantos outros casos. (CANDOTTI, 2005, p. 195)

A tentativa de descentralizar a temática sobre a maconha da esfera médica e jurídica é sugerida como possibilidade de enfrentamento dos problemas que seu status ilícito vem acarretando na sociedade. Esse enfrentamento, até então não explorado, possui como ponto central o alcance da prudência e do equilíbrio referente ao consumo:

É uma questão de educação, é uma questão cultural que pertence a um universo mais amplo, como alcançar a moderação, como educar para a moderação; não está nos códigos civis e obviamente não é questão de polícia. É uma questão de visão mais ampla da sociedade, da própria compreensão das diferenças nela existentes e que infelizmente é de difícil equacionamento. Vimos agora mesmo que as imagens e as comparações metafóricas tendem a dificultar a discussão e não torná-la mais ampla. Eu acredito que retirar do item IV, é como todos nós estamos prevendo, abrenos a discussão imediata de como seguir adiante. É o seguir adiante, é o caminho da moderação, um caminho que exige cultura, exige entendimento do que é diferente e de quais são as liberdades individuais fundamentais. Pois todos os excessos, eu diria, são igualmente uma droga. (CANDOTTI, 2005, p. 203).

Essas colocações foram ao encontro dos questionamentos levantados por vários participantes do Simpósio a respeito das possibilidades de um “surto” do consumo da planta, principalmente entre os jovens, se legalizada, vistos os altos índices de consumo que o Brasil já possui com o álcool e o tabaco. (CARLINI; RODRIGUES; GALDURÓZ, 2005).

Escohotado (1996, p.106) acentua críticas à política hegemônica de psicoativos ao encontrar danos semelhantes com aqueles causados pela indução ao consumo de substâncias por alguns Estados a seus soldados durante vários períodos históricos.

O autor revela a similaridade desses problemas com a instituição da Lei Seca – 1920 a 1933 - nos Estados Unidos, uma vez que a proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas pelo governo não impediu o considerável crescimento de seu consumo e os acidentes e mortes deles decorrentes. A medida proibicionista proporcionou, ainda, a estruturação de um complexo sistema de extorsão e corrupção envolvendo integrantes do governo estadunidense, fortaleceu associações criminosas que praticavam o tráfico dessas bebidas e converteu mais de meio milhão de pessoas em criminosas. Já em 1928, a criminalização de outros psicoativos possibilitou que um terço dos presos estadunidenses, tanto mulheres quanto homens, cumprissem pena por uso de opiceáceos e cocaína, provocando saturação no sistema penitenciário. (ESCOHOTADO, 1997, p.107-112).

Em contrapartida à exacerbação do consumo em países em que vigorava o proibicionismo e suas catastróficas conseqüências, o autor expõe que, na Índia, o alto consumo de ópio nunca causou problemas sociais como os que levaram a China à

desconfiguração de suas instituições; assim como o aumento constatado no consumo lúdico de anfetaminas na Espanha, em 1964, por universitários, declinou espontaneamente.

Os danos provocados pelo resultado da criminalização no início do século XX, não se mostraram intimidadores do forte processo de combate às drogas, iniciado em 1972, quando o presidente Richard Nixon declara “guerra às drogas”, ao anunciá-las como “inimigos nº 1 da América”. Desde então, as ações governamentais estadunidenses focam o combate militarizado à produção das substâncias criminalizadas nos países subdesenvolvidos, responsabilizando-os pela “corrosão da juventude”.

Legitimado pelo acordo entre países integrantes das Convenções Internacionais, essa estratégia de “guerra às drogas”, expande de maneira exorbitante os lucros de sua indústria bélica e ainda cria a ficção de países produtores e países consumidores, como forma de justificar intervenções políticas nos países latino-americanos.³⁹

Thiago Rodrigues (2003, p.116) reitera essas afirmações ao assinalar que a imposição de leis que criminalizaram os psicoativos impulsionou a estruturação do tráfico de drogas, composto por redes de complexas organizações criminosas, localizadas internacionalmente, caracterizadas como segundo empreendimento mais rentável do mundo, depois do tráfico de armas.

Para o autor, a tamanha lucratividade desse empreendimento é reflexo da sua ilegalidade na venda e consumo, possibilitando a ausência de pagamentos de direitos trabalhistas, de impostos, de investimento em controles de qualidade da mercadoria, assim como a venda de insumos químicos desviados a preços muito acima do mercado formal, entre outros.

Essa dinâmica integra-se no sistema financeiro global, por meio da lavagem de dinheiro facilitada pelo fluxo livre de capitais proporcionado pelos sistemas de informáticas, marcando-o como crime mais relevante e peculiar do processo de globalização, evidenciando assim, a fronteira tênue entre o lícito e o ilícito. (ARBEX, 2004; FEFFERMANN, 2006)

As reflexões de Augusto Caccia-Bava e Ricardo Penteado (2007) revelam que a realização de políticas, pautada em interesses de grupos financeiros internacionais em detrimento de demandas sociais, cria um paradoxo nas promessas de prosperidade econômica trazidas pela globalização, evidenciando condições de sobrevivência desumanas, entre elas a marginalização de grupos por meio da baixa distribuição de renda, associadas à privação dos direitos fundamentais, não garantidos pelo “Estado de direito”.

39 Sobre esse tema, ver, entre outros, ARBEX Jr; TOGNOLLI, 1996.

Segundo Caccia-Bava e Penteado (2007), essa condição se acentua em regiões abandonadas, como favelas e bairros periféricos, às quais os autores chamam de “zonas obscuras da cidade”. Nelas, a ausência do espaço público institucional auxilia a produção e reprodução de práticas de crimes e violência em potencial. Nesse processo, colocam que um grande número de pesquisas, há muito realizadas no país, evidenciam ser os jovens da classe subalternas as principais vítimas do número total de homicídios, antes que autores desses delitos.

Em meio a essa condição de extrema miséria e abandono, estudos como o de Marisa Feffermann (2006) vêm indicando que, às vezes, as ofertas de trabalho do tráfico de drogas servem de alternativa à inserção na cultura de consumo e ao reconhecimento social de muitos jovens dos grupos subalternos, abandonados pelo Estado.

Para Feffermann (2006, p.58), a integração desses jovens aos grupos que comercializam psicoativos ilícitos o deixa à mercê de uma dinâmica em que o uso de violência é a única estratégia de resolução dos conflitos. A repressão, legitimada pela lei proibicionista, é concebida como à manutenção do *status quo*. Dessa forma, a autora reitera que entre as maiores vítimas desse processo, estão os jovens e adolescentes trabalhadores ilegais do tráfico de drogas que, frente a uma gigantesca reserva de mão-de-obra, arriscam suas vidas, caracterizando-se como as mercadorias mais baratas desse circuito.

Somadas as reflexões expostas, Macrae (1997) e Eluf (2004) indicam que a adoção de tendências internacionais na legislação brasileira influenciam a não especificação das substâncias ilícitas entre si, deixando essa responsabilidade a cargo de instâncias burocráticas como o Ministério da Saúde e o da Justiça. Os autores criticam ainda a imposição de políticas de repressão ao uso que ignoram as especificidades da realidade de cada comunidade na sociedade brasileira, dificultando a eficiência de medidas que visam melhoria de vida de todos os envolvidos com o circuito do uso e venda dos psicoativos proibidos.

Apesar de retratar avanços em alguns de seus aspectos, a Lei de nº. 11.343/06 continua mantendo fortes traços da ideologia que trouxe alguns psicoativos como foco de combate da Política de Segurança Nacional. A tutela dos usuários, antes médico-policial, passou a vigorar como de Saúde-Pública/Jurídica, uma vez que o uso de substâncias proibidas figura na legislação como crime contra a Saúde Pública. (BRASIL, 2006a)

A lei vigente continua a impor ao usuário o estigma de doente/criminoso, mas de forma acobertada, uma vez que as “penas administrativas” podem ser aplicadas como medidas de reeducação, tratamento, prestação de serviço à comunidade, multa ou advertência verbal sobre os efeitos da substância.

De acordo com Luciana Boiteux Rodrigues (2006a, p.155), o aumento da pena para o traficante na legislação vigente indica a continuidade do decreto de Lei 8.072 de 1990, que elevou a prática do tráfico à caracterização de crime hediondo. Para a autora, essa rígida implementação nas penas moldou a nova caracterização da “ideologia de segurança urbana” brasileira, ancorada nos exemplos do movimento da “lei e ordem” estadunidense. Tal doutrina era marcada por um caráter repressivo, moralista e passional, além de possuir suas origens em um período em que seu principal inimigo era o comunismo internacional.

Segundo Rodrigues (2006b), as mudanças ocorridas na Lei n. 11.343/06, sobretudo a flexibilização da pena para usuários figurou-se como uma “cortina de fumaça” em detrimento do significativo aumento da pena para traficantes. Nessa perspectiva, essa medida beneficia apenas usuários de classe média, que não precisam traficar para consumir psicoativos ilícitos.

Para a pesquisadora, as fortes punições continuarão a ocorrer com os “aviões” e pequenos traficantes que, privados do convívio familiar, são integrados em facções criminosas e submetidos a inúmeras violências e humilhações, explícitas em qualquer penitenciária, tornando quase que certa sua reincidência após a saída do sistema prisional em decorrência do estigma que lhe fora imputado.

A nova lei contribui para aumentar o abismo entre perspectivas de melhorias da condição de vida, o alcance da cidadania desses grupos e a perpetuação da condição de marginais a que sempre foram relegados na sociedade. (RODRIGUES, 2006a; 2006b).

Richard Bucher e Sandra Oliveira (1994), ao analisarem a ideologia presente em um conjunto de textos sobre o combate às drogas, composto por documentos oficiais estadunidenses e brasileiros e artigos publicizados pela imprensa brasileira, evidenciam as estratégias de persuasão utilizadas na manutenção da concepção dominante sobre drogas. Denominam tais estratégias de “mito”, construído para exercer determinadas funções sociais.

Nos textos e documentos analisados pelos autores, o uso de psicoativos é retratado como um “flagelo” a ser erradicado, responsabilizando-o pelas causas de vários problemas sociais. As combinações lingüísticas, carregadas de conteúdos ameaçadores, sensacionalistas, com tom imperativo, que procuram disseminar um saber supremo, são detectadas como instrumentos de persuasão do leitor.

Para Bucher e Oliveira (1994, p.138-139), a aceitação, em massa, dessa concepção pré-concebida, é incorporada por segmentos políticos com tendências conservadoras e pela sociedade, na maioria das vezes, devido a falta de conhecimento das complexidades envolvidas na temática, somada a reiteração dos argumentos das autoridades sobre a generalização dos efeitos da substância no organismo.

Em geral, indicam que os recursos utilizados nas mensagens possuem como proposição o convencimento, não a informação, dificultando ao receptor o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da temática. Dessa forma, o “combate às drogas” é a única solução apresentada pelos grupos dominantes como estratégia de contenção ao consumo.

Nessa mesma perspectiva, Maria Cecília Minayo (2003, p.21) reitera que a intolerância com comportamentos concebidos como inapropriados, a partir de uma ótica científica que se coloca como “saber verdadeiro”, é consolidada com o auxílio da mídia e difundida nos aparatos jurídico-repressivos e na consciência social. Seguindo essas referências, as leis sobre “drogas” foram sendo constantemente modificadas no decorrer de sua história, tendendo cada vez mais ao endurecimento das penas relativas ao comércio, pronunciado como forma de estancar os possíveis riscos que o consumo viria a causar.

A exposição dessas reflexões, amparada pela análise histórico-crítica dos fatores ideológicos, políticos e econômicos envolvidos no processo de criminalização da maconha, indica que a política hegemônica internacional de controle e repressão a determinados psicoativos é, sobretudo, utilizada pelos grupos dominantes como controle social e manutenção das estruturas de poderes e padrões vigentes.

A própria fragmentação e simplificação da temática, voltadas aos fatores associados ao tráfico e ao uso de psicoativos ilícitos, disseminada a todos, principalmente por autoridades médico-científicas e legitimada de forma maniqueísta pelos Estados, corrobora a contradição da concepção dominante: a preservação da Saúde Pública assegurada por políticas criminalizantes, que possibilitam a manutenção de complexas redes de criminalidade e violência no contexto contemporâneo.

3. CAPÍTULO II - OS JOVENS EM MEIO AO PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DO USO DA MACONHA

3.1 As abordagens sobre os estudos de juventude e a relação com as pesquisas sobre o uso de psicoativos no Brasil

A compreensão da inserção dos jovens nos processos sociais incide em reconhecer que, embora grande parte das análises caracterize a juventude como uma fase de

transitoriedade entre a infância e a vida adulta, a categoria é, sobretudo, o resultado de uma construção histórica e cultural.

Feixa-Pàmpol (2004), ao realizar um rastreamento histórico e etnológico das formas de como a fase entre a infância e a vida adulta é organizada - desde as sociedades primitivas até aquelas mais complexas, geridas pelo Estado – nos permite compreender que o fenômeno da juventude está associado a fatores variados. Em cada sociedade, esta condição é peculiar, podendo ser caracterizada por formas de subsistência, normas sociais, valores e instituições que diferem os jovens de outros grupos etários.

Para Feixa-Pàmpol (2004, p. 257-278), o reconhecimento e valorização da puberdade, juntos às atividades de subsistência, são os aspectos semelhantes da condição juvenil nas sociedades primitivas, como as caçadoras-recoletadoras, horticultoras, pastoreias, agricultoras e indígenas. Nessas, a existência de uma multiplicidade de ciclos vitais, desde as longas transições até rigorosas classificações etárias impossibilitaram denominar a existência da categoria “juventude” como uma fase da vida.

As possibilidades de existência de uma etapa de moratória, estruturalmente semelhante ao que conhecemos como “juventude”, vão se materializando conforme o aumento das complexidades econômicas e políticas de cada sociedade.

Segundo Feixa-Pàmpol (2004), o surgimento de sociedades estatais, compostas por processos de hierarquização social, divisão do trabalho e urbanização, como o ocorrido na Grécia, Roma Antiga e no México pré-hispânico, impulsionou a emergência de um grupo, inserido em determinada faixa-etária, que não possuía a plenitude de direitos sociais dos quais anteriormente usufruía. Na Europa do antigo regime e nas sociedades camponesas contemporâneas, ao mesmo tempo em que os jovens se inserem no sistema produtivo, ainda continuam subordinados à família, evidenciando a condição juvenil como uma fase de semidependência nessas sociedades.

No Ocidente, o processo de transição do feudalismo para a sociedade capitalista industrial e pós-industrial foi o marco fundador da categoria “juventude”, até então inexistente nas sociedades anteriores.

A emergência da categoria como grupo etário diferenciado decorre do surgimento da escola como um instrumento de segregação dos jovens em relação ao grupo dos adultos, assim como da responsabilização da família pela educação dos filhos.

Apoiado nas reflexões de Gillis, Feixa-Pàmpol (2004, p. 296) elucida que a adoção desse tipo de educação voltada a uma diferenciação etária, denominada de “era da adolescência”, limitou-se, em princípio, aos filhos da burguesia industrial. No entanto, no

final do século XIX, o conceito de adolescência, determinado dos 12 aos 20 anos de idade, se difunde às demais classes somadas à criação de instituições educativas, como colégios internos, escolas, prisões e tribunais para menores, entre outros, como forma de corroborar a relevância do reconhecimento do status mediano entre a fase da infância e a fase adulta.

Na primeira metade do século XX, as teorias psicológicas e sociológicas emergentes começaram a traçar a juventude sob uma perspectiva analítica de instabilidade e vulnerabilidade. Esse fator trouxe a identificação de ambigüidades quanto à temática: ao mesmo tempo em que esse status era visto sob o foco de preparação à vida adulta, era posto também como fase conflituosa e instável, próprias das mudanças fisiológicas do indivíduo.

Para Feixa-Pàmols (2004), desde então, a concepção da juventude, como fase de preparação do indivíduo, situada entre a puberdade fisiológica e o “status de adulto”, fora apreendida socialmente como um desenvolvimento natural do ser humano, presente em todas as sociedades e momentos históricos. Essa idéia, ancorada na teoria darwiniana de evolução biológica e disseminada pelo educador e psicólogo estadunidense G. Stanley Hall, em sua obra *Adolescence its Psychology and its Relations to Physiology, Anthopology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*, afirmava que os conflitos vivenciados nesse período eram resultados de determinantes biológicos, normais ao desenvolvimento humano.

Além de ser incorporada pelos educadores, pais e líderes políticos de instituições voltadas à juventude, a teoria de Hall simbolizou positivamente o paradigma do progresso da civilização industrial, demarcando uma fase em que o indivíduo fora eximido de responsabilidades. Fora essa a abordagem que caracterizou, na época, a juventude como o sinônimo do conformismo social.

Em contrapartida às abordagens da juventude como mera fase de transitoriedade e turbulência, no início do século XX, também surgiram na Europa novas linhas teóricas sobre a temática.

A primeira é retratada pela emergência de uma literatura, amparada em raízes morais e religiosas, focada na ideologia de “controle e proteção” aos jovens, reconhecendo as especificidades de seu modo de vida. E a segunda caracterizada por uma linha progressista, na qual a escola possuía o papel fundamental de possibilitar aos jovens o contato com as mais variadas formas do pensamento. Essa última concepção começou a se disseminar com os trabalhos do jovem filósofo Walter Benjamin que, influenciado pelos fundadores da “Comunidade escolar livre”, em 1915 publicou as seguintes considerações sobre o legado juvenil:

O significado histórico atual dos estudantes e a universidade... pode ser descrito como uma metáfora, como reprodução e miniatura de um estado histórico mais elevado, metafísico (BENJAMIN apud FEIXA-PÁMPOLS, 2004, p. 299)

Segundo o autor, Benjamin, distanciando-se da concepção juvenil, até então incorporada pela maioria dos estudiosos, passou a outorgar aos jovens as responsabilidades de mudanças sociais. Nesse processo, a reforma escolar situava-se como propulsora de uma nova “cultura juvenil”, que viria a romper com a cultura social dominante, renovando profundamente a estrutura social.

Entretanto, os acontecimentos históricos até a primeira metade do século XX, sobretudo a atuação juvenil no período das duas primeiras grandes guerras mundiais, impulsionaram a emergência de uma concepção que caracterizava os jovens, na Alemanha, como céticos; a juventude italiana, como sofrida e a juventude espanhola, como perdida. Novamente, se evidenciava tentativas de imposição de um “modelo conformista de juventude” por uma geração de educadores que concebiam os jovens como politicamente passivos, dóceis, eximidos de responsabilidades; consideradas condições intrínsecas à fase em que se encontravam.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a ampliação e solidificação de instituições de ensino, denominadas de *high school*, proporcionaram a centralização de relações de sociabilidade de uma nova categoria etária que se formava nos Estados Unidos, os *teenagers*.

A aparição de uma série de rituais presentes nas relações juvenis, difundida pelo enaltecimento de astros da música e do cinema, através dos meios de comunicação, desencadeou um processo que passa a ser legitimado pelas autoridades científicas como uma cultura “autônoma e interclassista”. O novo conceito – *teenager* - influenciado pela sociedade de consumo e pela indústria cultural trouxe, sobretudo, o “culto ao jovem”, evidenciando a tentativa de solidificação dessa ideologia como instrumento de transformação do adolescente em consumidor. (FEIXA-PÁMPOLS, 2004, p. 308-309).

Em meados da década de 1960, na Europa, o mito da homogeneidade da “cultura juvenil”, difundida por grande parte dos estudiosos da temática, foi rompido pelo surgimento de subculturas específicas.

A emergência do *Welfare State*, focado na crescente capacidade de consumo e de ampliação dos meios de comunicação de massa para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, impulsionou a emergência de duas vertentes juvenis. Distintas em suas

origens históricas e de classes sociais, ambas atuaram como forma de enfrentamento à hegemonia cultural dominante.

A primeira vertente, originária das classes trabalhadoras, fora expressa através da organização de grupos juvenis, como *rockers*, *skinheads*, *mods* e os *teddy boys*, e vista pelas agências de controle como perigosos, por expressarem práticas imorais e de incivilidade. A segunda vertente de subcultura juvenil, dissidente da classe média, obteve sua expressão máxima em duas formas de organização: a primeira foi no movimento da contracultura, simbolizada pelo movimento *hippie*, e a segunda foi na atuação dos jovens universitários de Berkeley que, ao organizarem um Movimento pela Liberdade de Expressão, ampliaram suas reivindicações pelo alcance de um maior número de direitos civis. Essas manifestações possibilitaram a incorporação desse movimento por estudantes de várias universidades, culminando nos protestos de maio de 1968. Entretanto, esses movimentos acabaram sendo relegadas a análises que os caracterizavam como estratégias de subversão política e moral, enfatizados como uma rebeldia individual e sem causa. (FEIXA-PÁMPOLS, 2004, p. 311).

A breve análise sobre as concepções da juventude no decorrer do processo histórico revela que sua criação como categoria, desde o início do século XX, comporta uma ambivalência de caráter classista, adequando-se tanto ao que concerne a uma abordagem de conformismo das classes médias, quanto da criminalidade da classe operária. (GILLES apud FEIXA-PÁMPOLS, 2004, p. 297).

Semelhante às tendências internacionais sobre as abordagens da temática, no Brasil, até o ano de 1970, as concepções sobre juventude constituíram-se sob dois aspectos: um mantido pelo Estado, e o outro referente ao foco da produção científica.

Sob o ponto de vista do Estado, as ações foram pautadas em intervenções voltadas a assegurar políticas sociais para indivíduos que se encontravam em uma fase transitória, demarcada por instabilidades e problemas que eram considerados intrínsecos às suas idades. E o segundo aspecto fora assinalado como um problema sociológico, analisado a partir das possíveis semelhanças e distinções entre grupos de jovens, relacionando a identidade juvenil aos estados de transitoriedade, à crise, à revolta à ordem instituída, às ambigüidades, à individuação, entre outros fatores. Essas noções auxiliaram a construção de um senso comum em que as potencialidades juvenis passaram a ser associadas a situações de interação ou marginalidade, de alienação ou radicalismo, surgindo de forma concomitante aos acontecimentos provocados pelo desenvolvimento do processo de modernização dos anos de 1950.

Frente a uma gama de abordagens sobre as condições juvenis na contemporaneidade brasileira, trouxemos algumas que mais se aproximam com a temática de nossa pesquisa.

Encontramos os pensadores da vertente acadêmica denominada “sociologia da juventude”, que emergiram durante a década de 1960-1970. Entre eles, Marialice Foracchi (1977) desponta como referência ao pesquisar os estudantes universitários em sua condição juvenil na década de 1960. Indica o engajamento desses jovens na militância política, suas relações com a família, com a universidade e com os partidos políticos como traços peculiares de suas interpretações.

A autora formula a categoria estudantil utilizando-se das noções de classe e relações de sociabilidade. Utiliza a primeira como aporte à compreensão de que a atuação política radicalizada desses estudantes, originários da classe média, ocorreu primeiramente pela tentativa frustrada de ascensão social por meio da universidade, que não mais oferecia tais possibilidades, por encontrar-se com uma estrutura já deficiente.

Apesar de, em um segundo momento, as reivindicações desses jovens extrapolarem o âmbito institucional e se associarem aos movimentos populares nas lutas contra o sistema capitalista, Foracchi (1977) indica o paradoxo presente nessa situação: as origens de classe e aspirações à ascensão desses jovens acabaram por se sobressair e inviabilizar suas tentativas de transformar o movimento estudantil em movimento político revolucionário. Influenciada pela linha mannheimiana, a pesquisadora utiliza as relações sociais dos sujeitos de sua pesquisa como forma de sinalizar as dinâmicas de envolvimento entre as gerações e conflitos que delas provém, dimensionadas, em alguns momentos, na recusa do modelo social vigente.

A condição juvenil da década de 1960 evidenciava restrições previamente definidas por sua função social, demarcada pela idade e pela ausência de direitos e, ao mesmo tempo, a flexibilidade em incorporar condutas e padrões de existências alternativos, possibilitando em alguns momentos, uma atuação como força dinamizadora, capaz de se unir a outros grupos de contestação na tentativa de promoção de transformações na vida social. Nessa perspectiva, a autora reitera que a juventude se caracteriza como um “elo” entre o passado e o futuro e emerge, em alguns momentos, como protagonista efetiva frente ao processo histórico, projetando novas possibilidades de realizações sociais e de projetos pessoais. Elucida essa afirmação com as devidas ressalvas de que as experiências juvenis dependem, principalmente, das referências obtidas em sua formação.

Ao esboçar a trajetória das insurreições juvenis brasileiras, desde o final do século XIX, Caccia-Bava e Dora Isabel Paiva da Costa (2004) também reiteram a necessidade de se refletir sobre os paradoxos do processo político-cultural dominante. Para os autores, esse

processo oculta, mas também evidencia “práticas de apropriação do saber”, originários das experiências singulares dos jovens, no contexto histórico do país, refletidas nas mais variadas formas de protagonismo.

Para os atores, os movimentos de contestações juvenis, presentes tanto no período pré-republicano quanto nos posteriores, como no movimento abolicionista, na fundação do Partido Comunista do Brasil, na Semana de Arte Moderna, nos movimentos estudantis, ancorados nos projetos político-culturais direcionados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), constituem-se como forte referência cultural para os jovens até o fim do regime militar. A emergência de novos grupos juvenis após a década de 1980, como os “cara pintadas”, entre outros, trouxeram manifestações culturais que renovaram os costumes, os padrões e a cultura acadêmica e se tornaram referências de construção de novas experiências políticas.

Sobre os estudos que visam a compreender as tentativas de novas formas de configuração do protagonismo dos grupos juvenis após a década de 1970, *Reinvenções da Utopia*, de Janice Souza (1999) destaca-se ao abordar as construções da militância política juvenil nos movimentos sociais. A análise sobre essas atuações juvenis remete aos novos meios de possível enfrentamento à alienação e ao individualismo, trazidos como fatores marcantes na sociedade brasileira do período. Seu trabalho contesta representações de senso comum, as quais consideram os jovens como indivíduos conformados e desprovidos de capacidade de reflexão e consciência política.

Ao traçar os reflexos do regime militar e da globalização sobre a formação das subjetividades dos grupos juvenis abordados, a autora indica que a militância desses jovens se articula como uma forma de engajamento político distinto dos movimentos das décadas de 1960 e 1970. Souza assinala que mesmo apontando para necessidades de transformações profundas na sociedade, as reivindicações dos jovens pesquisados acabam por limitar-se a demandas imediatas, devido à dificuldade dos movimentos sobreviverem em meio a uma lógica de mercado, que os adentra para a competição e para o egoísmo. Em suma, essas novas formas de organizações políticas podem emergir como resistência à lógica de fragmentação da sociedade contemporânea.

Os estudos apresentados são importantes para a contribuição do conhecimento sobre as especificidades das experiências juvenis, sobretudo, na contemporaneidade brasileira. A relevância dos trabalhos é marcante pelas análises das mediações que impulsionaram a formação das subjetividades dos grupos juvenis nas variadas maneiras de percepção e ação no contexto histórico em que estão inseridos. No entanto, observamos o aspecto de

distanciamento de suas abordagens em relação à configuração da consciência juvenil perante práticas ilegais cotidianas, focadas, aqui, no consumo ilícito de maconha.

Esse distanciamento também é notado nos estudos que começaram a retratar assuntos relacionados ao consumo de psicoativos ilícitos no Brasil a partir da década de 1970. Até então, ficava a cargo das Ciências Sociais a temática do tráfico de substâncias criminalizadas e seus impactos na sociedade⁴⁰ e das Ciências Médicas, os estudos sobre as motivações do uso de psicoativos e seus efeitos no organismo⁴¹, considerando os jovens como o principal grupo afetado pelos malefícios trazidos pelo consumo das substâncias ilícitas.

Semelhante às abordagens de muitos estudos influenciados pela área médico-psiquiátrica, que se tornou referência sobre a temática do uso de psicoativos ilegais a partir desse período, a obra *Drogadição Hoje*, de Kalina et. al. (1999), retrata o uso dessas substâncias, denominando-o de “drogadição”. As análises sobre esse consumo são realizadas sob uma ótica patologizante, indicada como reflexo acentuado da sociedade de consumo em que se desenvolvem. Nesse sentido, os autores apresentam os jovens como as maiores vítimas desse processo.

Kalina et. al. (1999) relacionam a conduta dos usuários de psicoativos ilegais à psicose, loucura, alienação, fraqueza, entre outros e traçam as origens da dependência de substâncias ressaltando dois aspectos que consideram elementar na sua composição: a história de vida do indivíduo - no qual a família se constitui como seu principal alicerce, sendo responsável por suas opções - e a crise do mundo em que vivem.

Aproximando-se da concepção de juventude como categoria conformista e politicamente passiva, os autores reiteram a vulnerabilidade dos adolescentes e jovens ao uso de drogas. Essa abordagem é ainda aproximada à temática do protagonismo juvenil no momento em que os efeitos decorrentes do consumo dessas substâncias são vinculados à condição de “anulação de potenciais”, reiterando a existência de forças econômicas e políticas como mediadoras desse processo.

Essa é a concepção que se consolida na consciência social e desponta como referência que idealiza a abstinência como melhor forma de conter os riscos associados ao consumo, projetando a erradicação de psicoativos ilícitos como forma de êxito no ordenamento social.

40 Os estudos de Alba Zaluar (1985) sobre o tráfico de “drogas” no Rio de Janeiro são pioneiros no País ao destacar as transformações ocorridas nas comunidades pobres cariocas devido a estruturação da comercialização ilegal da cocaína. Suas pesquisas contribuíram aos estudos posteriores, impulsionando críticas às abordagens que tendiam a relacionar, de forma generalizada, pobreza-violência-criminalidade. Seu artigo *A criminalização das drogas e o reencantamento do mal* (1999) constitui-se como exceção a seu foco de trabalho ao explorar a representação do uso e tráfico de psicoativos ilícitos na mídia.

41 Sobre a temática consultar VARGAS, 2001.

Em 1975, a tese de doutorado do antropólogo Gilberto Velho, publicada em 1998 com o título *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*, emerge como primeira tentativa de desconstrução das fronteiras de atuação demarcadas pelas ciências, distanciando-se da discussão que relaciona tráfico de psicoativos e violência.

Velho (1998) retrata as diversas representações que abarcam a inserção social do consumo de psicoativos ilícitos, focando suas análises em usuários de maconha, cocaína e LSD, pertencentes a dois grupos de classe média – classificados, por ele, de jovens e “vanguardistas-aristocratizantes”. Sua ampla etnografia indica que a visão de mundo dos grupos pesquisados sobre o consumo dessas substâncias é ambígua e possui fronteiras flutuantes, proporcionadas pela realização de trocas simbólicas recíprocas com outros grupos.

Entre suas várias descobertas, o autor ressalta que, apesar dos usuários de substâncias ilegais serem estigmatizados como “marginais” ou “doentes” pelas concepções dominantes, exercem seus papéis sociais de forma semelhante aos jovens não-usuários. Sua investigação é relevante na compreensão do consumo ser concebido por seus usuários como um indicador de status, ressaltando, porém, que essa prática não constitui o elemento determinante das visões de mundo dos jovens em questão. Suas contribuições às Ciências Sociais despontaram como novas possibilidades de abordagens referentes à temática voltada ao consumo de psicoativos criminalizados.

A ampliação de pesquisas sobre questões vinculadas ao uso de substâncias ilegais passou a ocorrer a partir da década de 1980, quando a aceitação da utilização recreativa da maconha, por grupos de classe média, começou a ganhar espaço em pautas de discussões públicas. Tanto a coletânea sobre maconha, organizada por Luis Carlos Maciel, intitulada *Maconha em debate*, quanto *Diamba Sarabamba*, organizada em 1986 por Anthony Henman e Osvaldo Pessoa Jr., seguiram uma linha que ultrapassa as reflexões sobre a temática comumente vista sob a ótica psiquiátrica, de doença, e sob a ótica jurídica, de âmbito criminoso. Ambas retratam desde aspectos culturais e medicinais do uso, até aspectos políticos e econômicos referentes à sua criminalização e conseqüências advindas dessa condição.

Como forma de evitar reducionismos no tratamento da temática, focada nos aspectos farmacológico, Macrae e Simões, em *Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*, desenvolvem uma interpretação biopsicossocial das representações de grupos de usuários de maconha de classe média, nas cidades de Salvador e São Paulo, em meados da década de 1980.

Os autores analisam os contornos sociais em que o fenômeno do consumo vêm ocorrendo ao longo da história, considerando premissas fisiológicas, psicológicas e as diferentes maneiras de se usar substâncias, em função de variáveis culturais e sociológicas. Evidenciam o que chamam de sub-cultura do consumo da maconha nos grupos integrados, retratada através da partilha de significados próprios dos usuários e que reiteram como decisivos no controle informal de seu consumo, para evitar o uso arriscado à saúde.

Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, também estavam entre os grupos pesquisados no trabalho *Entre a extensão e intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”*, de Eduardo Vargas (2001), em que fora abordado o amplo conjunto de representações envolvendo o uso de psicoativos, denominadas por ele de *status social*. O pesquisador esboça aspectos históricos sobre o uso de drogas pela humanidade e a partir deles explica a “noção plurivalente”, demarcando sua tênue fronteira com categorias como remédio, alimentos e venenos.

A partir dessa explanação, o autor traça uma genealogia da emergência do uso de algumas substâncias como problema no Ocidente, evidenciando o reflexo da “partilha moral” do termo, como é utilizado na contemporaneidade. Essa partilha constitui-se através de um estatuto social que consente o consumo de psicoativos legalizados e que condena aqueles que são criminalizados e, portanto, transformados em prejudiciais, danosos: drogas. Daí a seguinte conotação negativa atribuída socialmente ao seu derivado: drogado.

As reflexões de Vargas (2001) trazem novas contribuições à compreensão do funcionamento das estruturas relacionadas ao uso de psicoativos. Apresenta a relação paradoxal dessa concepção dominante por comportar dispositivos de repressão e incitação objetivados e perversos, ao uso de substâncias. A lógica biomédica é caracterizada como principal dispositivo do status social sobre o uso, por condenar o consumo de determinadas substâncias como forma de prevenir riscos ao vício e ao desenvolvimento de doenças em detrimento da incitação ao uso de outras que julgam conservar a saúde.

Embasados na matriz teórica da Psicologia Social voltada às representações sociais, Ludgleydson Araújo, Bernard Gontiès e Maria Coutinho (2004) realizam um estudo comparativo entre estudantes concluintes dos cursos das áreas Jurídica, da Saúde e de Tecnologia das três faculdades da Universidade Federal da Paraíba, a respeito do uso da maconha, denominado *Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários*.

Os pesquisadores assinalam que quase metade dos concluintes da área da Saúde e Tecnologia não discrimina usuários dessa substância, por entenderem que esses não possuem

sua rotina afetada pelo psicoativo. Essa representação diferenciou-se dos ex-estudantes formados pela área Jurídica (68%), que desaprovaram a conduta dos usuários, sob forte conotação de criminosos e maconheiros, ancorados em sua formação acadêmica sobre o assunto. Ambigüidades são detectadas em relação às representações dos profissionais da Saúde e Tecnologia, na medida em que associam como conseqüências do uso de maconha na vida social, familiar e profissional dos usuários, as práticas agressivas, comportamentos anti-sociais. (ARAÚJO; GONTIÈS, COUTINHO, 2004).

O estudo evidencia que os entendimentos sobre a temática se caracterizam pela interação entre as experiências dos entrevistados, as concepções dominantes e suas áreas de formação, sobressaindo-se, entre elas, essa última. Dessa forma, os estudantes de Direito tiveram suas representações centradas no âmbito moral e legal, os de Saúde, na médico-orgânica e os de Tecnologia, em uma concepção psicossocial.

A contextualização histórica da criação da juventude como categoria evidencia que a forte disseminação social do termo, como fase de conflitos e rebeldias em função de determinações biológicas, carrega similaridades em relação aos estudos que associam as motivações ao uso de psicoativos, predominantemente, a essa fase entre a infância e a vida adulta.

De forma geral, as ressonâncias encontradas, tanto nos trabalhos que abordam as insurgências juvenis, quanto naqueles que retratam a temática do uso de psicoativos, indicam a ausência de uma abordagem sociológica que relacione as formas como se apresenta a consciência de grupos juvenis frente ao uso ilegal de determinados psicoativos, na contemporaneidade brasileira.

3.2 Jovens em foco: a contracultura e o uso de psicoativos

A partir de 1952, a abordagem proibicionista voltada à maconha, pelos países membros das Convenções Internacionais, oportunamente começou a ser associada à exacerbação do uso de novos psicoativos sintéticos que surgiam em alguns países. Entre eles, derivados da anfetamina, efedrina e outros psicoativos começaram a ser comercializados livremente, com apoio publicitário, para indicações médicas nos casos de depressão, congestão nasal e obesidade.

Quase vinte vezes mais potente que a cocaína, esses psicoativos são conhecidos por estimularem o sistema nervoso, aumentarem a resistência física e o rendimento intelectual de

seus usuários. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram distribuídos em altas doses pelos estados alemão, italiano, japonês e inglês, aos seus soldados, causando-lhes um alto índice de intoxicação letal. (ESCOHOTADO, 1996, p. 118.)

Nos Estados Unidos, os estudantes foram o alvo da indústria farmacêutica que anunciavam a heroína, efedrina, entre outros, como mercadorias que poderiam beneficiá-los em provas e atividades relacionadas ao trabalho intelectual. O resultado dessas medidas aumentou o consumo de heroína entre esses grupos e se somou ao consumo dos jovens ex-combatentes da Segunda Guerra e moradores negros dos guetos urbanos, muitos deles inseridos no “mundo do jazz”. Esse processo colaborou ainda mais na estigmatização desses grupos juvenis, que passaram a ser reconhecidos, pela maioria da sociedade, como viciados, fortalecendo a opinião pública sobre a necessidade da aplicação de leis como forma de proibir a comercialização e uso dessas substâncias.

Entretanto, os esforços políticos, realizados nas Convenções Internacionais até meados do século XX, para conter o uso dos psicoativos prescritos nas “Listas”, assim como combater sua produção e venda, depararam-se com os obstáculos decorrentes dos novos movimentos juvenis que emergiam na época.

Após a Segunda Guerra Mundial, firmava-se, nos Estados Unidos, uma sociedade tecnocrática, exportando ao mundo o “american way of life”, além de comportar em seu cenário um conflito militar e ideológico, com o início da “Guerra Fria”. Junto a tal contexto, desenvolvia-se uma educação liberal, impulsionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação que ajudaram a difundir valores e padrões de comportamento “libertos” das normas tradicionais.

Tais transformações fizeram emergir, nesse cenário, correntes juvenis de contestação ao *establishment*, denominada *beat generation*, formados em torno de práticas artísticas-culturais, tendo o consumo de heroína como um de seus elementos característicos. Além disso, ampliavam-se os músicos de jazz que traziam o consumo de maconha entre as práticas culturais inseridas em sua vida boêmia. (FEIXA-PÀMPOLS, 2004, p.312).

Paralelo a esse processo, Roszack (1972, p.39) enfatiza que a expansão do Ensino Superior, nos Estados Unidos estimulou a formação da identidade grupal dos jovens que, através de seus líderes, conseguiram visualizar o importante papel econômico que a Universidade representava ao funcionamento da sociedade tecnocrática.

Como já acontecia na França, Alemanha e na Grã-Bretanha, os altos índices de ingresso nos cursos de Humanidades começaram a incomodar as autoridades, que iniciaram a redução de verbas a fim de deter o desenvolvimento dos cursos relacionados a essas áreas.

Esse processo provocou focos de contestação que engrossaram o movimento estudantil e colocaram os jovens como rebeldes frente à sociedade que repudiavam, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos.

A emergência de questionamentos e reivindicações desses movimentos, representados principalmente pela juventude urbana, extrapolou o âmbito privado da vida familiar, sendo expressivos no *rock and roll*, na poesia, nas ruas e nos movimentos até então marginalizados, impulsionados, em especial, pelas possibilidades de articulação entre os jovens nas universidades.

Feixa-Pàmols (2004) assinala que foram os jovens da classe média urbana, durante as décadas de 1950 e 1960, que estabeleceram vínculos entre grupos de contestação muito diferentes, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. A união dos grupos de *hippies*, negros e de estudantes se fortaleceram nas experiências de conflitos políticos e culturais, culminando no episódio de Maio de 1968, na França.

Dentre os movimentos juvenis eclodidos na época, a contracultura obteve maior destaque em relação ao consumo de psicoativos considerados, até então, danosos à saúde. Herdeiros da geração *beat* e dos músicos de *jazz*, a contracultura, obteve sua expressão máxima no movimento *hippie*, também conhecido como *power flower*.

As estratégias de atuação do movimento *hippie* centravam-se no alcance de mudança social através de um novo modo de conceber e se relacionar com a sociedade à sua volta, fazendo emergir uma consciência que se opunha ao racionalismo ocidental. Dessa forma, os jovens do movimento voltaram suas reflexões e práticas à liberdade sexual, ao hedonismo, à valorização da dimensão lúdica e ao uso de psicoativos. Na época, o LSD era o alucinógeno mais consumido entre os integrantes do movimento, seguido da maconha, representando os símbolos das experiências místicas, propostas com base no orientalismo como estilo de vida. (ROSZACK, 1972).

Em uma entrevista à BBC em 1967, Timothy Leary, um dos líderes do movimento, responsável pela associação de experiências psicodélicas à religiosidade e ao misticismo, referindo-se à suposta aceitação do uso do LSD e da maconha na cidade de New York, nos Estados Unidos, fez a seguinte declaração:

Será um país do LSD dentro de quinze anos. [...] Daqui a quinze anos, nossa Corte Suprema estará fumando maconha. É inevitável, porque os estudantes de nossas melhores universidades estão fazendo isso agora. Estarão menos interessados em guerras, em política de poder. Você sabe, a política hoje é uma doença – um verdadeiro vício. (ROSZACK, 1972, p. 172-173).

Para Roszack (1972), esse movimento trouxe consigo um traço de certa ingenuidade e imaturidade na medida em que permitiu ao mercado apropriar-se de seus anseios para a reprodução do capital. Essa apropriação ocorreu através da comercialização da moda *hippie* e do estímulo, através da “imprensa *underground*”, ao consumo de maconha e LSD, como forma inexorável de mudança da consciência.

O autor enfatiza que a incorporação desses ideais, por milhares de jovens, impulsionou a vulgarização de todo o significado ritualístico relacionado ao consumo de alguns psicoativos em culturas orientais milenares. Esse fator provocou, ainda, um efeito contrário à revolução social esperada: a diminuição da consciência através da dependência que o consumo exacerbado dos psicoativos gerou em alguns casos.

Apesar do consumo exacerbado dessas substâncias ser vinculado à contracultura, pesquisas relatadas em um congresso da Associação Psiquiátrica Mundial, realizado em Londres em 1967, demonstraram que, ao contrário do que se pensava, não eram os “jovens rebeldes” maiores seus dependentes, mas os grupos de mulheres idosas que utilizavam tranqüilizantes. (ROSZACK, 1972, p. 17).

As tentativas de mascarar as informações sobre o consumo de psicoativos legais ou ilegais, por determinados grupos sociais, revelavam as imensas contradições presentes na concepção que se construía:

O láudano [substância derivada do ópio] e a morfina faziam também suas vítimas entre um nível social mais elevado na Inglaterra; entre os tomadores habituais estavam Coleridge, Dickens, Carlyle, Rosseti, Elizabeth Barrett Browning e o poeta laureado Tennyson. É extraordinário que a sociedade vitoriana aceitasse sem muita dificuldade um vício sério por parte de tais sumidades, enquanto a Inglaterra contemporânea ameaça seus Jonh Lennons e Mick Jagers com castigos severos por brincarem com a maconha, relativamente mais inócua. Por quê? Não será porque esses jovens artistas representam o *ethos* de rebeldia profundamente apático à sociedade adulta e que torna o vício outrora privado um ultraje público? (ROSZACK, 1972, p. 182).

Ironicamente, não foram os grupos de idosas, os de boêmios discretos ou os de trabalhadores responsáveis e as substâncias por todos eles utilizadas que sofreram condenação pública, mas as que eram consumidas por alguns grupos juvenis, considerados inconvenientes.

A incorporação do estigma que fortemente associa o consumo de psicoativos ilícitos aos jovens, novamente aparece como um instrumento que reforça a concepção da juventude como fase de crises e irresponsabilidades. Nesse processo, as concepções dominantes sobre a

categoria juvenil e sobre a categoria “drogas”, aqui voltada apenas aos psicoativos criminalizados, emergem como elementos que se unem na própria personificação do perigo e da alienação social, acobertando as normas morais e políticas que sustentam a caótica estrutura social decorrente da chegada do capitalismo globalizado.

Percebe-se que, no senso comum, a utilização de substâncias criminalizadas constitui um dos elementos responsáveis pela desintegração harmoniosa da vida em sociedade. Entre elas, a maconha surge como o foco dessas discussões, representando inúmeros riscos à preservação da integridade física e psíquica de seus usuários.

Alguns psiquiatras passaram a utilizar pesquisas científicas que indicavam a *cannabis* como uma substância com alta indução à dependência, funcionando, também, como “porta de entrada” a outros psicoativos com maior potencial de periculosidade. Essa concepção se consolidou, ainda, vinculando os “desvios de personalidades”, ou “perturbações mentais” aos reflexos da desestruturação e do “mau exemplo” familiar, ignorando as análises dos contextos sociais, no quais os jovens, considerados os maiores dependentes desses psicoativos, se encontravam inseridos.

O processo de combate ao uso dos psicoativos ilícitos se fortaleceu em 1972, quando o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon, declara “guerra às drogas”, ao anunciá-las como “inimigos nº 1 da América”. Desde então, o país foca suas ações no combate militarizado à produção das substâncias criminalizadas nas nações subdesenvolvidas, responsabilizando-as pela “corrosão da juventude” estadunidense. Dessa forma, disseminam a concepção de que o consumo de drogas era realizado principalmente entre comunistas e grupos juvenis subversivos, estruturando uma “guerra não-convencional” em torno da questão. (MODESTO, 1997, p. 96).

No Brasil, apesar de bastante condenado, tanto pela vertente política direitista, quanto pela esquerdista revolucionária, por se tratar de um movimento originário dos Estados Unidos, a contracultura acabou sendo incorporada por boa parte dos jovens universitários e artistas de classe média, no fim da década de 1960. (MACIEL, 1986; GABEIRA, 2000).

Feixa-Pàmols (2004, p. 311) e Maciel (1986) indicam que os movimentos juvenis das décadas de 1960 e 1970 foram os reflexos da crise da sociedade industrial clássica e de suas práticas culturais fundamentadas na ética puritana. Ao passo em que práticas e discursos desses movimentos se mostravam como ferramentas políticas que projetavam possibilidades de transformações sociais, eles começavam a ser visto pelas agências estatais de controle social como uma “nova classe revolucionária e subversiva”, ameaçadora da política e da moral vigente.

De forma semelhante ao processo de construção de senso comum sobre o uso de maconha, ocorrido principalmente nos Estados Unidos após o movimento da contracultura, um significativo número de estudos na área da psiquiatria, no Brasil, volta-se aos “problemas” juvenis, classificando-os como perturbações mentais, sendo relacionados, muitas vezes, ao consumo de psicoativos ilícitos e suas possíveis conseqüências patológicas.⁴²

Na década de 1980, a imprensa brasileira começa a produzir especulações extremamente alarmistas e de intolerância à população quanto ao uso de maconha, cocaína e LSD entre os jovens, já que nos EUA eram eles os maiores usuários. (NOTO; FORMIGONI, 2002).

Esse alarde em relação à propensão do consumo de psicoativos ilícitos entre os jovens foi um dos fatores que impulsionou as discussões em que os grupos juvenis insurgiram, novamente sob a ótica de sujeitos transgressores, marginalizados, com comportamento de risco, ameaçadores do funcionamento da dinâmica social. Durante esse período, o movimento estadunidense de “guerra às drogas”, com foco no combate à maconha e cocaína, estava em seu auge, sob liderança do então presidente estadunidense Ronald Reagan.

Somente no final da década de 1980, o quadro de alerta instituído em relação ao uso de substâncias criminalizadas também impulsionou um conhecimento um pouco mais abrangente sobre o panorama de seu consumo.

No mesmo período, algumas pesquisas começaram a ser realizadas pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e demonstraram que os padrões de utilização da época estavam muito abaixo dos encontrados no contexto estadunidense. (NOTO; FORMIGONI, 2002).

O primeiro levantamento, finalizado em 1997, com alunos do ensino fundamental e médio de dez capitais brasileiras, evidenciou um número baixo e estável de estudantes usuários de psicoativos ilegais em relação aos que já haviam usado psicoativos legais. Os ilícitos mais experimentados foram os inalantes, alcançando um índice de 14,7%. (GALDURÓZ; NOTO; CARLINI, 1997).

Nesse levantamento, a maconha atingiu um índice de experimentação de 2,7%, já o álcool destacou-se com um percentual de 75% dos estudantes abordados. Nos anos seguintes, os índices de experimentação de maconha cresceram consideravelmente em relação aos anteriores, alcançando 7,6%, em 1997.

42 A forte presença dessa concepção pode ser notada na obra de KALINA, et. al. (1999), TIBA (1998), entre outros.

No levantamento mais recente realizado pelo CEBRID, em 2004, referente aos alunos da Rede Pública de Ensino, em todas as capitais brasileiras, a maconha aparece em segunda colocação entre os psicoativos ilícitos mais experimentados. Nesse período, atingiu um índice médio de 5,9% entre os estudantes de todo o Brasil e com 0,7% de uso freqüente – uso realizado até seis vezes no mês anterior à realização da pesquisa - perdendo apenas para o solvente, tanto na experimentação (15,5%), quanto no uso freqüente (1,5%). Dessa maneira, observamos uma queda em seu índice de experimentação em relação à pesquisa anterior, assim como seu uso pesado – consumo realizado vinte vezes ou mais, no mês anterior à realização da pesquisa - atingiu 1% dos pesquisados. (GALDUROZ et. al., 2004.).

Segundo dados do relatório internacional *World Drug Report*, publicados pela Organização das Nações Unidas em 2007 (UNITED..., 2007), mais de 200 milhões de pessoas fazem, anualmente, o uso de psicoativos. A maconha caracteriza-se como a mais utilizada entre eles, com cerca de 158,8 milhões de usuários, ou seja, 3,8% da população mundial entre 15 e 64 anos de idade.

O mesmo relatório indica que o Brasil é o país da América do Sul com maior aumento do consumo anual dessa substância: de 1% em 2001 para 2,6% em 2005. Desde o relatório *Global Illicit Trend*, de 2002, constatou-se que o consumo de psicoativos se concentra na faixa etária entre 18 e 25 anos, com a prevalência do consumo de maconha entre os jovens.

De acordo com as estimativas apresentadas pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência no “Relatório Anual 2008: o fenômeno da droga na Europa”, a maconha foi a substância mais experimentada na Europa, entre as pessoas de 15 a 64 anos, embora com consideráveis variáveis entre os diversos países. Seu consumo concentra-se entre os jovens de 15 a 24 anos, com exceção de países como Chipre, Bélgica e Portugal. Os dados dos inquéritos nacionais indicam que o consumo da substância aumentou na década de 1990, sobretudo entre os jovens e estudantes. Em 2000, a prevalência do uso da maconha alcançou um crescimento superior a 30% em nove países e a prevalência de uso no último mês atingiu de 8% a 15% em seis países. (OBSERVATÓRIO..., 2008).

Entre os estudantes, ela continua a ser o psicoativo ilícito mais utilizado, seguido do tabaco e do álcool. Os índices mais altos referentes à experimentação foram de 21% a 31%, encontrados em onze países. Apesar de ter sido a substância com maior aumento do consumo entre as décadas de 1990 e 2000, dados recentes sugerem que seu consumo entre jovens e estudantes vem se estabilizando e até mesmo decrescendo em muitos países da Europa. (OBSERVATÓRIO, 2008, p. 46).

Alinhada às informações presentes no “Relatório Anual de 2008”, referentes ao aumento do consumo entre estudantes na década de 1990 na Europa, no Brasil, nesse mesmo período, ocorreu a dinamização de estudos sobre uso de psicoativos na área das Ciências da Saúde.

A visibilidade do uso da substância vinculada a práticas culturais envolvendo estudantes universitários passou a constituir o foco de atenção de pesquisadores, por considerá-los grupos vulneráveis ao alto consumo de substâncias ilícitas e os riscos dele decorrentes.

Entre as pesquisas mais amplas desenvolvidas na última década com universitários, destaca-se a de Kerr-Corrêa et. al.(2001), ao realizarem o 1º levantamento do uso de psicoativos entre estudantes de graduação⁴³ e de colegial vinculados aos cursos técnicos⁴⁴ das faculdades da UNESP em todo o Estado de São Paulo. Além disso, a pesquisa ainda levantou as condições de vida e os fatores de risco relacionados às práticas sexuais e ao uso de psicoativos pelos jovens estudantes.

Entende-se que o termo “fator de risco” é utilizado por profissionais que atuam na Saúde Mental para caracterizar variáveis ou eventos, que aumentam, por exemplo, a probabilidade do uso de psicoativos, e à partir desse, a possibilidade do desenvolvimento de “distúrbios psicológicos ou psiquiátricos”. (STEMPLIUK, 2004).

Em geral, os “fatores de risco” são concebidos como: comportamentos anti-sociais agressividade, distúrbios de conduta e humor, fatores genéticos, características de personalidade, psicopatologias, grupo de amigos, uso de psicoativos por familiares e determinados relacionamentos que podem influir sobre o uso e abuso de psicoativos.

Nos resultados obtidos no estudo de Kerr-Corrêa et. al. (2001), a maconha aparece como a substância ilícita com maior índice de experimentação e uso no mês anterior ao levantamento, atingindo um percentual 14,9% dos estudantes. Esse destaque entre as ilícitas ocorreu em todos os *campi* da UNESP. Sua média de experimentação, de uso no mês e no ano, concentrou-se entre alunos do sexo masculino, com faixa-etária de 17 aos 25 anos e com predominância nos cursos das áreas de Biológicas e de Humanidades.

Orientados por uma lógica em que os riscos tendem a ser dimensionados para se alcançar os ideais objetivados, no caso, a conservação da saúde, os autores traçam comportamentos específicos para indicar a vulnerabilidade ao uso de psicoativos entre os

43 Esses participantes representaram 63, 2% do corpo acadêmico, totalizando 11.382 alunos.

44 Totalizaram 496 alunos, representando 79,5% do total de alunos matriculados nesse curso.

jovens em questão. Na pesquisa de Ker-Corrêa et. al (2001), esse perfil, ou “fatores de risco”, como chamam os autores, foram vinculados às seguintes condições: pertencer ao sexo masculino, possuir parentes que consomem psicoativos excessivamente, ter experiência anteriores com uso dessas substâncias, assim como pertencer a grupos em que haja aceitação do consumo de psicoativos. Entretanto, para mais da metade dos estudantes pesquisados, tanto o consumo de álcool (63,2%), quanto o de maconha (51,8%) não foram considerados práticas que acarretam danos à saúde. Esse contexto foi considerado preocupante pelos autores, que atentaram à necessidade de implantações de programas de redução de danos como meio de interferência efetiva, a fim de promover novos referenciais para estilos de vida em que, segundo eles, predominam os excessos relacionados ao consumo dessas substâncias.

A pesquisa de Stempliuk (2004) também levanta informações relevantes sobre os índices de consumo de psicoativos e suas especificidades entre 2837 alunos das faculdades da Universidade de São Paulo, campus da cidade de São Paulo, em 2001. O desenvolvimento desse estudo ampara-se na comparação com os resultados alcançados em pesquisa semelhante, realizada em 1996, na mesma universidade, por Arthur Guerra Andrade e, em alguns momentos, com as pesquisas realizadas em outras instituições de ensino superiores, como a da UNESP, citada anteriormente.

O autor indica semelhanças aos índices da UNESP, ao reiterar que, na USP a maconha também aparece como psicoativo ilícito de maior experimentação (35,30%), e de uso freqüente (16,91%) entre os estudantes.

Em relação ao uso dessa substância, a pesquisa indica que os riscos são amplos entre os jovens que cursam Ciências Humanas e não moram com suas famílias. Stempliuk (2004) ressalta que, semelhante à pesquisa realizada por Andrade, em 1996, a manutenção da opinião sobre a aprovação do uso regular e experimental da maconha entre os alunos da USP é preocupante e merece destaque por identificar a opinião propensa, de pelo menos metade desses jovens, à legalização de seu consumo.

Os estudos mais amplos realizados no Brasil, com foco, na juventude, revelam que o índice de uso da *cannabis* entre universitários situa-se bem acima da média nacional quando relacionada às pesquisas epidemiológicas realizadas pelo CEBRID, que abrangem grupos de faixa etária distinta.

Dessa forma, a propensão desses grupos juvenis em apoiar uma possível mudança dos status da maconha revela a necessidade do conhecimento das peculiaridades presentes nas práticas cotidianas universitárias que os impulsionam a tal flexibilização. Esse conhecimento

possibilita, ainda, dar voz a esses grupos juvenis, que sempre se encontraram às margens das discussões colegiadas sobre a temática.

3.3 As insurgências estudantis frente à ilegalidade da maconha no Brasil contemporâneo

O enrijecimento das políticas de segurança nacional, entre elas a repressão policial ao uso e venda de psicoativos ilícitos no Brasil, a partir da década de 1980, passou a ter dois focos de perseguição: pessoas da classe subalterna ligadas ao tráfico de substâncias criminalizadas e os jovens usuários, em sua maioria, de classe média.

A partir de então, as detenções e perseguições a esses jovens pelo consumo de maconha, se estabelecem como fator fundamental na alteração da reação moral da classe média em relação a sua aceitação. Seu consumo, outrora estigmatizado, começou a ser incorporado por esses grupos por ser considerado menos ameaçador, iniciando a emergência de questionamentos sobre seu status. (MISSE, 1986, p.60)

Os debates públicos sobre como a maconha e a prática de seu uso vinham sendo tratadas pelas políticas de controle estatais, começaram a aparecer, na época, entre pesquisadores das áreas de Humanas. Em 1983, o “Centro Maria Sabina” promoveu o *1º Simpósio Carioca de Estudos sobre a Maconha*, com a participação de debatedores das áreas de filosofia, direito, antropologia, com a presença de deputados entre outros. Ultrapassando o limite médico/jurídico sobre a abordagem do assunto, as discussões sobre a criminalização do uso e da venda da substância ampliaram as esferas de análises relacionadas a complexas formas de estigmatização e violência.

Estudantes, artistas e intelectuais deram continuidade aos debates acadêmicos sobre os problemas sociais decorrentes da criminalização da planta na legislação, impulsionando sua legalização como pauta de reivindicação em passeatas e outras manifestações realizadas em 1986.

No ano de 1990, a continuidade dessa reivindicação pôde ser notada em declarações públicas pontuais, como as do político Fernando Gabeira, e em atuações artísticas isoladas, como a do grupo musical “Planet Hemp”, detidos judicialmente por uma semana sob acusação de fazerem apologia ao uso e à legalização da maconha por meio de suas canções. (VIDAL, 2008a).

As polêmicas discussões sobre os danos sociais relacionado à criminalização da *canabibis* pelo Estado começaram a ser publicizadas, com o surgimento dos espaços de discussões pela internet, principalmente a partir do ano 2000. A criação de sites e blogs não-governamentais, por uma rede de grupos que abordam a questão, possibilitou a difusão de informações sobre a temática, permitindo, ainda, uma maior facilidade na organização de movimentos pró-legalização em várias partes do País e do mundo, através dos fóruns de discussões. (VIDAL, 2008a).

Alguns blogs que contestam a atual política proibicionista, como “Marcha da Maconha”⁴⁵, “Rede Ananda”⁴⁶, “Growroom”⁴⁷, “Princípio Ativo: por uma nova política de drogas”⁴⁸, entre outros, postam, em suas páginas, as seguintes informações relativas às notícias e textos acadêmicos sobre a planta: efeitos provocados, redução de danos ao seu consumo, descobertas referentes ao seu uso terapêutico, flexibilizações legislativas internacionais, tentativas de organização de movimentos que trazem a legalização como pauta de reivindicações, assim como notícias sobre as diversas tentativas políticas em reprimí-las.

Esses blogs, em geral, se caracterizam pela função de viabilizar a produção e disseminação de informações e reflexões sobre os psicoativos ilícitos, entre eles a maconha, como forma de incentivar o debate público sobre as políticas de drogas incorporadas pelo Brasil e as alternativas a esse modelo vigente.

Os blogs como “Marcha da Maconha”, “Rede Ananda” e “Growroom” reiteram que suas formas de atuação colocam-se contrárias a qualquer forma de apologia ao uso da *cannabis*, assim como qualquer outro tipo de atividade criminosa. A defesa do direito à livre manifestação de idéia e reivindicações de direitos civis, alguns já assegurados em lei, constituem o argumento base da atuação proposta por esses grupos, evidenciando suas preocupações com possíveis acusações de promoverem atividades ilegais voltadas aos psicoativos ilícitos.

Os espaços de viabilização de informações e debates sobre a temática pela internet recebem, ainda, o apoio de grupos de pesquisas interdisciplinares que atuam na área.

Mantidos por especialistas, às vezes vinculados a mais de uma universidade, os grupos de pesquisas postados nos blogs se definem enquanto rede de pesquisa, que divulgam os resultados de seus estudos e discussões, muita vezes pela própria internet. Entre os grupos

45 Cf. no site <http://www.marchadamaconha.org/>.

46 Cf. no site <http://www.redeananda.org/>

47 Cf. no site <http://www.growroom.net/blog>.

48 Cf. no site <http://www.principio-ativo.blogspot.com/>.

mais notados nesses espaços de diálogos sobre a temática, encontram-se o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP)⁴⁹, vinculado aos departamentos de História e de Antropologia da FFLCH da USP; o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas (GIESP)⁵⁰, vinculado à UFBA; a “Ananda”⁵¹, uma rede composta por redutores de danos, ativistas e pesquisadores da UFBA, que atuam na promoção do diálogo entre sociedade civil e os poderes públicos sobre as políticas sobre drogas e o “Princípio Ativo: por uma nova política de drogas”⁵², caracterizados como um misto de grupo de estudos e movimento social, vinculados à UFRGS.

Compostos por estudantes universitários e especialistas de diversas áreas de atuação e conhecimento, esses grupos de estudos compartilham suas atividades, ainda, com as proposições de ONGs voltadas às políticas de Redução de Danos, como ABORDA⁵³ e BALANCE⁵⁴, promovendo debates acadêmicos diversificados.

Em 2003 e 2006, ocorreu a realização de cursos de extensão universitária acerca das perspectivas atuais dos estudos sobre psicoativos e, em 2005, uma mesa redonda sobre a legislação de drogas no País, todos promovidos pelo NEIP, na USP.

Entre os eventos antiproibicionistas realizados no Brasil, em 2007, aconteceu a primeira edição do seminário “Maconha na Roda: Políticas Públicas em diálogo com a sociedade civil”, integrado à rede mundial *GMM – VII Global Marijuana March*, sob coordenação da ANANDA e do GIESP, da FFCH da UFBA e com o apoio do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais da UFBA, (DA CISO). O seminário contou com discussões sobre os aspectos históricos, sociais e farmacológicos da maconha, as relações entre as ciências e seus diversificados usos no século XX, assim como as decorrências de sua criminalização no contexto nacional.

Sob a mesma perspectiva de crítica às políticas de repressão e combate às drogas, o grupo de estudo e movimento social, composto em sua maioria por ativistas universitários da UFRGS, “Princípio Ativo” promoveu o seminário “Drogas e Sociedade: na contramão da pré-história”, em Porto Alegre. O evento trouxe como pautas questões voltadas à produção dos

49 Cf. no site <http://www.neip.info/>.

50 Cf. no site <http://www.giesp.ffch.ufba.br/index.html>.

51 Cf. no site <http://noticiascanabicas.blogspot.com/>.

52 Cf. no site <http://www.principio-ativo.blogspot.com/>.

53 Cf. no site <http://www.abordabrasil.org/>.

54 Cf. no site <http://coletivobalance.blogspot.com/>.

stigmas aos usuários, à Segurança Pública, aos Direitos Humanos, ao Tráfico e Trabalho e à Legislação sobre Drogas.

As concepções expostas nas apresentações, tanto dos grupos de estudos, quanto dos blogs, indicam que políticas estatais de repressão são concebidas como paliativas porque inviabilizam abordagens interdisciplinares como um instrumento de compreensão e melhorias do complexo contexto decorrente do fenômeno do uso de psicoativos, impondo modelos homogêneos de comportamentos, respaldados pelo status ilegal de algumas substâncias:

Trabalhamos para ocupar cada vez mais espaço no debate público sobre o "problema das drogas", defendendo que as Ciências Humanas têm um papel fundamental neste cenário geralmente dominado por profissionais da área de saúde e por posições marcadas por um viés muitas vezes preconceituoso. Nossa abordagem no campo teórico não nos exime de reconhecer a necessária postura experimentalista e marca-se, principalmente, pela interdisciplinaridade de diversos saberes, seja entre os campos históricos, sociológicos e antropológicos, como no diálogo destes com a psicologia, a economia e com as artes ou ainda com o domínio mais geral da filosofia. Finalmente, como pesquisadores nos sentimos compelidos a tomar um posicionamento político e ético indispensável diante da questão das drogas na época em que vivemos, declarando-nos frontalmente opostos ao regime de proibicionismo vigente em escala internacional. (NÚCLEO..., 2006).

O desenvolvimento de pesquisas e a realizações de debates acerca da temática se constituem como um dos instrumentos de contestação pública, que visa buscar novos modelos de regulamentação do uso e da produção dos psicoativos atualmente criminalizados pelo Estado.

As similaridades dos objetivos e propostas presentes entre esses grupos indicam que a ideologia contrária às políticas hegemônicas de repressão e combate ao uso de substâncias ilegais se aloca como elo de uma rede de informações e atuações frente às políticas estabelecidas, disseminadas, sobretudo, pela internet.

Nota-se que a identidade das pessoas responsáveis pelos blogs sobre a temática, assim como daquelas que participam dos fóruns de discussão ou organização de movimentos, na maioria das vezes é preservada. A utilização apenas do primeiro nome, de apelidos ou assinatura como “coletivo”, como no caso do site usado como instrumento organizador da Marcha da Maconha no Brasil, pode ocorrer no intuito de prevenir os riscos de desarticulação das discussões e do movimento por repressão judicial de grupos contrários à causa. Entretanto, as análises articuladas dos sites, blogs e grupos de estudos indicam que tanto seus participantes quanto seus integrantes são jovens, estando esses últimos articulados com pesquisadores em institutos e universidades.

Dessa forma, as ações de alguns grupos de estudantes universitários voltadas a questões relativas ao status ilegal da maconha vêm atingindo maior visibilidade nos últimos anos. Essas ações situam-se, sobretudo, na busca pelo desenvolvimento de estudos relacionados à temática, presente nos grupos de pesquisas expostos e na organização e apoio a eventos.

Para facilitar a compreensão sobre a existência dessa discussão entre grupos de representação político-estudantis, com atuação em instâncias locais, federais e estaduais, realizamos uma entrevista com Sérgio Vidal, concedida por email. Atuando há mais de cinco anos nos diálogos com grupos que militam por mudanças nas políticas sobre psicoativos ilícitos no Brasil, Vidal é estudante da UFBA, integra o NEIP e o GIESP, coordena a ANANDA, é um dos articuladores da “Marcha da maconha” no Brasil e representa a UNE, no CONAD.

Sérgio Vidal aponta para a carência de abordagens sobre questões voltadas à ilegalidade da maconha no contexto estudantil universitário, demarcando as seguintes dificuldades:

São poucos os estudantes que estão ligados a grupos de pesquisa sobre drogas. Não por falta de interesse, mas por falta de grupos que discutam o tema sob uma perspectiva não-proibicionista. São poucos os grupos de pesquisa, e os que existem, como o NEIP ou o GIESP, têm pouquíssimo financiamento. Assim como no movimento estudantil, a inclusão dessa questão é bem difícil, pela falta de tradição de discussão sobre o tema.⁵⁵

Suas colocações indicam que as atuações políticas, com âmbito crítico, de grupos universitários frente ao status da maconha emergem de forma pontual e destoam em proporcionalidade, se consideradas as indicações de várias pesquisas sobre o uso corrente de maconha no cotidiano universitário.

Entre os grupos que atuam como movimentos estudantis universitários, a discussão sobre o status da planta é notada publicamente, apenas, entre as pautas de reivindicação do “Movimento Mudança”. Esse grupo é formado por estudantes de diversas universidades que integram Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais Estudantis (DCEs), Federações, fóruns de extensão e pesquisa, assim como grupos culturais e a UNE.⁵⁶

55 Entrevista cedida por Sérgio Vidal, em 23/01/2009, via e-mail.

56 Acessar <http://mudanca.org.br/movimento/>.

O “Movimento Mudança” se caracteriza enquanto grupo de esquerda e democrático, que busca fazer com que o movimento estudantil se faça presente nas lutas populares e no cotidiano estudantil, fundamentalmente através da prática.

A idéia central do grupo é demarcada pela formação de uma nova cultura política na busca de mudança social. Nessa perspectiva, o equilíbrio da relação entre democracia participativa e representativa é elucidado pelo grupo como responsabilidade das entidades estudantis em estimular os estudantes a reflitam e atuem nas decisões e mobilizações, assim como a construção cotidiana de seu movimento.

Para além das reivindicações de identificação cotidiana imediata, como a configuração estrutural e de concepções sobre a universidade, a legalização da maconha aparece junto às questões de gênero, raça e sexualidade, nas propostas apresentadas no 12º Conselho Nacional de Entidades de Base, da UNE (CONEB). Sob o lema: “Libertem as plantas! Pela legalização da maconha!” e “Por um debate franco e aberto sobre a legalização da maconha!”, o grupo ampara essa reivindicação nas seguintes justificativas:

A criminalização da maconha impede a utilização de seus valores terapêuticos e homeopáticos, favorece o narcotráfico e a violência e dificulta a construção de políticas públicas para o tratamento de usuários e a prevenção. [...] A hipocrisia do Estado brasileiro de colocar a culpa no usuário pela manutenção do tráfico de drogas inverte a ordem de prioridades, e a repressão e o autoritarismo falam mais alto do que a discussão sobre respeito das liberdades individuais e os efeitos da droga na saúde das pessoas. Nunca houve casos de overdose causada pela maconha, além do mais, a droga é utilizada para tratamento do câncer e da Aids em casos mais graves. [...] O Movimento Mudança, que está presente nas lutas contra a opressão sobre os estudantes e a juventude, acredita que este debate deve ser feito de forma franca e aberta na sociedade brasileira. É necessário dialogar com a sociedade na perspectiva do uso da *cannabis* ser visto como um problema de saúde pública e não como uma questão policial, de segurança pública. Mais do que isso, devemos fazer o debate sobre o porquê que drogas, que são muito mais prejudiciais a saúde, como o cigarro e o álcool, são liberadas e há pouco, ou nenhum, questionamento do Estado sobre o seu consumo. [...] Lutamos para viver em uma sociedade que garanta o livre arbítrio e o respeito às escolhas de cada um, uma sociedade que garanta as liberdades individuais. Acreditamos que esta pauta deve ser melhor debatida com o conjunto do ME brasileiro, para que nos posicionemos ao lado dos estudantes e da juventude por um mundo com mais respeito entre as pessoas e direitos garantidos. (MOVIMENTO..., 2008).

A proposta do grupo em inserir as discussões voltadas à legalização da maconha no 12º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (CONEB), realizado na Bahia em

janeiro deste ano, vem ocorrendo de forma mais evidente em alguns Congressos e Conselhos da UNE, desde 2006.

Segundo Vidal (2007), a inclusão de um representante da UNE no CONAD, sancionada pelo Decreto-lei de nº 5.912 em setembro de 2006 (BRASIL, 2006a), na época serviu de estímulo à sua integração ao DA CISO, da UFBA. Dessa forma, o estudante tornou-se responsável, no grupo, pela Comissão sobre Substâncias Psicoativas e conseguiu a inclusão da temática em uma mesa de discussão no “II Congresso da União dos Estudantes da Bahia (UEB)”, realizado em agosto de 2007. A discussão travada resultou na formalização de um documento cobrando a UNE pela indicação imediata de um representante à cadeira do CONAD, assim como no estímulo aos debates e articulações entre o Movimento Estudantil e movimentos sociais que lutam pelo direito de usuários de psicoativos ilícitos.

No entanto, Vidal reitera que a criação de comissões sobre a temática, dentro dos CAs, DAs e DCEs, foi um dos principais pontos ausentes na mesa de debates. Para ele essas comissões ampliariam o debate entre a base estudantil, subsidiando a participação dos estudantes em Conselhos Estaduais e Municipais sobre drogas, possibilitando a atuação do Movimento Estudantil na elaboração de políticas públicas voltadas a questão. (VIDAL, 2007).

No que concerne à inserção e ampliação da temática em outros grupos estudantis, o grupo do DACISO, da UFBA, teve um papel fundamental de mediação nas relações que começaram a se estabelecer entre a UNE e militantes das mudanças de políticas sobre drogas no País. (VIDAL, 2007).

Em sua entrevista, o estudante e militante Sérgio Vidal, ainda declara:

Dentro da UNE algumas pessoas e linhas políticas apóiam essa discussão há algum tempo. O primeiro convite que recebi para debater essas questões foi através da vice-presidente da UNE, integrante do Movimento Mudança. Foi ela quem possibilitou uma Mesa para discutir o tema dentro do Congresso em Brasília, 2007.

Dessa forma, o 50º Congresso da UNE, realizado em junho de 2007 em Brasília, foi o primeiro a possuir uma mesa redonda sobre a temática. Sob a denominação “Painel drogas: o debate atual no Brasil”, a mesa contou com a participação de pesquisadores do NEIP que apresentaram o desenvolvimento dos movimentos proibicionistas, assim como as principais categorias fundadoras e mantenedoras do debate público sobre drogas no País.

A exposição foi acompanhada por boa parte dos participantes do Congresso e impulsionou intervenções que sinalizaram a polarização de confrontos ideológicos sobre a

temática de grupos pertencentes a diversas correntes políticas que disputavam espaços dentro do movimento estudantil. Esse contexto evidenciou não existir um consenso interno da UNE no apoio à legalização da maconha. Entretanto, foram encaminhadas propostas sobre a necessidade de incluir essas discussões nas pautas de suas próximas agendas políticas.

Dentre os diversos fatores que impulsionaram a proposta de continuidade dessa discussão, ganha destaque a ausência de indicação de um representante da UNE no CONAD, devido à desmobilização dos estudantes da UNE referente à temática. Desses apontamentos resultou a indicação de Sérgio Vidal para representá-la no segundo semestre de 2007.

Frente aos lentos avanços conseguidos dentro do movimento estudantil, a indicação de um representante ao CONAD pela UNE foi realizada inicialmente, pelo próprio Sérgio Vidal, mais como o cumprimento de protocolo:

Apesar de ter mandado relatório sobre a última reunião do CONAD, ainda não recebi resposta. Estou indo lá com a consciência tranqüila de que estou com posições bem interessantes sobre os temas. Mas gostaria muito de poder ter maior diálogo com a UNE. De qualquer forma, tenho tentado ampliar ao máximo o diálogo, participando de debates, encontros, e vou começar a formar um grupo de discussão, aqui em Salvador, para, ao menos, ter um “*feedback*” de alguma base.

A declaração de Vidal sobre sua representatividade no CONAD serve como indicador de que a temática ainda não atingiu a importância suficiente no grupo. Entretanto, revela sua atuação na propagação de discussões junto aos estudantes, como alternativas para driblar a apatia estudantil sobre essas questões.

De agosto a novembro de 2008, a ampliação da temática dentro da UNE é notada através da realização do projeto denominado “Caravana de Saúde, Educação e Cultura”. Em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Caravana da UNE leva discussões de políticas públicas sobre saúde, educação e cultura para a juventude em 41 instituições de Ensino Superior, de 35 municípios brasileiros.⁵⁷

Atendendo a demanda dos últimos fóruns nacionais de estudantes da área da Saúde, assim como no CONEB, realizado pela UNE em 2006, o tema “Drogas – legalizar ou não”, com foco nas políticas de Redução de Danos, foi um dos temas prioritários nas discussões e atividades artísticas desenvolvidas pela caravana junto aos estudantes. Esse contexto demarca,

57 Cf. no site <http://caravana.une.org.br/>.

pela primeira vez, o lançamento nacional dos debates sobre saúde e juventude, servindo, ainda, de mediação no diálogo estabelecido entre o Ministério da Saúde e a UNE.⁵⁸

As reivindicações relacionadas ao uso de maconha, assim como ao uso de outros psicoativos proibidos, aos poucos vêm sendo ampliadas e incorporadas dentro de determinados grupos universitários como uma discussão política. Pautados nas conseqüências sociais decorrentes de seu status e no uso como uma questão estritamente de Saúde Pública, alguns grupos estudantis acabam por engrossar a luta a favor das mudanças nas políticas vigentes sobre os psicoativos ilegais.

Em meio a esse contexto, nota-se que a emergência e ampliação dessas discussões e reivindicações em outras esferas juvenis e estudantis enfrentam graves dificuldades, principalmente no que diz respeito à desqualificação e à distorção de suas intenções voltadas à temática, principalmente por grupos de vertentes ideológicas moralistas.

Em 3 de abril de 2008, alguns integrantes da Polícia Militar de Belo Horizonte, que possuía um acordo de policiamento preventivo com o Instituto de Geociências da UFMG, foram chamados pela professora doutora Cristina Augustin, diretora do instituto, para conter a exibição do documentário “Maconha Grass”⁵⁹, da revista Super Interessante, por um grupo de setenta estudantes.

Nas informações contidas no relatório final da Comissão de Sindicância criada para apurar o caso, algumas testemunhas declararam que, informada da intenção de exibição do documentário, a Diretora só concordaria com a atividade se alguém se responsabilizasse pela veiculação, ou se os estudantes presentes fossem identificados. Não atendida nenhuma das exigências, na tentativa de veiculação do documentário, houve o confronto dos seguranças do *campus* com os estudantes. Mesmo com a presença de alguns professores que tentaram amenizar o conflito, o clima de tensão piorou com a chegada de mais policiais em várias viaturas e um helicóptero da Polícia Militar, resultando na prisão de um estudante e no ferimento de vários outros. (BANDEIRA, 2008).

O fato repercutiu na ocupação do saguão da Diretoria por um grupo de estudantes que protestaram contra a ação repressora da diretora frente à exibição do filme e contra a constante presença da polícia no *campus*. Houve, ainda, moções de apoio em defesa dos

58 As temáticas sobre a legalização do aborto, a Lei Seca, homofobia, lesbofobia, sexismo, racismo, direitos sexuais e reprodutivos e sobre violências de gênero também entraram como prioridades nas discussões realizadas pela caravana (Caravana..., 2008).

59 Dirigido pelo canadense Ron Mann, o documentário aborda as várias questões voltadas à proibição da maconha, entre elas os interesses econômicos e políticos que impulsionaram a cruzada estadunidense no combate às drogas. (BANDEIRA, 2008).

estudantes agredidos, por parte de órgãos como DCEs e DAs, entre eles o de DA de Comunicação Integrada da PUC São Gabriel ⁶⁰, grupos de pesquisas sobre psicoativos, dentre eles a ABORDA, o NEIP, o GIESP, o Princípio Ativo ⁶¹, entre outros, em defesa da liberdade de expressão e do direito a manifestações políticas.

As conclusões retificadas pela Comissão de Sindicância responsabilizam a diretora pela entrada da PM no *campus*, entretanto não indeferiram a abertura do processo administrativo por entender que ela não pressupunha o envolvimento de um grande número de policiais na ação, nem as agressões que se seguiram. E por fim, sugerem a revisão dos critérios e procedimentos relativos à atuação da PM no *campus* Pampulha. (BANDEIRA, 2008).

As formas de repressão policial frente às manifestações públicas que contestam a legalização da maconha para fins medicinais e recreativos ocorrem, ainda, sob respaldo do Ministério Público. Dentre essas ações, as mais perceptíveis voltam-se ao movimento social internacional denominado “Global Marijuana March” ou “Marcha Global da Maconha”, que há anos realiza passeatas sobre as mudanças no status ilegal da maconha. No Brasil, o movimento é integrado por grupos da sociedade civil, entre eles jovens, e trazem os seguintes princípios como norteadores de seus objetivos:

A Marcha da Maconha Brasil não é um movimento de apologia ou incentivo ao uso de qualquer droga, o que inclui a *cannabis*. No entanto, partilhamos do entendimento de que a política proibicionista radical, hoje vigente no Brasil e na esmagadora maioria dos países do mundo, é um completo fracasso, que cobra um alto preço em vidas humanas e recursos públicos desperdiçados. [...] O nosso objetivo limita-se a promover o debate sobre a planta em questão e demonstrar para a sociedade brasileira a inadequação de sua proibição. [...] A Marcha da Maconha Brasil tem como objetivo agregar todos aqueles que comunguem dessa visão, usuários da erva ou não, que desejem colaborar de alguma forma para que a proibição seja derrubada. [...] Para atingir os seus objetivos, a Marcha da Maconha Brasil atuará estritamente dentro da Constituição e das leis. Não abrimos mão da liberdade de expressão, mas também não promovemos a desobediência a nenhuma lei. Entretanto, reconhecemos que se a sociedade tem o dever de cumprir a lei elaborada e aprovada por seus representantes eleitos, os legisladores devem exercer a sua função em sintonia com a evolução da sociedade. (MARCHA..., 2009).

No dia 4 de maio de 2008, o coletivo “Marcha da Maconha”, organizou a realização de passeatas reivindicando a discussão sobre a revisão do status da maconha na lei sobre

60 Cf. DIRETÓRIO..., 2008.

61 Cf. COLETIVO..., 2008.

drogas, paralelamente à realização das mesmas atividades em duzentas cidades espalhadas por vários países, principalmente da Europa.

No Brasil, a acusação de apologia e vínculo com o tráfico, levantada pelo Ministério Público de alguns estados, fez com que a Justiça impedisse as passeatas do movimento nas capitais dos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Bahia, São Paulo e em Brasília. (SANT'ANNA, 2008).

Em defesa dessas acusações, impulsionados por vários grupos religiosos e outros que condenam o uso de drogas, seus organizadores argumentaram em defesa da necessidade de uma discussão com os poderes públicos sobre os reflexos dessa ilegalidade, como violência e corrupção vinculados ao tráfico e os benefícios de sua utilização terapêutica, pressupostos tão válidos como aqueles que a proíbem atualmente. Dessa forma, a manifestação foi aceita pela Justiça somente nas capitais de Porto Alegre, Florianópolis, Recife e Vitória.

O conflito ideológico, até o momento apresentado, indica que as pontuais atuações estudantis caracterizam-se, sobretudo, pela organização de espaços de reflexão e de tentativas de abertura para o debate público da questão. Em um primeiro momento, essas formas de protagonismo emergem alinhadas às ideologias de grupos e movimentos caracterizados pela ruptura com as concepções dominantes que mantêm a política hegemônica mundial sobre drogas.

4. CAPÍTULO III – AS CONFIGURAÇÕES DOS GRUPOS DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DAS FACULDADES DA UNESP EM ARARAQUARA

4.1 Os Centros e Diretórios Acadêmicos: referências políticas e culturais

As primeiras instituições de ensino superior do País eram voltadas ao ensino profissionalizante de cursos das áreas da Medicina, do Direito e das escolas politécnicas. Caracterizadas como seculares, as denominadas “escolas superiores” eram isoladas umas das outras e possuíam sua estrutura hierárquica e didática ancorada no modelo de cátedras vitalícias. Nelas, os estudantes começaram a se organizar em entidades, como centros acadêmicos, diretórios acadêmicos, entre outros grupos, para fortalecer reivindicações referentes à formação profissional.

Nas décadas de 1920 a 1940, as críticas à orientação meramente profissional, com caráter elitista das escolas superiores se intensificaram e impulsionaram a implantação de Universidades ancoradas em modelos teóricos diferenciados. Dentre elas, a criação da Universidade do Brasil – hoje UFRJ -, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, das Universidades Católicas e da Universidade de Brasília, que se constituíram como marco nesse processo.⁶²

A ampliação do sistema universitário levou ao surgimento de novos centros e diretórios acadêmicos, em geral, se tornaram espaços usados por estudantes de variadas orientações políticas para organizar movimentos que atuavam junto a problemas e debates específicos da Universidade.

Segundo Arthur Poener (1995), a organicidade e regularidade de atuação do movimento estudantil brasileiro emergiram em 1937, com criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse contexto, os diretórios e centros acadêmicos foram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento das estruturas do movimento estudantil.

As práticas culturais dos grupos dos CAs e DAs – muitos deles, adeptos à ideologia de esquerda –, como conferências, veiculações de filmes, apresentações teatrais e musicais, entre outras atividades, foram promovidas através desses espaços e começaram a despertar a criticidade como senso orientador das ações políticas dos jovens, que se agregavam em movimentos estudantis.

Essas atuações acabaram por impulsionar a ampliação da participação e representação dos estudantes universitários juntos a órgãos colegiados, fortalecendo as ações do movimento estudantil no País, representado pela UNE.

Caccia-Bava e Costa (2004) enfatizam que as campanhas levantadas pela UNE até a década de 1950 desdobraram-se desde as críticas ao nazi-fascismo até a defesa de questões nacionais, como o maciço apoio à criação da Petrobrás e à democratização nacional. A incorporação de questões nacionais pela UNE representou um marco dentre as organizações juvenis.

Caccia-Bava e Costa (2004, p.88-89) elucidam que, no início dos anos de 1960, a UNE voltou suas ações ao apoio de outros setores da sociedade, como aos movimentos operário e camponês. Em meio aos debates sobre a “crise da universidade”, defendeu alternativas a antigos problemas referentes à Universidade, como a manutenção do exame vestibular para o ingresso à instituição, que visava a manter seu caráter elitista. A entidade

62 Sobre a temática ver OLIVEN, 2005.

também conquistou a representação estudantil paritária de 1/3 nas instâncias acadêmicas e criou órgãos de sustentação para suas políticas, como o Centro Popular de Cultura (CPC).

Frente às possibilidades de transformações da estrutura social, decorrentes da efervescência dos movimentos pró-comunismo no contexto internacional, fortalecidas, ainda, pelo impacto da revolução cubana, a UNE trocou sua bandeira nacionalista pela bandeira anti-imperialista.

Em 1964, o movimento estudantil lutou contra uma série de retaliações que começou a sofrer com a instauração da ditadura militar no Brasil. As perseguições da polícia política a centenas de líderes estudantis, a destruição da sede da UNE, a invasão dos centros e diretórios acadêmicos pela polícia, a expulsão de dezenas de estudantes considerados incômodos pelos reitores das Universidades foram práticas frequentemente realizadas pelo governo ditatorial brasileiro na tentativa de desarticulação do movimento.

Os centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes, entre outros que se caracterizavam enquanto espaços de discussões e deliberações sofreram fortes ameaças de total extinção com a promulgação da “Lei Suplicy de Lacerda”. Ao instituir como obrigatório o repasse de verbas e orientações do Ministério da Educação às entidades estudantis, a Lei Suplicy trazia como intuito diluir sua autonomia e representação estudantis, criando um sistema de entidades paralelo ao existente, como forma de enfraquecê-lo. (POENER, 1995, p.214).

Dentre as deliberações previstas pela “Lei Suplicy”, encontravam-se a substituição da UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes e das Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais. As novas entidades estudantis eram convocadas pelo próprio Ministério da Educação, rompendo com o direito de autonomia que as entidades tradicionais possuíam. As diversas formas de controle sobre a configuração dos Centros e Diretórios foram instituídas por meio de um edital que delimitava o perfil dos estudantes que poderiam se inscrever para participar das eleições, o número de integrantes da entidade, data e normas para as eleições e imputava a obrigatoriedade de voto dos universitários para as eleições do Diretório da instituição à qual pertenciam, entre outras exigências.

As restrições mais marcantes se voltaram à proibição de qualquer tentativa de diálogo entre as entidades e à suspensão de manifestações político-partidárias. Durante todo o período da ditadura, os centros acadêmicos tiveram que mudar sua nomenclatura para “centro de estudos e pesquisa”, como meio de dissimular às autoridades a continuidade de suas atuações na Universidade.

A continuidade de políticas que visavam enfraquecer as estruturas universitárias - dentre elas, a subordinação das Universidades aos interesses estadunidenses sob a efetivação do “Acordo MEC-USAID” - objetivava consolidar uma dominação cultural e política contrária às movimentações comunistas. (CUNHA, 2007, p.24-25).

No entanto, essas medidas, somadas à repressão do governo ditatorial, não foram suficientes para extinguir o movimento estudantil. Apesar de enfraquecido, a revolta generalizada do movimento contra a repressão ditatorial e contra as políticas estabelecidas para o direcionamento das gestões universitárias no País se uniram aos anseios dos levantes estudantis internacionais de maio de 1968, iniciados na França, em um momento em que a repressão sexual impulsionou movimentações que demarcaram transformações de âmbito cultural, desencadeando levantes juvenis no plano político⁶³.

Os contextos nacional e internacional impulsionaram a continuidade das ações clandestina da UNE, amparada pelo funcionamento dos DAs e CAs, que resistiam dentro das Universidades. Em 1984, após quase duas décadas de ditadura, esse processo culminou em greves e passeatas dos estudantes que, juntos a movimentos partidários, civis, artísticos, entre outros, lutaram pela redemocratização do País. Instaurou-se a reivindicação de eleições presidenciais, movimento conhecido como “Diretas Já”, que conseguiu legitimação apenas em 1989, após a aprovação da Constituição Federal de 1988.

Essa trajetória de lutas dos movimentos estudantis da década de 1960, amparada em uma teoria crítica da história e da transformação social, fez dos centros e diretórios acadêmicos um relevante instrumento de referência cultural e política para os estudantes de graduação, construindo sua representatividade junto a órgãos colegiados e fóruns nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Ingressar nessas entidades estudantis possibilitava aos grupos eleitos levantar as mais variadas reivindicações junto ao corpo estudantil, possuindo, ainda, autonomia para a realização de atividades acadêmicas e culturais no aprimoramento e complementação da formação crítica dos estudantes que representavam. Constituiu-se, então, uma referência dominante de CAs e DAs, marcada pela representatividade e organização do movimento estudantil, decorrente das práticas exercidas nesses espaços.

Frente às transformações históricas ocorridas desde esse período, nosso trabalho buscou levantar a configuração dos grupos de centros e diretórios acadêmicos, como forma de

63 O “maio de 1968 francês” se iniciou com o protesto à proibição do livre trânsito dos estudantes entre os dormitórios femininos e masculinos na Universidade de Nanterre, ganhando uma dimensão política com a incorporação de novas pautas pelo movimento.

reconhecer as referências, os princípios e valores que orientam suas atuações. Demarcar essa etapa colocou-se como instrumento fundamental para compreendermos em que medida as questões voltadas ao uso da maconha aparecem em suas ações cotidianas e refletem suas consciências sobre o status da planta. O reconhecimento dessas práticas de apropriação de saberes foi pertinente, uma vez que elas são originárias das experiências históricas da sociedade e de uma diversidade de experiências individuais que fundamentam esse saber. (CACCIA-BAVA; COSTA, p.65, 2004).

Os grupos juvenis estudados foram eleitos no final do semestre de 2007, para gerir, durante o período de um ano, os Centros Acadêmicos de seus respectivos cursos, em cada uma das faculdades da UNESP, no município de Araraquara, em SP.

Na Faculdade de Ciências e Letras abordamos os grupos de CAs dos seguintes cursos: Ciências Sociais (CA “Florestan Fernandes” - CAFF), Ciências Econômicas (CA “Celso Furtado” - CACEF), Letras (CA “Paulo Leminski” - CACEL), e Administração Pública (CA. “IX de Setembro” - CAAP). Nessa instituição, apenas o grupo do CA “Maurício Tragtemberg”, do curso de Pedagogia, não pôde ser incluído em nosso estudo devido à sua dissolução, três meses após sua posse.

No Instituto de Química, foi estudado o grupo do DA “Prof. Waldemar Saffioti” (DAWS). Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, abordamos o grupo do curso de Farmácia-Bioquímica, do CA de Ciências Farmacêuticas (CACIF) e na Faculdade de Odontologia, estudamos o grupo do DA da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA).

A fim de preservamos a identidade dos jovens que compõem os grupos abordados, já que a temática se volta à esfera da ilegalidade, a partir deste capítulo, expusemos seus depoimentos indicando-os apenas como integrantes de seus respectivos DA ou CA. Dessa forma, as falas de todos os estudantes se encontram com recuo de margem, à esquerda do texto.

4.2 Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA): gestão “Atitude”

Fundada em 1920, a “Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara” era representada pelo Diretório Acadêmico Sampaio Vidal (DASV). Em 1986, o conflito ideológico entre os estudantes do curso de Ciências Farmacêuticas e Odontologia,

principalmente referente à continuidade de participação dos estudantes de Farmácia no movimento estudantil, ainda no final da Ditadura, provoca a dissolução da entidade. Em 1987, em assembléia geral, os estudantes do curso de Odontologia criam o Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA) para servi-lhes de entidade representativa.

Em novembro de 2007, a chapa “Atitude”, composta por vinte e seis estudantes dos distintos anos de graduação, passou a gerir o DAFOA. Esse processo se iniciou desde o final da gestão anterior, quando seus membros reuniram os estudantes interessados em compor um novo grupo para concorrer à gestão de 2007/2008. Juntos formaram uma chapa única e venceram as eleições.

Apesar da inexistência de uma carta-proposta da chapa “Atitude” para concorrer à eleição, a busca pela integração entre os estudantes do curso de Odontologia foi colocada pelo grupo como o principal objetivo elencado. Seus componentes projetaram a revitalização da *Atlética*⁶⁴ da Faculdade de Odontologia de Araraquara (FOAr) através do aumento das atividades esportivas na universidade.

Essa proposta foi concebida como um importante instrumento de resgate da união entre os estudantes, já que o grupo entendia que a falta de tempo, devido à densa carga de atividades acadêmicas obrigatórias, colocava-se como um dos obstáculos dessa relação.

Quando questionados sobre os princípios de orientação da gestão, todos os integrantes ouvidos colocaram a responsabilidade e o compromisso com os trabalhos desenvolvidos no DA como fundamental na continuidade à existência da entidade:

Quando a gente formou o diretório, muitos vieram por amizade, mas aceitamos por saber que a pessoa é efetiva nas causas, que ela vai atrás. Para mim, não interessa se a pessoa é minha amiga, e sim se ela não faz nada. Eu prezo amizade, é claro, mas fora daqui. Se as atitudes dela não são para o bem do Diretório, em geral, acho que ela não vai valer aqui dentro. O que vale é o trabalho realmente. A gente não está aqui para brincar com ninguém. A gente está aqui para representar os alunos. Acho que o que vale é seriedade. Ser honesto com todo mundo. Acho que é isso: a competência com todo mundo... E acredito que todo mundo que trabalha aqui dentro vai crescendo pessoalmente, vai criando responsabilidade, porque você não está trabalhando só para você, mas está trabalhando para os outros. (Integrante I, do DAFOA).

Como outros membros relataram, o integrante I reitera que os princípios orientadores das ações do grupo não foram discutidos e projetados durante a formação da chapa. A

64 Órgão estudantil responsável pela realização de práticas esportivas, nas Universidades.

incorporação da seriedade e responsabilidade para com as atividades que desenvolviam emergiu, primeiramente, como uma necessidade percebida por alguns de seus integrantes, conforme as experiências que vivenciavam na gestão. A relevância desses princípios foi afirmada pelos entrevistados devido, também, a permanência de apenas oito integrantes até o final da gestão.

O grupo dividiu suas tarefas e responsabilidades através das funções de diretor geral, seis diretores de departamentos – Atlética, Assistência Odontológica, Cultural, Divulgação-Imprensa, Financeiro e Social - e colaboradores⁶⁵, como orienta o estatuto. A divisão dos departamentos por temáticas não implicou o impedimento da transitoriedade da participação de integrantes ligados a determinadas diretorias em atividades distintas das suas, assim como não privilegiou o direito igual à voz e voto nas decisões acordadas:

A gente divide os departamentos porque a gente divide funções, mas não é dividido por hierarquia: ah, porque é coordenador geral, o voto vale mais? Não tem esse negócio! Todo mundo trabalha igualmente, todo mundo tem opinião, voz e voto. (Integrante I, do DAFOA)

Como afirmou o integrante, as deliberações sobre as propostas colocadas eram realizadas em conjunto, em reuniões semanais. Entretanto, o acúmulo de experiências em gestões anteriores caracterizou-se como requisito fundamental para o pleito das vagas de diretores de departamentos e para a Diretoria Geral:

Hierarquia não há, porque eu estou no 3º ano e tem coordenador vindo do 4º ano, tem gente do 2º ano. É mais o fato de como você está no diretório. Você já sabe como funcionam as coisas. Você já sabe como funciona o dinheiro, como fazer os projetos e tudo. Então você fica um ano aprendendo, vendo... Aí, no ano seguinte você já ajuda um pouco e no terceiro ano você toma mesmo a frente, mesmo não sendo coordenador. Então é mais por vivência no diretório. Então você chega com um monte de idéias, só que financeiramente elas não são viáveis. A gente não tem como por isso em prática, devido à burocracia e tudo. Então acho que não há hierarquia, é mais o fato de você ter experiência. Ano que vem provavelmente vou conseguir fazer mais do que eu faço esse ano. (integrante II, do DAFOA).

Os membros que ocupavam os cargos de diretoria dos departamentos e a diretoria geral se situavam na liderança das atividades realizadas pelo grupo, dando sustentação à

⁶⁵ Os estudantes colaboradores assim são chamados devido ao fato de auxiliarem o grupo em suas atividades, mas sem possuírem nenhum comprometimento formal com gestão. Na maioria das vezes, são estudantes dos primeiros anos que ingressam no grupo para conhecerem o CA e, posteriormente, acabam ingressando formalmente nas chapas para concorrerem às eleições.

continuidade da gestão. Eram estudantes que haviam participado de, ao menos, duas gestões anteriores e que se encontravam nos últimos anos da graduação. Segundo o grupo, esse artifício funcionava como forma de aglutinar as experiências passadas e, a partir delas, melhorar aspectos que não foram desenvolvidos anteriormente.

Nas reuniões realizadas semanalmente, geralmente no mesmo dia e horário, o grupo discutia, por vezes de maneira um pouco dispersa, a viabilização dos projetos obrigatórios, das atividades esportivas e festivas, decidindo sobre a divisão de funções acordadas e a manutenção das vendas de agasalhos, adesivos, canecas entre outros utensílios com o emblema do DAFOA e da FOAr. A reforma da bateria da Atlética e a realização da Interodonto – jogos seguidos de festas em que se reúnem estudantes de Odontologia do País, durante alguns dias – foram as principais atividades realizadas pelo grupo, tanto no que concerne ao tempo dispensado para organização, quanto ao cumprimento das propostas elencadas pela chapa, concebendo-as como relevantes em sua gestão. Como colocam seus integrantes:

A principal atividade que a gente realizou foi a “Interodonto”. Aí, fora isso, a gente faz agasalho para todo mundo. Temos um monte de Projetos. No primeiro semestre teve a gincana, que envolve alunos, funcionários e professores: é uma brincadeira aqui no pátio. Agora a gente tem quatro projetos para terminar. A gente vai fazer a “Festa Solidária”, o “Projeto Cidadania”, a “Campanha de Natal” e o “Prata da Casa”. São mais atividades de integração. E tem alguns projetos que a gente mantém porque a gente tem uma obrigação, porque a gente recebe subvenção. Então temos algumas coisas a cumprir. (Integrante III, do DAFOA).

A gente tem o “Projeto Cidadania”, o “Projeto de Natal”, o “Prata da Casa”. E além desses três projetos, a gente tem as festas, que a gente consegue fazer muito mais para toda faculdade e não só para a Odontologia: é Odontologia, *campus*, tudo. Como nossos horários são complicados, para integrar o pessoal a gente procura fazer, toda quarta-feira, um jogo de futebol, para ter uma integração. E tem o “Interodonto”, que pra mim é o que funciona para a gente poder juntar todo mundo. (Integrante II, do DAFOA).

Além da organização de eventos esportivos e festas tradicionais - práticas mais recorrentes durante toda a gestão -, a realização de projetos voltados às tentativas do desenvolvimento de valores solidários entre os estudantes da área de Odontologia demarcou-se como pressuposto incorporado pelo grupo.

Em nosso estudo, o DAFOA fora a única entidade estudantil na UNESP, em Araraquara, a possuir características peculiares com relação à sua estrutura burocrática. Descrito em seu estatuto como uma “entidade filantrópica”, o órgão recebe subvenção da

reitoria para, obrigatoriamente, realizar o atendimento odontológico gratuito dos membros à comunidade, assim como para manter uma secretária exclusiva na entidade no auxílio das atividades cotidianas do grupo.

Durante as reuniões, percebemos que as discussões em torno da forma de realização de alguns projetos, como a “Festa Solidária”, “Campanha de Natal” entre outras, eram voltadas ao estímulo das práticas de doação, como brinquedos, roupas e alimentos a entidades filantrópicas. Nessa perspectiva, a supervalorização de algumas práticas de caridade e entretenimento que propunham para os demais estudantes, ocorria em detrimento de discussões mais amplas e críticas do contexto político-cultural de nosso momento histórico para o alcance de alternativas aos diversificados problemas cotidiano que perpassavam.

A única prática do grupo voltada às questões referentes ao uso de psicoativos entre universitários foi o apoio à campanha denominada “Dia de Alerta”. Promovida pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex) em todos os *campi* da UNESP, desde 2006, a campanha é realizada anualmente através de um dia de exibição de aulas para os estudantes sobre os efeitos do álcool no organismo e testes voluntários de verificação da quantidade de álcool no sangue. Segundo os mentores da campanha e o próprio grupo, essas orientações ocorrem sob o intuito de conscientizar os estudantes a extinguir seus excessos de consumo para buscar a manutenção da qualidade de vida.

Em geral, o grupo mostrou-se satisfeito com os resultados do “Dia de Alerta”, na Faculdade de Odontologia, indicando uma considerável participação, não só dos estudantes, mas dos professores e funcionários, nas atividades e discussões propostas. Quando questionados sobre o teor ideológico das orientações e discussões feitas sobre a temática, assim como a percepção de seus resultados no contexto acadêmico, um dos integrantes coloca:

Nosso apoio ao “Dia de Alerta” veio a acrescentar. Teve uma redução do uso de álcool? Teve. Já teve alguém que teve problema com álcool e morreu por isso? Sim. É muito complicado e eu não gosto de escutar que quando um amigo seu morre por isso, chega outro e fala: eu nunca mais vou usar. O que importa é saber usar. (Integrante IV, do DAFOA)

Implicitamente, o estudante indica que a campanha vem funcionando, mesmo que timidamente, como um instrumento de intervenção necessário ao consumo exacerbado de álcool pelos jovens. Informalmente, os integrantes relataram que as palestras estão perdendo seu caráter amedrontador sobre o uso, em que eram potencializados os efeitos prejudiciais, como forma de estimular a abstinência. Reiteraram que as discussões realizadas no “Dia do Alerta” visam a indicar as possíveis conseqüências individuais e sociais do uso demasiado e

inconseqüente do álcool. Nessa perspectiva, concebem a aceitação do uso de álcool mediante o conhecimento que cada usuário deve possuir sobre seu limite do consumo, assim como as possíveis conseqüências prejudiciais, se ultrapassá-lo.

Mesmo indicando a relevância das experiências positivas obtidas com a campanha do “Dia de Alerta”, durante toda a gestão, o grupo não desenvolveu, de forma autônoma, nenhum tipo de atividade voltada ao uso de psicoativos.

4.3 Diretório Acadêmico “Prof. Waldemar Saffiotti” (DAWS): gestão “DIVULGADAWS”

Concomitante à transformação do Departamento de Química em Instituto, em 1977, o Diretório Acadêmico do Instituto de Química foi fundado e nomeado de “Waldemar Saffiotti”, em homenagem ao respeitado professor que construiu uma sólida carreira acadêmica e de militância política, em Araraquara.

Somada à valorização, sobretudo da defesa dos Direitos Humanos em muitas lutas por ele elencadas, a homenagem à “Waldemar Saffiotti” ocorreu, principalmente, devido ao estabelecimento de uma forte relação de ensinamento e aprendizagem político-cultural com os estudantes do Instituto de Química na época.

Reiterando as referências de lutas obtidas durante a história do DAWS e a importância da representatividade estudantil junto aos órgãos colegiados, em novembro de 2007, a chapa “DIVULGADAWS” foi eleita, formada por doze estudantes pertencentes aos variados anos de graduação.

As principais propostas trazidas pelo grupo referiram-se à maior realização de atividades esportivas, culturais e representativas. A nomeação do grupo, como “DIVULGADAWS”, refletiu a relevância dada à prática da divulgação de suas atividades, como o principal meio de alcançar a participação estudantil junto ao grupo.

O compromisso com a gestão emergiu como o princípio mais reivindicado por alguns membros, que estavam na liderança da maioria das tarefas, para com os outros integrantes do próprio grupo. No entanto, quando questionamos os entrevistados a respeito dos princípios que orientavam as ações do grupo, obtivemos respostas bastante difusas, entre elas as seguintes:

Assim... muita coisa que a gente cobrava de gestões passadas a gente fez o possível para mostrar que tinha como fazer. Sei lá, divulgação de assembléias, por exemplo: nas gestões passadas muita gente não ficava. Alguns eventos foram mal divulgados. Outra coisa é a camiseta que a gente acabou criando, que foi comemorativo de 30 anos do DAWS. Essa camiseta vendeu muito... coisas diferentes que a gente tentou fazer. Trucada fazia tempo que não tinha e a gente fez um campeonato aqui. Vendo outras gestões, a gente tentou não repetir e melhorar em algumas coisas. (Integrante II, do DAWS)

É bastante ruim, eu acho, respondendo à pergunta. Pode ser a vaidade, pode ser ... um monte de coisa. Pode ser maquiado. E aqui você é alvo de muita crítica e tudo mais. Não sei. Princípio? Ah... melhorar o estado da instituição de repente, que é isso que vale. (Integrante III do DAWS)

De acordo com suas exposições, os estudantes responderam à questão referindo-se às atividades que realizaram ou que planejaram realizar. Apenas um dos entrevistados citou a possibilidade da vaidade ter sido um instrumento negativo de orientação da gestão do grupo, entre vários outros que não definiu. A dificuldade dos estudantes em responder a nossa pergunta, exprime a ausência de reflexão do grupo sobre os pressupostos que inicialmente orientaria sua gestão.

A estrutura do órgão estudantil foi composta de presidência, vice-presidência, 1ª e 2ª secretaria, 1ª e 2ª tesouraria e mais seis coordenadorias – Desporto, Social, Cultural, Imprensa, Patrimônio e Representação Discente. Essas divisões foram dadas como necessárias pelos estudantes para satisfazer as orientações do estatuto e para responder a demandas exteriores referentes a questões específicas, como por exemplo, a defesa de interesses dos estudantes em reuniões da Congregação. No entanto, a flexibilização na participação de atividades diferentes daquelas voltadas à temática do departamento ao qual cada integrante pertencia ocorria, principalmente, devido à sobrecarga de atividades decorrente da desistência de cinco membros do grupo e pela inexistência de colaboradores.

No decorrer da gestão, foram realizadas reuniões semanais, restrita aos demais estudantes. Na maioria dessas reuniões, o grupo discutia as atividades a serem desenvolvidas, para, posteriormente, deliberarem sobre as posições acordadas. Como afirmou um membro do grupo:

A maioria das decisões é tirada em grupo. A grande maioria, pelo menos. Pelo menos na reunião se todo o resto concorda com alguma coisa, é meio que democracia. (Integrante IV, do DAWS)

Segundo o grupo “DIVULADAWS”, sua estrutura de divisão hierárquica não foi impedimento à igualdade na voz e voto em suas deliberações. Entretanto, percebemos que em algumas reuniões, quando travados longos embates a respeito das formas como seriam desenvolvidas suas atividades, os pontos de vistas das lideranças acabavam sendo acatados em detrimento dos demais, causando certo descontentamento de alguns integrantes.

As ações do grupo voltaram-se às tradicionais práticas de divulgação do Diretório, através da venda de camisetas, agasalhos e adesivos, assim como à realização de algumas assembléias, na tentativa de deliberar o posicionamento dos estudantes frente às questões que conceberam como pertinentes, no contexto universitário.

A organização de práticas culturais e esportivas, muitas delas em parceria com o Programa Especial de Treinamento (PET)⁶⁶, destacou-se entre todas as atividades promovidas pelo grupo:

No final do ano passado, a gente fez a campanha contra a AIDS. Enfeitamos todo o DAWS com frases de cantores, pessoas famosas que foram vítimas, que morreram de HIV. Montamos kits explicativos, com “camisinha”, não querendo fazer apologia, nada. Fizemos parceria com o PET, por exemplo, para fazer o “Cine PET DAWS”. A gente o fazia uma vez por mês, dando incentivo ao cinema nacional: era de final de semana, aqui no DAWS mesmo. Colocávamos telão, exibíamos filmes, trazíamos pipoca para o pessoal. Fizemos torneios, como de truco, de *pebolim*, de *ping pong*. Fizemos um campeonato de futebol de vídeo-game. O pessoal cobrava que não tinha. Aí e a gente fez, também, o “Show do Haroldo”, que será no desfecho da nossa gestão. [...] Nesse show, o pessoal vem, faz uma apresentação legal... Agora, a maioria é palhaçada, sabe? O pessoal vem para dar esculacho mesmo. É um show de calouros! [...] A gente fez pela primeira vez a “Quimiarte”, que foi uma semana de arte e cultura: teve oficina de pintura, de teatro... Tiveram várias oficinas. Foi meio que uma ação conjunta com o grupo de teatro “Alquimia”, que apresentou uma peça [...] (Integrante II, do DAWS).

As colocações do estudante, semelhantes às dos outros membros do grupo, indicaram a realização de atividades que buscaram ultrapassar questões específicas da área de Química, fosse através do contato com distintas expressões artísticas - como a transmissão de filmes que estão fora do circuito comercial e a realização de oficinas de teatro – ou debates sobre problemas de Saúde Pública, como no caso, a campanha pelo uso de preservativos nas relações sexuais.

⁶⁶ Formado por grupos de estudantes regularmente matriculados, sob a coordenação de um professor-tutor, o PET visa a possibilitar a ampla formação acadêmica de seus membros, propiciando-lhes uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudo.

Os campeonatos esportivos e jogos eram as únicas atividades reivindicadas por vários estudantes juntos ao DAWS. Dessa forma, manifestações culturais e esportivas foram concebidas pelo grupo como um instrumento aglutinador dos estudantes do curso de Química com a entidade. Em geral, percebemos a ausência de qualquer abordagem em relação ao uso de psicoativos, legais ou ilegais, em todas as práticas cotidianas e eventos realizados, bem como declararam seus membros.

4.4 Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas (CACIF): gestão “Covalente”

Como já exposto, desde os anos de 1920, a “Escola de Farmácia e Odontologia” da Unesp, em Araraquara, era representada pelo Diretório Acadêmico Sampaio Vidal (DASV). Em 1986, a latente insatisfação dos estudantes do curso de Ciências Farmacêuticas devido ao diretório ter se afastado do movimento estudantil, muito reprimido ainda no final da Ditadura, impulsionou a convocação de uma assembléia de ambos os cursos, em que os estudantes deliberaram a extinção da entidade na busca de autonomia. Em 1987, em uma assembléia geral histórica, os estudantes de Farmácia fundaram o CACIF.

Em 2008, sob a peculiaridade da troca de gestão ocorrida todo mês de agosto, devido à finalização da grade curricular do curso de Ciências Farmacêuticas nesse mesmo período, o CACIF passou a ser gerido pela gestão “Covalente”.

O grupo fora composto por trinta e dois estudantes que cursavam distintos anos de graduação, sendo vinte e oito membros oficiais e quatro membros voluntários. Diferente dos demais grupos abordados, pelo menos metade de seus integrantes participaram, no mínimo, de duas gestões anteriores.

O reconhecimento dos valores que orientaram a forma como o grupo entendia sua existência foi facilmente notado já no nome e símbolo escolhidos para a gestão, como descreve um de seus membros:

Durante as discussões da nossa chapa, a gente procurou muito um significado do que a gente queria da nossa gestão. Então, um dos princípios básicos era ser uma gestão unida e forte. Aí, levando bem para o lado farmacêutico e químico, a gente escolheu a ligação “Covalente”, que é a mais forte das ligações. E essa ligação é um compartilhamento de elétrons e simboliza que toda gestão tem que compartilhar como um todo para funcionar. E a gente escolheu o *ciclopentano* para representar as cinco

diretorias que compõem o C.A. Então, o *ciclopentano* significa: todos interligados para representar a união. Para a gestão inteira funcionar, todos tem que ser unidos e compartilhar conhecimento. (Integrante II, do CACIF).

O funcionamento integrado dos cinco departamentos que compunham o grupo fora representado pela “ligação covalente”, simbolizando a partilha das experiências, das responsabilidades, do conhecimento, sendo incorporados como a base para a realização de suas propostas. Essa representação foi encontrada, ainda, na carta proposta do grupo e evidenciou os valores de união que incorporaram através da máxima: “compartilhar para unir – “Juntos seremos união. Separados uns dos outros, seremos pontos de vista. Juntos alcançaremos a realização de nossos propósitos. (Bezerra de Menezes)”.

A necessidade de reflexão sobre as atividades realizadas pelas gestões anteriores, somada ao acúmulo das experiências vivenciadas por vários estudantes da chapa “Covalente” que delas participaram, foram o principal fator que impulsionou o grupo a utilizar as discussões em conjunto como um importante instrumento para sua configuração e para a estruturação de suas propostas:

Então, nas reuniões da chapa, a gente sempre pegou o material da gestão passada para analisar o que a gente tinha feito, tudo que a gente tinha realizado e também os materiais de algumas gestões anteriores. Para nortear, eu acho que foi mais isso. Acho que não teve uma coisa ideológica, tipo: vamos pensar dessa forma pra poder realizar. Foi mais uma coisa de conversa com o Centro, né? Do que a gente achava que era correto fazer. Então a gente pegou o material das outras chapas, analisamos e vimos. E aí a gente falou: “olha, eu acho que a chapa está faltando em tal aspecto. Então, vamos tentar melhorar nisso.” (Integrante IV, do CACIF)

Segundo o jovem entrevistado, desde a formação da chapa, começaram a realizar diversas reuniões durante o processo eleitoral, debatendo quais seriam seus intuítos e os meios para atingi-los. Apesar do estudante afirmar a ausência de uma ideologia para orientar a atuação e, posteriormente, a materialização das ações projetadas pelo grupo durante toda a gestão, alguns princípios em que se pautaram foram ressaltados nas falas de outro membro do grupo:

Então, a gente tem o princípio que é coletividade... É também a representatividade... Assim: é não fazer nada no CA que seja de interesse pessoal. É sempre visar ao que seria melhor para todos os estudantes da faculdade de Farmácia. Mesmo se a gente for contra, no caso, o que a gente vai tentar é conscientizar, e se eles forem a favor, a gente vai trabalhar sendo a favor. A gente tirou que não tem interesse pessoal. A gente está ali pra trabalhar para os estudantes, independente se vai ou não ter reconhecimento. Às vezes o pessoal entra no CACIF e pergunta: “mas o que eu vou ganhar

com isso?” Você não vai ganhar nada, pelo contrário, nesses quatro anos eu só me “dou mal”! Na verdade, perco prova, perco aula! [...]. Então a nossa parte é entrar ali sem querer nada em troca, sabendo que você vai trabalhar e às vezes não vai ser reconhecido. Só que é pelo bem de todos, inclusive daqueles que não reconhecem seu trabalho! (Integrante I, do CACIF)

O princípio de coletividade e representatividade estudantil caracterizou-se dentre os principais elementos incorporados pelo grupo na orientação de sua gestão. O entrevistado reiterou que a manutenção desses princípios deveria ser priorizada, sem excluir, no entanto, as tentativas do grupo em instigar seus representados a aderirem às suas concepções, através das atividades propostas.

As discussões e projeções sobre as eventuais dificuldades que encontrariam durante a gestão acabaram por reforçar o comprometimento de cada integrante frente a seu papel como CA: o de representatividade estudantil, mesmo nos casos em que o grupo fosse contrário às decisões de seus representados. Nessa perspectiva, o sentimento de pertencimento ao grupo caracterizou-se pelo enaltecimento da luta por valores, baseados no estabelecimento de uma sociedade mais humana e emancipada, possibilitando tentativas de ruptura com toda e qualquer relação que visasse à exploração do outro para beneficiamento individual.

Além da incorporação do princípio de representatividade, a referência dominante do CA emergiu entre o grupo, também, pela tentativa de resgatá-lo como organizador do movimento estudantil. Esse processo tornou-se possível através da realização de encontros com antigos integrantes de gestões passadas:

A gente teve muita mudança no C.A. no decorrer dos anos. Lá na minha república, tem gente que já está na Pós [Graduação], no Doutorado, que foi presidente do CACIF e que mora com a gente. Então a gente conversa muito. Antigamente eles falavam que era muito, muito mais representatividade e movimento estudantil. Tanto é que a gente faz encontro de ex- membros e vem umas pessoas que foram do CACIF em 1995. Eles vêm para cá, a gente senta com eles em uma mesa redonda e conversa. Eles apresentam algumas coisas para gente, fazem apresentação no *Power Point* sobre como era na época deles. Falam o que eles achavam certo ou errado no CACIF, o que eles pensam. Aí a gente fala como está hoje e depois a gente discute. A gente fala o que achava certo ou errado na época deles, e eles falam a mesma coisa para a gente. E a gente chega a um crescimento bom, legal. Outro dia eu vi uma apresentação de um representante que veio em 2004 pra cá e tinha lá: papel do C.A. era movimento estudantil da UNESP, movimento estudantil geral dos estudantes, movimento estudantil da Farmácia e diversos. Hoje em dia, esses “diversos” são trinta coisas e o movimento estudantil é uma só. Então isso aí é uma coisa à qual a gente está querendo voltar. Mas acho que internamente a gente começou a abandonar muita coisa e meio que estava virando uma lojinha, porque a gente vende caneca, a gente vende essas coisas lá. (integrante I, do CACIF)

A troca de experiências entre integrantes e ex-integrantes do CACIF possibilitou discussões que confrontaram com as atuações de gestões passadas, que concebiam a entidade como referência política e cultural, com as de gestões mais recentes. Esse contexto fez emergir a autocrítica do próprio grupo com relação à sobreposição de atividades de captações financeiras e lúdicas em relação às práticas que priorizassem o CA como espaço político-cultural, voltado à organização do movimento estudantil.

Essas discussões resultaram na projeção do principal objetivo da gestão: tentar equilibrar a atividades acadêmicas e lúdicas com atividades voltadas ao movimento estudantil através do comprometimento e união, para atingirem maior integração entre os estudantes. Como expressa o estudante:

O que vem norteando mais essa gestão é tentar equilibrar a questão do movimento estudantil como eventos que a graduação gosta. Porque as outras gestões sempre tiveram um desequilíbrio de certa forma. Tiveram algumas que traziam muito a questão do movimento estudantil e os estudantes acabaram se afastando porque não era o foco da galera. Tiveram outros que foram mais serviços, que foi venda de agasalho, fabricação de carteirinha... E aí assim: essa gestão está tentando focar um equilíbrio nessas duas formas. Só que não está fácil. (Integrante II, do CACIF)

É interessante ressaltar que, apesar das discussões realizadas durante o processo de formação das propostas da chapa, a busca desse equilíbrio indica uma concepção que segrega as práticas voltadas ao movimento estudantil de outras manifestações organizadas pelo grupo. Como na maioria dos CAs abordados, grande parte das manifestações festivas, esportivas ou artísticas possuía um formato que caracterizava um fim em si mesmo, totalmente desconectadas de qualquer referência de projeto político-cultural.

A adoção dessa tentativa de equilíbrio foi justificada pela gestão Covalente para satisfazer seus intuítos em resgatar o movimento estudantil. A iniciativa surgiu como proposição de importante processo de politização dos estudantes, sem, entretanto, correr o risco de afastá-los do CACIF, já que, segundo o grupo, atualmente a grande maioria deles repudia quaisquer tipos de manifestações relacionadas às discussões políticas.

Sob esses princípios, o grupo se configurou em uma estrutura composta pela presidência, vice-presidência, Primeira e Segunda tesouraria, Primeira e Segunda secretaria e diretores e vices-diretores de cinco departamentos – Esportivo, Cultural, Social, Científico, Imprensa e Social. As experiências em gestões anteriores foram aspectos relevantes e

valorizados para autorização do grupo no ingresso em cargos de Presidência e Diretoria, como ocorreu com o atual Presidente, que já se encontrava na quarta gestão, tendo se responsabilizado por funções diferenciadas em gestões anteriores.

Segundo o grupo, essa divisão de funções não remetia à diferença de voz e voto nas discussões acordadas - caracterizando a gestão como “horizontal” -, mas a colocaram como necessária para uma melhor organização do rol de atividades que se propuseram realizar.

Destacando-se dos demais grupos abordados em nossa pesquisa, o CACIF foi o que mais desenvolveu atividades durante sua gestão e, conseqüentemente, o que mais se reuniu em função desse contexto.

As reuniões ordinárias eram abertas aos demais estudantes da faculdade e realizadas semanalmente, no mesmo dia e horário, sempre com a participação de mais da metade do grupo.

Semelhante à dinâmica de uma assembléia estudantil, nas reuniões, as discussões e informes eram marcados em pautas, e as falas eram respeitadas conforme a vez de inscrição, sendo conduzidas pelo presidente do grupo. Em geral, os estudantes discutiam o desenvolvimento das atividades que estavam em andamento nos departamentos e, quando finalizadas, expunha e debatiam os resultados alcançados.

No início da gestão o grupo preparou seu cronograma de ações:

Para todas as diretorias, a gente faz o planejamento para a gestão inteira. Por exemplo: as diretorias têm que saber de todos os prazos para fazer as atividades, os jornais e tudo mais. E somos sempre abertos para tudo, quando uma comissão não dá conta, chega na hora, todo mundo ajuda. (integrante I, do CACIF)

Segundo o jovem entrevistado, o conhecimento dos prazos para a realização das atividades era um instrumento que auxiliava as diretorias a conseguirem se organizar e cumprir com o que fora estipulado. Conforme o tamanho do evento, o grupo tirava comissões, onde os integrantes de Diretorias diferenciadas participavam conforme sua disposição, sendo o diretor da área voltada à atividade o responsável por cada comissão.

A considerável quantidade de integrantes facilitava o andamento das comissões, muitas desenvolvidas paralelamente, em reuniões específicas do grupo. Essa dinâmica fazia com que realizassem um alto número de discussões mensais, geralmente aos domingos, conforme o andamento das atividades que desenvolviam. Como coloca seu integrante:

Cada vez vai aumentando o número de reuniões. Desde quando eu estou no CACIF têm uma reunião semanal e cada ano muda o dia da semana. Mas é sempre na hora do almoço, que acaba não dando para fazer muita coisa, porque a gente tem os informes e tem as pautas, então a gente sempre define as pautas próximas na reunião de hoje. Então como a reunião acaba sendo de uma hora, não dá pra fazer muita coisa. E quando é uma coisa urgente, a pauta é única para conseguir falar. E tem a reunião de domingo, que normalmente era para ser de quinze em quinze dias. Mas agora a gente está tendo que se reunir dois domingos no mês: um sim e um não para conseguirmos organizar melhor as coisas. Porque não têm fim. Antes a gente começava às 19h, agora estamos começando às 18h e vai até às 23h, 24h! Só que é bom porque todo mundo fica junto bastante tempo e acaba se entrosando melhor. E é sagrado a gente comer junto sempre, quando a gente termina a reunião. (Integrante I, do CACIF)

A predisposição para a realização de quantas reuniões fossem necessárias ao cumprimento de seus projetos serviu de elo à coesão do grupo. As freqüentes reuniões proporcionavam ainda mais o aprofundamento da amizade e união entre seus integrantes, devido à importância dada à partilha de práticas cotidianas, como jantares, conversas em mesas de bares, festas em repúblicas, entre outros em que as questões relacionadas ao CACIF estavam sempre presentes.

No primeiro semestre da gestão, foram desenvolvidas algumas ações voltadas ao movimento estudantil, através da participação em Congressos estudantis estaduais:

A gente tenta sempre mandar alguém, mas nem sempre é possível. A gente tentou mandar pessoas para o CEUF⁶⁷, que teve agora em Rio Preto [...]. Fui ao primeiro CEUF do ano passado, em Bauru. Nele a gente remodelou o DCE. Eu estava lá, tinha mais colegas lá. A gente ajudou nas discussões e tal. Então, a gente sempre está participando, talvez mais ativamente no movimento [do curso] de Farmácia. Mas a gente sempre está lá, com os nossos olhos no movimento da UNESP. (Integrante III, do CACIF)

Segundo o integrante III, do CACIF, mesmo que lentas, as tentativas de retomar práticas voltadas a essa questão foram iniciadas pela participação de alguns membros no Congresso Estudantil da UNESP e Fatec (CEUF), na gestão anterior. Entretanto, o grupo estava se voltando mais ao alcance da representatividade nos movimentos estudantis de Farmácia, como o planejamento de organizar, até dezembro de 2008, na Faculdade de Farmácia, o Conselho Regional dos Estudantes de Farmácia (COREFA), para, a partir de então, estarem preparados para participar dos próximos Encontros Regionais dos Estudantes de Farmácia (EREFA) e dos Encontros Nacionais dos Estudantes de Farmácia (ENEFA).

67 Congresso Estudantil da UNESP e FATEC.

Além da venda de canecas, agasalhos, jalecos, entre outros produtos, para captar recursos e divulgar o nome da Faculdade junto ao CACIF, o grupo voltou-se à realização de uma variada gama de eventos e trabalhos tradicionais da instituição. Entre eles, houve os esportivos – como a “Copa Farma” -; as atividades acadêmicas - como as visitas científicas e a “Semana Científica” -; a publicação do jornal “Tarja Preta”, em que se divulgavam os informes relacionados às questões da Universidade e atividades realizadas por eles; as culturais – dentre elas as apresentações musicais denominadas “Bossa Nova”, apresentações de teatros -; as festas - como a organização da “Gay Sapatão”, em parceria com o CAAP; os churrascos, entre outras atividades; assembléias e reuniões extraordinárias para discutir questões voltadas à Universidade – como no caso das eleições para Diretor da Faculdade de Farmácia.

O grupo não reconheceu a priorização ao desenvolvimento de qualquer tipo de atividade ou eventos durante a gestão até o momento da pesquisa. Pautado em sua programação e nas experiências das gestões anteriores, um dos integrantes projetou um maior dispêndio de trabalho e tempo para organização da “Semana Acadêmica”:

A Semana Acadêmica é muito difícil de ser elaborada, porque tem o problema de fazer o que a gente acha que tem que ser feito e o problema da adesão. A Semana Acadêmica começou em 2006 e a intenção dela, porque os estudantes não estavam se importando com nada, era tentar estimular o senso crítico dos estudantes, o pensamento político... A questão da educação e ainda muito mais forte, a questão de Saúde. Porque o curso de Farmácia não está sendo mais encarado como um curso de Saúde e a gente acha que o mais importante do curso é esse lado da Saúde. Então, a Semana Acadêmica a gente fez com esse intuito. Como a primeira foi em 2006, encheu. O pessoal foi e a gente discutiu políticas públicas de Saúde, educação pública, Universidade, discutiu conjuntura nacional... Uma galera odiou! Eles foram, porque contava presença. Era a primeira, então foi meio forçado. Aí foram duzentos alunos, de quinhentos e cinquenta que a gente tem. A gente vê isso como um ganho muito forte, porque dos eventos que a gente fez que tiveram caráter mais político não vão 50 pessoas. E bastante gente que hoje faz parte do CA, foi à Semana acadêmica. Então foi boa. [...] Essa discussão foi ampla, porque a gente fez tudo que a gente achava que era mais relacionada a uma coisa mais política, com saúde, educação e foi uma forma de integrar tudo isso. E em outras gestões a gente sempre quis fazer. E também porque nosso intuito na Semana Acadêmica era despertar o senso crítico, fazer as pessoas se sentirem mais cidadãs, com dever de participar mais da Universidade pública, do coletivo. Em 2007, mesmo mudando algumas coisas para que a maioria dos alunos queriam, ainda não foi muita gente. Aí fizemos um “*feedback*” para fazer em 2008 e vimos que essa atividade acabou se descaracterizando, porque não estava igual a 2006. Estava muito mais igual à “Jornada”, que é um evento mais voltado a interesses privados, mais para ganhar dinheiro. Por exemplo, ver sobre a biologia molecular usada na tecnologia industrial. Só que a Semana estava começando a rumar para isso. O que tem a ver uma Semana Acadêmica voltada para a

indústria?! Era contradizer os nossos ideais... E eu acho que fugiu um pouco. A gente começa a organizar desde o meio do ano e ela acontece em abril do ano que vem. É o que dá mais trabalho, porque a gente leva dois meses só de discussão para resolver como a gente vai fazer. É melhor fazer uma coisa mais adequada, só para ter mais público, ou fazer o que a gente acha que é certo? Aí a gente chegou à conclusão que de fazer o que a gente acha que é certo! É melhor qualidade do que quantidade. Se a gente conseguir levar dez pessoas e conseguirmos fazer essas dez pessoas mudarem é melhor do que ir duzentas e a gente não conseguir passar nossos objetivos. (Integrante I, do CACIF)

Ao discorrer sobre os intuitos da Semana Acadêmica, o entrevistado indicou ser ela uma das únicas atividades desempenhadas pelo grupo que se conecta com um dos traços marcantes das pautas, na maioria das lutas estudantis, durante toda sua história: a luta pelo exercício de direitos, como saúde, educação e principalmente pela igualdade ao acesso do conhecimento produzido na Universidade, voltado ao beneficiamento de todos.

Mesmo afirmando as dificuldades de adesão ao evento devido ao repúdio da maioria dos estudantes a temáticas voltadas à educação, saúde pública, entre outras, o entrevistado reitera a persistência do grupo em realizá-lo como forma de enfrentar tendências mercadológicas, dentro da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, coniventes com o direcionamento de pesquisas. Nessa perspectiva, coloca que muitas dessas se realizam sob encomenda de empresas, que passam a se apropriarem do conhecimento produzido na Universidade pública para adquirirem benefícios privatistas.

A manutenção desse tipo de evento foi um dos poucos instrumentos encontrados pelo grupo para proporcionar aos estudantes o acesso às discussões mais profundas e críticas sobre a incorporação de ideários neoliberais. Nesse sentido, as colocações do integrante I indicam as tentativas do grupo em disseminar uma ideologia que não se alinha aos anseios do mercado, assegurada na valorização do compromisso de retribuir à sociedade os resultados dos conhecimentos adquiridos em anos de estudos na Universidade pública.

Voltada às temáticas de Saúde Pública, a “Semana Acadêmica”, realizada em junho de 2007, foi o único momento em que se debateram questões relacionadas ao uso ilícito de psicoativos. O assunto emergiu como proposta de discussão entre os membros da gestão anterior, muitos deles atuais membros da gestão “Covalente”.⁶⁸ Como expõe o jovem entrevistado:

68 Esse fato coincidiu com o período em que apresentamos nossa proposta de trabalho aos integrantes da gestão anterior do CACIF, do quais muitos deles ingressaram na chapa “COVALENTE”.

Só na Semana Acadêmica do ano passado, trouxemos a discussão sobre drogas. Na verdade, a intenção era discutir a legalidade e a ilegalidade de drogas, porque estava acontecendo a “Marcha da Maconha”. A idéia foi trazida pela Presidente e todo mundo achou legal. Só que aí acabou que a gente não conseguiu palestrantes e a gente acabou chamando só uma pessoa. Não deu para fazer uma mesa redonda. E aí o palestrante acabou falando sobre a necessidade de todas as sociedades da busca pelo prazer, seja pelo futebol, pela religião ou pelo uso de drogas. (Integrante II, do CACIF)

No processo de formação da consciência sobre o uso de substâncias ilícitas, a divulgação, pelos meios de comunicação, da realização da “Marcha da Maconha” serviu como uma relevante mediação na proposição do então presidente do CACIF, em abordar uma temática marginalizada nos debates entre os profissionais da área: a legalização das drogas. Segundo alguns membros que estavam envolvidos na comissão organizadora, a intenção era proporcionar aos estudantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos sobre a forma como o uso ilegal de determinados psicoativos é tratado na contemporaneidade. A necessidade de abordar essa questão foi retrata, ainda, como forma de esclarecer os aspectos que classificam as substâncias como legais ou ilegais e as conseqüências de seu uso exacerbado, atentando ainda, aos estudantes sobre a convivência de muitos profissionais da área da Saúde à indução do consumo excessivo de medicamentos.

Frente à dificuldade em encontrar especialistas para debater o assunto, a explanação ocorreu no formato de uma palestra, de âmbito antropológico. Muito elogiado por alguns integrantes, o debate retratou uma concepção distinta das quais os estudantes do curso de Farmácia sempre tiveram contato: o uso milenar de psicoativos e as mudanças do padrão de consumo, decorrentes das transformações sociais ocorridas durante o processo histórico.

Entretanto, a iniciativa do grupo em inserir a temática voltada ao uso de psicoativos ilícitos em uma das palestras na “Semana Acadêmica” não refletiu na continuidade das discussões ou de outras atividades atreladas, até o momento da finalização de nosso trabalho de campo.

4.5 Centro Acadêmico de Administração Pública (CAAP) “IX de Setembro”: gestão “Todos”

O CAAP “IX de Setembro” - nome referente ao “Dia do Administrador”- foi criado pelos estudantes do curso de Administração Pública em 1991 com o intuito de reunir os alunos em uma entidade forte e representativa.

Eleita em novembro de 2007 para gerir o CAAP durante um ano, a chapa “Todos” foi composta por dezenove estudantes, a maioria cursando o segundo, o terceiro e o quarto anos do curso de Administração Pública.

A referência aos valores de “união e integração”, citada pelos jovens do grupo em suas entrevistas, foi indicada como central na organização e orientação de suas práticas. Segundo os membros, esses valores começaram a ser discutidos desde a formação da chapa, visto que alguns dos jovens que já haviam participado da gestão anterior expuseram ao resto do grupo as experiências de sectarismo e disputas entre os próprios membros, inviabilizando o andamento almejado da gestão passada.

Como forma de tentar superar esse obstáculo, em sua carta proposta, o grupo revela se constituir em torno da vontade de uma ação mais democrática e incisiva como CA. Esses princípios emergiram nas manifestações de seus membros:

O que a gente pensou quando montou a chapa foi ter uma integração. A filosofia do CAAP é ser aberto para todos os alunos que quisessem participar da reunião, para todo mundo que quisesse entrar na chapa. A gente queria ouvir a opinião de todo mundo. Então nossa filosofia foi essa. Tudo que a gente faz é baseado nessa integração e união. (Integrante I, do CAAP)

Nossa ideologia era “Todos”. A gente queria fazer uma gestão para os alunos. Muitas coisas deixaram de ser feitas no ano passado por acharem que os alunos não iriam gostar, ou porque não iria dar tempo. Aí a gente diz: “não, os alunos querem. A gente está fazendo essa palestra porque os alunos precisam. Então acho que foi focar na parte do que os alunos precisavam e tentar unir, sabe? Todos os alunos. [...] E conforme isso estava acontecendo, a gente também estava conversando como iria fazer. Aí a gente sentou em um bar e decidimos montar a chapa “Todos”. Era a nossa ideologia. Éramos o pessoal central, mas pegamos cada pessoa de um período, de cada ano para ter gente de todas as salas na nossa chapa. A gente queria mesmo agregar todo mundo. Podia ter gente do PSTU, do PSDB, não tinha problema. (Integrante II, do CAAP)

A escolha do nome “Todos”, para o grupo, indicava a vontade de realizar uma gestão participativa, não só entre aqueles que partilhavam de afinidades partidárias, mas entre todos

que sentissem motivados a fazer do CA um espaço que viabilizasse o máximo de interesses em comum.

Ancorados nessas discussões, o grupo eleito trouxe duas propostas principais. A primeira focou o exercício de uma gestão democrática, possibilitando aos estudantes do curso participar das reuniões e atividades propostas para expor suas idéias e opiniões. A segunda voltou-se à ampliação do apoio à representatividade estudantil na Congregação, aos representantes discentes no Conselho de Curso, assim como a retomada de representatividade em instituições externas, como a Federação Nacional de Estudantes de Administração Pública (FENEAP), a Federação Nacional de Estudantes de Administração (FENEAD), entre outras.

Para cumprir algumas das demandas previstas no estatuto na composição da chapa, o grupo se organizou hierarquicamente sob a divisão de funções, sendo elas: a de Presidente e Vice-Presidente, além dos oito Diretores (Administrativo, Acadêmico, Financeiro, Marketing, Movimentos Estudantis, Patrimonial, Projetos & Eventos e Sócio-Cultural), com seus respectivos colaboradores. Entretanto, na prática, os jovens dispensaram essa norma estatutária para organizar suas atividades cotidianas:

O CAAP tem uma hierarquia no estatuto, mas a gente, na verdade, não segue muito. Tem algumas divisões, por exemplo: se a gente vai fazer algum evento, algum projeto, dependendo do que for, fica mais por conta de uma diretoria específica. Mas isso não impede que os outros membros ajudem. A gente decide em reunião, em conjunto, tudo que vai acontecer dentro do CAAP. Se eu quiser propor alguma coisa, se outra pessoa quiser, vai lá e propõe em reunião. Todo mundo tem voto igual para decidir como é que vai ser feito. (Integrante I, do CAAP)

Conforme relata o estudante, cada membro se responsabilizava pela tarefa que mais se identificava frente à demanda que se propunha a realizar. Em casos específicos, como grandes festas, semanas acadêmicas e congressos relacionados ao curso, já se subentendia que todos os membros participariam das atividades, independentemente das afinidades que possuíam com o evento.

A divisão hierárquica no grupo funcionava mais como uma responsabilidade determinada de cada diretor frente a alguma possível demanda externa ao CAAP, não influenciando na igualdade de voz e voto para a tomada de decisões e nem nas atividades desempenhadas por seus membros. Dessa forma, muitas vezes os membros das diferentes diretorias se envolviam em atividades distintas de seu viés temático, sem exercer função específica, assim como a figura do presidente destacava-se mais pela condução das reuniões e da cobrança dos afazeres acordados pelo grupo.

Durante a gestão, foram realizadas reuniões ordinárias, semanais e abertas a todos os estudantes, para discutir e deliberar suas ações, conforme as propostas em pauta. A participação de, pelo menos, metade de seus integrantes era assídua, mesmo em reuniões extraordinárias, realizadas conforme a necessidade do evento ou atividade que estavam organizando.

Distintos de alguns do demais CAs estudados, a desistência de participação de três membros que compunham o grupo ocorreu mais por conta de expectativas e necessidades pessoais voltadas ao trabalho formal do que pela dificuldade de relacionamento entre os integrantes.

As práticas cotidianas de gestão referiam-se à venda de objetos do CAAP, como camisetas, moletoms, canecas, adesivos, confecção de carteirinhas para os estudantes do curso e à realização de atividades acadêmicas e festivas. As atividades acadêmicas voltadas restritamente aos assuntos relacionados ao curso e festas temáticas, tidas como tradicionais, foram as ações prioritárias do grupo. Entre elas, a “Semana de Administração Pública (SEMAP)” e o “Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública (ENEAP)” ganharam destaque pelos meses dispensados para seu planejamento e organização. Essas ações somadas aos esforços voltados a retomada da participação na FENEAP acabaram por cumprir algumas das propostas elencadas pela chapa.

Entre os membros entrevistados, apenas um explicitou, em sua fala, o destaque para as festas e a “SEMAP”, em relação a outras atividades, durante a gestão:

Assim... qual atividade é mais recorrente? Mais priorizada? Não sei. Eu acho que são as festas e a SEMAP, que a gente fica o ano inteiro elaborando, indo atrás. (Integrante III, do CAAP)

Embora, na concepção de seus membros, inexistia a sobreposição de uma dessas atividades sobre a outra, por vezes, as festas pareciam o foco das práticas organizadas pela gestão para muitos estudantes da FCLAr, que nela não estavam integrados, dentre eles alguns dos demais grupos entrevistados.

Em geral, as atividades do grupo “Todos” voltaram-se mais às questões imediatas relacionadas ao curso de ADM, inexistindo o debate intra e extra-grupal sobre quaisquer questões sociais mais amplas, entre elas aquelas voltadas ao uso de psicoativos ilícitos dentro e fora da Universidade.

4.6 Centro Acadêmico “Celso Furtado” (CACEF): gestão “MacroPonto”

A ausência de documentos e relatos das primeiras gestões do CACEF impossibilita o conhecimento do ano exato de sua fundação. Sabe-se que, por decorrência do período ditatorial, era denominado Centro de Estudos e Pesquisa dos Estudantes de Economia (CEPEC) e que desde 1991, as gestões eleitas realizavam discussões sobre a autonomia do órgão em relação à Universidade, assim como atividades e debates acadêmicos.

Em 1999, em uma assembléia geral, os estudantes do curso de Ciências Econômicas extinguiram essa denominação e instituíram o Centro Acadêmico Celso Furtado (CACEF).

Oito anos depois da fundação do CACEF, a chapa “MacroPonto”, composta por nove estudantes do segundo ano de graduação, foi eleita com a proposta de “realizar plenamente as funções básicas do CA”, órgão caracterizado por eles pela função de representação dos estudantes e pela execução de atividades que visassem o bem coletivo.

Em sua carta proposta, o grupo ressalta como seus objetivos o enfoque crítico, humano, plurilateral e a abordagem das questões na esfera “macro”. A projeção de ações voltadas à esfera “macro” ou estrutural da sociedade emergiu como fonte inspiradora da escolha do nome do próprio grupo: “MacroPonto”.

Aprofundando suas reflexões sobre as percepções decorrentes da gestão passada, a apatia estudantil frente ao direito de representação no CACEF e a evasão do grupo serviram de indicador aos aspectos que desejavam transformar com a formação da nova chapa:

A palavra que a gente definiu, na verdade sem saber exatamente se era a palavra certa para dizer o que a gente queria, era plurilateralidade. Como na gestão anterior teve uma briga e terminou só com duas pessoas, não teve como entrar muito em contato com os estudantes, fosse organizando eventos, realizando debates. Porque fica difícil organizar com pouca gente. Vendo isso e vendo a apatia que havia nos alunos de economia, em especial, pode-se dizer que nosso princípio era trazer diversas facetas, diversos temas que fossem relacionados à economia. E mais tarde, o que dissesse respeito a questões com relação ao curso, com relação aos estudantes e impedir que o CA, ao contrário do que nos foi cobrado, a princípio, simplesmente tivesse um posicionamento político no sentido de ser um CA de direita ou de esquerda. Isso foi cobrado na apresentação da nossa chapa. Na verdade, posicionamento é o que deve existir no CA. O CA não é um produtor de eventos, mas tem que tomar sua posição em nome dos estudantes, porque são eles que serão os principais afetados por nossa decisão. Mais do que tomar um posicionamento com relação a esse tipo de discussão, o CA tem como objetivo levantar o debate e suas diversas facetas. (Integrante II, do CACEF)

A colocação desse jovem indica a negação da incorporação de um posicionamento particularista do grupo no direcionamento da gestão, como fora cobrado na apresentação da chapa. O cumprimento com a função de representação estudantil, a qual concebe como o papel de um CA, pressupunha primeiramente, a necessidade de levar aos estudantes visões diferenciadas sobre variadas questões, a fim de juntos debaterem e alcançarem um posicionamento coletivo, representativo.

A incorporação do termo plurilateralidade, além de retratar a possibilidade de apresentar aos demais estudantes concepções variadas de diversos assuntos, também fora concebida como elemento facilitador do diálogo entre estudantes de diferentes vertentes ideológicas. Nesse sentido, a plurilateralidade fora reconhecida pelo grupo como o principal pressuposto orientador das ações que viriam a praticar enquanto membros do CACEF, principalmente no que remetia ao fortalecimento da participação política dos estudantes de economia junto ao órgão.

No decorrer da pesquisa de campo, percebemos a atenção especial no estabelecimento de uma relação mais próxima com os estudantes ingressantes:

A gente busca ter bastante contato com aquela “galera” do primeiro que está entrando agora. A gente acaba dando uma atenção maior ao fato de a pessoa estar entrando, sendo mais cuidadoso. Não que a gente não tenha esse cuidado com o pessoal que já está aqui, mas não é da mesma forma. Eles já sabem “se virar”, sabem onde ficam as coisas. Do grupo acho que eu sou, não o único, mas o que faz isso toda hora: “E aí? Vamos lá participar da reunião?” (Integrante II, do CACEF)

Apesar do integrante ter explicitado que a dedicação aos ingressantes se justificou pela escassez de orientações acadêmicas e institucionais que possuem nessa fase, informalmente o grupo assumiu essa medida devido ao tempo disponível e a propensão dos estudantes dos primeiros anos de graduação em participar das atividades propostas pelos CAs. Para o grupo, a aproximação com esse segmento, fosse por meio de conversas informais ou pela realização de suas atividades, funcionava como instrumento de difusão da importância do funcionamento do CACEF e de motivação para a formação de novas chapas para concorrer a futuras eleições, dando continuidade à existência da entidade estudantil.

Para melhor atender aos demais estudantes, os membros do “Macroponto” instituíram a realização de duas reuniões semanais. Decidiram ser a primeira fechada, a fim de decidir as pautas necessárias, e a segunda, aberta a todos os estudantes que quisessem participar das discussões elencadas pelo grupo. Entretanto, já no início do segundo semestre de 2008, com a

sobrecarga de tarefas acadêmicas relacionadas às disciplinas que cursavam, passaram a realizar apenas uma reunião ordinária semanal e aberta, para dar andamento às suas atividades.

Semelhante a maioria dos CAs, foram eleitos sob a composição de nove diretorias, conforme prevê o estatuto, porém, suas práticas cotidianas eram organizadas de forma com que todos pudessem transitar entre as funções e tivessem direitos iguais de opinar nas decisões e discussões efetuadas durante suas reuniões. Como reitera um dos jovens estudantes:

Claramente é todo mundo igual. Assim... Não há muita distinção para cada um fazer alguma coisa. Na teoria há, mas quando a gente entra, a chapa é horizontal. Mas tem que ter diretor de alguma coisa: executivo, administrativo... Mas dentro do funcionamento real da chapa, não há separação nenhuma. Todo mundo participa igualmente, da mesma forma, sempre tentando achar um melhor consenso, que às vezes a gente não acha, e quando a gente não acha, a gente busca achar uma melhor solução pra resolver a questão. Mas não há função específica não. (Integrante I, do CACEF)

Com três integrantes a menos desde o início da gestão, as reuniões que realizavam eram bem informais e nem sempre estavam presentes todos os membros. Em várias delas, o grupo contava com a participação de um antigo colaborador do CACEF, que contribuía para o debate em vários aspectos, devido às suas experiências, também como colaborador, em gestões anteriores.

Muitas vezes, as discussões travadas durante as reuniões voltavam-se às temáticas de âmbito estrutural, como questões referentes ao sistema econômico e financeiro, em que os integrantes se sobressaiam conforme sua afinidade com o assunto. Nesses momentos, a emergência de visões distintas impulsionava um amplo debate entre os integrantes, que não tinha como intuito alcançar um consenso para tomarem posicionamento, e sim aprofundarem a discussão.

Na maioria das reuniões, os resultados de alguns desses debates acabavam sendo relacionados às proposições de atividades ligadas ao CACEF, algumas delas já tradicionais. Como reitera um dos entrevistados:

A gente discutiu muito sobre desenvolvimento econômico e a forma como a gente ia conduzir as coisas. Porque existem formas e formas. Foi uma discussão teórica sobre a economia, política e coisas assim, que a gente tem todo dia. A gente senta lá e fala: você viu quem ganhou o “Prêmio Nobel de Economia”? Foi o maior crítico do *Bush*! Que bom! Isso mostra que o

mundo faz uma crítica em relação ao governo dele e tal. Acho que o que mais discutimos é como a gente vai desenvolver as atividades. Essas são as discussões principais. Por que a gente vai fazer um evento acadêmico? Por exemplo: a gente vai chamar um palestrante, então tem que ter mais ou menos uma linha... Pode ir pra esquerda ou pra direita, mas está ali! Não há muito essa discussão, mas acho que é a forma como a gente vai fazer é que define. [...] Sei lá. A gente vai passar um filme. É pouco? É pouco, mas a gente vai discutir o filme que a gente vai passar. Uma palestra é a mesma coisa. A gente vai chamar uma pessoa que segue as linhas em que a gente acredita. Então o que a gente quer mostrar para eles, para todo mundo? Falar do capital financeiro e tudo... É porque a gente tem uma visão política que a gente quer fazer discussões sobre o que a gente acredita, sobre o que a gente apóia. A gente quer não quer ser incoerente, nem hipócrita e moralista. E isso acaba trazendo muitas discussões. (Integrante III, do CACEF)

A partir de proposições e projetos sobre temáticas que tomaram como relevantes, o grupo realizou atividades acadêmicas, como palestras, a “Semana de Economia”, e atuou na organização do “Encontro Regional de Economia (ERECA)” na tentativa de retomar a representação do órgão junto a outras instituições.

As questões voltadas ao uso de maconha ou demais psicoativos lícitos ou ilícitos estiveram ausentes durante a gestão “Macroponto”, similar ao ocorrido com a maioria dos grupos de Diretórios e Centros Acadêmicos de nossa pesquisa.

4.7 Centro Acadêmico de Cultura e Estudos em Letras “Paulo Leminski” (CACEL): gestão “Ágora”

Em novembro de 1993 foi fundado o Centro de Estudo e Pesquisa em Letras (CEPEL) na Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara. No ano de 2000, a entidade foi reestruturada e homenageou o escritor e poeta brasileiro Paulo Leminski com sua nova denominação: Centro Acadêmico de Cultura e Estudos em Letras “Paulo Leminski” (CACEL).

Em novembro de 2007, a chapa Ágora foi eleita com a proposta de levar aos estudantes do curso de Letras discussões referentes aos problemas encontrados na Universidade, como a precarização da permanência estudantil, do ensino, a reestruturação curricular, entre outros que pontos que, há tempo, estão presentes dentre as pautas de vários movimentos estudantis no País.

O grupo fora composto por treze estudantes que cursavam anos distintos de graduação. Dentre eles, apenas um estudante vinha da terceira experiência de gestão no CACEL.

Nas discussões seus membros definiram ser a mobilização estudantil em defesa dos interesses dos estudantes do curso de Letras o princípio primordial na orientação de suas ações:

Quando a gente fez a discussão da chapa, sempre tivemos como princípio conseguir mobilizar os estudantes de Letras, conseguir fazer com que o CA seja uma referência para os estudantes. Uma referência que na verdade faça com que o CACEL seja dos estudantes de Letras! Que eles construam seus fóruns: assembléias com o CA. Não uma referência no sentido: “olha, o CA é uma referência pra nós!” Mas é uma referência no sentido da organização da discussão, dos espaços de reflexão e deliberação dos estudantes de Letras. (Integrante I, do CACEL)

A incorporação pelo grupo de uma concepção que indica o CA como um espaço político-cultural e democrático, onde os estudantes possuem autonomia para discutirem e deliberarem sobre seus interesses corrobora a mensagem por ele transmitida na “Carta aos Estudantes de Letras”. O documento foi distribuído aos ingressantes nas atividades realizadas durante a “Semana de Recepção dos Calouros” e expunha a importância da participação estudantil junto ao CACEL.

Essa concepção simbolizou o próprio nome escolhido para a chapa: *Ágora*. De origem grega, o termo significava “reunião”, e com o passar dos tempos se transformou na denominação dada às praças públicas onde os cidadãos atenienses debatiam e votavam os assuntos mais importantes da *Pólis*. Esses eram os mesmos espaços onde os gregos realizavam jogos e manifestações artísticas em homenagens aos Deuses.

Considerando desnecessárias as indicações do estatuto referente à configuração da gestão em coordenadorias⁶⁹, no início da gestão os membros da “*Ágora*” pretendiam fazer suas atividades através de “Grupos de Trabalhos Temáticos”. Esses grupos não teriam autonomia de decisão sobre as atividades que realizariam, mas possuiriam a função de propô-las nas reuniões ordinárias e, se fossem deliberadas, se responsabilizariam por sua execução juntos aos demais integrantes que se dispusessem a participar.

No decorrer da gestão, a desistência de vários membros impulsionou os cinco integrantes restantes – entre eles uma colaboradora - a se reorganizarem e dividirem suas funções nas reuniões gerais, conforme as atividades que se propunham a organizar.

69 O estatuto do CACEL prevê a gestão através de coordenadorias: Geral, Adjunto, Jurídico-administrativa, Financeira, Acadêmica, Sócio-cultural, Publicidade e Movimento Estudantil.

O grupo fez reuniões ordinárias semanalmente e abertas aos demais estudantes do curso de Letras. A ausência do seguimento de uma hierarquia fora reiterada pelo grupo, indicando, ainda, a igualdade de voz e voto nas discussões e decisões acordadas nas reuniões, como afirmam os jovens integrantes:

Em relação à hierarquia, nunca houve nenhuma proposta nesse sentido. Sempre tentamos fazer um CA horizontal, onde todos os membros sempre tivessem o mesmo poder de voz e voto. Inclusive ele é aberto em voz e voto para todos os estudantes. As reuniões são abertas e divulgadas. (Integrante III, do CACEL)

Não há hierarquia. Normalmente alguém coordena as reuniões utilizando os procedimentos normais da reunião mesmo. (Integrante IV, do CACEL)

As reuniões seguiam a dinâmica de assembléias: as pautas eram discutidas respeitando a fala de cada integrante e, posteriormente, eram definidos seus encaminhamentos, divisão de tarefas para a realização da demanda, entre outros. Frequentemente, eram conduzidas por um membro que, pela quarta vez, compunha a gestão no CACEL.

Atividades políticas e culturais foram priorizadas no intuito de despertar o senso crítico dos estudantes com relação ao que conceberam como problemas cotidianos latentes, principalmente aqueles voltados à precarização da Universidade pública em todos os âmbitos. Como expõem os jovens estudantes:

As principais atividades que a gente realizou dentro da gestão, no movimento estudantil, foram, por exemplo, participar, atuar juntamente com a moradia nos processos que houve aí, principalmente no começo do ano. Também protestamos contra a redução das bolsas alimentação e tal. Nós participamos do ato que houve: “o dia em que a polícia entrou pela porta da frente”, que foi uma reflexão a respeito da entrada da polícia no *campus* de Araraquara. E também trabalhamos bastante com o teatro épico, né? A gente fez uma oficina de teatro épico, o “teatro do oprimido”, que é uma ligação que a gente tem com o grupo “Teatro Fábrica”, de São Paulo. Eles apresentaram a peça “A exceção é a regra”. Organizamos a Semana de Letras e assembléias. Acho que assembléias foram cinco durante o ano, para fazermos discussões com os estudantes de Letras. E fizemos plenárias para proporcionarmos um espaço, não deliberativo, mas mais reflexivo, atraindo [os estudantes] para o debate. Também teve a questão do PDI⁷⁰. Todas as discussões do Plano Desenvolvimento Institucional, nós, como CACEL, participamos. E também no começo do ano teve um debate sobre a reestruturação curricular. A gente sempre procurou ter um trabalho em relação à moradia aqui no CACEL, né? A gente até aprovou programas a respeito disso, discutindo a questão da permanência, da gratuidade ativa, que

70 Cf. MINISTÉRIO..., 2004.

são pautas de reivindicações que vêm da greve de 2007. (Integrante I, do CACEL)

Tivemos algumas atividades culturais, como oficinas de teatro e uma apresentação de uma peça de teatro. Além disso, a gente fez contato com vários grupos e, de certa maneira, colocamos o CA à disposição de várias lutas que estavam no interior da Universidade, fossem elas dos estudantes de Letras ou não. Como foi o caso da reestruturação, de forma específica ou como de outras questões mais gerais, como por exemplo, o ato de memória da entrada da Tropa de Choque. Nossas atividades são mais nesse sentido. Agora, também decidimos na última reunião, apoiar a construção do congresso dos estudantes da UNESP e Fatec, em participar do “CEUUF”, a fazer a “Semana de Letras”. (Integrante II, do CACEL)

Distintos dos demais grupos abordados, a gestão “Ágora” voltou todas suas ações às atividades que permeavam pautas de reivindicações locais e nacionais, reafirmando sua proposta de gestão.

Houve movimentações do grupo em torno de questões locais, como plenárias e manifestações públicas referentes ao direito de permanência estudantil gratuita - referindo-se à melhoria das condições de moradia, aumento de bolsa alimentação -, discussão sobre a reestruturação da grade curricular da graduação, entre outras ações específicas ao cotidiano universitário. Dessa forma, essas ações o caracterizou enquanto o único grupo que, durante sua gestão, tentou organizar um movimento estudantil no campus da FCL.

Em suas discussões, a ampla incorporação de pautas contrárias ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Reforma Universitária⁷¹, entre outras, decorreram de um processo iniciado na greve de 2007, em que todos os seus integrantes participaram. A adesão a essas pautas, mantidas no decorrer da gestão, indicaram o alinhamento do grupo a outras movimentações estudantis estaduais e nacionais, no intuito de construir um movimento unificado frente ao que concebiam como necessidades da Universidade.

Com as ressalvas de algumas reivindicações estudantis do grupo serem peculiares ao momento histórico em que vivemos, como o PDI, suas ações indicaram fundamentação em duas referências.

A primeira se situa no movimento estudantil da década de 1960, dadas as tentativas de utilização de estratégias semelhantes para conquistarem o apoio dos demais estudantes às causas elencadas pelo grupo.

Nessa perspectiva, o CACEL realizou plenárias, assembléias, participou de conselhos e congressos estudantis para o intercâmbio de informações entre os *campi* da UNESP e de

71 As propostas de reforma do ensino superior no Brasil podem ser consultadas no site http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/menu_documentos.asp.

outras Universidades, assim como publicou informes e revistas aos estudantes. As discussões do grupo extrapolaram o âmbito universitário e passaram a abranger causas comuns à sociedade, abordadas através da inserção do “Teatro Épico” na “Semana de Letras”. Utilizado por muitos artistas adeptos da revolução proletária no âmbito da luta cultural entre fim do século XIX e início do XX, o teatro épico foca o indivíduo frente às complexas relações sociais como forma de compreensão e transformação de sua existência. No Brasil, esse movimento se materializa através do CPC da UNE, juntamente com as experiências do Teatro de Arena, sendo extinto com o AI-5 da Ditadura, em 1968.⁷²

A segunda referência diz respeito ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que possui como ideologia central a mobilização da classe trabalhadora no rompimento com o modelo econômico neoliberal, a fim de atingir o socialismo.⁷³ No final da gestão, dentre os cinco membros restantes, os três mais ativos na entidade estavam vinculados a esse partido. Apesar de nunca se referirem a ele durante suas atuações enquanto CA - demarcando a condição primordial de estudantes - era corrente a exposição de material de divulgação do PSTU e de seu segmento juvenil - a “Juventude PSTU” – no espaço do CACEL. Muitas das pautas de discussões presentes nos informativos e jornais do partido se fizeram presentes em suas atividades cotidianas, dentre elas discussões e atos pela “luta pela Universidade pública e de qualidade” e outras aqui já citadas.

As questões de gênero também foram apontadas pelo grupo como necessidades a serem abordadas junto aos estudantes de Letras. A participação em encontros sobre a temática, proporcionados pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS)⁷⁴, foram experiências que os impulsionaram a trazer a temática para a FCLAr. Como colocam um de seus integrantes:

E aqui também dentro do CA, nós mandamos um representante para um congresso da CONLUTAS, que foi um encontro de mulheres de GLBTT⁷⁵. Então a gente mandou um observador ao encontro de mulheres GLBTT, da CONLUTAS, buscando trazer essas discussões para a FCL. No curso de Letras, uma discussão a respeito das opressões do machismo e da homofobia é importante, já que é um curso formado basicamente por mulheres e grande

72 O histórico do Teatro Épico foi um dos artigos publicados na “Revista da Semana de Letras: palco na rua”, produzido pelo grupo durante a gestão.

73 Sobre a ideologia e atuações do PSTU acessar <http://www.pstu.org.br/>.

74 A Coordenação Nacional de Lutas é composta, prioritariamente, por entidades sindicais, seguidas de organizações populares, movimentos sociais e estudantis.

75 Movimento social que atualmente teve sua sigla mudada para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais). Suas lutas se voltam à criminalização da homofobia, ao direito da união civil, entre outros.

parte dos homens que fazem o curso são gays. Então, na verdade, com os estudantes das Letras, a gente fez as duas discussões, tanto sobre a cultura quanto sobre a do chamado “movimento estudantil”. (Integrante I, do CACEL)

Como declara o entrevistado, a discussão LGBTT iniciada juntos aos demais estudantes em torno da questão foi um dos únicos momentos em que o grupo introduziu temática distinta das comumente levantadas durante a gestão, indicando, assim, lacunas em relação à temática de nosso estudo.

4.8 Centro Acadêmico “Florestan Fernandes” (CAFF): gestão “Parangolé”

Em 1996, o CA do curso de Ciências Sociais foi fundado com intuito de representar seus interesses junto às demais entidades estudantis, nos âmbitos estadual e federal. Denominando-o CAFF, os estudantes homenagearam Florestan Fernandes, um dos mais relevantes nomes da Sociologia brasileira.

Em novembro de 2007, a chapa “Parangolé” assumiu a gestão do CAFF, advinda de um contexto estudantil turbulento na FCL, que somava as experiências obtidas na recente greve e ocupação da Diretoria do *campus* à condição de inatividade da entidade, que há um ano encontrava-se de portas fechadas por falta de *quórum* na eleição anterior.

A chapa fora composta por nove estudantes, muitos cursando o 2º ano de graduação, sendo que apenas um de seus integrantes tinha a experiência com a gestão de CA de outra instituição.

Como programa de chapa, o grupo apresentou uma carta-proposta às eleições para CA de aspectos diferenciados das convencionais. Somada ao manifesto de repúdio à permissão da entrada da “Tropa de Choque” para o fim da ocupação da Diretoria da FCL, na greve de 2007, sua carta-proposta continha as seguintes reflexões decorrentes das experiências obtidas junto ao que denominaram de “Movimento de Ocupação”:

Organizamo-nos. Dissemos, nesse processo, que ninguém deve falar em nome dos estudantes, ninguém deve representar os estudantes. Questionamos as formas de organizações existentes para mostrar que, de forma auto-determinada, podemos tomar nossas decisões, posicionamentos políticos e decidir sobre as medidas práticas. Avançamos, mas algo ficou no ar e isto funciona por toda a parte... Há sempre um incômodo quando, principalmente em momentos de acirramento das lutas, as pessoas sentem que não decidem sobre a própria vida

[...]. De certa forma, neste último período percebemos que existem estruturas que possibilitam, mais ou menos, o envolvimento e a participação das pessoas, embora a postura de quem ocupa esses espaços seja determinante para a realização da política sem autoritarismos. Talvez alguns questionamentos ainda não tenham sido feitos: como introduzir o que queremos no pensamento, no discurso, na ação? Como o desejo pode e deve desdobrar suas forças na esfera do político e se intensificar no processo de transformação da ordem estabelecida? [...] Convergimos, portanto, na formação de nossa chapa a respeito de uma mesma preocupação, um adversário estratégico. O autoritarismo, e não somente o autoritarismo histórico dos regimes totalitários [...], mas aquele que está em todos nós, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas; que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora. A intenção é questionar o nosso dia-a-dia: você estuda, você (re) produz, você come, você faz/consome arte; isso tem efeitos na realidade e é sobre isto que estamos falando. O ato de compreender a política em todo lugar, para além das estruturas e colada na existência, já implica uma transmutação expressivo-corporal do que antes era um espectador e passa a fazer parte do processo. A política é, antes de tudo, uma condição. [...] Não cabe a nós tomar decisões em nome dos estudantes, indicar representações discentes ou tomar a direção dos processos do ME, pois somente os estudantes em assembléia podem deliberar sobre suas ações e posicionamentos. Compreendemos o CAFF como mais um dos grupos que podem ajudar a construir, nas suas diferenças, algo de crítico para a Universidade e para a sociedade. (CARTA PROPOSTA: CHAPA PARANGOLÉ)

O conteúdo do documento emitido por “Parangolé” indicou uma proposta de gestão que questionava a referência dominante de CA, solidificada a partir dos movimentos estudantis da década de 1960, caracterizados, sobretudo, como órgão de representatividade e organizador do movimento estudantil.

Esse posicionamento do grupo se amparou no argumento de que a concepção dominante sobre CA serve de instrumento reprodutor das estruturas de poder aos seus representados e dentre seus próprios membros ao transmitir a idéia de que a representação é o motor do protagonismo estudantil na obtenção de transformações sociais desejadas.

O grupo concebe que o “fazer política” ou agir de modo a alcançar ideais é uma condição que está implícita em todas as ações de cada indivíduo, sendo cada um igualmente responsável pela construção, ou não, da sociedade que almeja. Nessa perspectiva, a incorporação dessa concepção de política em suas práticas cotidianas, simbolizou a própria escolha do grupo para o nome da chapa: “Parangolé”.

Criado na década de 1960, por Hélio Oiticica, o “Parangolé” é uma espécie de capa, bandeira ou estandarte, feito com panos coloridos, podendo conter palavras ou imagens diversificadas, que revelam suas cores, brilhos e conteúdos de maneiras distintas, conforme o movimento do participante que a veste ou a carrega. Reconhecida internacionalmente como referência do experimentalismo e denominada por seu criador de “antiarte por excelência”, o

Parangolé se completa enquanto obra somente quando o participante o veste, fazendo com que a estrutura dependa da ação. No Parangolé, o vestir contrapõe-se ao assistir, fazendo com que o indivíduo deixe de ser expectador para tornar-se experimentador e participante ativo na atividade criadora, libertando-se do cotidiano condicionado. (CAVALCANTI, 2005).

A incorporação do simbolismo do “Parangolé” foi expresso pela frase “Exercer uma prática que se oponha às formas de dominação. Inserir a política na vida.” - em destaque na carta-proposta – e apareceu como os princípios orientadores das proposições e, posteriormente, das atuações do grupo. Como reitera seus membros:

Na nossa carta proposta, a gente terminava falando que a gente ia tentar, através dos nossos projetos e das coisas que a gente fosse fazer, dar um estímulo a nós mesmos. E a idéia que estava embutida no projeto eram maneiras de buscar práticas, forma de pensar que extravasassem as barreiras do Estado, da burocracia, das formas mercadológicas de relação. Era no sentido de buscar uma autonomia de pensamento, uma autonomia prática, do tipo de não ter dominação interna entre nós mesmos, sabe? (Integrante III do CAFF)

A gente lia alguns textos, mas o que mais marcou foi a frase que a gente era contra qualquer forma de dominação. Pra mim, essa frase é o que sintetiza a idéia que a gente tem em comum. (Integrante IV do CAFF)

As colocações dos jovens indicaram que as afinidades de leituras de textos tratando de críticas ao Estado, à burocracia e, posteriormente, às discussões delas decorrentes, confluíram na compreensão do grupo em ser o CA, na sua concepção tradicional, uma das ramificações dessas estruturas que conceberam como “de dominação”.

A crítica à concepção dominante de CA se amparou na forma como, há tempo, a maioria das entidades estudantis vem centralizando suas abordagens:

Sei lá, fizemos mais ou menos uma discussão que não queria reconhecer uma centralidade no movimento estudantil, nem no movimento operário. Entender que as situações, as coisas às quais a gente se opõe estão generalizadas, distribuem-se de outra forma... Só que a gente acabou não se orientando de modo rígido. A discussão era mais ou menos essa: de que a gente teria que fazer outras discussões, não só focadas no campo do trabalho ou dos estudantes, e que a gente não queria ter uma discussão representativa, que era mais ou menos um grupo de pessoas apertadas. Era mais ou menos o que norteava nossas ações. (Integrante I, do CAFF)

Segundo o jovem integrante, a projeção de assuntos diversificados e que extrapolassem os muros da Universidade para a realização de suas atividades, em detrimento da representatividade estudantil e da temática da “luta de classes”, ocorreu principalmente pelo fato do grupo não reconhecer a representatividade como instrumento legítimo de atuação.

Informalmente, suas análises abordaram, ainda, o âmbito da incorporação de vários CAs por reivindicações que não são reconhecidas pela maioria dos estudantes por se caracterizarem distintas de seus interesses enquanto categoria social. Um dos exemplos citados foi a adesão de alguns grupos de CAs à luta da classe trabalhadora.

Seguidores desses princípios e amparados principalmente nas experiências adquiridas através do curso de Ciências Sociais, o grupo concebeu como necessário auxiliar os estudantes para uma formação crítica, focando a forma como ocorre a produção, absorção e distribuição do conhecimento na Universidade ou fora dela:

Acho que pelo fato do CA estar na Universidade, ele tem que prestar atenção na questão do conhecimento, que não necessariamente passa pela Universidade, mas na produção, no consumo e na distribuição do conhecimento. Dentro disso que eu falei, que é uma visão política mais geral. Sei lá, prestar mais ou menos atenção na conjuntura, em qual idade as pessoas estão entrando. E perceber se o curso dá as respostas para o que as pessoas estão buscando... Porque as pessoas então aqui com visões bastante diferentes e a gente pode ajudar na formação acadêmica, né? Pelo fato de algumas pessoas estarem mais avançadas, algumas já passaram por algumas leituras, já tem mais ou menos conhecimento de como é o curso. [...] Isso porque é um curso extremamente teórico e tem uma luta muito grande para se travar no campo teórico, e seria muito interessante se tivesse gente produzindo saber crítico, pelo modo como estão as coisas. Então, a pessoa tem que passar por essa experiência. Muitas vezes, a pessoa entra e fala que veio conhecer para transformar. Eu acho que o tom que o debate está levando agora é muito desmobilizador. É desmotivante! Então é interessante que as pessoas do CA estejam ligadas a essa questão do conhecimento para mostrar essa possibilidade. A transdisciplinariedade que é possível. Sei lá, mostrar as possibilidades da biblioteca, que às vezes você não está satisfeito com a discussão que tem em sala de aula. [...] Então, o CA está inserido numa conjuntura política nacional e tem que deixar essas coisas passarem... Viabilizar a exibição de documentários, os encontros de Sem Terra, Sem Teto, deixar essas coisas passarem. Acho que é importante que a gente esteja focado na questão do conhecimento, de modo bem amplo. (Integrante I, do CAFF).

Como coloca o integrante, a contribuição do grupo seria possibilitar aos estudantes o contato com linhas teóricas e práticas diversas e distintas das quais geralmente possuem contato na Universidade, como por exemplo, as experiências de movimentos sociais populares.

Essa forma de atuação é incorporada como um instrumento que impulsiona o aprofundamento do indivíduo na busca do conhecimento, em sua interdisciplinaridade, como meio de contrastar as referências que lhes são dadas. Para o grupo, esse subsídio possibilita a mínima compreensão dos processos nos quais nos inserimos, podendo, a partir de então, escolher ou construir novas referências para amparar suas práticas cotidianas e, conseqüentemente, a compreensão de sua existência.

A gestão “Parangolé” se organizou alinhada com um ponto reformulado do estatuto do CAFF, que meses antes da posse, teve extintas as funções de seus integrantes, em assembléia do curso de Ciências Sociais. Essa deliberação foi justificada, pelos jovens entrevistados que participaram da assembléia, pela quebra das hierarquias previstas no antigo estatuto para instituir gestões horizontais, em que todos os seus integrantes tivessem os mesmos direitos e deveres, assim como mobilidade de funções, organizando-se conforme desejassem.

A ausência de uma divisão hierárquica entre seus membros fora legitimada com as modificações aprovadas em assembléia geral do curso em 2007, como indica um de seus integrantes:

Os alunos, em geral, reformularam o estatuto no fim do ano passado, quando o CAFF ainda não estava aberto. Havia muita gente mobilizada por causa da greve, ainda conversando desde o começo do ano e aí agente tocou isso para a frente. [...] Entre as mudanças, teve o segundo ponto, que foi acabar com qualquer hierarquia dentro do CA, qualquer função pré-estabelecida. Algumas funções que eram atribuídas ao cargo, a gente tornou atribuídas à gestão. Por exemplo, prestar contas, quando o integrante sair, virou uma responsabilidade da gestão, e não do coordenador financeiro. Então, quer dizer, em determinada época do ano o C.A. vai ter que fazer uma assembléia e falar dos seus gastos. (Integrante III, do CAFF)

Essa mudança no estatuto tornou as responsabilidades iguais para todos, independente das atividades que se propuseram a desenvolver, reforçando a manutenção de uma gestão horizontal. Dessa forma, os estudantes do grupo “Parangolé” desempenhavam suas atividades no CAFF conforme suas afinidades e necessidades:

Então, a gestão é horizontal. Não tem hierarquia e a gente faz o que mais apetece... A gente vai fazendo. (Integrante IV, do CAFF)

Antes do processo de eleição a gente reformulou todo o estatuto do CA. Acabamos com o cargo de coordenador, de diretor. Não tem nenhuma direção. Você vai entrar lá e não vai existir coordenador. Então não existe uma definição pré-estabelecida, por exemplo, o aluno entra na chapa para ser diretor financeiro, para ser diretor não sei o quê. Porque a gente tinha essa idéia de transitar as funções entre todo mundo, para não gerar situações de

controle, né? O aluno que é do financeiro iria acabar tendo um controle sobre a liberação do dinheiro pra fazer alguma coisa. Iria gerar uma situação chata... Você iria ter que chegar dizer: “quero fazer isso e isso, dá? É que a gente achou que não é necessário, porque na prática mesmo, todo mundo acaba fazendo tudo. (Integrante III, do CAFF)

Nos primeiros meses da gestão, o grupo realizou reuniões semanais propondo que se formassem grupos de trabalhos, compostos também por estudantes de fora do CAFF para discutir e executar diversos projetos:

A gente ia propor abrir o espaço para que se formassem grupos de trabalhos, que iam tentar gerir um projeto autonomamente. Isso porque queríamos descentralizar [os projetos] de uma esfera de decisão que seria o C.A., sabe? Dentro de uns princípios que a gente havia adotado, que era horizontalidade, autonomia e uma série de princípios para tentar gerir os projetos minimamente. Mas aí acabamos encontrando a dificuldade prática das pessoas verem aquilo sob aquela “paranóia” da representação: “quem está no C.A. tem que fazer tudo, tem que levar as coisas à frente. (Integrante III, do CAFF)

Conforme afirma o integrante, inicialmente, a proposta de direcionamentos das atividades cumpria com os princípios que se propuseram a adotar. As reuniões ocorriam de modo informal, onde as discussões voltavam-se às formas como realizariam seus projetos.

Entretanto, as tentativas de ruptura com a concepção dominante de CA – focado na representatividade estudantil e na organização do movimento estudantil – no decorrer dos primeiros meses de atuação do grupo, se depararam com aparecimento de demandas no contexto estudantil, voltadas a questões da FCL e culminando na divergência entre alguns integrantes referente à esse posicionamento:

Foi uma discussão bem teórica, retomando a questão do método, de como muita gente pensava que era através do CA que se iria levar a consciência de alguma maneira, e que o CA tinha uma carga muito grande de juntar a galera no movimento estudantil e a partir do movimento estudantil conseguir fazer tudo. E simplesmente essa idéia foi se batendo, se batendo. E daí gerou essa briga de alguns integrantes que queriam utilizar o CA simplesmente como instrumento do movimento estudantil. (Integrante II do CAFF).

Corroborando a afirmação anterior, de seu amigo, o integrante expõe que o retorno do debate sobre o tipo de direcionamento que dariam às suas atuações veio gerir um conflito interno amparado em duas concepções distintas de CA, que, até então, impedia-os de se

reconhecerem enquanto grupo e, conseqüentemente, darem continuidade a qualquer tipo de proposta. Após muitos embates sobre o tipo de direcionamento a ser tomado pelo grupo, a maioria de seus integrantes reafirmou a decisão inicial do grupo, estimulando a saída de alguns membros.

A partir de então, o grupo “Parangolé” passou a ser composto por quatro integrantes e um colaborador assíduo, partilhando dos mesmos valores e afinidades para executarem o que fora proposto enquanto chapa.

Fundamentado na tentativa de uma ruptura gradual com a tradicional configuração de um CA, o grupo teve quase por extintas suas reuniões semanais. Sobre a questão, o integrante relata:

No primeiro semestre, a gente fazia reuniões toda quarta. Agora no segundo semestre, a gente marca uma reunião quando a gente tem um evento pra isso. Por exemplo, agora vai ter eleição ou “Semana de Sociais”, aí a gente está se reunindo. A gente precisa de alguma coisa, aí a gente marca uma reunião. Isso aconteceu por causa das aulas. Ficava difícil marcar uma reunião fixa. E às vezes a gente chegava à reunião e arrumava assunto só por estar lá e aí ficava se enfiando em um monte de trabalho que a gente nem queria ter antes.[...] Reunir-se toda semana fazia com que as pessoas viessem cobrar do CAFF. Na verdade, a gente queria deixar o CAFF aberto para eles não cobrarem da gente. A gente apoiava os projetos. O aluno quer tomar uma decisão ele vai lá e tira. Ele pode chamar assembléia pra isso. (Integrante I, do CAFF).

A realização de reuniões periódicas lhes atribuía responsabilidades e a obrigatoriedade de praticar atividades que, desde o início, negaram-se a incorporar. Dessa forma, as raras exceções em que o grupo se reuniu no CA, foram em apoio a alguns eventos coordenados por estudantes externos ao grupo, para a realização de algumas de suas atividades, como na Semana de Sociais, e no fim da gestão, na organização do processo eleitoral para eleição da nova chapa. Sob a pressão de exercer o papel tradicional de um CA, o grupo convocou assembléia apenas duas vezes. Ambas referentes à representação discente - uma na Congregação e outra junto ao Conselho de Curso.

Dessa forma, a rotina do grupo se alinhava constantemente com a concepção que possuíam sobre o CA:

O CA é a nossa possibilidade de ser um espaço aberto para quem quiser organizar uma palestra, organizar um evento, de a gente ter um meio de fazer isso. E a nossa proposta de organização era meio que para tentar fugir de uma burocratização, sabe? De não tornar o CA um fim em si. (Integrante III, do CAFF)

Para mim, o CA não é nada mais do que um lugar burocrático, institucional que eles te dão para utilizar dos recursos que a Universidade te dispõe, entendeu? Que seria o próprio CA, fisicamente. Seriam os anfiteatros, os equipamentos do SAEPE. (Integrante II, do CAFF)

Nessa concepção o CA emerge como um espaço aberto a todos os estudantes que se propuserem a executar as mais variadas propostas através da utilização de seus recursos físicos e burocráticos, enquanto órgão institucional. Tal perspectiva possibilitou ao grupo manter o CAFF aberto constantemente, para que qualquer estudante pudesse entrar e utilizá-lo como preferisse.

Durante toda a gestão, os projetos foram sendo desenvolvidos de forma espontânea, conforme a afinidade e vontade de cada um dos integrantes. Na maioria das vezes, apenas se consultavam a respeito de alguma atividade que propunham desenvolver, considerando, primordialmente, o dispêndio de recursos necessários para a execução. A partir do apoio recebido, seu mentor organizava-o com a ajuda de um ou mais integrantes e colaboradores externos.

As atuações do grupo “Parangolé” se voltaram à realização de eventos culturais e artísticos. Durante a gestão, seus membros organizaram a “xerocoteca” – espécie de “bancos de dados” que continha cópias de inúmeros textos para os estudantes fazerem empréstimos – oficinas de máscaras e oficina de bicicletas – voltadas às questões relacionadas a sua manutenção e à sua importância no contexto sócio-ambiental.

A atividade cultural mais recorrente do grupo, no primeiro semestre de 2008, foi o “Mutirô”:

O que eu gostava muito no semestre passado era o “Mutirô”, que era a feira de troca, que a gente fazia aqui na frente e que eu acho muito bacana. A gente colocava a mesa, com um pano e cada um trazia alguma coisa que queria trocar com alguém. Saía abraço por poesia, por livros, por vinil, por barata, enfim, sem aquele valor agregado de mercadoria. Esse era o objetivo. Para parar para pensar que não era só essa troca que vale, não é só a troca do comércio. E tinha um palco, lá na frente, em que o pessoal ia e cantava, dançava, fazia alguma coisa artística. (Integrante IV, do CAFF)

A gente tinha a feira de atividades nos espaços, que era o “Mutirô”. Eram umas festas no *campus*, com cerveja passando barata, a preço de custo. A gente fez quatro no primeiro semestre e foi tranquilo. A intenção era: “vem aqui, vamos fazer uma balada”. Foi sossegado. A gente não ia colocar seguranças e não era só para encher de gente, sabe? É outro tipo de festa! É a galera mesmo organizando. A questão da cerveja ou, sei lá, do som, a questão técnica de organizar o som era aberta: era você chegar lá e tocar. E todo mundo tocou. Uma galera tocou! (Integrante II, do CAFF)

Caracterizado enquanto manifestação cultural composta por música, dança e uma “feira de troca”, os “Mutirôs” foram os poucos momentos em que o grupo conseguiu promover uma maior participação dos demais estudantes em suas atividades, reiterando as tentativas de cumprimento de suas propostas.

Algumas questões relacionadas ao uso de psicoativos, assim com ao status ilícito de alguns deles, foram abordados durante o “Fórum de Contra-Poder” e na “Semana de Ciências Sociais”.

O “Fórum de Contra-Poder” foi a iniciativa de um dos integrantes do grupo em organizar palestras e sessões de vídeo-debate abrangendo diversos temas do cotidiano extramuros da Universidade:

Teve o Fórum de Contra-Poder, que seriam palestras com discussões que estão aí, que não estão na boca do povão, mas que estão muito perto. É aquela hipocrisia social, por exemplo, de como a galera usa drogas, mas como isso não é uma “discussão científica”, de como foge da nossa realidade acadêmica em fazer essas discussões. (Integrante II, do CAFF)

Segundo o integrante, o objetivo do Fórum era justamente realizar atividades que possibilitassem abordagens que não são comuns às discussões acadêmicas, mesmo estando, de alguma forma, inseridas no cotidiano estudantil. No segundo semestre o Fórum voltou-se à temática da violência, com a exibição e debates dos filmes “Caminho para Guantánamo”, “O Prisioneiro da Grade de Ferro” e o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”, esse, em especial, abordando o processo de estruturação da guerra sem fim ou tráfico de drogas envolvendo policiais, traficantes e moradores de favelas do Rio de Janeiro.

O exemplo citado quanto ao uso de drogas entre universitários, aludindo ao pacto de silêncio e convivência com a ilegalidade presente na Universidade, apareceu como impulso à exibição do documentário “Notícias de uma Guerra Particular”. Essa iniciativa indicou a tentativa do grupo em possibilitar reflexões aos demais estudantes acerca dos fatores que estão envolvidos à manutenção da guerra ao tráfico de drogas, dentre eles, a responsabilidade acadêmica/estudantil frente à questão, já que a ela está diretamente atrelada devido ao hábito do consumo no circuito acadêmico.

No final do semestre de 2008, durante a “Semana de Ciências Sociais”, as reflexões sobre as experiências obtidas com o uso de diferentes psicoativos foram abordadas na palestra “Usos de Tarde, usos de drogas, ou medidas contra o Suicídio” pelo Prof. Dr. Eduardo Vianna Vargas, da UFMG.

Segundo os integrantes, a proposta sobre a temática foi trazida pelo estudante denominado colaborador e levada adiante devido à importância concebida pelo grupo em abordar o uso de psicoativos sob concepções que não fossem dominantes, demarcadas, fundamentalmente, pelo status que lhes é atribuído, indicando, assim, as tentativas do grupo em ampliar a discussão sobre o uso de psicoativos e seus reflexos, junto aos estudantes da FCL.

4.9 O processo de formação dos grupos e a compreensão de si enquanto Centros e Diretórios Acadêmicos

Para o pensador italiano Antônio Gramsci, o grupo constitui-se como o principal referencial das manifestações subjetivas, culturais e políticas de cada um de seus integrantes. A existência concreta de um grupo é indicada pela partilha de referências, interesses e valores entre os indivíduos. É através das experiências grupais mais significativas, que cada indivíduo partilha o mesmo modo de pensar e agir. (GRAMSCI, 2002).

Semelhante às reflexões gramsciana, Edward Thompson (1981, p.16) reitera ser a experiência grupal e particular o elemento que impulsiona as reflexões sobre as práticas sociais. Ela é gerada através das práticas cotidianas partilhadas e estruturadas pelos grupos, caracterizando-se como central no processo de formação da consciência do indivíduo.

Nessa perspectiva, a partilha das experiências, valores e idéias foram elementos balizadores do processo de formação dos grupos para concorrer ao ingresso no CA e das concepções que os orientaram durante suas gestões.

Para os integrantes do DAFOA, do DAWS, do CAAP e do CACEF, a ampliação das relações de sociabilidade e a busca por experiências que fortalecessem sua formação acadêmica foram relatadas como as principais motivações na formação do grupo para atuar no CA ou DA.

No grupo do CACIF, a influência de parentes e amigos que tinham o CA como referência política e cultural se evidenciou como fator comum no ingresso de seus membros no órgão estudantil:

De vinte e duas gestões do CACIF, oito presidentes já moraram na minha república. Eu já morei com quatro presidentes. Quando eu entrei na

faculdade, eu era muito perdido, não tinha nem idéia como funcionava a Universidade. Nunca fui atrás também! Aí quando eu entrei, em casa havia treze pessoas, e das treze, nove pessoas faziam parte da gestão e as outras três já haviam feito parte em gestões anteriores. Então, eu chegava à casa e sempre tinha um assunto do C.A. no almoço, na janta. Então em casa era só assunto de C.A. E aí ouvindo toda hora, CACIF, CACIF, CACIF, eu acabei entrando e me interessando. (Integrante I, do CACIF)

Eu fui muito, muito instigada, no meu colegial, pelo professor de geografia a não ser condizente, a sempre perguntar o porquê, a sempre tentar mudar. E eu acho que na faculdade, o centro acadêmico é um jeito de eu fazer isso, de eu perguntar, de eu questionar, de eu fazer alguma coisa. (Integrante III, do CACIF)

Os depoimentos dos entrevistados indicaram que as mediações, experienciadas de forma semelhante pelos estudantes se voltaram na problematização do futuro frente ao contexto histórico em que se inseriam, como aquelas partilhadas na greve de 2007 e na Semana Acadêmica.

As experiências obtidas durante o processo de mobilização e ocupações estudantis, emergentes no final do primeiro semestre de 2007, em decorrência da greve nas Universidades Públicas Paulistas⁷⁶, foram citadas por um membro do CACIF e outro do CACEF como propulsoras na motivação ao ingresso na entidade estudantil. Já para todos os membros do CAFF e do CACEL, essas experiências se caracterizaram como principal mediação na formação de seus grupos.

Durante esse processo de greve, evidenciou-se a união de várias vertentes em torno do repúdio aos decretos do governador, impulsionando a emergência episódica de um movimento unitário. O movimento estudantil de 2007 trouxe como principais instrumentos de atuação, a organicidade e a força de articulação entre os estudantes da USP, UNESP e UNICAMP. Nesse contexto, sua subdivisão em movimentos de ocupações de diretorias e reitorias de alguns *campi* dessas universidades serviu como principal instrumento de negociação das pautas reivindicadas pelos grevistas, conseguindo, posteriormente, a revogação dos Decretos, pelo Governador.

Na UNESP, em Araraquara, esse contexto se refletiu em uma forte adesão dos estudantes ao movimento, principalmente os das Faculdades de Farmácia e de Ciências e Letras. Entretanto, apenas na FCLAr houve a organização de um grupo denominado

76 A greve das Universidades públicas paulistas - Usp, Unicamp e UNESP - iniciaram-se com os decretos publicados no diário oficial, em 31 de maio, pelo Governador do Estado de São Paulo, José Serra. As medidas voltavam-se ao extremo controle da execução orçamentária e à administração de pessoal, vindo acobertar a centralização de recursos e a contenção de despesas com as folhas de pagamentos, em detrimento dos interesses coletivos na produção de pesquisas e extensão e da qualidade de ensino, evidenciando a perda da autonomia universitária. (BIACHI, 2008, p. 66-68).

“movimento de ocupação”, integrado por cerca de cem estudantes, que ocupou a Diretoria, agregando na pauta geral da greve, algumas reivindicações referentes a problemas específicos da unidade.⁷⁷

Na FCLAr, a adesão à greve e posteriormente a formação do “Movimento de Ocupação” foram as principais mediações na formação dos grupos eleitos para atuar no CAFF e no CACEL, assim como na incorporação da ideologia que os direcionaram, visto que todos seus integrantes se encontraram inseridos nesse processo.

O integrante do CACEL corrobora essas mediações através dos seguintes depoimentos:

A maioria das pessoas que estão no CA participou da greve. E uma das discussões da greve foi porque todos os CAs não estavam mais ali presentes... quais seriam as concepções certas de CA. Porque o fato de o CA estar totalmente ausente foi um impulso para a gente conseguir fazer alguma coisa diferente. Foi bem interessante. (Integrante IV, do CACEL)

As experiências vivenciadas na greve de 2007 foram colocadas pelo grupo “Ágora” como responsáveis na ampliação daquilo que cada integrante compreendia como atuação política, bem como o papel do CA junto a esse contexto. A referência de ação política incorporada pelo grupo voltou-se às formas tradicionais de organização para interferência nas esferas dos poderes institucionais. As discussões elencadas nesse contexto foram abordadas como um dos instrumentos que possibilitou reflexões e mobilizações, referente à necessidade de enfrentamento de seus problemas cotidianos na Universidade.

Assim, a incorporação da concepção dominante do papel do CA fora retratada através dos seguintes relatos:

Para mim, o CA é um órgão representativo, não só representativo, mas também propositivo. Por isso, a gente elabora um programa, monta uma chapa que tenha alguma linha para seguir e propor, né? E dentro dessa linha, discutir essa política com os estudantes de Letras e dar proposições

⁷⁷ Na condição de estudante da instituição e tendo presenciado alguns momentos desse contexto, relato que, distinto do direcionamento dado pelas autoridades da maioria das instituições que se encontravam ocupadas pelos grupos desse movimento estudantil, o diretor da FCL não atendeu às reivindicações do movimento, que há uma semana ocupava a Diretoria. Recusando a continuidade de tentativas de negociações com o grupo, o diretor pediu ao Poder Judiciário local reintegração de posse do prédio. Na madrugada do dia 21 de junho de 2007, às 01h30minh, o movimento de ocupação da FCL foi retirado da Diretoria, sob o comando da Tropa de Choque, e levado ao 4º DP, sendo autuado por esbulho possessório e desobediência à decisão judicial. Esse episódio constituiu um violento e vergonhoso marco histórico ao país que, pela primeira vez após a Ditadura Militar, presenciou a utilização da coação policial na contenção do movimento estudantil em uma Universidade.

que sejam levadas pelos estudantes. E aí ver os problemas que está tendo, não só no curso, mas dentro da Universidade toda. Não só por ser CACEL, a gente vai ficar fechado só no CACEL, mas isso: organizar um setor, organizar os estudantes, colocar os estudantes não só como alunos, mas sim como estudantes que constroem isso aqui em conjunto. Identificar-se como parte disso. (Integrante II, do CACEL)

Essa chapa foi uma chapa única e ela veio com uma proposta diferente de CA, de refletir sobre o que seria isso. Seria principalmente mais uma questão de mediação dos alunos com os órgãos maiores. O CA poderia mobilizar os alunos de maneira geral, não só, mas com um cunho político do CA, mesmo cultural, mesmo ligada às questões mais do curso mesmo, mas por traz disso um cunho político mesmo, uma questão de representação, de mobilização, de fazer essa ponte com órgãos maiores com os quais os alunos não tem acesso e tem dificuldade de chegar até lá. Então eu acho que é isso que tem que estar ligado ao CA. (Integrante III, do CACEL).

O grupo “Ágora” concebeu o CA como um espaço de referência político-cultural, sob a autonomia dos estudantes, por possibilitar discussões, propostas e mobilizações frente aos problemas que enfrentam em relação ao curso e às questões que permeiam as estruturas da Universidade.

A atuação propositiva do CA, amparada na mobilização estudantil, pressupõe a articulação com outros movimentos estudantis e a busca de força política em instâncias superiores para lutar por causas que julgam comuns aos seus representados.

Para o grupo “Parangolé”, do CAFF, as experiências compartilhadas na greve e no movimento de ocupação de 2007 possibilitaram a aproximação entre indivíduos que possuíam afinidades ideológicas, evidenciando perspectivas comuns quanto às formas de atuação de sua gestão:

Isso é interessante. O CA se formou no processo de greve do ano passado, e eu chegando, porque foi naqueles grupos que havia aquela base partidária e uma galera independente. E o que acabou acontecendo foi que essa galera, na discussão pontual, se juntou para o debate e fez uma amizade. E a partir disso nos reunimos para reabrir o CA. Eu estava bastante inserido no processo de greve e foi a partir daí, nesse elo de amizades que eu fiz, com pessoas muito diferentes entre si, que eu me animei em entrar para o CA. Para pegar o CA e fazer um a coisa diferente. (Integrante II, do CAFF)

Segundo os integrantes do CAFF, dentre a partilha de valores, ideais e do elo de amizade construído na greve de 2007, o posicionamento contrário a estudantes que voltaram sua atuação ao movimento de ocupação à esfera de organização institucional, na tentativa de formar um movimento estudantil na FCLAr, colocou-se como elemento fundamental para formação do grupo.

As reflexões emergidas desse contexto culminaram na incorporação de um entendimento que recusa as organizações institucionais devido às relações de poderes instauradas pelos grupos que delas se apropriam. Nessa perspectiva, para o grupo “Parangolé”, a referência de CA como organizador do movimento estudantil dissimula as tentativas de manutenção das relações de poderes nesses espaços. Esse fator não anulou, entretanto, a necessidade do grupo “Parangolé” em reabrir a entidade estudantil, se utilizando dos meios legítimos para tal – concorrer às eleições para o ingresso no CAFF.

A importância da existência da entidade foi justificada pelo grupo na tentativa de utilizá-la como um instrumento que possibilitasse novas formas de atuações estudantis, como afirma seus integrantes:

Eu acho que o CA tem que ser um espaço de livre trânsito para as pessoas. Tem que ser um lugar aonde as pessoas possam ir e fazer alguma coisa... Mas eu não gosto muito dessa ligação com a instituição não. Quando você passa a participar do CA ou de qualquer órgão do tipo, eu acho que as pessoas colocam muito as coisas ali, para você representar, pra você fazer. E eu acho que todo mundo tem que fazer tudo, todo mundo tem que fazer as coisas que gosta e que quer mudar, que todo mundo tem que participar: o coletivo mesmo. Porque a gente está numa sociedade em que o sentimento de individualidade é muito grande, então essa coisa da representação fica muito fácil: “vai lá e faz” e fica fácil de questionar também, né? (Integrante IV do CAFF).

Para os membros do grupo “Parangolé”, o CA constitui-se enquanto espaço burocrático que possibilita a utilização dos recursos oferecidos pela faculdade para a elaboração de projetos pertinentes aos estudantes que dele se servirem. O próprio posicionamento do grupo em manter a sala sempre aberta e a recusa de uma dinâmica habitual à maioria das gestões abordadas em nossa pesquisa reiteram sua tentativa em reformular o significado do CA, o transformando em um instrumento de livre acesso a todos os estudantes que se dispuserem a organizar debates, oficinas, festas, elencar reivindicações que julgarem pertinentes à coletividade, dentre outros.

Nessa perspectiva, a manutenção da concepção de CA como referência de representatividade estudantil é indicada pelo grupo do CAFF como elemento imobilizador de atuações na Universidade. Ao eleger um grupo para gerir o CA, os estudantes transferem, aos seus representantes, suas demandas e alternativas para alcançá-las, se eximindo de qualquer responsabilidade porque crêem que a instituição, gerida pelo grupo que a ocupa, cumprirá essa função.

As experiências vivenciadas pelo grupo indicaram uma ausência, quase total, da procura e proximidade da maioria dos estudantes com a entidade, mesmo quanto à exposição das insatisfações referente a sua gestão. Para o grupo, esse fator, mencionado como “apatia”, retratou a impossibilidade dos estudantes serem representados e organizados por uma entidade, a qual muitos nem conheciam.

Distintos do CAFF, os grupos do DAFOA, do DAWS, do CACIF, do CAAP, e do CACEF elucidaram o CA ou DA sob as seguintes funções:

Acredito que o papel do CA seja a representação dos graduando frente aos assuntos próprios. Às vezes a gente sabe que não é um consenso geral, mas pra maioria, frente à reitoria e à diretoria ou à sociedade. Qualquer luta pelos interesses eu acho que é o papel do Centro Acadêmico, além de promover os projetos, atividades culturais, promover o esporte e tudo que é importante para gente durante nossa vida universitária. (Integrante I, do DAFOA)

Principalmente estar representando os alunos frente aos órgãos colegiados da faculdade. Dentre outras funções, principalmente isso. Ele deve estar orientando, estar ajudando qualquer coisa que os alunos precisem. (Integrante II, do DAWS)

O papel do CA é basicamente a representação estudantil. É entender o que os alunos querem e trazer a melhoria para eles. Perceber as defasagens do curso, que a gente possa melhorar fazendo palestras, festas, tudo. (Integrante I, do CAAP)

O papel básico do CA é ser representativo dos estudantes, primeiramente, perante a Universidade e depois externamente à Universidade. E incitar o debate de questões que são pertinentes tanto com relação ao curso quanto com relação ao mundo que o rodeia: questões pertinentes à economia ou aos estudantes e que podem ser trazidas com um evento, por exemplo. Incitar esse debate é papel do CA também. (Integrante III, do CACEF)

Eu acho que é mais representar os alunos da graduação perante a tudo da faculdade. E realizar alguns eventos. Eu acho que a gente tem muitos eventos na Farmácia e muitas entidades, e acabou descentralizando tudo, porque antes todos esses eventos eram vinculados ao CACIF e aí acabou desmembrando. E aí a gente ficou mais com essa parte de representar na graduação, com a parte do esportivo, de também ser esse órgão que está buscando as coisas pelos alunos, de estar tentando modificar alguma coisa. (Integrante IV, do CACIF)

Conforme retratam as falas, esses grupos concebem a entidade como um espaço que possibilita experiências de ações voltadas à defesa de interesses comuns dos estudantes, podendo extrapolar o âmbito universitário. Como o CACEL, a compreensão desses grupos

sobre a função do CA ou DA, se ampara na representatividade estudantil e a possibilidade de também trazer novos debates ao contexto da Universidade.

Entretanto, as observações das práticas cotidianas de todos os grupos somadas aos relatos de seus integrantes sobre as dificuldades encontradas durante sua gestão evidenciaram as contradições presentes, entre as esferas teórica e prática, da referência de CA ou DA enquanto órgãos de representatividade estudantil, no contexto contemporâneo. Como colocam alguns estudantes:

Os alunos não vêm nos procurar para saber sobre outras questões que não sejam agasalho, passagens de ônibus. Eles não vêm. Até outro dia, eu e o presidente estávamos discutindo que nessa faculdade está se perdendo muito o vínculo com os alunos, sabe? Todo mundo quer ir embora, ninguém está nem aí, faltam à aula, é professor que faz uma coisa errada e ninguém está nem aí. Era para todo mundo ir lá brigar e ninguém vai. Há integração em relação à realização de um esporte: você sempre vai formar um time. Já em questões de reivindicações, direitos e deveres, a participação é zero! [...] Ou seja, eles não estão preocupados em querer saber o que está acontecendo, o que vai melhorar, o que piorou, o que está por vir, de reivindicar o porquê a gente não tem restaurante universitário. Eu e o presidente até conversamos sobre os motivos de isso acontecer: é um problema da instituição, é a cultura interna. Desde quando a gente chegou aqui, a gente já viu que o esquema aqui é ir embora: às 18h das sextas-feiras, acabou a aula, todo mundo vai embora. E os professores dificultam. Não dão muita liberdade de conversar, da gente apresentar as coisas que acontecem pro resto dos alunos. É tudo uma cultura, sabe? Tudo isso aí afasta os alunos. Aqui tem uma competição interna de professores, muitas rivalidades. (Integrante III, do DAFOA).

Os alunos estão muito desacreditados! Extremamente desacreditados: “ah, não adianta reclamar, nunca vai dar em nada, nunca vai mudar”. Então são pouquíssimos aqueles que se interessam, que ainda vem nos procurar. Acham que nunca vai dar certo. A gente tem uma caixinha de críticas e sugestões. Ao longo do ano inteiro a gente não recebeu nenhuma crítica, a não ser quando quebrou a mesa de pebolim, eles reclamaram: “queremos a mesa de pebolim”. Foi essa a crítica. (Integrante I, do DAWS).

Há evento em que a gente trabalha bastante e vem pouca gente. [...] É difícil você conseguir motivar as pessoas para participarem efetivamente, porque não depende só da gente. [...] Acho que os estudantes reconhecem o C.A. como representativo, tanto é que quando há algum problema, eles recorrem à gente, mas acho que eles não pensam como nós. Não dão o mesmo foco que a gente, porque eles não gostam de discussões. O curso tem outro foco, então talvez eles achem que nesse aspecto o C.A. não os representem. Na verdade, eu acho que isso acontece porque nem é com a gente. Parece que eles entram na faculdade com outra cabeça, pensando em sair pra conseguir um bom emprego. Então acho que eles não acham necessárias as discussões que aparentemente não estão ligadas a eles: “ah, Diretor?”. Daqui a dois anos eles vão sair. Não estão preocupados em saber quem vai ser o Diretor. Acho que é essa visão, acho que não é nada contra o C.A. em si. É que eles não têm perspectiva. Houve pessoas que começaram a falar assim: “Pelo amor de Deus. Pra quê eu vou discutir sobre os EUA? Tanto faz quem vai ganhar, se

é o Bush ou o Obama!” Então acho que eles não têm uma visão de que isso vai nos afetar, de que várias coisas nos afetam. Eles vêem uma coisa mais do presente e o futuro em relação a eles, tipo, carreira, sabe?(Integrante II, do CACIF)

A dificuldade que a gente tem é a falta de contato com os alunos. Porque todas as decisões que você toma, o posicionamento que você tem perante o Departamento, perante o Conselho de Cursos, dificilmente vai ser representativo dos estudantes por causa desse distanciamento. Então, vai ser o posicionamento de um grupo de pessoas. Vai ser o posicionamento de seis pessoas. [...] Isso, pra mim, está acontecendo porque não há uma identificação entre os estudantes como estudantes. Os estudantes não se vêem pelas semelhanças, eles não se reconhecem como uma categoria, como uma classe dentro da Universidade, que tem interesses comuns. Várias questões que, na verdade, não dizem respeito à natureza do estudante como estudante, acabam atrapalhando o contato. [...] De alguma forma é preciso conseguir agregar essas partes que estão espartilhadas. (Integrante II, do CACEF)

Acho que a maior dificuldade, na verdade, é manter o ânimo. A relação com o curso, por ser um curso bastante desmobilizado. Muitas vezes, por exemplo, a gente passa duas semanas passando em sala de aula pra chamar uma assembléia dos estudantes de Letras e faz panfletos, distribui panfletos, faz cartaz, etc. e chega no dia da assembléia... não há estudantes na assembléia! Então isso gera um desgaste das pessoas que compõe a chapa. [...] Está todo mundo cuidando da vida e você está realizando uma assembléia aonde as pessoas não vão! [...] Acho que antes de tudo é a própria realidade que acarreta isso, né? Não são só os estudantes de Letras. A maioria, na verdade, não participa. Isso vem da própria realidade do cotidiano. A realidade fora e dentro da Universidade. A Universidade está até muito desacreditada desse tipo de debate. O coletivo está muito desacreditado! [...] Hoje não é o coletivo, hoje é o indivíduo, é a fragmentação, é a impossibilidade do entendimento da totalidade! Isso leva de fato para que cada vez mais a gente tenha uma concepção individualizante e imediatista dos próprios problemas da realidade! Então existe uma dificuldade que não está colocada só para os estudantes de Letras, mas para todo o conjunto da sociedade, que é fazer uma reflexão a respeito da totalidade e de conseguir entender os problemas pelos quais se passa cotidianamente. E outra, de acreditar, não só acreditar, mas de se colocar como sujeito transformador! Você se vê como alguém que pode transformar a realidade! Eu sei que não adianta chegar a uma assembléia e todo mundo levantar a mão e decidir: “vamos fazer isso”, se o indivíduo não estiver comprometido com o coletivo! [...] Acho que essa apatia dos estudantes é comum, ela é geral, ela não é típica dos estudantes de Letras. Acho que o curso contribui. Ele está cada vez pior! O curso está cada vez mais técnico. [...] Falta a linha do pensamento histórico-crítico... Não é só porque sou marxista que estou falando histórico-crítico, mas é porque é uma questão básica! O pensamento é linear, ele tem um desenvolvimento na história e esse desenvolvimento é fundamental pra você ter uma relação humanista com aquele conhecimento que você desenvolve dentro da Universidade. É tentar abarcar mesmo, tentar ter uma idéia crítica a respeito daquele conhecimento que é transmitido a você e que você desenvolve. Isso o curso de Letras não tem! Ele transmite técnicas de leitura, mas ele não permite o debate e a reflexão sobre essas técnicas! Então ele é extremamente imediatista. Mas tende... como todo mundo tende a normalizar a naturalizar:

“as coisas são assim mesmo. Essa é a Universidade, não tem o que fazer mesmo. Então tenho que tocar a vida. Vou estudar, arrumar uma bolsa”. Entra na lógica da especialização e da profissionalização. Isso não é o central, mas é só algo que se soma. (Integrante I, do CACEL)

A gente acha que o corpo geral dos estudantes não reconhece a gente como um grupo organizado. Sabe mais ou menos quem é do C.A., mas não tem certeza. Não sei... O pessoal não vem perguntar nada. Se a gente organiza alguma coisa, também não vem muita gente. A gente percebe que o problema da apatia de uma chapa, da apatia dos estudantes, da conjuntura da não-participação deles, também tem muito a ver com essa questão da representatividade, tipo, deixar que façam por você ou esperar alguma coisa que não seja de você mesmo. (Integrante I, do CAFF)

Essas experiências relatadas pelos grupos apontam para um distanciamento quase efetivo entre a grande maioria dos estudantes e os CAs e DAs. Alguns grupos indicaram o alcance e a manutenção de uma relação mais assídua com os estudantes quando desenvolveram atividades que possibilitaram a satisfação de seus interesses particulares e imediatos. A organização de eventos lúdicos e esportivos mencionados pelo DAFOA e pelo CAFF, referentes à preferência estudantil pela Atlética, assim como a reivindicação por instrumentos que possibilitassem essas práticas - como fora colocado pelo DAWS, referente à mesa de *pebolim* - foram reconhecidos como os únicos momentos em que se consegue alcançar a integração de um maior número de estudantes.

As tentativas de compreensão sobre os fatores que impulsionam o desinteresse dos estudantes pelo CA ou DA podem ser reconhecidas, em cada grupo, em uma escala de menor ou maior grau de fragmentação. Esse entendimento é indicado por um conjunto de elementos relacionados à apreensão das experiências cotidianas que revelam a presença de interesses individuais e imediatistas como obstáculo na formação de subjetividades voltadas à esfera dos interesses coletivos. Para a maioria dos grupos essa condição é um dos elementos que dificulta a apreensão dos estudantes sobre a importância da participação junto nesses espaços.

Os integrantes do CACEF e do CAFF percebem os paradoxos da representatividade estudantil presentes na concepção dominante de CA e DA, quando indicam o distanciamento da maioria dos estudantes da entidade pela impossibilidade de reconhecerem e partilharem das ações elencadas pelos grupos. A fragmentação do “segmento estudantil” em grupos que possuem diferentes ideologias é indicada como fator que inviabiliza a unidade dos estudantes e, conseqüentemente, descaracteriza o CA enquanto órgão de representatividade.

Os demais grupos indicaram que o desinteresse da maioria dos estudantes pela entidade estudantil relaciona-se diretamente à priorização da participação em atividades que

visar a uma formação acadêmica voltada especificamente à especialização necessária a futuras demandas do mercado de trabalho, com vistas à busca de uma autopromoção.

Como forma de tentar reverter o contexto de apatia desse segmento referente às questões que mencionaram como urgentes em seus cotidianos, bem como a participação junto à entidade, a maioria dos grupos iniciaram discussões e reivindicações muito semelhantes entre si. Dentre elas, trabalharam a questão da reestruturação curricular, do PDI, sobre as eleições para Reitor e Diretores, revelando porém, uma abordagem demasiadamente voltada às questões de seus interesses apenas enquanto categoria estudantil.

A maioria dos grupos de CAs e DAs abordados se configurou e direcionou suas práticas, em grande medida, de forma diferenciada dos grupos que auxiliavam na formação do movimento estudantil das décadas de 1960-1970, que atrelavam-se à questões mais amplas presentes no contexto nacional e internacional. Com exceção do CACEL e do CACIF, os fatores de distanciamentos mais marcantes aos grupos com relação a essa questão dizem respeito à ausência do reconhecimento de seu papel enquanto organizadores de movimentos estudantis. Assim como todos os grupos negaram reconhecer a UNE enquanto sua instância representativa superior. Esse fator indicou a ausência da relação das discussões voltadas ao uso de psicoativos ilícitos realizadas no CACIF e no CAFF com as discussões emergentes nos Congressos realizados pela UNE.

Cabe-nos atentar que o maior ou menor grau de distanciamento da concepção dominante de CA ou DA, não inviabilizou as atuações dos grupos como possibilidade de interferência nas questões que tomaram como relevantes em seu cotidiano. Dessa forma, suas compreensões sobre seu papel na universidade revelaram que a necessidade de sua existência colocou-se como fator prioritário às tentativas de atuação nesses contextos.

5. CAPÍTULO IV – OS GRUPOS DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS FRENTE À ILEGALIDADE DA MACONHA

5.1 Os danos à saúde individual: o foco da consciência

O pensador italiano, Antonio Gramsci (2006), em suas anotações do “Caderno 11: introdução ao estudo da filosofia” retrata o reconhecimento da *consciência* como *senso comum e consciência crítica*.

O autor acentua o *sensu comum* como uma compreensão que não é única, caracterizada como incoerente, desagregada e descontínua, que se transforma no tempo e no espaço, impulsionando uma série de manifestações contraditórias em seu interior. Assim,

Predominam no *sensu comum* os elementos [realistas], materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta, o que, de resto, não está em contradição com o elemento religioso, ao contrário; mas estes elementos são [supersticiosos], acríticos. (GRAMSCI, 2006, p. 115).

Apesar de comportar alguma objetividade, o *sensu comum* deve ser empregado com cautela devido à possibilidade de se tornar politicamente retrógrado e reacionário, tendendo a caracterizar-se como instrumento mantenedor de submissão à ideologia dos grupos dominantes. (GRAMSCI, 2006, p. 118).

Para Gramsci, todos os indivíduos são filósofos em algum sentido, pois suas experiências proporcionam um conjunto de reflexões e entendimento sobre determinado fato, de maneira subjetiva. Dessa forma, a consciência pode tornar-se *crítica* quando o indivíduo passa a compreender o processo histórico e as contradições nele existentes, elaborando novos valores e concepções que os orientarão na busca de uma sociedade mais humanizada.

Ao tomarmos esse horizonte conceitual como base de nosso estudo, procuramos indicar que a consciência dos grupos abordados sobre o status ilegal da maconha se mostra de forma descontínua, fragmentada, decorrente do confronto das experiências concretas que vivenciam cotidianamente, – com as concepções dominantes sobre a temática.

Responder a um roteiro de entrevistas⁷⁸ sobre questões relacionadas ao status da maconha significou estranhamento e insegurança para a maioria dos jovens abordados. Esses sentimentos foram expostos pelos estudantes, já no início das entrevistas, como justificativa das poucas informações que possuíam sobre assunto.

Nos relatos sobre os conhecimentos que possuíam a respeito da maconha, as concepções relacionadas aos seus aspectos farmacológicos foram as primeiras, e em muitos casos, as únicas a emergirem na consciência da maioria dos entrevistados de todos os grupos.

A maconha fora classificada, por pelo menos um integrante de todos os grupos, como substância alucinógena, tendo o THC como seu componente principal. Os integrantes do CACIF denominaram-na de psicotrópico ou substância que age no sistema nervoso central, utilizando uma linguagem científica decorrente dos conhecimentos de sua área de formação.

78 Ver roteiro de entrevista, em anexo.

Os efeitos do consumo causados no organismo apareceram como aspecto unânime nos conhecimentos alegados sobre o psicoativo. A “perda da memória” destacou-se como consequência marcante na consciência desses jovens, seguida da lentidão de raciocínio e reflexos, vermelhidão nos olhos, boca-seca, fome, assim como sensações de bem-estar, como relaxamento e risos, e o estímulo dos sentidos.

Dentre os efeitos neurológicos decorrentes do consumo da planta, alguns emergiram sob abordagens diferenciadas entre os grupos, com destaque na crença em sua veracidade.

As manifestações conscientes do grupo DAFOA sobre esses efeitos, com exceção de um integrante, voltaram-se demasiadamente às afirmações de aspectos danosos. Como elucida um deles:

O que a gente escuta desde criança, porque minha mãe fala para mim, é que é alucinógeno, causa milhões de “viagens” e causa dependência. Para mim, o que sei é sobre esses efeitos gerais. Ainda mais para a gente, que é estudante da área da saúde, a gente sabe que é uma droga, e que se usada em excesso acaba sendo prejudicial, causa dependência. (Integrante I, do DAFOA).

Semelhante ao depoimento de grande parte dos estudantes entrevistados, percebemos que, no processo de formação da consciência sobre a maconha, a família apareceu como o primeiro grupo de referência do estudante, na transmissão de orientações sobre as consequências danosas da maconha ao organismo.

Antonio Gramsci (2006, p. 93) elucida que os indivíduos apresentam manifestações conscientes desagregadas e ocasionais devido à imposição mecânica de determinadas concepções por meio dos grupos de referência com os quais mantêm relações. Essa relação pôde ser observada na fala do integrante I, do DAFOA que, inicialmente, indicou certo conhecimento a respeito dos diferentes tipos de usos de maconha, sendo eles “crônicos” e “eventuais”, ao relatar a dependência como o resultado do uso crônico ou pesado, denominado por ele de “excessivo”. Como seus colegas de grupo, suas colocações manifestaram a incorporação de concepções sobre a substância, associadas ao âmbito da saúde.

Quando questionado sobre a existência de riscos⁷⁹ no uso da *cannabis*, o mesmo jovem faz o seguinte relato:

⁷⁹ Utilizamos o termo “risco”, no roteiro de entrevista, de forma genérica, a fim de não induzir respostas voltadas a nenhum âmbito de conhecimento específico.

Acredito que o uso torna as pessoas dependentes. A pessoa se torna dependente e perde a capacidade do real. Ela fica sem chão e acredita que todos os seus problemas se resolvem fumando maconha. Acho que a pessoa se desvirtua do mundo. Acho que ela sai das suas responsabilidades, o prazer dela é usar a droga. E isso acaba afetando a pessoa frente à sociedade. A pessoa fica enclausurada, fica irritada, acaba brigando com familiares, com amigos e acaba sendo expulsa da sociedade. (Integrante I, do DAFOA).

Semelhante à maioria dos integrantes do DAFOA, o estudante se refere a qualquer tipo de uso, seja eventual ou crônico, como determinante para a dependência, dando evidência apenas aos aspectos farmacológicos como principal elemento presente nesse processo. Essa mesma relação entre uso e dano ocorre no relato das implicações sociais causadas ao usuário, como a decadência de sua condição psíquica e social frente à sociedade, indicando uma forte incorporação de concepções dominantes.

Dos demais integrantes do DAFOA, apenas um se diferenciou em relação à opinião sobre as convicções dos efeitos neurológicos ao manifestar seus conhecimentos sobre a planta:

Falam do problema de memória. E tem muita gente que usa e não tem problema de memória. E tem muita gente que não usa e tem problema de memória! Não vou falar que faz bem para memória. Mas você não vê um “cara” indo ao psicólogo ou ao psiquiatra porque fumava maconha. Você vê o “cara” que usava cocaína indo atrás, entendeu? Você vê alcoólatras anônimos. Não vê um... um... sei lá, alguém que vá atrás de um centro de recuperação para o uso de maconha. (Integrante IV, do DAFOA).

Para esse estudante, a possível perda de memória dos usuários, como argumento que coloca a maconha como perigosa, foi exposta pelo estudante de forma duvidosa devido à possibilidade de não ser uma consequência apenas relacionada ao uso da substância, já que a percebeu em indivíduos não usuários. A dúvida quanto ao teor de dano proporcionado pelo uso da planta ocorre nas reflexões advindas da comparação aos danos causados pelo consumo de álcool e de cocaína, em que a dependência se mostra de forma explícita.

Os questionamentos referentes aos efeitos neurológicos causados pelos aspectos farmacológicos do psicoativo, com destaque para a perda da memória, emergiram nas manifestações da maioria dos jovens do DAWS, CACEF e CAAP, pela experiência e convivência com usuários frequentes que, até então, não haviam sofrido esse efeito do uso.

Em todos os grupos, as afirmações sobre a substância, desconectadas da esfera da saúde individual, como “é ilegal”, “é muito consumida”, “não é aceita socialmente”, “o cheiro

é inconfundível”, “os usuários sofrem muito preconceito” e “a venda movimentava muito dinheiro”, emergiram de forma tímida e pontual na fala de poucos de seus integrantes.

Apesar de mencionarem pouco conhecimento científico sobre a maconha, a consciência dos jovens do CACEL a seu respeito também teve como foco os efeitos no organismo. Entretanto, diferenciou-se dos demais grupos quando emergiu sob tentativa de desconstrução de concepções dominantes que consideram danosos qualquer tipo de uso da substância, utilizando-se desse argumento na estruturação do estereótipo dos usuários.

Nesse sentido, o integrante do CACEL expõe a seguinte concepção sobre a substância:

Eu achava que sabia mais! Sobre ela especificamente não sei muita coisa. O que eu sei é como a sociedade lida com a maconha, né? [...] Eu pessoalmente não entendo a maconha como uma droga, algo que provoca a entrada na cocaína ou no crack! Ou algo que quando uma pessoa utiliza maconha, ela rouba para poder fumar. Ou ela fica ansiosa, nervosa, perde o controle! Não é capaz de viver a vida dela, não é capaz de realizar suas tarefas. Não é capaz de fazer mais nada! Enfim, vicia! Todas as noções de criminalização da maconha e que são bizarras! E que não têm nada a ver com o que é a maconha! Quando você tem uma relação mais simples com a maconha, você percebe que pode utilizá-la em alguns momentos da sua vida. Não em todos, mas que você pode utilizá-la da mesma forma que é tomar uma cervejinha! Tipo: “Ah, vou tomar uma cervejinha. Nem é encher a “cara” de cerveja, é tomar uma cervejinha depois do trabalho e vou para minha casa.” É um hábito corriqueiro! A maconha pode ser simplesmente isso! Sem grandes traumas! É uma coisa que não vai afetar seu cotidiano e que não vai implicar na mudança da capacidade de realizar suas tarefas! Na verdade, eu vejo a maconha como uma erva natural, que não pode te prejudicar! Não que eu ache que dê para usar maconha toda hora. Acho que na verdade, em grande medida, são a própria proibição e repressão ao uso da maconha que geram, por exemplo, essa coisa de: “Eu fumo maconha. Eu sou o contraventor. Eu sou o bandidão. Eu sou o cara.” E assim por diante! Que gera uma relação com a maconha que não vem dela mesmo, vem da própria maneira como a sociedade a encara. Então eu vejo a maconha como... um hábito. Como fumar um cachimbo, sei lá. (Integrante I, do CACEL).

O entrevistado relata alguns argumentos que conotam a depreciação da substância, dentre eles, concepções que a consideram “porta de entrada” a psicoativos mais danosos à saúde, com forte indução à dependência, assim como aqueles que consideram os usuários como incapazes, marginais, desequilibrados. Para o integrante essas concepções disseminam compreensões distorcidas sobre a planta e seus usuários e legitimam sua criminalização frente à sociedade.

Apesar de inicialmente afirmar a utilização da maconha como inofensiva, posteriormente o mesmo estudante atenta que a escolha de seu uso, em momentos específicos,

coloca-se como aspecto de uma relação em que seus efeitos não atrapalham a rotina dos usuários.

Essas colocações se assemelham a resultados obtidos no estudo de Macrae e Simões (2004) com usuários de maconha. Os autores retratam que, ao sofrerem efeitos desagradáveis do consumo, seus usuários refletem sobre os excessos cometidos, passando a selecionar melhor as circunstâncias e ocasiões para usar a substância. Nesse processo, cada usuário vai estabelecendo um quadro referencial próprio de sanções ao consumo, com base nas experiências obtidas e na inter-relação com outros usuários, passando a consumi-la, na maioria das vezes, em situações de lazer e descompromisso.

Outro ponto presente na manifestação do entrevistado I, do CACEL, refere-se à representação do termo droga. Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), o conceito droga é utilizado para designar qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento. Entretanto, a afirmação do integrante do CACEL, de não considerar a substância como droga ao comparar seus efeitos e a possibilidade do controle de seu consumo ao consumo de álcool, manifesta certo discernimento sobre a incorporação do termo apenas referente à sua ilegalidade.

O reconhecimento dessa concepção confirma as colocações de Modesto (1997, p.91-93) e Fiori (2005, p. 60-61), a respeito do termo droga possuir um forte caráter ideológico de degradação física, psíquica e social, partilhado por toda a sociedade, na medida em que representa apenas substâncias criminalizadas, respaldada por reconhecidas Instituições Internacionais.

Semelhante a alguns estudantes dos outros grupos abordados, para o integrante I do CACEL, a criminalização da *cannabis* produz ainda efeito inverso ao almejado, no que concerne à sua contenção, ao impulsionar a prática do uso como análoga de contravenção e subversão.

Manifestações semelhantes sobre a desconstrução do preconceito em torno do uso do psicoativo, por ser considerado droga, foram expostas nos relatos de mais um integrante do CACEL:

Não sei se a gente pode falar assim, mas a gente entende como droga porque ela sempre foi colocada para gente como droga. E às vezes não é colocada uma diferenciação dela com relação a outras drogas. E sei porque a gente fuma, e fica mais lerdo, mais feliz, dá risada, dá muita fome. [...] A visão da sociedade sobre a maconha, a visão de todo mundo, das mães em geral, não diferenciam a maconha das outras drogas. Então você vê até gente falando: “Ah... fumou maconha e bateu na mãe ou fumou maconha e ficou agressivo,

matou alguém!” E que é uma relação que, depois você tomar contato com maconha, você vê que não tem nada a ver com a droga. [...] Eu sei que têm casos de esquizofrenia. As pessoas que têm tendência podem desenvolver esses casos, síndrome de pânico, perda da memória. Eu não tenho uma visão de como isso ataca. Sei que ela faz mal em alguns pontos, mas a gente não têm dados formulados sobre isso. Não é nem colocado o quanto faz mal! Só é colocado: “isso faz mal, faz mal para o pulmão.” Mas, como tudo, faz mal e faz bem. (Integrante II, do CACEL).

Segundo esse jovem, a crítica à generalização dos efeitos neurológicos e, conseqüentemente, de seus efeitos com relação a outras substâncias mais danosas e que também são criminalizadas, destoa de suas experiências obtidas com o uso da substância. Apesar de citar o fato da possibilidade da utilização da maconha impulsionar síndrome do pânico, perda da memória e esquizofrenia em usuários que possuem tendência à doença, o integrante reclama as poucas informações veiculadas sobre os danos físicos e neurológicos causados pelo uso. Dessa forma, compreende que as afirmações que colocam a prática apenas como danosa ao organismo, sem especificar como e em que medida esses quadros se desenvolvem, impossibilitam uma compreensão mais ampla do assunto.

Na mesma linha de reflexão, outro integrante do CACEL concebe determinados programas de TV como instrumentos que estimulam a disseminação de concepções pejorativas, carregadas de informações distorcidas e generalizadas sobre os efeitos da planta, como forma de amedrontar e causar uma aversão generalizada à substância:

Bom, eu não sou usuária. Eu já usei mais, mas hoje em dia eu sou esporádica. Mas eu convivo com muitas pessoas que fumam, muitas mesmo, diariamente. A maioria das pessoas da minha casa. E não me incomodam. Eu não tenho problemas com isso. Eu acho que hoje em dia se faz um sensacionalismo muito grande! Por exemplo, outro dia eu estava vendo no “Fantástico” uma reportagem de um rapaz que ficava violento! Eu via aquilo e falava: “nossa, que absurdo!” Uma pessoa que fumou maconha uma vez na vida fica assim? Eu já vi um monte de gente fumando sempre e nada disso aconteceu! Se fosse cocaína, por exemplo, você poderia até acreditar que o “cara” ia ficar agressivo. O álcool, por exemplo. Agora, em relação à maconha, eu acho que é muito sensacionalismo que as pessoas fazem. Todo mundo fala de drogas e coloca tudo no mesmo pacote. E é engraçado, porque as pessoas falam de drogas, aí colocam o álcool e o cigarro do outro lado, porque é legal e todo o resto, como maconha, cocaína, heroína, LSD, do outro lado, tudo do mesmo jeito, praticamente. (Integrante IV, do CACEL).

Próximo às manifestações de seus colegas de grupo, o integrante IV do CACEL expõe que as concepções vigentes sobre drogas, dentre elas a maconha, não se amparam no conhecimento de suas características farmacológicas e nos efeitos decorrentes de seu uso, mas

fundamentalmente no seu *status* ilegal, visto o tratamento diferenciado dado ao tabaco e ao álcool.

Em contrapartida à crítica assídua às distorções e generalizações dos danos disseminados pela concepção dominante, auxiliados por alguns veículos de comunicação, a maioria dos entrevistados do CAFF se manifestaram, expondo suas experiências com o uso, como elemento determinante nos conhecimentos que possuíam sobre a substância. Como indica seu integrante:

Eu sei da prática do uso. Sei o que ela causa. Eu sinto uma fluidez muito, muito grande, que eu chamo de meu “eu”, do “sujeito”. Eu sinto que mais coisa passa por mim, me sinto mais como parte integrante de uma natureza do que como um sujeito no mundo, uma unidade. É mais difícil trabalhar com o que você não gosta. Eu acho interessante isso. Porque na verdade tem dois lados, tipo... tem bastantes usos para ela. Por um lado você consegue se “amaciara” para suportar alguma coisa, sabe? Eventualmente eu não consigo ir a uma aula de que não gosto, porque aquilo que o professor vai falar às vezes é tão agressivo a mim que, além de me irritar, vou me sentir mal fisicamente. Não vou conseguir ficar ali e aí geralmente sou impelido a fazer coisas que eu acho que deveria estar fazendo mais, tipo, tocando meus instrumentos, lendo mais calmamente as coisas que eu acho que eu deveria ler e não as coisas que eu tenho que ler. Assim, é o que eu sinto quando uso. Além da fome depois. Já tive experiência ruim. Quando comi, principalmente, acho que foi uma dose excessiva. Caiu a pressão, né? Quando cai a pressão é mal. Tem gente que está acostumado, mas eu sou uma pessoa “noiada”⁸⁰. Então, se cai a minha pressão, eu começo a achar que vou ter que ir ao hospital porque estou passando mal. Mas aí eu li em uma revista que para ter uma overdose de maconha precisa de 30kg ao mesmo tempo no corpo! Então acho que não vai acontecer. E ninguém nunca teve. Então acho que dá para trabalhar com isso. Mas já senti minha consciência se descolando de mim. Naquele momento achei que estava ficando louco, sabe? Estava me sentindo fora do meu “eu”, mas não daquele jeito que falei, que era suave. Umass coisas iam passando, ficando fora de controle. Mas não é uma coisa do psicoativo. Acho que é por causa da interação com o mundo e de como eu estava naquele momento e de como eu trabalho com a própria loucura. Se você a deixa passar, ela passa. A gente não pode parar os fluxos, os processos de pensamento. Mas naquele momento, eu fiquei com muito medo e pedi ajuda para um amigo e ele falou: não, você está bem, você não está ficando louco. E é isso. Você sente que seu “eu” não está bem. Isso já é válido porque você está trabalhando com esses momentos e você não precisa ficar com medo. Se você pára esse processo, daí é ruim, porque você passa a ver aquilo como uma coisa que está ficando daquele jeito e vai permanecer assim. Daí dá medo! E também têm esses conhecimentos, de revistas científicas, que são um saco. Você lê em um lugar que maconha causa esquizofrenia. Daí você pensa: eu estou ficando esquizofrênico? Daí eu conheço o que é ansiedade e sei o que é neurose. E um “car” que sabe de psicanálise me disse que o neurótico não é psicótico, o que significa que eu não vou ficar louco! Eu sou neurótico. A

80 Gíria que refere-se à uma preocupação obsessiva.

gente vê que esses sintomas de ansiedades que a psicologia encara como pânico são uma neurose! Então eu me agarro nessas coisinhas. Agora, sei que ela é boa para o estômago. Uso quando estou de ressaca e ela funciona. E sei da nomenclatura, que é o THC, e que é um psicoativo. (Integrante I, do CAFF)

O integrante I, do CAFF, expõe que o consumo da substância pode ocasionar resultados variados. Dentre eles, destaca o estímulo a desenvolver práticas que concebe como prazerosas e aquelas presentes no senso comum, como a suscetibilidade a evitar fatores externos que o desagradam, conhecidos como “fugas” e a alteração das percepções, assim como a substância lhe serve de uso terapêutico.

Ao relacionar a queda de pressão com as informações apreendidas em revistas científicas, o entrevistado compreende tal consequência decorrente da dose excessiva da substância. A mesma relação é estabelecida para a compreensão de que os fatores psicológicos dos usuários são determinantes no resultado de variados efeitos, sejam eles prazerosos ou danosos. Nesses processos, quando as experiências ruins começaram a ser relacionadas aos medos da possibilidade de overdose ou do desenvolvimento de loucura percebemos a emergência de uma consciência que, por vezes, se alinha às concepções dominantes.

Outro jovem do CAFF, ao expor seus conhecimentos sobre a planta os relacionou aos motivos do início do uso, na adolescência:

Não sei muita coisa. Sobre os efeitos eu posso falar por mim, pois quando comecei a fumar maconha foi um pouco pela busca de experiências. Por esse negócio de ser proibido, ficar relaxado e tal. E também como experiência nova... os amigos, todo mundo envolvido nisso. Mas eu não tinha noção dos efeitos que ela poderia trazer ainda, mas hoje eu não fumo maconha porque ela não me faz bem. Eu não sinto vontade. Das drogas, ela é a que menos me atrai hoje. Mas na época era um acontecimento entre os amigos, descobrindo uma coisa nova. E depois você acha engraçado, você relaxa, desinibe. Foi isso. Pra mim, quando você fuma você perde a noção de tempo, da divisão do tempo. Por exemplo, nosso dia é dividido a partir das tarefas que a gente tem que fazer: tal hora... tal hora... e quando eu fumo, eu perco um pouco dessa noção. Parece que tanto faz aquela rotina. Você consegue se desprender dessa rotina. E até causa um pouco de estranhamento. Mas é mais isso. É que faz tempo que eu não fumo maconha. Ultimamente eu parei, até porque quando eu fumava ficava gelado, branco. Dava-me tremedeiras. Não sei se baixava um pouco a pressão. Aí não era legal. Não dava para se sentir bem. (Integrante I, do CAFF)

Representações de senso comum, como busca de novas experiências e de sensações prazerosas, pertencimento ao grupo, desejo de subversão, também citadas por muitos

entrevistados, foram colocados pelo integrante III, do CAFF, como fatores que o levaram à experimentação e à continuidade do uso.

Enquanto que, para o integrante I, os efeitos que lhe traziam satisfação se sobressaíram aos danosos, para esse entrevistado, os efeitos negativos do uso, com destaque para a dificuldade de executar práticas rotineiras e o mal-estar físico, obtidos em algumas ocasiões, foram motivos para cessar seu consumo.

Em geral, observa-se que para a maioria dos grupos de CAs e DAs abordados, as dúvidas quanto aos efeitos causados pela maconha decorreram, principalmente, da incorporação de informações que potencializam e generalizam os danos, colocando-os como consequência de qualquer tipo de uso, seja ele eventual ou crônico. Porém, para alguns deles essas informações, muitas vezes, não corresponderam às experiências vividas e observadas.

Conforme reclamado por muitos jovens, as generalizações e distorções sobre dos danos causados pelo consumo da maconha podem ser consideradas obstáculo que dificultam a obtenção de informações idôneas, esclarecendo as especificidades - como quantidade, frequência, estado emocional e ambiente - envolvidas na ocorrência de efeitos diversos advindas de seu uso.

Dentre os integrantes entrevistados, para uma minoria que se disse usuária, eventual ou freqüente, a prática do consumo os impulsionou na busca de informações sobre a substância nos meios científicos, como forma de conhecer os riscos voltados à saúde individual. Situações como essas emergiram como mediação na ampliação de seus conhecimentos farmacológicos sobre a planta e, conseqüentemente, sobre o conhecimento de seus efeitos no organismo.

Sobre as possibilidades de risco em seu consumo, a esfera da saúde emerge, novamente, como aspecto marcante nas reflexões dos jovens do DAWS, CAAP e CACEF:

Então, eu acho assim: depende mais do jeito que você usa [...]. Acho que o vício pode ser um risco. Mas eu acho que do mesmo jeito que a pessoa pode viciar em maconha, a pessoa pode virar uma alcoólatra, sabe? Você sabe que tem que fazer com responsabilidade. Se você beber todo dia, vai atrapalhar seu cotidiano. Se você fumar maconha, também. Mas nada impede de chegar à noite e beber uma cerveja, fumar um cigarro, fumar maconha, sabe? [...]. Eu acho que tudo depende se você fuma muito ou fumar pouco. Depende de uma série de coisas. Ah! Cigarro também causa dano! Tudo causa dano se for ver. (Integrante IV, do CAAP).

De maneira semelhante, o entrevistado do DAWS expõe:

Depende da forma de consumo. Há diferenças entre o “cara” que consome o dia inteiro, todo dia, do “cara” que consome uma vez por mês ou a cada dois meses. Eu acho que tem uma boa diferença nisso. Sou um pouco leigo, mas o que a gente ouve dizer é que, a longo prazo, o consumo causa um certo dano aos sistema nervoso e tal. E eu acho isso vendo essas pessoas que consomem “direto e reto”. Não acredito que para aqueles que consomem de vez em quando possa acontecer algo de tão drástico. (Integrante II, do DAWS).

Na fala seguinte, os danos decorrentes do consumo são afirmados pelo integrante do CACIF:

Bom, em relação aos riscos, é cientificamente comprovado que há algum dano. Se esse dano altera ou compromete a capacidade de alguém, depende da frequência do uso, como hábito e até quanto tempo ela se mantém como usuária. O uso pode ser danoso em questões de rapidez de raciocínio ou falha de memória. Enfim... em relação dos sinais não acontecerem de maneira tão ágil, ter alguma falha de comunicação do cérebro. Claro, se isso for feito em escala pequena, até porque tem boa parte do cérebro que é inutilizável, eu imagino. Pelo que eu vejo, não tem efeitos práticos. Mas dependendo da quantidade e tempo que você usa, pode afetar. E o outro risco é vício, né? Se viciar... Até onde eu sei é uma substância que, comparada com outras drogas, não tenha um teor de vício muito grande. Mas a possibilidade existe. Isso é claro e ela pode acontecer. (Integrante II, do CACEF).

Os membros do CAAP, DAWS e CACEF reconhecem como legítimos os riscos à saúde, advindos do consumo da maconha. Suas colocações não negam que o uso desse psicoativo cause algum tipo de dano, entretanto, mencionam-nos como fatores que prejudicam, em menor ou maior grau, dependendo, dentre outros fatores, da quantidade e frequência com que o uso é realizado. Nessa perspectiva, a dependência, seguida dos danos ao sistema neurológico, aparece como os riscos mais iminentes em suas consciências.

Como exposta pela maioria dos jovens de todos os CAs e DAs pesquisados, os riscos à saúde são comparados aos riscos no uso de substâncias que são legalizadas, como o álcool, tabaco e alimentos industrializados, que são amplamente consumidos. Nesse sentido não consideram a substância em si perigosa, mas seu uso em excesso e, portanto, o tipo de relação estabelecida com aquilo que se consome.

Nas manifestações dos integrantes do CACIF, do CAFF e do CACEL, além dos riscos à saúde individual, os riscos sociais também aparecem como decorrentes do uso da maconha:

Risco proporciona, né? Seria o câncer de pulmão, câncer de garganta, por causa da fumaça. É o risco que o cigarro comum causa. Como a poluição causa, entendeu? A maconha pode causar não só câncer, mas bronquite

crônica. Se você pegar, por exemplo, os mais próximos, você pode perder algumas aulas, perder algumas atividades. Você vai ficar mais “desencanado” de algumas atividades. Às vezes, mas não é uma coisa comum. Agora, como risco efetivo é o preconceito: ser excluído da sociedade. Mas eu acho que é o único efetivo. (Integrante I, do CACIF).

O preconceito, mencionado pelo integrante I, do CACIF, como risco associado ao uso, também emerge na fala do integrante II, do mesmo grupo:

Eu acho que o único problema da gente consumir é o preconceito que a sociedade ainda tem a respeito da maconha. Então depende onde eu fumo. Para algumas pessoas, o usuário é um drogado, ou uma pessoa mau-caráter, ou... um... universitário... baderneiro [...]. Eu acho que esse é um dos prejuízos que o uso da maconha traz. Referente a como a sociedade vê essa droga. Nenhum estudo é muito objetivo sobre os malefícios que ela faz ao organismo. Ela tem danos como outras drogas tem seus danos! Mas, talvez ainda não tenha sido tão bem estudados. Não tem nada tão objetivo para falar se causa isso, ou pelo menos eu não vi. As pesquisas são muito contraditórias ainda. (Integrante II, do CACIF).

A possibilidade de apreensão policial, devido à ilegalidade da prática, é trazida pelo integrante I, do CAFF:

Então eu acho que o primeiro risco do consumo e que é mais desagradável é o problema de ser preso. [...] Acho que como a maconha é mais fácil de ser produzida, a proibição te leva ao risco, que seria desnecessário, que é o da mistura. A gente quer o THC, a gente gosta de maconha. Às vezes falam que misturam amônia. Falam que misturam com excreções de vaca. Tem gente que fala que estão misturando com “merla”, que é o resíduo do crack, para ver se vicia mais. Você corre esse risco, que é o risco de agravar [os danos a saúde]. Com o risco da mistura com outras substâncias, pode rolar o risco da overdose. Para quem está preocupado em manter a vida, é ruim. O risco de saúde também. Para quem é usuário de maconha há muito tempo, não acho que eles são mais esquecidos do que quem não fuma... sei lá, acho que deve dar alguma coisa no pulmão, tem a fumaça, de qualquer jeito. Danos à saúde pelo uso da maconha, com certeza tem. Mas acho que não seja tão ruim quanto outras drogas. Mas também não tenho essa visão romântica que a maconha é uma erva natural que não pode te prejudicar. (Integrante I, do CAFF)

O risco de punição legal emerge de forma análoga na fala do integrante I, do CACEL, somado à queda de atenção em atividades que exijam concentração:

Sim. O consumo da maconha... nem sei. Acho que o uso da maconha tem menos riscos. Na verdade, o consumo do álcool possui vários riscos, a cocaína proporciona vários riscos. Da maconha, em específico, acho difícil pontuar. Mas, por exemplo, se você tiver uma reunião para fazer e fizer o uso

da maconha, você vai ter dificuldade de se colocar nessa reunião. Mas tirando isso, talvez fumaça no pulmão. Na verdade, o grande risco é ser pego pela polícia! Tirando isso, a maconha em si pode ter até alguns riscos à saúde e tal. Não vejo que a maconha tenha riscos sérios para o organismo. (Integrante I, do CACEL).

A queda da produtividade acadêmica também aparece em meios aos riscos sociais mencionados pelo integrante II, do CAFF:

Depende do que é esse risco. Porque se você falar: “eu estou na universidade, eu quero fazer todas as provas e tirar 10 em todas” e ficar fumando maconha o dia inteiro, isso vai ser um risco para o que eu tenho como objetivo. Mas isso é um objetivo que a gente sabe que é criado pela sociedade. Mas fisicamente, fisiologicamente, eu não vejo riscos. Eu acho que esse negócio de câncer de pulmão e “blábláblá” é “balela”, pode ocorrer, mas não que a maconha vá causar isso. Acho que não há riscos, porque se for assim comer *Elma Chips* é pior! Comer enlatados é pior! Tudo mais é muito pior na sociedade ocidental de consumo! (Integrante II, do CAFF).

Como os demais grupos, os integrantes do CAFF, CACIF e CACEL também mencionam os riscos ao organismo causados pelo consumo, atentando que o grau de danos depende do tipo de relação estabelecida com a substância. Distintos dos demais grupos que conceberam como risco principal o desenvolvimento de dependência à substância, o CACIF, CAFF e CACEL pontuaram, principalmente, a possibilidade de desenvolvimento de doenças no pulmão, nas vias respiratórias e a dificuldade em lidar com as tarefas cotidianas que exijam concentração.

Consideram esses riscos irrisórios ao serem comparados com as possibilidades de danos no consumo de outras substâncias, culturalmente aceitas, e que causam danos iguais ou maiores à saúde. Dentre os entrevistados, apenas dois integrantes do CACIF indicaram conhecimento quanto ao dissenso entre especialistas referente aos danos à saúde recorrentes do efeito da substância.

Os riscos sociais aos usuários, associados ao status ilegal da maconha, como sofrer preconceito, consumi-la misturada a outros psicoativos ou substâncias mais danosas à saúde, como a amônia, assim como a possibilidade de ser preso pela polícia, se sobressaíram na consciência desses grupos em relação aos riscos à saúde individual.

Para um dos estudantes do CACEL, o medo de repressão ou perda de alguns direitos que recebem da universidade apareceu como um risco latente do consumo da *cannabis*, revelando sua condição ilegal como fator preponderante à declaração aberta de seu uso:

Um risco mais específico para mim, por exemplo, é a questão do medo, da “nóia”. Fumar dentro de casa ou em alguns locais, para mim não têm problema nenhum. Mas eu fico com “nóia” de fumar e as pessoas perceberam que eu fumo. E aí há mais relação com a condição social que eu tenho aqui dentro da universidade e com a relação de bolsa que tenho na universidade. E tenho um certo medo... eu não gosto de fumar e ir para a aula. Vou ter que estar lá no *campus* e vou passar nos corredores dos departamentos ou vou passar ali para cima ou vou encontrar alguém. Eu tenho medo que o pessoal associe essa questão do maconheiro, que eu acho que é uma visão errada, mas eu tenho medo dessa associação por causa da minha condição social dentro da universidade. Porque sou mantido pela universidade. Então eu tenho um certo receio. Isso é um dano que me causa quando eu fumo! Um dano que me causa. É uma relação de medo. É uma situação de repressão. Eu sou mantido pela universidade, ela me dá uma bolsa e um lugar para morar. Essa condição me reprime em relação ao uso de maconha. Isso seria um risco. É um risco que está posto em relação à maconha e que também está posto em relação ao movimento [estudantil]. Para mim, essa colocação também é marcada, é associada a maconheiro. É uma coisa que não fica bem clara para mim, porque eu não vejo a questão do maconheiro como pejorativa, mas ele é vista como pejorativa. Sinto conflitos. Para mim, a maconha não é ruim. Eu até gosto. É bom. Não em todos os momentos. (Integrante II, do CACEL).

Pautado em suas experiências individuais, o estudante considera o consumo da substância danoso quando a prática ilegal se desloca do âmbito privado e passa a ser percebida na esfera pública da universidade. Sua menção ao cuidado de não consumir a substância dentro da faculdade ou de forma que possa ser visto emerge pelo medo excessivo de sofrer preconceito e desmoralização, agravada pela possibilidade de receber sanções administrativas da diretoria da Universidade, principalmente por compor um grupo que tenta formar um movimento estudantil na instituição. Suas colocações indicam que a estigmatização do usuário, promovida pela criminalização, é concebida como dano predominante do consumo em detrimento dos efeitos físicos proporcionados pelo consumo.

Alinhado ao horizonte gramsciano, que considera a formação das subjetividades decorrentes das experiências, Edward Thompson (1981) toma a função social da cultura, dos costumes e das experiências como mediações primordiais na formação da consciência. Para o autor, as experiências possibilitam aos indivíduos vivenciar situações, por vezes antagônicas, tratando-as de maneira diversificada:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (Thompson, 1981, p. 16).

Produz-se, então, uma relação permanente entre experiência e pensamento, pressupondo um diálogo do indivíduo ou do grupo com a consciência social, fundamental na proposição de novas questões e reflexões mais apuradas sobre sua existência.

Para grande parte dos estudantes dos grupos abordados, as transformações das concepções voltadas aos demasiados danos à saúde e ao estereótipo de usuários, ocorreram principalmente após o ingresso na universidade:

Eu fiz um ano de cursinho e não sei se era ingenuidade ou não, mas achava que a utilização era feita em lugares mais escuros, mais escondidos e afastados. Mas quando a gente entra na faculdade a gente vê que não é isso. Tem quem usa e não está nem aí: é em casa, é na rua. A gente vai à festa e a gente conhece o cheiro. Você sente o cheiro na roupa, no hálito. [...] Eu achava que a maconha fizesse muito mais mal do que realmente faz. Que as pessoas ficassem retardadas, que queimava os neurônios, que a pessoa ia ficando cada vez mais débil. Eu conheço pessoas que fazem utilização e que são muito sociáveis, criativas. Não porque fazem o uso, mas porque são pessoas normais, que se você conhecesse agora, você não acharia que elas usam. Mas antes de entrar, eu achava que afetava muito mais a cabeça. (Integrante I, do DAFOA)

A desconstrução de estigmas associados aos usuários, citada pelo integrante I, do DAFOA, também aparece através do integrante II, do DAWS, porém, atrelada à condição de classe:

Eu acho que depois que eu entrei na faculdade eu mudei mais o modo de pensar em relação aos usuários, não em relação à maconha em si. Porque eu acho que não faz mal. Não tem problema. Quem quiser fumar, fuma. Quem não quiser, não fuma. Acho que tenho essa opinião há um bom tempo. Acho que mudei meu jeito de pensar sobre a questão dos usuários pelo fato de ter mais contato com quem fuma maconha dentro da faculdade. É que, por exemplo, aqui na da faculdade é uma coisa mais aberta, tanto que eu tenho proximidade com gente que fuma. Então, para mim já é uma coisa normal, né? Não tem aquela coisa pejorativa, do “ah, é maconheiro”, entendeu? Tinha, tinha assim... Eu sou de Santos (SP), então eu só via gente fumando maconha andando na praia, à noite. Aqueles meninos de rua, sabe? Aí a gente fala: “olha os maloqueirinhos fumando maconha”, entendeu? Eu sempre soube que não são só os “maloqueirinhos” que fumam maconha, mas só com eles que eu tinha contato na época. Então eu acho que mudou nesse sentido. (Integrante II, do DAWS)

Para o integrante IV, do CACIF a ampliação dos conhecimentos sobre os riscos proporcionados pelo uso da maconha ocorreu, principalmente, devido à sua área de formação:

Acho que mudei minha forma de pensar, sim. Uma por ter mais contato com a maconha. Eu tenho um contato muito maior dentro da universidade. E acho que também por estar em um curso de Farmácia, a gente acaba aprendendo um pouco nas matérias, né? Então a gente acaba aprendendo se realmente

tem ou não danos. Não só da maconha, mas de todos os remédios, de tudo que isso envolve. Então acho que muda um pouco a visão. Eu ainda não tive Farmacologia. Mas nunca teve uma discussão na Farmácia de umas técnicas terapêuticas de uso da *cannabis*... que eu sei que tem em alguns tratamentos, né? Às vezes pode ser que tenha, mas eu conheço porque as pessoas saem falando sobre o assunto em Congresso. Antes eu não tinha tanto contato. Não que eu via como preconceito, mas era uma coisa mais distante da minha realidade. Então eu achava que a partir do momento que o usuário ingressava no consumo da maconha era muito difícil ele conseguir sair. Era essa coisa de viciar. Em relação à droga, muda principalmente nisso, de você ter um contato maior e de você também estar conhecendo o seu controle, porque a gente fica com muito receio de perder esse controle, porque realmente acontece, todo mundo está sujeito que isso aconteça. Mas de qualquer forma você se conhece melhor em relação às drogas. (Integrante IV, do CACIF)

Para o integrante II, do CACEF, a desmistificação do estigma também emergiu através do convívio com usuários:

Para mim, se tornou muito mais próximo e muito mais comum ver as pessoas fumando maconha. Antes de entrar na faculdade, poucas vezes na minha vida eu tinha visto alguém usando. Aqui na faculdade, isso é muito mais comum. O fato de banalizar o uso da maconha, assim como... sei lá, em geral é banalizado o uso do álcool. Sua percepção muda porque você começa a perceber isso como algo mais comum e algo mais palpável. Eu acho que eu não tinha uma opinião formada antes de entrar na faculdade. Eu já tinha lido alguns poucos assuntos algumas vezes, mas... é diferente você ler isso e ver acontecendo! (Integrante II, do CACEF)

As experiências possibilitadas pela vida acadêmica foram mencionadas pelo integrante I, do CAFF, como mediações incisivas nas transformações de várias concepções que, até então, carregava, inclusive sobre os usuários da substância:

Na verdade, depois que eu ingressei na universidade, eu mudei muito minhas concepções em relação à toda vida. [...] Eu tive várias fases na universidade. Então eu mudei muito minhas formas de encarar a vida na universidade. Então eu tive uma experiência, vamos dizer assim, com maconha... porque na minha casa a criminalização da maconha é muito forte, né? Meu irmão começou a fumar maconha e minha mãe ficou desesperada! Ela pôs cartolina na parede da sala dizendo assim: “maconha é droga, maconha vicia!” A gente nunca deu muita bola, na verdade. A gente via que a tendência era achar que não é tudo isso. Mas também tínhamos a visão da maconha como a sociedade coloca mesmo, como colocam os meios de comunicação, que a maconha impede a realização das tarefas, que quem usa maconha fica de tal maneira. Tinha uma propaganda do brinquinho, que era um “cara” mascando chiclete, olhando pra frente da televisão, aí vinha alguém e puxava o brinquinho dele e aparecia um barulho de descarga! Uma propaganda altamente ofensiva! Que era a forma como as pessoas encaravam os usuários e encaram até hoje! Que a pessoa é alienada! [...] Quando eu comecei a usar maconha, fora da universidade, era uma coisa criminosa. E que tinha muito

uma coisa de auto-afirmação adolescente de querer fazer coisas proibidas, subversivas, de querer se identificar com determinado grupo. Teve uma época que fui hippie, usava aquelas roupas. Foi aqui na universidade que eu comecei a ter contato, de fato, com a maconha. Inclusive com a bebida e tudo. E criei, para mim, uma relação com as drogas, ou com a maconha, com a bebida, que é basicamente informal! Nem é uma necessidade. É muito natural! Não é uma auto-afirmação, não é moda, não é para ser subversivo! É um hábito! (Integrante I, do CACEL)

Para a maior parte dos jovens, antes do ingresso na universidade, sua consciência sobre a maconha e sobre seus usuários era mais próxima da crença na periculosidade de seus efeitos e na estigmatização de seus usuários como marginais, incapacitados ou subversores. O pouco contato com consumidores, dificultado pela discricção do uso fora do circuito universitário, muitas vezes percebido em lugares mais escondidos e como práticas apenas de grupos subalternos e marginalizados, como por jovens taxados de “maloqueiros”⁸¹, eram elementos que, somados às orientações de repúdio de seus grupos de referência à planta mantinham suas consciências mais alinhadas a esses preconceitos.

Após o ingresso na universidade, a convivência com a prática do consumo, realizada de forma mais explícita, assim como a experimentação da substância em alguns casos, constituíram-se como principal mediação na ampliação da consciência desses jovens sobre a substância e seus usuários. O primeiro aspecto de transformações se voltou à percepção do consumo da maconha, também entre os jovens da classe média e elite, perpassando, portanto, todas as classes sociais. O segundo aspecto, como já indicado anteriormente, referiu-se às desconstruções de concepções ancoradas nos efeitos amplamente danosos ao organismo, com foco na forte indução à dependência, indicando qualquer relação de uso como problemática e, portanto, estigmatizante aos usuários, associando-os a doentes e marginais.

Para os integrantes de Farmácia, sua área de formação acadêmica emergiu como elemento fundamental no conhecimento dos possíveis danos dos variados psicoativos, sendo indicada por um dos integrantes enquanto possibilidade do conhecimento de novas experiências voltadas ao usos medicinais da planta, mesmo que apenas por meio de Simpósios e Congressos.

A condição de universitário, indicada por uma maior liberdade de conduta pelo fato de morar longe da família e pela integração a novos grupos, foi exposta como elemento que

81 Semelhante às representações encontradas na pesquisa de Pedro e Massaro (2008, p.128) o termo “maloqueiro” designa usuários de maconha. O termo derivou da palavra “maloca”, que nos primórdios se referia a habitação indígena que alojava diversas famílias. No decorrer da história, o termo foi se transformando em sinônimo de pobreza, associando-se à habitação de moradores da periferia urbana, culminando em uma referência que indica jovens que andam pelas ruas, sujos e descalços, pedindo dinheiro emprestado e praticando pequenos furtos.

possibilitou experiências concretas na construção de novas referências sobre a maconha e seus usuários. Tais referências foram evidentes, principalmente, no que se referiu à possibilidade de controle dos danos, decorrente do tipo de relação estabelecida com a substância.

Para os membros do CAFF e CACEL que usavam a substância desde a adolescência, a prática era compreendida como subversão aos valores morais, às regras sociais e como incorporação de determinados estilos de vida, dentre eles o *hippie*. O ingresso à universidade também lhes possibilitaram a desmistificação dessas referências passando a considerar o consumo da maconha como uma prática habitual.

As falas de alguns estudantes não-usuários indicaram uma forte tolerância à prática ilícita e corrente no circuito universitário, amparada no argumento de livre arbítrio de cada indivíduo sobre suas ações e as responsabilidades delas provenientes. Entretanto, para a maioria dos entrevistados, essa tolerância ao consumo do psicoativo pelos estudantes emergiu, sobretudo, relacionada às semelhanças dos danos ao organismo proporcionados por substâncias legais, como o álcool e o tabaco.

Frente ao contexto indicado, a consciência dos grupos de CAs e DAs, a respeito da *cannabis*, voltou-se inteiramente aos seus aspectos farmacológicos, desencadeando compreensões de riscos e danos sempre sob a perspectiva à saúde dos usuários. Mesmo quando trazidas algumas referências sobre os aspectos ilegais da prática, a abordagem contemplou, sobretudo, as esferas individuais de riscos, também apenas aos usuários, como serem pegos pela polícia, sofrerem preconceito ou pelo direito individual de consumo.

5.2 As percepções sobre os elementos envolvidos na criminalização da maconha e suas consequências

A consciência dos grupos de CAs e DAs sobre questões relacionadas ao *status* ilícito da maconha para consumo por entretenimento emergiu de forma fragmentada, pragmática e contraditória, expostas em sua maioria, como suposições, advindas da conjunção de suas experiências cotidianas com as concepções de senso comum, estruturadas no decorrer de seu processo proibicionista.

As falas do grupo do DAFOA a respeito dos fatores que confluíram na criminalização da planta foram assim expostas:

Não sei. Mudou o meu parâmetro sobre quem usa e quem não usa. Acho que porque a pessoa era marginal ou estava quase ali [na condição de marginal]. E com certeza eles colaboraram muito com isso. É que brasileiro tem mania de julgar muito as pessoas, e como eu já julguei e julgo ainda, a gente tem mania de generalizar. A gente vê alguém assaltando, aí a gente acha que naquela comunidade é assim. Então eles [o Estado] quiseram cortar isso [aplicar a proibição] porque eles acreditam que todo mundo que quiser, mesmo que no começo não se envolva com crimes, mais tarde vai se envolver... ou vai perder o controle e vai começar a usar outros entorpecentes. Eu acho que foi por causa disso que proibiram, acredito que seja assim, porque generalizaram problemas consideráveis. (Integrante II, do DAFOA)

Eu acho que é por que diminui o reflexo das pessoas. Se todo mundo usasse o tempo todo, iria ficar alegre e também não renderia o que rende hoje. [...] As pessoas costumam exagerar nas coisas. Talvez proibindo, você diminua o uso! Porque eu acho que se todo mundo começasse a usar, o país não renderia e aí isso aqui viraria festa. Todo mundo vai querer fumar maconha. Se for que nem cigarro, que o “cara” fuma um maço por dia, o que ele vai querer da vida? Nada, né? Não vai trabalhar. Não vai fazer mais nada. (Integrante IV, do DAFOA)

A manifestação do grupo sobre a questão emergiu associando os efeitos do consumo da maconha a condutas de violência e outros tipos de crimes considerados práticas apenas dos grupos marginalizados. Em seguida, sua proibição aparece como prevenção à perda da capacidade exigida na manutenção de qualquer processo produtivo. Ambos os argumentos se destacaram em sua consciência.

Distintos dos demais grupos, o DAFOA expõe a criminalização da *cannabis* como necessária, revelando representações sobre a forte estigmatização que sofrem seus usuários, mesmo mencionando conhecimento sobre tais generalizações. Suas manifestações se alinharam às concepções dominantes que legitimam o atual status da planta ao indicá-lo como medida preventiva ao processo de “escalada” a psicoativos ilícitos mais danosos ao organismo, reiterando, ainda, o inevitável uso exacerbado, caso se tornasse uma mercadoria legal.

Nos demais grupos, o reconhecimento sobre os motivos da criminalização da maconha pelo Estado brasileiro emergiu sob suposições voltadas à eliminação de quaisquer riscos à saúde, seguida da incorporação de valores morais que repudiam seu uso. Similar a alguns integrantes do DAFOA, houve suposições voltadas à manutenção da ordem social, dentre elas a inibição dos riscos para a continuidade da lógica de produção capitalista.

As manifestações conscientes da maioria dos grupos estudados sobre os fatores envolvidos na condução do proibicionismo da maconha revelaram suposições de repúdio às práticas culturais de grupos marginalizados e que se estiveram presentes entre os grupos que

instituíram as políticas sanitárias desde o início do século XX no Brasil. Percebemos que suas menções decorreram de reflexões sobre os valores e crenças enraizadas nas práticas culturais cotidianas em detrimento de um conhecimento histórico-crítico sobre o processo de criminalização da substância.

Alguns fatores econômicos e xenófobos envolvidos na criminalização da substância no contexto internacional foram expostos de forma pontual pelos estudantes do CACIF, do DAWS e do CAFF:

Não sei. Tem várias teorias. Ouvi dizer que a proibição começou na época das navegações, por causa do cânhamo, do tecido. Não sei se você já ouviu isso? Que para o cânhamo não ser comercializado os caras proibiram de vender os tecidos feitos de cânhamo para vender os tecidos deles, lá na Inglaterra. Daí a maconha foi proibida também para fumar. Não sei... há várias vertentes que falam da proibição da maconha, mas não sei qual é a verdadeira. Já ouvi algumas explicações. Esse grupo de discussões na internet não é só sobre maconha, é sobre drogas, a proibição e tudo mais. (Integrante I, do CACIF).

Eu me lembro de uma reportagem na Super Interessante. Eu lembro só que era entre o México e os Estados Unidos [...]. Parece que no México o uso era controlado, assim... eles fumavam após o trabalho braçal. Aí os Estados Unidos começaram a proibir o uso por causa da política de contenção migratória aos mexicanos. (Integrante IV, do DAWS).

Então, eu não sei. Eu vi aquele documentário “*Maconha Grass*”, da Super Interessante e tudo mais. Eu sei que nos EUA começou aquele processo de combate aos imigrantes, porque era natural eles fumarem. Mas no Brasil eu não conheço, não. Eu só sei que não entendo a criminalização da maconha! Até queria saber mais sobre isso. (Integrante II, do CAFF).

As informações referentes à perda da disputa como matéria-prima na fabricação de tecidos e a instituição de políticas de contenção migratórias aos mexicanos, nos Estados Unidos, voltadas a desqualificar e, em um segundo momento, a criminalizar práticas culturais de grupo de imigrantes, dentre elas o consumo da maconha, decorreram da discussão de um grupo por meio da internet e do acesso às publicações de artigos e documentários em revistas de entretenimento científico, como a Super Interessante, mencionada pelos dois estudantes.

Entre os estudantes entrevistados, apenas dois, do CACEL, indicaram a criminalização da maconha como consequência da imposição de políticas estadunidenses:

Não sei necessariamente por quê. Mas pelo contexto geral, se os EUA estão proibindo, eles mandam essas diretrizes para o resto do mundo e começa essa criminalização. (Integrante II, do CACEL)

Não sei exatamente os motivos da criminalização. O que sei que é uma política americana, principalmente, né? Que surge ali depois da Lei Seca. E

o uso da maconha parece que cresce muito durante a Lei Seca, principalmente entre os trabalhadores. Aí tem toda uma política de criminalização e tal. E tem vários fatores que entram nessa política de criminalização da maconha, mas não sei exatamente quais são. (Integrante I, do CACEL)

Apesar de ambos os integrantes mencionarem incertezas a respeito da temática e não citarem o processo de proibição legal no Brasil como decorrência dos acordos realizados nas convenções internacionais sobre substâncias psicoativas, um deles associa a existência da política hegemônica estadunidense de criminalização às drogas no contexto global como reflexo direto da proibição. Já o integrante I, do grupo, afirma esse fator com precisão, citando até mesmo a proximidade com o período da imposição da Lei Seca, nos Estados Unidos.

Semelhante às poucas informações possuídas a respeito dos diversos fatores que confluíram na criminalização da maconha, todos os estudantes entrevistados afirmaram pouco conhecimento sobre as punições presentes na atual lei de drogas, do País:

Nunca procurei saber. O que sei é da proibição. Não sei das punições para quem é usuário. Sei mais ou menos daquelas coisas do nosso meio: acima de tantos quilos já é tráfico, mas se for até tantos “baseados”, é usuário. Mas eu não sei como funciona a parte da polícia. (Integrante I, do DAFOA).

Nessa parte de lei sou completamente leigo. Eu acredito que o traficante não deva ser julgado da mesma forma que um usuário. Acho que no caso do usuário, o “cara” não chega nem a ser preso. São mais aquelas penas sócio-educativas. Dessa parte de lei eu não sei nada. Agora com o traficante, a pena é um pouco mais severa. (integrante IV, do DAWS)

Sei que, até uma certa quantidade, você pode ser pego como usuário e não traficante. Aí você já não é mais preso. A partir de uma certa quantidade, você pode ser fixado como traficante. (integrante II, do CACIF)

Não. Bom, isso eu sei que o pessoal não pode ser punido por ser usuário né. Mas até quanto ele pode estar carregando para não ser considerado tráfico, isso eu não sei. (Integrante 3, do CAAP)

Não. Eu sei que parece que há pouco tempo teve uma reestruturação das leis. [...] Para traficantes, a pena triplicou acho que para mais de dez, quinze anos. Eu acho que os usuários deixaram de ser considerados criminosos. Acho que se for pego com certa quantidade, depende da droga, não sei exatamente, ele é considerado usuário e não responde por processo criminal. Basicamente é isso. (Integrante IV, do CACEF).

Então, eu soube da mudança. Se você for preso com pouca quantidade, você apenas cumpre pena. Não sei como é, mas é um processo mais leve, em que você é tido como usuário. Então eu acho que é um pouco mais tranquilo. Antigamente eu acho que era mais pesado. Essa diferença é um pouco importante para a gente, porque realmente é difícil para quem é usuário. Aí

eu fiquei sabendo dessa lei por isso, pelos meus amigos e pela internet. Para traficante, eu acho que é meio pesado, acho que deve ser alta a pena. (Integrante IV, do CAFF).

A diferenciação de punição para usuários e traficantes é reconhecida por todos os grupos de CAs e DAs. Os fatores responsáveis por essa diferenciação, na maioria das vezes, foram expostos pelos estudantes apenas pela quantidade de substância portada, e de forma inexata, sendo, também, reconhecido o abrandamento da penalização para usuários, alguns reconhecendo-as como administrativas, e as penas de encarceramento para os indivíduos autuados como traficantes. Todos os estudantes afirmaram ser as conversas com amigos, dentre eles usuários, seguidas de visitas em sites e revistas na internet os principais meios de obtenção de informações sobre a substância e as questões relacionadas.

Para os grupos abordados, o status ilegal como forma de conter o uso da *cannabis* emergiu como instrumento ilegítimo devido ao reconhecimento de um amplo quadro de seu consumo na atualidade.

O fácil acesso aos circuitos de comercialização da maconha é mencionado como fator que inviabiliza a ilegalidade como instrumento de contenção de seu consumo pelo integrante I, do CACEF, pelo entrevistado I, do DAWS e pelo integrante II, do CACIF:

Eu acho que o fato de ser ilegal não contém o uso. Quem quer usar dá um jeito. Você quer usar maconha, então você liga para alguém que sabe onde compra ou que conhece alguém que tem algum contato e sempre acaba conseguindo. (Integrante I, do CACEF).

Acho que não, porque quem quer, consome, independente se é legal ou ilegal. Se o “cara” quiser, ele consome. (Integrante I, do DAWS).

Não, porque é ilegal e ainda assim a gente vê pessoas consumindo numa frequência tão grande! Acho que não é a ilegalidade que barra o consumo. (Integrante II, do CACIF).

Alguns integrantes do DAFOA, do CAAP e do CAFF retratam a lei proibicionista como instrumento que contem, minimamente, a procura e o uso explícito da maconha, mas pouco determina sua rejeição:

Não! Eu acredito que ser ilegal não altera em nada, porque é ilegal, mas a facilidade de acesso é enorme! Quem é usuário sabe onde comprar. Então, acredito que não barre. Talvez, ser crime não torne o consumo exagerado, mas não barra o consumo! Só o torna uma coisa menos explícita. Mais escondido. (Integrante II, do DAFOA)

Não. Para conter, não. Eu acho que a ilegalidade adianta para controlar o consumo, não para diminuir. (integrante II, do CAAP).

Ela controla um pouco... pouquinho, né? Mas é muito pouco. Não sei se controla, pensando bem. Todo mundo fuma e não é tão fácil de você conseguir, tem que ser escondido. Mas acho que ela não chega a resolver o problema, não chega a inibir o consumo. (Integrante I, do CAFF).

A associação entre a criminalização e o aumento do consumo, como o ocorrido durante a vigência da “Lei Seca”, nos Estados Unidos, emerge apenas na consciência do integrante III, do CACEL:

De maneira nenhuma. Acho que a experiência dos EUA com a Lei Seca, com a proibição do álcool, mostra bem nesse sentido. Quer dizer: o consumo de álcool aumentou com a proibição. (Integrante III, do CACEL)

Apesar de, num primeiro momento, dois estudantes do CACEF terem reiterado a falta de inibição à comercialização como fator que deslegitima o proibicionismo ao uso de psicoativos ilícitos, posteriormente avançam em suas reflexões e manifestam que esse processo se relaciona diretamente com a aceitação cultural do consumo desses psicoativos na contemporaneidade. Como expõe o estudante:

O consumo vai acontecer, mesmo sendo ilegal. Vai depender do modo como se fiscaliza ou não. [...] Embora, não sei, de certa forma, quanto menos a droga é aceita, é mais fácil você colocá-la na ilegalidade, tendo mais legitimidade. Até pelo fato da ilegalidade ter legitimidade, você diminui o consumo. Conforme isso passa a ser mais culturalmente aceito, mais pessoas passam a usar. Não só passam a usar, mas aceitar o uso passa a não ser tão legítimo e você não consegue conter tanto o consumo com a lei, simplesmente. Fica mais difícil de controlar, porque as pessoas aceitam isso. A lei que proibiu o álcool não funcionou, por outro lado, a lei que proíbe a maconha funciona em parte, conforme isso passa a ser culturalmente mais aceito, vai funcionar menos, a lei vai fazer cada vez menos sentido. A lei é legítima enquanto ela faz sentido para a sociedade. (Integrante II, do CACEF)

Nessa perspectiva, reconhecem que a legislação proibicionista é incapaz de se manter como inibidora do consumo por não se alinhar à ideologia de alguns grupos, de usuários e não-usuários, que incorporaram a aceitação do uso da maconha, dentre outros psicoativos ilícitos.

A consciência dos grupos de CAs e DAs sobre o *status* da planta fora revelado de forma mais ampla ao exporem seu posicionamento a respeito da ilegalidade de sua venda e consumo.

Mesmo tendo afirmado, anteriormente, que a criminalização da substância pouco incide sobre a inibição do consumo, parte dos integrantes dos grupos pesquisados reiterou uma ausência de posicionamento sobre a manutenção de seu *status* na legislação.

Como já mencionado, para os integrantes do DAFOA, a legalização emergiu, em um primeiro momento, de maneira negativa, devido à projeção das possibilidades do aumento da quantidade de consumo e do número de usuários ocasionar uma extrema desordem social. Entretanto, a relevância dessa projeção trouxe dúvidas à maioria dos integrantes do grupo quando os mesmos as colocaram em contraposição à criminalidade e à violência instaurada devido à estruturação do tráfico de drogas. Dentre eles, apenas dois integrantes reiteraram, em um segundo momento, apoio à atual política proibicionista:

Eu, pessoalmente, não tenho nenhuma posição. Não é que eu estou em cima do muro, mas é que penso nos dois lados. Se for legalizado, a gente sabe que pode ter o aumento dos usuários. Qualquer um vai poder fazer a utilização, não vai precisar esconder. Então, sem precisar esconder, vai passando como normal para outras pessoas. Agora, como não é legalizado, aí acontecem as coisas “por baixo da manga”. Aí acontece toda essa parte do tráfico. Então não sei... Não quero tomar uma posição de apoiar a legalização. Não, eu não apoio! (Integrante I, do DAFOA)

Acho que hoje, do jeito que está a situação, tem que continuar criminalizada. Tecnicamente, se você for pensar, não tem porque o governo proibir. Mas em certo ponto ele tem razão, porque se ele liberar, ele não vai ter controle do consumo. (Integrante III, do DAFOA)

Ambos os estudantes indicam alinhamento às concepções dominantes que amparam suas críticas a uma possível legalização devido à projeção do aumento de usuários e da exacerbação do consumo. Entretanto, enquanto o integrante I, do DAFOA, expõe sua rejeição à disseminação do uso da substância como uma mercadoria comum, o integrante III volta seu apoio à atual política devido à impossibilidade do Estado controlar seu consumo caso a legalização ocorresse.

As dúvidas a respeito do posicionamento sobre a manutenção da ilegalidade da planta, expostas pelo grupo DAFOA, emergiram de forma semelhante entre alguns integrantes do DAWS e CACIF. Os riscos à preservação da saúde individual novamente se constituíram como foco de suas dúvidas:

Tem dois lados. Porque acho que tudo fica muito exposto, entende? Se um dia eu tiver um filho, se for legalizado, eu vou ter que conscientizar meu filho o tempo todo, dizendo que aquilo não é o melhor para ele. Mas ao mesmo tempo, acho que a criminalização está matando muita gente. Não só pelo uso de droga, mas por arma de fogo mesmo. O combate ao tráfico instalou uma guerra civil. De repente, se fosse legalizada, eu acho que não teria isso. É meio complicado. Eu não conseguiria ter uma visão. Cada um tem a sua. Cigarro e bebida fazem tão mal quanto. E hoje o consumo de álcool está crescendo cada vez mais. O número de jovens alcoólatras é uma coisa que assusta. Você vê a sua geração, pessoas da sua idade se destruindo desse jeito. Se sair, tem que beber. Não dá para você ir a uma festa sem beber. (Integrante I, do DAWS)

Eu não sei se esse tipo de política gera algum tipo de violência. Não sei se ela chega a ser positiva. Mas eu também não sei se a maconha faz mal ou não. Eu não tenho uma opinião formada, sabe? Se deveria ser legalizada, ou não. Não sei se seria melhor ou pior. Talvez fosse melhor, porque é uma coisa tão normal como o cigarro e a cerveja. Mas talvez não, talvez cause prejuízos muito grandes, mas eu não sei. (Integrante III, do CACIF)

Apesar de reiterarem dúvidas quanto a um posicionamento frente à questão, os riscos à saúde dos usuários, indicados como possibilidade de se agravarem com a introdução da substância no mercado legal, parecem se sobressair às indicações aos danos à saúde coletiva, dentre eles a guerra de combate ao tráfico de drogas, bem como entre as próprias facções criminosas.

Ao considerarem o possível aumento do consumo e do número de usuários como aspectos decisivos na indecisão sobre o apoio à legalização da planta, esses integrantes concebem os indivíduos como incapazes de controlar seu consumo. Compreendem o Estado como provedor máximo da conduta de rejeição do consumo apenas pelo fato de assegurar a criminalização em lei.

Percebe-se que tal consciência se apresenta como senso comum, decorrente de experiências cotidianas que indicam a forte incorporação de uma cultura de consumo referente a psicoativos legais, principalmente do álcool e do cigarro. Nesse sentido, a dúvida ou rejeição dos estudantes referentes à legalização evidencia o forte reconhecimento de uma ausência da interferência do Estado na inibição ao estímulo do consumo, impulsionado pelas indústrias publicitárias, assim como na fiscalização à venda de bebidas alcoólica a menores de idade.

A consciência prática da maioria dos estudantes que evidenciaram dúvidas, mas penderam ao apoio à legalização, assim como daqueles que a apoiaram explicitamente, emergiu trazendo elementos políticos e econômicos variados, concebidos como fatores preponderantes à falta da legitimidade da proibição da substância no contexto contemporâneo.

As manifestações de vários estudantes, tendenciosos à legalização, revelaram que os riscos de um aumento do consumo deixam de se tornar preocupação central à medida que a diminuição da violência, nas esferas relacionadas ao tráfico, passa a ser projetada:

Bom... eu não sei. Em relação ao consumo, eu acho que se deixar de ser ilegal, com certeza vai aumentar. E em relação à legalização da venda, eu acho o problema do tráfico pode diminuir, com certeza. Só que não vai resolver o problema do tráfico, porque tem outras drogas além da maconha. Eu acho que com certeza vai melhorar muitos problemas em relação ao tráfico: morte, violência, e crimes mesmo. Mas não sei se vai resolver. (Integrante IV, do CAAP).

Acho que no Brasil isso é complicado, mas eu sou a favor de legalizar. Primeiramente porque tem a questão do tráfico, que tem essa parte que a gente sabe, das favelas, de todo o dinheiro envolvido nisso. Não só o dinheiro, mas essa parte política está muito vinculada ao tráfico. E tem alguns países em que ela é legalizada e que não tem esse problema. Agora, se o problema não existe lá por causa da legalização, eu também não sei te dizer, mas pode ser um dos fatores mais importante de não ter esse problema com o tráfico porque já está legalizado. Eu concordo que deve ser um dos fatores principais. Mas em relação a todo o resto, o controle do usuário, se vai ser igual ao álcool e o cigarro, não sei. Não tem como você ter um controle, como tem em outros países, né? E eu acho que no Brasil, não acabaria acontecendo esse controle. Eu acho que seria uma venda igual à do álcool para menores de 18 anos. Hoje você encontra maconha em qualquer lugar, mas ainda é uma coisa meio camuflada, por ser ilegal... Ainda traz um certo risco para o usuário. E se for aberto, não vai ter tanto esse controle. Mas, se for ver, ele não é tão necessário... depende do grau de relação que o usuário mantém com a droga. (Integrante IV, do CACIF).

Alguns estudantes conceberam a legalização da maconha como possibilidade de diminuição das relações de violência e das relações entre as práticas de legalidade e ilegalidade, devido à permanência ilícita de outros psicoativos que representam relevante notoriedade na narcoeconomia, como a cocaína. Outros já indicaram a legalização como fator preponderante na resolução desses conflitos, desconsiderando a importância dos demais psicoativos presentes na manutenção do tráfico de drogas.

Como encontrado em vários relatos, o integrante IV, do CACIF, apresentou argumentos favoráveis à legalização, sinalizando uma similaridade entre ela e os arranjos legislativos para o consumo - como locais determinados e quantidades controladas - existentes em alguns países europeus. Essas indicações, num primeiro momento, emergiram em suas manifestações como políticas alternativas a serem implantadas no País.

A projeção da falta de fiscalização das autoridades, caso a implantação de políticas semelhantes ocorresse no Brasil, não fora concebida como preocupação entre alguns

estudantes, devido às possibilidades do não-estabelecimento de uma relação de uso compulsivo, dos usuários com a substância.

A maioria dos jovens que apoiou a legalização da *cannabis* reconheceu sua classificação ilegal como incoerente frente à legalidade do álcool e do tabaco, considerados psicoativos com efeitos neurológicos e físicos similares. Como relatam alguns deles:

É que a partir do momento em que o cigarro é vendido normalmente, não vejo porque não fazer isso com a maconha. E usa quem quer, assim como o cigarro: fuma quem quer. Se fosse para criminalizar a maconha, que criminalize também o cigarro. Essa é uma questão bastante polêmica! Muitos prós, muitos contras. (Integrante II, do DAWS).

Eu acho que não teria problema ser legalizado, porque eu acho que é a mesma coisa que a questão do álcool e do cigarro, sabe? É ilegal e as pessoas consomem do mesmo jeito. Eu acho. Ou torna tudo ilegal ou tudo legal. Por que o cigarro é legal, sendo que ele faz mal? Então, eu acho que a questão não é essa, sabe? (Integrante I, do CAAP).

O relato das poucas informações sobre os efeitos proporcionados pelo consumo da maconha, anteriormente expostas de forma desagregadas ou como suposições, não inibiram a emergência de uma consciência prática que os comparou aos efeitos no organismo produzidos pelos psicoativos legais consumidos em larga escala. A esse contexto somou-se, ainda, a reiteração da facilidade de acesso à substância, encontrada em todos os depoimentos.

Reflexões semelhantes voltadas ao apoio à legalização foram encontradas nos grupos do CACEF, CAFF e CACEL, no entanto, a emergência de novos argumentos, em cada um desses grupos, evidenciou alinhamentos ideológicos peculiares.

No grupo do CAFF, a reiteração ao direito de escolha individual caracterizou-se como fator que deveria ser incisivo no consumo. Como mencionam alguns de seus integrantes:

Eu acho a ilegalidade uma “bosta”! Para mim, isso é um absurdo, sabe? Você não pode ter liberdade para ter suas experiências. É meio estranho: você tem liberdade para tantas coisas e justo nisso não. É meio que um contra-senso: por uma moral, o Estado tem o direito de fazer isso. Mas outras coisas são liberadas, porque dão lucro para alguém. E eu sou contra a proibição. Acho que tinha que ser liberado porque envolve outros problemas, como o tráfico, as pessoas que morrem. Acho que muitas coisas seriam resolvidas se fosse liberado. (Integrante III, do CAFF).

Sou a favor da legalização, porque é um absurdo o Estado definir a substância que você vai “enfiar” no seu corpo. É porque a proibição acontece em detrimento de outras experiências que se conectam com um modo de vida que não é interessante para todos. Acho que essa história do tráfico é uma discussão mais profunda do que isso. Acho que é muito ruim essa

guerra acontecer. Então, se a gente quiser discutir tráfico, é importante a gente discutir legalização. Mas eu sou a favor da legalização para se poder usar. (Integrante I, do CAFF).

De forma similar ao direcionamento de sua gestão, amparada na rejeição às instituições de poder, o grupo do CAFF concebeu a atual intervenção estatal na venda e consumo da maconha como políticas de intolerância a diversificadas concepções de mundo, tentando padronizar comportamentos sob a égide do ordenamento moral e produtivo estabelecido em nossa sociedade.

As colocações de seus integrantes indicaram a defesa da legalização da maconha amparada, sobretudo, no direito individual de consumo para uma possível busca de experiências de alteração da percepção. Revelaram uma concepção que apóia a legalização da maconha por concebê-la como mais uma mercadoria semelhante aos demais psicoativos legais existentes. Dessa forma, indicaram ser os danos coletivos decorrentes da prática ilegal da venda e do consumo, dentre eles o tráfico, elementos secundários nessa questão.

Os integrantes do CACEL também apresentaram posicionamentos semelhantes entre si ao mencionarem a criminalização da maconha como política paliativa de contenção do consumo frente à sociedade, mantida sob a função de dissimulação de interesses políticos e econômicos:

É ilegal, mas ninguém vai preso! Eu acho que isso só reflete mesmo a questão da hipocrisia que existe por trás da proibição e da necessidade de manter essa proibição. Eu sou contra a proibição. Não vejo problema das pessoas usarem drogas. O tráfico existe e reflete uma série de outros problemas. E em relação à mercantilização da maconha, não tenho nada contra. (Integrante III, do CACEL)

Na minha opinião, essa proibição é um absurdo! Eu acho que a venda e o consumo da maconha deveriam ser legalizados! Não existe motivo nenhum para o tabaco, para o álcool serem legais e a maconha ser proibida. Tanto a sua venda quanto seu uso. Isso simplesmente corresponde a uma questão democrática! A legalização da maconha não seria necessariamente uma alteração, por exemplo, dessas políticas de marginalização e de criminalização da periferia, que são realizadas hoje através da proibição das drogas! As medidas de controle que a polícia exerce através da criminalização da maconha ou que o exército americano exerce através da criminalização da maconha e da coca se manteriam e encontrariam outras formas de serem aplicadas! Mas eu acredito que a legalização da maconha é simplesmente uma questão democrática, porque não existe motivo real para sua proibição. É igual à guerra do Iraque! Não tem motivo para isso! O motivo da guerra do Iraque é o petróleo. E é obvio isso! Então o Estado não é capaz de controlar o uso, porque não é do interesse dele controlar o uso! Ele vai aplicar políticas conforme elas são de interesses econômicos e

políticos. Então, os motivos concretos para que ela não seja legalizada não estão nos efeitos que ela causa, mas para aquilo que esse argumento de criminalização serve. A maconha, independente de ser legal ou ilegal, é uma mercadoria. Ela movimenta o setor ilegal e legal da economia. O comércio que já existe é muito amplo! Eu até diria que, na prática, ele é legal! Ele é legal, porque não vão presos os líderes desse comércio, vão presos justamente os setores marginalizados, que estão mais à frente da linha de fogo desse processo. O tráfico é um dos piores trabalhos da sociedade, porque é perigoso! Ninguém quer ir preso! Então favorece muito o usuário, o consumidor, mas o consumidor que tem uma renda e assim por diante. Mas isso não significa, de fato, a liberdade de uso da maconha. O que eu sei é que independente de qual seja essa forma - agora vou até falar como socialista -, dentro do capitalismo a legalização não significaria a liberdade de fato, os trabalhadores continuariam a ser explorados. Eu particularmente acharia horrível comprar maconha como se compra cigarro, tipo, embaladinho. Mas a tendência seria essa, né?! De ser assumido pelas grandes empresas e se transformar - já é né? -, mas se transformar em um produto de larga venda, como o próprio tabaco. Então o uso como costume e a forma de usar, que é bastante popular, tradicional, talvez até tivessem perdas em relação a isso. (Integrante I, do CACEL)

Expondo de maneira mais ampla as indicações pontuais de seus colegas, o integrante I reconheceu essas políticas como instrumento hegemônico de contenção dos grupos subalternos, proporcionando paralelamente a manutenção do poder de grupos dominantes através da extrema acumulação de capital que a prática ilegal gera no âmbito global. Tais colocações ampararam-se na percepção de encarceramentos e combates violentos, em massa, apenas aos médios e pequenos traficantes, na grande maioria, advindos dos grupos subalternos, que se sujeitam às funções de trabalho mais perigosas do tráfico.

O estudante indicou que a criminalização e os extermínios dos grupos subalternos ocorrem em detrimento da criminalização dos líderes dos grandes cartéis e do beneficiamento, através do abrandamento das penas, aos usuários das classes médias e dominantes. Compreende, ainda, a conivência dos Estados Nacionais com os interesses políticos de criminalização e contenção dos grupos subalternos, assim como a manutenção dos interesses políticos e econômicos de dominação, camuflados através do combate ao tráfico internacional, lideradas pelos Estados Unidos, principalmente nos países da América do Sul.

Ao reconhecer as políticas de combate ao tráfico como medidas de contenção e extinção dos grupos marginalizados, o integrante I atenta que uma possível legalização da maconha ou dos demais psicoativos ilegais apenas substituiria tal substância por outro alibi para a continuidade desse processo de dominação

Como o grupo CAFF, o grupo do CACEL também apoiou a legalização da maconha por reconhecê-la enquanto uma mercadoria com efeitos similares aos do álcool e do tabaco.

Sua ilegalidade foi interpretada pela maioria dos integrantes como mais um elemento que destoa das pretensões de um sistema político que se julga democrático. Para o grupo, a legalidade seria apenas a reiteração dos valores democráticos ditos vigentes, e sua inserção no mercado legal apenas seguiria o processo natural ocorrido com a produção de mercadoria em grande escala.

Em contraposição às projeções de aspectos positivos da legalização, levantados por seu grupo, o integrante I, do CACEL, rejeita-a apenas quando retrata seus reflexos na estrutura econômica. Considera que a inserção da maconha no mercado legal, como qualquer outra mercadoria, continuaria a beneficiar apenas as grandes corporações, que manteriam a exploração da força de trabalho dos proletários envolvidos no processo de produção e comercialização da planta. Sua inserção na produção em larga escala ainda impulsionaria perdas de seu uso tradicional. Referente a esse aspecto, esse estudante revela as contradições de sua consciência, já que anteriormente a reconheceu como mercadoria amplamente inserida no mercado ilegal de consumo, acobertando as relações de cooperação que possui com a economia legal. A mesma relação de contradição é perceptível devido ao fato de que, em vários momentos de sua fala, esse estudante a considerou um psicoativo de uso habitual, revelando a própria perda da ritualidade que reivindicou como necessária.

Para o CACEL, a legalização da maconha é enfatizada como necessária na medida em que sua projeção passa a exigir do Estado os controles sobre a venda e o consumo:

No caso do Brasil, acho que acabaria sendo benéfico se houvesse a preparação da sociedade para aceitar culturalmente o consumo e mesmo para as pessoas que usem ou não usem conhecerem a droga, para que ela pudesse ser legalizada. Acho que isso seria benéfico pelo fato do crime organizado no Brasil ser muito apoiado no tráfico de drogas. Então, na verdade, quando você a admite como legal você tem o poder de regulamentar e fiscalizar o comércio da droga de maneira muito mais eficiente. Porque se você não admite aquilo como algo legal, você simplesmente não fiscaliza aquilo, não faz parte da sua lei. Então, nesse sentido eu acho que seria benéfico para Brasil, caso se conseguisse preparar a sociedade para aceitar a legalização da maconha, mas acho que hoje isso ainda não é possível. (Integrante II, do CACEF).

Para mim, legaliza. Legaliza com parâmetros também, né? Nos países em que é legalizada, você tem regras específicas: você não pode fumar em qualquer lugar, você tem quantidade específica para comprar. Então eu acho que tem que ter a legislação com regras importantes, sendo executadas com firmeza! Só que você pode falar assim: “ah, mas da mesma forma o país vai perder dinheiro com essa fiscalização”. Só que nesse caso, a fiscalização vai ser paga com todo o imposto recolhido da produção e consumo que o país arrecadar. Eu vou falar um negócio: cada um já não faz o que quer? Então! Então que você abra as possibilidades de cada um fazer o que você quer!

Mas aí você pode falar: “mas a partir do momento que você está colocando regras nisso, você já não está mais fazendo o que quer. Mas isso seria o mais próximo da liberdade total. Além da parte fiscal, do dinheiro em si, das demandas, das necessidades, acho que isso é a liberdade pessoal de cada um. Apesar, também, que eu não quero que ninguém se mate ou se viciem. Sou contra o uso, mas isso é escolha de cada um. (Integrante III, do CACEF).

Como seus companheiros de grupo, ambos os estudantes reconheceram que a criminalização dos psicoativos se coloca como instrumento fundamental no fortalecimento do crime organizado nacional e internacional, dada a extrema lucratividade do negócio ilegal, facilitador do aliciamento dos agentes do Estado, que, em tese, deveriam combatê-lo.

A projeção da legalização da venda e do consumo de psicoativos para entretenimento, dentre eles a maconha, é concebida como positiva, pelo grupo, porque possibilitaria ao Estado tributá-la, revertendo-a na criação de políticas públicas à área. Essa menção se coloca como plausível quando projetadas as necessidades do controle estatal na aplicação de regras determinadas para sua produção, comercialização e consumo, garantidas através de sua fiscalização efetiva. Um dos estudantes a coloca como medida que se tornaria mais próxima à garantia dos direitos individuais de uso, já que a prática ilegal ocorre assiduamente de maneira velada na sociedade.

O CACEF indicou a possibilidade desse processo se tornar legítimo apenas se realizado após a ampliação de discussões públicas sobre a questão, possibilitando maiores orientações às comunidades sobre a planta e seus efeitos. Amparados em suas falas anteriores, compreendemos tais indicações devido ao fato do CACEF conceber como necessidade a desconstrução de algumas concepções dominantes, evitando, também, possíveis danos sociais, dentre eles, aqueles decorrentes da exacerbação de seu consumo.

Em geral, as manifestações conscientes sobre possíveis mudanças no *status* da maconha revelaram que todos os estudantes se embasaram no dimensionamento dos riscos à saúde como o foco de suas reflexões.

Para a maioria dos estudantes que sinalizou apoio à legalização, os riscos à saúde surgiram como preocupação secundária, porque tomaram como referência, a similitude de seus efeitos aos do álcool e do tabaco. Dessa forma, projetaram os danos à saúde em uma escala tolerável, se seu consumo ocorresse em larga escala, como acontece com os psicoativos legalizados.

Essa constatação é corroborada quando a maioria dos estudantes indica posicionamento contrário à legalização de outras substâncias que julgam ser mais danosas ao organismo. Como relatam alguns deles:

Eu já experimentei cocaína e, por experiência, eu vejo que é muito destoante da maconha. Eu nunca vi ninguém viciado em maconha e acho que nem vicia. Agora, tem uns remédios de tarja preta que são viciosos, então não é aberto a todos. E acho que pela cocaína ser uma droga extremamente viciosa, acho que não deve ser legalizada. (Integrante II, do CAAP).

Com relação a drogas mais pesadas, acho que não deveria ser legalizada, por uma questão de ser muito mais prejudicial que a maconha, que o álcool e o cigarro. Então o grau de dano faz toda a diferença. (Integrante II, do CACEF).

Os relatos sobre a forte indução à dependência que algumas substâncias ilegais provocam, dentre as mais citadas, a cocaína e o crack, emergem como elemento decisivo na rejeição de sua legalização devido ao grau de danos que atingem na escala de riscos à saúde. Nessa esfera, contradizem suas próprias indicações sobre a relevância dos fatores psicossociais envolvidos na estruturação da relação de dependência e concebem as substâncias em si como propulsora intrínseca ao desenvolvimento dessa relação.

Referindo-se às questões da compulsividade o psiquiatra Joel Birman (2006, p.175) indica que as sensações de insatisfações e angústias contínuas dos indivíduos em nosso momento histórico, termo por ele denominado de “mal-estar contemporâneo”, evidenciam-se através dos sentimentos, do corpo e da ação.

Para o autor, a criação de mecanismos culturais e mercadológicos que atribuem relevância a sintomas psicossomáticos, desde dores diversas e indeterminadas até a proliferação do “stress”, revela a produção da saúde como aspecto marcante desse processo. Atenta que outros tipos de “mal-estar”, que demarcam a retórica da psiquiatria e que também estão relacionados com o corpo, emergem como depressões, síndromes do pânico e as compulsões, dentre elas o uso exacerbado de psicoativos ilícitos e lícitos, inclusive aqueles prescritos pela medicina.

Birman (2006, p. 183), retrata que a sensação desse “mal-estar” que se revela através do corpo, da perda de vontades e do sentimento de vazio, articula-se à compulsividade do consumo devido ao reconhecimento e satisfação que o *status* de consumidor promete conferir aos sujeitos. O autor retrata que a continuidade desse processo provoca tanto práticas de auto-destruição quanto a impotência da ação, revelando quase a sua paralisia e, em ambos os casos, impossibilitando a formação das subjetividades.

Voltando essas reflexões à interpretação das falas sobre o posicionamento perante a legalização de psicoativos considerados mais danosos ao organismo, vimos que o uso compulsivo e suas consequências à saúde individual não se estabeleceram como o foco da questão para um integrante do CAFF e um do CACEL:

Olha... é uma coisa bem complicada, porque é uma crítica bem profunda. E a crítica não pode ter trégua. O que eu acho é que tem que ser legalizada mesmo, não só maconha, mas várias outras drogas, porque é uma sociedade dos limites! Existe um caos na sociedade: você vê gente afundando o nariz no “pó” aí, morrendo. E não é a questão da cocaína em si, eu cheiro, mas é questão de como esse caos social faz gerar essa dependência. Você vê a molecadinha de 12 anos fumando crack! Isso é muito difícil! Talvez com a legalização fossem gerados outros tipos de relações. Eu não vejo o porquê da proibição ser colocada. Tem interesses corporativistas gigantes por trás disso e do Estado também! Tem que legalizar, sem medo do que vai acontecer, porque o caos já está gerado! Pior não fica! (Integrante II, do CAFF)

Em grande medida são os próprios proibidores que influenciam o uso maciço, quando isso é interessante! Inclusive para destruir uma população! É só ver o que aconteceu com a introdução do ópio, na China. O crack é usado para destruir os setores mais marginalizados da população, para morrerem cedo mesmo! Então, é complicado falar que a proibição, por exemplo, resolve o problema do consumo. Coloca-se de forma muito clara que não é necessariamente a droga em si que gera uma relação perniciosa, uma relação de destruição ao usuário... Mas é a própria sociedade, a estrutura, o tipo de ideologia, os padrões de vida dessa sociedade capitalista que gera uma relação das pessoas com o uso de várias drogas de forma destrutiva para si própria. Então, o uso é regulado pela própria irracionalidade do sistema capitalista, que é o individualismo, que é o “valeduto”, que é a depressão, que é o fugir de uma realidade que é absurda! É bizarra! Então é isso que leva ao uso de drogas de forma desesperada! Mas não sei se todas deveriam ser legalizadas. Mas acho que a comunidade encontraria suas formas de regulação, inclusive sua forma de erradicação! O próprio grupo de usuários em si é capaz de controlar de forma real. (Integrante I, do CACEL)

As reflexões desses estudantes, advindas das relações estabelecidas entre as experiências pessoais e da aproximação com seus conhecimentos históricos, conseguiram reconhecer o próprio Estado, tanto como dispositivo que induz o consumo exacerbado quanto que mantém a política de proibição, sendo ativado conforme os interesses políticos e econômicos dos grupos a quem ele serve.

Ambos os estudantes indicaram o uso compulsivo como fator que não decorre propriamente das características farmacológicas da substância, mas se inicia num processo anterior, figurado por um mal-estar generalizado, originário do estilo de vida imposto pelos grupos dominantes na própria sociedade contemporânea.

Para Birman (2006, p. 189-190), a impossibilidade da ação, como símbolo do “mal-estar”, além de se desdobrar em compulsão, revela a formação de uma subjetividade individualista, que rejeita a interlocução com o outro:

É preciso reconhecer que a dor é uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma, não existindo lugar para o outro no seu mal-estar. Assim a dor é uma experiência *solipsista*, restringindo-se o indivíduo a si mesmo, não revelando nenhuma dimensão alteritária. A interlocução com o outro fica assim cortada na dor, que se restringe ao murmúrio e lamento, por mais intensa que seja. Daí a passividade que sempre domina o indivíduo quando algo dói, esperando que alguém tome uma atitude por ele. (BIRMAN, 2006, p. 191)

Para o autor, à medida que as relações de alteridade se enfraquecem, as sensações de “mal-estar” deixam de se caracterizar enquanto sofrimento e tornam-se dor. Formam-se subjetividades pautadas em soluções individuais para problemas sociais.

Nessa perspectiva, o autor retrata que o alívio momentâneo das angústias e frustrações, decorrentes do uso compulsivo de psicoativos ilícitos e fármacos, demarca a ausência de subjetividades de alteridade. Revela, assim, um processo mediado pela “miséria simbólica” que o pragmatismo e a crise de valores da sociedade de consumo disseminam na contemporaneidade.

A consciência dos dois integrantes sobre os fatores relacionados às possibilidades do desenvolvimento de dependência, mesmo que emergindo de forma fragmentada, indica a cultura como papel central no direcionamento da prática do uso de psicoativos, legais ou ilegais. Dessa forma, para o integrante I, do CAFF, a legalização forçaria cada indivíduo a estabelecer uma relação de discernimento de seus limites voltado ao consumo dessas substâncias.

O integrante I, do CACEL, indica que o controle do uso já se faz presente no próprio grupo de usuários, acreditando que, no consumo em larga escala, tal controle também ocorreria através da própria comunidade, sem a necessidade de intervenção estatal. Nessa mesma perspectiva, o trabalho de Macrae e Simões (2004) indica que o controle do uso pelo próprio grupo se alinha aos controles informais presentes na sub-cultura do uso da maconha, denominadas “rodas de fumo”, caracterizados como decisivos na prevenção do uso exacerbado e, conseqüentemente, na prevenção de maiores danos à saúde. (MACRAE; SIMÕES, 2004).

Alguns estudantes apontaram para a impossibilidade da legalização ocorrer no Brasil:

Não sei se irá legalizar. Eu não sei, porque não acompanho. Não dá para saber o que vai acontecer ou o que poderia acontecer. (Integrante III, do CACEL).

Impossível haver legalização! Nada aqui no Brasil é controlado. Como a maconha seria? Talvez fosse num país sério. Não tem como controlar o comércio. É impossível! (Integrante IV, do DAFOA).

Ah, não sei. Eu não estou acompanhando nenhum tipo de discussão sobre isso. Mas eu acho bem difícil, porque o pessoal é muito conservador. Todo mundo é muito conservador. Eu imagino o pessoal que faz as leis sobre isso! [...] Acho que chega uma hora em que isso tem que se mudar. Tem que flexibilizar a lei. Mas não sei. Não tenho nenhuma perspectiva e não sei o que teria que ser feito para ser legalizado. (Integrante III, do CAFF).

Nem a pau! Primeiramente, iria ter uma grande briga entre tráfico e corporações. Ia ser complicado, porque o tráfico não iria parar de vender maconha. Iria ter um conflito! E o Estado não iria conseguir controlar a venda. Vamos supor: já vende cigarro e você vai proibir o “cara” de comprar? É igual falar que menor não pode fumar e beber. É igual falar que numa promoção de supermercado só pode comprar duas unidades. Não existe isso! É ridículo! Se legalizar, não iria ter muito controle, sabe? Iria ficar bem na mão do mercado mesmo, porque você vê que lei não funciona. (Integrante II, do CAFF).

Para esses estudantes, o desconhecimento no assunto, seguido do sentimento de descrença de mudanças dos fatores que mantém a maconha criminalizada - como sua intolerância social e interesses políticos e econômicos que, segundo eles, manter-se-iam mesmo sob a projeção de novas regras - impossibilitaram projeções de melhorias de políticas públicas sobre drogas caso a maconha fosse legalizada.

Para alguns estudantes, a mudança de seu *status* não seria possível em nosso momento presente devido às relações de forças que a mantém criminalizada. Outros afirmaram dessa possibilidade ocorrer, a longo prazo, ancorados nas percepções de uma maior aceitação de seu consumo, somadas aos ruídos de apoio à legalização presente entre intelectuais e políticos sobre a questão. Entretanto, todos esses estudantes reconheceram uma total ausência de condições simbólicas e materiais, consideradas por eles necessárias, para que a legalização ocorresse de forma legítima e segura à sociedade contemporânea.

Alguns deles projetaram a legalização sob necessidade de ocorrer, paralelamente ou após o início de um extremo processo da ampliação de discussões sobre a substância, pautada nos conhecimentos de áreas diversas:

Acho que precisaria legalizar, porque é uma droga, né? Assim como o cigarro, colocar pautas de intervenções. Acho que o Ministério da Saúde tem obrigação de, pelo menos, advertir. Para isso acontecer, acho que o fator

principal seria a educação. Acho que não adianta você legalizar, você colocar caro, barato. Acho que isso não adianta, porque quem usa, usa de qualquer maneira. Acho que a questão é educação mesmo, é quebrar esse tabu, de discutir isso direito. Se você falar que na escola isso é discutido, é mentira! Porque lá você fala qualquer coisa e é tudo muito teórico. Não há pessoas que trabalham com isso na prática. Acho que quem tem mais propriedade para falar sobre o que ela pode causar tem que ser principalmente uma pessoa que tem contato direto com usuários, sabe? Não adianta você colocar um professor lá explicando isso e aquilo. É lógico que ele tem as propriedades científicas, mas está muito distante e isso não quebra o tabu. Tem que tratar a droga como ela sendo uma coisa real, como se ela fosse uma coisa do dia-dia. Como se ela não tivesse só lá no morro, mas como se ela não tivesse ali e aqui, sabe? Educar como se o aluno fosse sair da escola e encontrar aquilo, a vida inteira. Para ser uma escolha mesmo. (Integrante IV, do CACIF).

Acho que eu consigo projetar. Não sei quanto tempo levaria... Não me parece que isso seria impossível de acontecer, a médio prazo. Até porque tem uma galera discutindo academicamente, em alguns grupos de estudos, na USP... uma galera forte. Já é possível escutar um ou outro político falando, uma galera assumindo que usa, essas coisas. Acho que, para haver a legalização, deveria haver a produção de conhecimento sobre. A produção de conhecimento crítico, não um conhecimento científico que a gente vê hoje, específico da medicina. Mas assim, acho que a produção de conhecimento mais amplo pode ajudar bastante. E poder desmistificar algumas coisas, para fazer alguns apontamentos interessantes, que colocam em cheque o que tem aí. E a divulgação desse novo conhecimento, né? (Integrante I, do CAFF).

Acho que se houvesse legalização não poderia cair na mão do mercado. Acho que deveria sofrer algumas mudanças na educação mesmo. Educação libertária, que gerasse algo diferente nessas crianças todas.[...] Então, eu acho que deveria legalizar a partir do momento em que a pessoa tem a possibilidade de escolher se ela quer ou não, assim como é a bebida. [...] Eu acho que se a gente fosse, sei lá, atingir essa utopia, essa serenidade, acho que a educação seria o ponto principal, porque seria a troca de conhecimento. As relações sociais são feitas pela crítica que você faz dessa relação. Então eu acho que a partir do momento em que eu tenho essa capacidade, fica mais fácil de escolher. Se eu vou querer usar ou não, sabe? Se as informações são verdadeiras, se as pessoas dizem que a maconha faz isso, isso e isso eu serei ensinado a ter a minha “auto-crítica” e eu vou saber escolher por mim. Escolher as coisas pelo meu raciocínio. Eu vou saber se eu quero ou não usar maconha, cocaína. Então aí pode ser legalizado tudo. Porque eu vou poder escolher. Eu vou ter a consciência das minhas próprias escolhas. Acho que nesse processo todos os sujeitos tem a responsabilidade, acho que isso não vem do Estado, pelo contrário, acho que por dentro do Estado até não dá, porque ele tem o “rabo preso” com todas as coisas que ele fizer. Acho que parte das pessoas que tiverem a consciência, que tiverem conhecimento e criticar, sem reproduzir a sociedade do consumo, do jeans, da moda, que domina todo o corpo, sabe? Essas pessoas vão conseguindo aos poucos, vão fazendo aos poucos com coletivos de trabalho, com grupos de afinidades e vão, e vão para alcançar isso. E transmitindo conhecimento sempre de uma forma tranqüila, sem essa autoridade. Porque a autoridade não gera esse sentido crítico que as pessoas têm de escolha mesmo, de ver os

motivos que estão envolvidos. Isso está muito ligado ao CA, da forma como a gente tenta agir. (Integrante IV, do CAFF).

Os relatos desses estudantes apontaram para a ausência de referências sócio-educativas voltadas a orientações científicas idôneas sobre os efeitos causados pelo uso de psicoativos, desprovidas de valores morais. Para o integrante do CACIF, a escola emerge como espaço em que se dissimula a discussão, indicada pelo direcionamento de profissionais que não são especialistas na temática. Reitera que os especialistas que possuem maior proximidade com usuários seriam mediadores fundamentais na ruptura de concepções dominantes sobre a maconha.

Nas manifestações da consciência dos integrantes do CAFF, a produção de conhecimento crítico sobre a substância e sua divulgação, assim como a menção ao desenvolvimento de uma educação libertária, referida pelo integrante IV, como esfera pautada no conhecimento crítico, também são caracterizadas como elementos fundamentais na ruptura dos tabus sobre a questão. Os estudantes enfatizaram que tais conhecimentos críticos pressupõem ultrapassar as esferas dominantes de abordagem voltadas apenas à área da saúde, podendo provir das próprias relações sociais. Dessa forma, negam o Estado como possibilitador dessa condição, revelando novamente o reflexo do direcionamento ideológico, incorporado pelo próprio grupo durante a gestão.

O grupo do CAFF retratou os próprios indivíduos, organizados coletivamente, como mediadores fundamentais na ampliação da consciência sobre a substância e todas as questões relacionadas, proporcionando uma formação crítica em que os sujeitos sejam capazes de dimensionar suas escolhas e limites no uso, como forma de romper com a incorporação da cultura de consumo.

À medida que esses integrantes reconheceram o desenvolvimento e disseminação de uma educação crítica como fator anterior e, portanto, fundamental ao estabelecimento de condições mínimas para a legalização, os demais estudantes as projetaram de forma paralela a criação de novas políticas públicas associadas ao uso de psicoativos.

Para a maioria dos integrantes do CAAP, as políticas de conscientização sobre o uso da substância, somadas à continuidade do combate a seu tráfico, foram colocadas como prioridades, que deveriam ser asseguradas pelo Estado durante o processo de implantação da legalização da maconha:

Eu consigo pensar que é possível, mas isso não vai se dar em um ano ou dois anos, acho que é um processo. Porque eu acho que para isso tem que ter

discussão, conscientização. Vai ter que regular. Vai ter que se criar uma estrutura para tudo isso, sabe? A estrutura da produção da maconha vai ter que ser feita. O combate ao tráfico paralelo, porque acho que o tráfico não vai se extinguir... Veja o cigarro, por exemplo, o cigarro que vem do Paraguai é um tráfico. (Integrante II, do CAAP).

Para os integrantes do CACEF e do DAWS, a legitimidade da legalização foi projetada sob a ocorrência de um processo que envolveria sua ampla aceitação cultural a iniciativas de parcerias entre o Estado e os demais grupos da sociedade civil, criando estruturas de orientação, fiscalização, tratamento médico adequado aos casos de dependência, dentre outros:

Sim! Acho que com o tempo vai acontecer uma flexibilização um pouco maior em relação à legalização. Eu não sei se isso vai acontecer de fato, mas acho que é uma questão de tempo... as pessoas vão se acostumando mais. Com o tempo, a coisa costuma a ficar comum e aí não tem porque não ser legal, entendeu? Quando é uma coisa que todo mundo faz a aceitação é maior. Você está na universidade hoje e muita gente fuma. Se há uma aceitação maior, isso de forma geral, começa a se disseminar dentro da sociedade. Acho que para isso acontecer tem que haver uns programas de conscientização, principalmente por parte do governo, porque na verdade ele é o maior interessado nisso tudo, entendeu? Ele, como poder, é o maior interessado. Acho que as ONGs, a sociedade unida com ONG, acabam fazendo essa conscientização, principalmente nas partes mais carentes, não sei se de forma tão efetiva. Tem que haver fiscalização da produção, da venda. E leis de forma clara! Tudo vai precisar ser falado para não ter dúvidas, não ter faltas de esclarecimento. E também precisa haver uma polícia mais bem preparada, também conscientizada que vão haver pessoas com drogas. Drogas, não, maconha. Não vai deixar de ser droga, mas vai ser uma coisa legal. [...] Mas enfim, acho que os três troncos estão ali: conscientização, fiscalização e legislação. Controle legal disso tudo. (Integrante III, do CACEF).

Legalização controlada? [...] A gente não tem órgãos suficientemente para isso. Porque vai ser corrompido. Pode acontecer sem prejudicar ninguém se mudar um pouquinho a mentalidade desses políticos. [...] Eu acho que realmente é questão de organização política e a mentalidade das pessoas tem que mudar. Ao mesmo tempo em que também tenham que se criar mais centros de reabilitação. Pronto! Para que as pessoas dependentes busquem ajuda. Ao mesmo tempo vou consumir, vou. Mas, vou procurar também me controlar, parar por um tempo, se for o caso. Tem que haver esses programas de orientação, não só liberar. Tem que ter um apoio mesmo. Apoio à saúde da pessoa e tal. (Integrante I, do DAWS).

As mesmas necessidades emergiram nas projeções dos jovens do CACEF e do CACIF, sendo mencionadas como legítimas apenas na medida em que ocorressem de forma paralela à efetivação de direitos estruturais básicos, que diminuíssem as diferenças de classe:

Eu acho que a sociedade, querendo ou não, é muito tradicional, as pessoas abominam completamente o uso. O usuário, então, nem se fala! É visto como o cara que vai acabar com o mundo, sabe? O drogado maldito que vai viciar nossos filhos e tal. É uma visão geral isso aí! A legalização poderia dar certo se tivéssemos cultura, educação, igualdade. A partir do momento em que tiver, não digo que vai ficar tudo igual, mas igualdade social, ficar um pouco mais nivelada e as pessoas puderem ter acesso à educação de qualidade e tiverem mais oportunidade de exporem seus pontos de vista, acho que então a gente pode pensar a respeito. Hoje, do jeito que está, acho que é difícil. (Integrante II, do DAWS).

Para que isso pudesse ocorrer, acho que deveria haver melhoria para a população, em todos os âmbitos. Tem que haver melhorias sociais das pessoas que vêm no tráfico uma forma de melhoria de vida. Eu não posso colocar como objetivo, mas eles não têm oportunidades. Eles não têm força de vontade para buscar um caminho para melhorar de condição social e eles acabam vendo no tráfico em caminho fácil para conseguir dinheiro. Então se houvesse um projeto de desenvolvimento para as pessoas de todas as camadas sociais, principalmente as mais baixas que procuram um meio mais fácil de estar conseguindo esse dinheiro, acabaria diminuindo conseqüentemente o tráfico. Porque eles teriam um trabalho, eles teriam condições de viver, porque eles teriam renda fixa, eles teriam várias coisas que o tráfico de drogas proporciona. E não seria ilegal, seria um ponto a favor para eles. Então teria de ter essa melhoria social, esse desenvolvimento para as pessoas, através da educação, da saúde e de todos os aspectos. (Integrante I, do CACEF).

Dessa forma, em todos os relatos, a sugestão de medidas de conscientização, seriedade na criação de leis e a fiscalização de venda e consumo da substância, assim como a garantia de direitos civis, como trabalho, saúde e educação, dentre outras, emergiram indicando a forte presença da insegurança urbana, vivenciada cotidianamente pela sociedade, devido à ausência de referências estruturais.

Caccia-Bava (2004, p. 47), utilizando-se das reflexões de Zarifian, reitera que a crise da Justiça é indicada pela fragilidade da atuação das autoridades que compõem as instituições públicas, impulsionando o impedimento de políticas que garantam direitos básicos estruturais como equidade social. Esse processo produz a crise da cidadania, reproduzindo em todas as relações cotidianas valores mercantis que se infiltram, predominantemente, nas instituições públicas responsáveis pelo atendimento à Saúde, Educação, Segurança, entre outros, minando todos direitos civis que deveriam assegurar.

Para o autor a omissão ou fragilidade das instituições que, teoricamente, asseguram os direitos, se somam à estruturação do crime organizado trazendo efeitos sociais perversos, fomentando uma violência urbana, representada desde a banalização de práticas de corrupção, até as de atentado contra a vida, que se voltam principalmente contra os jovens. Reitera ser os

grupos juvenis das classes subalternas os ícones das experiências de abandono cívico, desproteção institucional, inseridos em um processo de exclusão de qualquer horizonte de cidadania, que mais se referem a direitos civis do que condições materiais imediatas. Evoca, portanto, a necessidade de resgatar a civilidade perdida:

A civilidade implica, dessa maneira, na superação das incertezas, da sensação de abandono, da exclusão social, da desfiguração dos padrões culturais de relacionamento entre grupos diferenciados e entre pessoas dentro de cada grupo. Seja por suas idades, suas condições de existência material, sua característica étnica, suas convicções religiosas, políticas e filosóficas (CACCIA-BAVA, 2004, p. 51)

Caccia-Bava (2004) enfatiza que a construção da civilidade pressupõe a co-produção da segurança urbana, estruturada a partir da possibilidade de diálogo entre todos os cidadãos, sejam eles autoridades ou não.

Dessa forma, a sugestão de programas de conscientização, fiscalização efetivas de leis de controle sobre produção, comercialização e consumo e a criação de estruturas de saúde, voltadas ao atendimento de usuários, foram citadas por alguns jovens como medidas necessárias para se conquistar maior segurança urbana frente à mudança do *status* da planta. Para os estudantes II, do DAWS e I, do CACEF, a criação dessa segurança só seria possível a partir da efetiva igualdade de garantia dos direitos civis aos indivíduos.

Nas manifestações dos estudantes sobre a possibilidade de legalização da maconha, duas projeções se voltaram à atuação dos usuários como foco de início desse processo. Um deles expõe:

Eu acho que é possível que ela seja legalizada, mas acho que vai demorar muito. Você não vê nenhum tipo de discussão sobre isso, tanto é que você pode ver pela falta de informações, né? Para a legalização funcionar, acho que talvez tenha que partir dos usuários. Colocarem-se como usuários. No momento que ninguém reivindica, todo mundo finge que não usa. Então, por que você vai legalizar? Então acho que isso seria um primeiro passo. Eu sei que é muito difícil, mas é uma forma de organização, sabe? Porque você vê vários movimentos sociais que lutam. Um que eu vejo é sobre a questão do homossexualismo. É bem difícil a sociedade aceitar ainda hoje! Só que eles começaram a se organizar, começaram a discutir sobre isso. Então aos poucos eles estão começando a serem aceitos. Começaram com muita repressão, mas foram aceitos. E acho que a questão do usuário talvez seja isso. O problema é que depois cai naquela coisa: “ah, mas depois vou ser preso”. Mas já que usuário não é preso, talvez eles possam se organizar dessa forma. Porque no momento em que eles não se organizarem, ninguém vai lutar por eles. Acho que o primeiro passo é uma organização, de colocarem em fóruns, de lutar para discutirem. (Integrante III, do CACIF).

O estudante traz perspectivas de demora na legalização devido à sua percepção da ausência de discussões sobre a temática, mesmo no que se refere às informações voltadas aos efeitos causados no organismo. Indica ainda os preconceitos sofridos pelos usuários, mas revela críticas à sua inércia de enfrentamento à questão por omitirem sua condição. Dessa forma, as dificuldades enfrentadas na formação de movimentos homossexuais e suas conquistas se colocam como referência ao estudante em citar os próprios usuários como precursores na organização de movimentos de luta pela legalização, já que se encontram diretamente ligados à causa.

Alinhando-se às expectativas focadas nos movimentos sociais, o estudante do CACEL expõe sua fragilidade frente à contemporaneidade brasileira:

Não consigo projetar a legalização. Até porque, na verdade, as questões das drogas não é uma questão central para mim. Mas o que está claro é que a proibição das drogas no Brasil é uma política mais americana do que necessariamente nacional. E vai continuar assim. E aí, se por acaso a modificação dessa política for de interesse do imperialismo norte-americano, pode haver alteração nesse quadro. Não sei especular como seria essa implementação. Poderia ser através da própria pressão dos movimentos populares, dos movimentos de juventude. Mas eles são pequenos. Até porque a maconha é proibida. Você não pode nem por uma bandeira! Como é que você vai fazer uma manifestação se você não pode nem por uma bandeira daquilo que você reivindica!? Esses movimentos são proibidos porque são considerados apolagéticos! Então é um setor silenciado. É um setor da juventude e a maioria dos usuários de maconha da juventude não se interessa, necessariamente, em lutar pela legalização. Então também não é uma reivindicação que é de luta, né?! Todo mundo fala sobre a legalização, mas não chega a ser uma reivindicação de luta, uma reivindicação que se impõe, que se coloca e que se conjuga inclusive com outras reivindicações, que entende a questão dos usos das drogas em torno de uma concepção de sociedade e tal. Em geral não é assim. E tem também os Direitos Humanos, que pressionam. Também tem os movimentos populares que pressionam, principalmente em relação a essa marginalização. Mas os movimentos que existem não tendem a ter uma adesão da população, porque a maioria da população entende que o uso de drogas é absurdo! (Integrante I, do CACEL).

Para esse entrevistado, os movimentos voltados à causa, ou que se relacionam a ela, foram reconhecidos como alternativas possíveis na extinção das políticas proibicionistas brasileiras vinculadas aos interesses estadunidenses de controle internacional, caso esse processo não decorresse dos Estados Unidos. Porém, viu essa possibilidade inviável, revelando dificuldades muito semelhantes às enfrentadas pelo movimento “Marcha da Maconha”. Dentre os entraves à questão, indicou a rejeição popular por conceber como inaceitável o uso de psicoativos ilegais e as acusações de apologia na reivindicação de sua

legalização, indicando a criminalização como mediação que impede, até mesmo, formas de organização que reivindicuem mudanças nas políticas proibicionistas.

Para o estudante do CACEL, a reiteração da falta de credibilidade popular e as dificuldades na organização dos movimentos são, ainda, agravadas pelo fato dos próprios usuários não incorporarem a legalização sob uma abordagem de reivindicação e pelo fato de indicá-la como luta apenas de grupos juvenis, já que os menciona como os maiores usuários.

Ambos os estudantes retrataram os usuários como os principais mediadores possíveis da legalização por considerá-los os maiores interessados nesse processo. À medida que entendem tal reivindicação como dever apenas dos usuários, revelam que a necessidade da mudança do *status* da maconha é, sobretudo, legítima enquanto coloca-se como garantia do direito individual de uso. Nesse sentido, voltam seus argumentos apenas sob a perspectiva de responsabilidade dos usuários, esquivando os demais indivíduos que compactuam com a realização do uso ilegal, gerador de danos em todas as esferas sociais, desde as estruturas democráticas institucionais até aos demais envolvidos na venda direta da mercadoria no mercado ilegal.

O tráfico de drogas, como estrutura que fomenta diversos tipos de relações criminosas, foi reconhecido, de forma unânime pelos grupos, quando questionados se a prática ilegal do uso produzia algum dano à sociedade.

Emergiram peculiaridades referentes ao reconhecimento dos agentes responsáveis pela manutenção desse processo nas manifestações conscientes de todos os integrantes do CAAP e do DAWS. Sob a mesma esfera de abordagem anterior dos integrantes III, do CACIF e 1, do CACEL, ambos os grupos indicaram os usuários como os principais responsáveis na manutenção do tráfico de drogas. Como expõe um de seus integrantes:

Acho que é um problema por causa do tráfico, que eu já falei. Da violência que é causada por tudo isso. Acho que os responsáveis são os consumidores, porque se alguém demanda, vai ter a oferta e como não é uma coisa legalizada, não importa o custo dessa oferta, não importa o que isso vai causar. Tem a oferta e tem a demanda. Concorda que se não houvesse a demanda por maconha, não existiria o traficante de maconha? Então acho que o consumidor final é o responsável por isso tudo. (Integrante II, do CAAP).

Eu acho que o uso gera uma responsabilidade social, né? Indiretamente, você está contribuindo para o tráfico não acabar. É uma coisa que eu não quero fazer, não quero usar. Mesmo se eu puder partir para esse lado, eu não quero. E eu acho que se eu fizer isso, serei co-autora de mortes futuras, sabe? Eu serei tão assassina quanto o “cara” que vendeu. Tão suicida quanto aquele “cara”, sabe? (Integrante I, do DAWS).

Seus relatos evidenciaram uma concepção que se alinha ao senso comum que dissemina a extinção do uso, também amparado no discurso de que são apenas os usuários os responsáveis por fomentar a continuidade da estruturação do tráfico de drogas e todas as relações de violência e criminalidade dele advindas.

As descon siderações dos demais fatores que permeiam essas relações, como a demanda gerada pelo mercado, evidenciaram, novamente, as contradições e fragmentações presentes nas manifestações desses grupos, quando comparado às suas colocações anteriores sobre a necessidade da efetivação dos direitos civis básicos na ruptura dessas relações.

Os demais grupos conseguiram reconhecer as barbáries decorrentes do tráfico de drogas, não apenas como consequência das práticas ilegais dos usuários, mas de todos os agentes que estão a par dos fatores que se interligam nesse processo:

O que está acontecendo é que todos os consumidores estão dando dinheiro para quem produz. E quem produz hoje é o setor criminal. São pessoas criminosas que fazem dinheiro com o crime da droga. Às vezes, muita gente acha que não tem culpa, mas é a realidade. Todas as classes que compram estão ajudando, de certa forma, a manter o tráfico. Todo mundo tem um pouquinho de culpa, porque é tudo entrelaçado. O crime organizado usa a venda de drogas para levantar fundos. Isso é um dos meios, fora os outros que eles têm, de roubo, de tudo. Só que a gente não pode responsabilizar só quem consome por causa disso, há diversos fatores entrelaçados. (Integrante III, do DAFOA).

Por ser um uso ilegal, vai acarretar tudo que existe hoje. Acarreta o tráfico. Os responsáveis... eu não sei. Não sei responder. Acho que não tem um responsável, é todo um emaranhado de coisa histórica que vem acontecendo. Medidas políticas, sociedade, cultura... influências estrangeiras. Vai juntando tudo e vai construindo. Eu não consigo ver os culpados, porque acho que são vários fatores que vão acontecendo e vão levando. (Integrante I, do CACIF).

Se não houvesse a utilização da droga, o tráfico não teria por que existir. Então quando você consome alguma substância ilegal, tanto droga quanto algum outro produto falsificado, por exemplo, da Nike ou qualquer outra coisa, você acaba ajudando numa atividade ilegal que, queira ou não, é ruim para a sociedade. O responsável eu acredito que seja o Estado, por permitir a falta de oportunidade, de melhoria de vida das pessoas que fazem essa atividade ilegal. Se elas tivessem uma outra oportunidade de ter um trabalho, de ter um meio de sobreviver, elas não estariam nessa atividade. Então acho que o maior problema é a sociedade. Porque a sociedade é todo mundo. Eu acho que tem que mudar o jeito que se dá a sociedade para haver desenvolvimento para todos, para haver melhorias para todos. Para ninguém estar procurando esse tipo de atividade ilegal. (Integrante I, do CACEF).

Como o uso da maconha é ilegal, isso causa uma consequência. Não é o usuário o único a gerar o tráfico, não. É tudo um ciclo, isso gera o tráfico. Muita gente morre por causa disso. Os responsáveis por essas consequências

não são só o usuário. As pessoas usam drogas de maneira exacerbada porque elas não têm educação... Acho que é uma questão maior. E também não adianta culpar o tráfico, culpar o traficante. O traficante, de qualquer forma, tá trabalhando, ele está trabalhando! É uma questão social, na verdade, de educação, é um problema de má distribuição de renda e não o problema da droga em si. A gente não pode ter a ilusão de que só legalizar ou não legalizar e a gente resolve o problema social, que as crianças vão sair das ruas e vão parar de roubar por causa do crack... Não vai acontecer isso. Se elas não roubaram por causa do crack, vão roubar por outra coisa. (Integrante IV, do CACEL).

Mesmo algumas manifestações emergindo de forma mais fragmentada que outras, os grupos mostraram certo consenso ao referirem-se aos diversos fatores culturais e econômicos que propulsionam a manutenção do tráfico de drogas. Os estudantes atentaram às responsabilidades não só dos usuários nessa questão, mas também do Estado e dos demais grupos que se mostram coniventes frente ao conhecimento dos fatores culturais e históricos presentes nas relações de criminalidade e neles não intervêm.

Semelhantes às projeções da legalização sob a necessidade da efetivação anterior de direitos civis estruturais voltados ao âmbito econômico, alguns estudantes pareceram indicar que a omissão do Estado nessa esfera aparece como fator preponderante a impulsionar o indivíduo ao ingresso em negócios e práticas ilegais. Nessa perspectiva, demonstram quase uma correlação entre criminalidade e pobreza, muito presente no senso comum.

Paralelo a essas colocações, nas falas de integrantes do CACEF e do CACEL, emergiram fatores culturais que impulsionam a relação de conivência com as práticas ilegais. O relato do integrante do I, do CACEF, reconhece que consequências danosas de práticas criminosas, como a colaboração com a exploração do trabalho ilegal e a fragmentação de relações éticas advindas desse processo, dentre outras, não se relacionam apenas com o uso de psicoativos ilícitos, mas estão presentes em práticas cotidianas realizadas pela maioria dos indivíduos que se consideram plenamente inseridos no mercado de consumo legal. Suas colocações indicaram ainda a dificuldade de compreensão desse processo pela maioria dos indivíduos que cooperam com tais ações ilegais.

Para o integrante IV, do CACEL, essa mesma dificuldade de compreensão ocorre quando apenas os traficantes são responsabilizados pelos danos sociais decorrentes do tráfico. Segundo o estudante, o equívoco se dá quando a venda de drogas não é considerada um trabalho como outro qualquer, indicando sua inserção no processo devido ao suprimento de necessidades presentes nas esferas legais de trabalho e consumo.

O grupo do CAFF também elucida o tráfico como consequência do uso ilegal, mas se volta em demasia aos danos sociais patrocinaados pela própria criminalização:

Acho que os danos são principalmente para a galera mais pobre, que foi com quem eu tive mais contato na adolescência. Você pode ser preso, você morre cedo, essas coisas que a gente está cansado de saber... E que não mudam, né? E acho que todo mundo é responsável por isso, eu não consigo ver um sujeito, um agente responsável. Acho que a gente faz parte de uma sociedade onde as relações são feitas por todo mundo, então acho que todo mundo é responsável. Então acho que a partir do momento em que eu tenho consciência, dá para fazer alguma coisa, para mudar. (Integrante IV, do CAFF).

Acho que mais fatores, além do uso ilegal produzem o tráfico, mas também tem o dano da própria criminalização porque ela impede a produção e divulgação de conhecimento. Acho que o problema é o pensamento que age baseado não em um conhecimento, mas em um axioma, porque a lei é um axioma, ela não traz conhecimento. A consequência dela é a obediência, sabe... Não é discutido. (Integrante I, do CAFF).

Acho que as pessoas ficam cada vez mais acostumadas, tendem cada vez mais a achar essas restrições, esse tipo de sanções como normal, natural, como dada. Não a compreendem como uma coisa que se consiga mudar, como uma coisa que não é alheia a você. Porque é uma coisa que está sendo imposta realmente, que não deve ser aceita. Não deve ser encarada de forma tão passiva. Eu acho que temos que começar a repensar esse tipo de comportamento, sabe? De cada vez as pessoas se tornarem mais passivas em relação a tudo. E nessa questão, todo mundo tem um pouco de culpa. Em todos os âmbitos, acho que todo mundo tem um pouco de culpa, sim... Não só em relação a isso, mas quando vê qualquer coisa sendo imposta e não faz nada. Aceita nas mínimas coisas mesmo. (Integrante III, do CAFF).

Para os integrantes do CAFF, todos os indivíduos são responsáveis à medida que aceitam passionalmente a imposição de regras, incorporando-as como verdade absoluta, impossibilitando a legitimação de quaisquer tipos de questionamento e enfrentamento a seu respeito.

O grupo concebeu a criminalização da maconha como mediação que impede a produção e distribuição dos conhecimentos sobre as variadas questões que permeiam o uso da substância, instaurando sua hegemonia frente à sociedade pelo consenso. Nessa perspectiva, como em questões anteriores, o grupo “Parangolé” indicou que tal produção e distribuição do conhecimento sobre a questão seriam a mediação fundamental a impulsionar a ampliação da consciência na busca do enfrentamento à proibição como alternativa imposta pelos grupos dominantes.

Percebe-se que a existência dos fragmentos reflexivos sobre os motivos que levaram e ainda mantêm o *status* ilegal da maconha, assim como o posicionamento sobre sua legalização, também emergem, em maiores ou menores proporções conforme o grupo, sobretudo, focadas nos danos provocados à saúde física e psíquica do usuário. Mesmo as

manifestações que indicaram críticas às concepções dominantes sobre a planta e seus usuários evidenciaram similaridades ao retratar apenas esse aspecto da questão relacionada ao *status* ilegal.

Posteriormente, referente aos danos decorrentes da prática ilegal, a violência decorrente do tráfico, emergiu dentre os mais citados apenas sob a efetivação de perguntas diretas, evidenciando, a partir de então, compreensões da maioria dos grupos que as demarcaram como responsabilidade coletiva. Dentre eles, o reconhecimento da omissão do Estado em assegurar os direitos básicos, somados à sua responsabilização na criação de novas políticas alternativas à criminalização, apareceram como fatores preponderantes que impossibilitam a formação de quaisquer subjetividades de enfrentamento à continuidade do processo de barbárie que se tornou a criminalização das drogas na contemporaneidade.

5.3 A maconha no circuito universitário: as compreensões dos grupos sobre seu papel frente ao uso ilegal da planta

Hoje, na universidade, muita gente fuma maconha! Muita! As pessoas que estão aqui, fumando ou não, convivem com o uso de maconha. Então elas saem daqui, geralmente, com uma “cabeça” de que maconha não é uma coisa tão ruim. Então passam a ter uma aceitação maior. (Integrante III, do CACEF).

O depoimento de um integrante de CA sob a forma de epígrafe, que inicia esse subcapítulo, indica que, outrora marginalizada e estigmatizada pelos grupos de classe média, a maconha emerge como elemento presente entre as práticas culturais universitárias. As concepções dominantes sobre seus efeitos e usuários revelaram-se quase inexistente entre os jovens de nossa pesquisa, devido sobretudo, às experiências vivenciadas no circuito acadêmico.

As manifestações que evidenciaram a ocorrência do uso da maconha no contexto universitário seguiram a mesma linha de afirmação, retratando peculiaridades em relação à prática do uso de psicoativos ilícitos em relação às três faculdades da UNESP, em Araraquara.

Todos os grupos de CAs e DAs mencionaram a maconha como substância ilegal mais utilizada entre os usuários do curso das áreas de Ciências Humanas, concebendo a prática de seu consumo como um dos elementos que compõe a “cultura universitária”.

A existência do uso da substância na Faculdade de Ciências e Letras fora exposta por seus estudantes sob relatos com tom de obviedade, envoltos por risos e às vezes, refletindo a descrença da própria situação de naturalidade da prática ilegal:

O consumo de maconha aqui [na faculdade] é como se fosse de cigarro mesmo! No pátio, na faculdade, na frente do “espelho d’água”. É como se fosse uma coisa normal. Não tem nenhum momento específico. O pessoal consome mais lá em baixo, nos vãos dos Anfiteatros, normalmente como se fosse cigarro, normal. Então, eu não sei se tem aquele caráter deles utilizarem mais em festas ou, então, dentro das repúblicas. Não tem um lugar específico para acontecer. (Integrante III, do CAAP).

A maconha é natural nas práticas universitárias. Aqui dentro do *campus* não é ilegal. É ilegal dentro da lei, mas todo mundo finge que não viu. E a relação lá fora é diferente. O uso acontece dentro das festas, dentro do *campus*, dentro do meio universitário, dentro das repúblicas. E às vezes a gente assume isso como natural e aí vira uma coisa certa. Nas festas, é bem utilizada, mas não sei se tem uma hora específica ou se o meio universitário define o momento de usar, mas aí vai de diferentes grupos dentro do meio universitário. Tem gente que gosta de fumar maconha e ir assistir à aula e acho até interessante. Tem gente que gosta até de apresentar trabalho, que se solta, viaja e vai. Mas aí vai dessa relação que a pessoa estabelece. (Integrante II, do CACEL).

Não tem como não perceber o consumo! Acontece em festas, churrascos. Fuma-se sem motivo específico. É normal. O pessoal fuma no *campus*. Ninguém fuma dentro da sala de aula, né? É mais no gramado... ainda mais aqui que tem bastante verde. O pessoal dos C.A.s e da Atlética fumava bastante nos vãos dos Anfiteatros. No ano passado, o pessoal fumava mais do que esse ano. Lá no CACEF tem quem fume, tem quem não fume, mas ninguém vai lá para fumar. (Integrante III, do CACEF).

Nas festas, rola. É que, não sei. Acho que, para algumas pessoas, é uma coisa de balada, para outras, já nem está mais nas festas universitárias, mas está no dia-dia, como o cigarro. Dá para notar que a galera consome em grande quantidade. Para algumas pessoas está presente em vários momentos da vida. Para outras, vira uma coisa de balada e de alguns momentos, que têm a ver em estar numa república e daí pode ter mais a ver. Mas, no final, isso não é determinante de uma ligação, talvez a facilidade de encontrar por estar nesse lugar. (Integrante I, do CAFF).

A Faculdade de Ciências e Letras, popularmente denominada como *campus*, é a única que comporta cinco cursos, todos na área de Ciências Humanas, sendo eles Administração, Economia, Letras, Pedagogia e Ciências Sociais. Seu espaço físico caracteriza-se como o maior dentre as demais faculdades abordadas, constituindo vizinhança com a Faculdade de

Ciências Farmacêuticas. Seus prédios se encontram espalhados, envoltos por áreas verdes que, muitas vezes, são utilizadas para o consumo da planta, indicando proximidade ao seu simbolismo bucólico nesses momentos.

O espaço do subsolo da FCL, denominado pelos estudantes de “vão dos Anfis” fora retratado por todos os estudantes como preferencial para o consumo da maconha, por não se caracterizar enquanto acesso obrigatório a nenhum outro lugar do *campus*, ficando, de certa forma, isolado e pouco visível à comunidade acadêmica em relação às demais passagens de acesso aos corredores das salas de aulas, biblioteca, departamentos, dentre outros. Nele se agregam dois Anfiteatros, seguidos por um largo corredor onde se situam os CAs de todos os cursos da faculdade e a Associação Atlética Acadêmica “Mané Garrincha”.

No cotidiano da universidade, esse espaço é esvaziado, sendo utilizado pelos estudantes para alguns reuniões, dentre elas a do movimento estudantil, assembléias de curso, aulas de samba-rock e algumas festas. As maiores aglomerações nesse corredor onde se encontram os CAs ocorrem devido ao desenvolvimento das atividades da Atlética, como reuniões, jogos de sinuca, entre outros.

Semelhante à fala do integrante III, do CACEF, pelo menos um integrante de cada um dos CAs da FCL expôs a inexistência do consumo da maconha dentro dos órgãos estudantis, assim como a diminuição do uso de maconha na Atlética. Colocaram que tal decisão fora acordada pela maioria dos grupos devido a algumas gestões anteriores utilizarem o espaço quase somente para essa prática, descaracterizando os objetivos dessas entidades.

A ausência do uso na dinâmica cotidiana do *campus* é reconhecida também nos espaços de grande fluxo de pessoas como corredores de salas de aulas, no hall da biblioteca, assim como nos locais próximos aos departamentos e demais salas de funcionários. Os motivos dessa ausência foram justificados pelos entrevistados sob a possibilidade de retaliações individuais, morais ou administrativas e preocupação preponderante de que fossem estabelecidas sanções ao consumo ilegal na Faculdade.

Em geral, a aceitação e incorporação do uso da maconha como prática natural, tanto pelos usuários como para os demais estudantes do *campus*, foi reconhecida como fator que distingue sua abordagem na comunidade acadêmica em relação àquela realizada fora do âmbito universitário, em que as concepções, sobre a planta, relacionadas à ilegalidade prevalecem.

Segundos os grupos de CAs da FCL, o consumo da maconha no circuito universitário se realiza sob duas formas. A primeira refere-se a ocasiões específicas, em que se agrega um considerável número de pessoas, como festas, reuniões de repúblicas, conversas entre amigos,

dentre outros. Esses contextos são indicados como preferenciais dos usuários eventuais. A segunda volta-se à esfera habitual, onde o uso é indicado de forma semelhante ao consumo do cigarro, dada sua trivialidade. Essa forma de uso se relacionada aos usuários freqüentes, em que a maioria dos estudantes designam apenas como “usuários”, indicando-os em menor quantidade em relação aos usuários eventuais de maconha.

Apesar das poucas relações estabelecidas com grupos de outros cursos, as participações em festas e reuniões de república, em Araraquara, o trânsito nas diferentes faculdades, dentre outras relações de sociabilidade no circuito unespiano, mostraram-se como mediações incisivas na percepção dos jovens entrevistados sobre a preferência no consumo de determinados psicoativos, conforme as áreas de conhecimento.

Poucos estudantes se aprofundaram nas reflexões sobre esse contexto, reconhecendo a ideologia como fator incisivo na preferência da maioria dos usuários dos cursos de Humanas pelo uso da planta:

Na universidade se usa muito, pelo menos aqui no *campus*, nos cursos de Ciências Humanas, onde a maconha é mais popular ainda. Eu vejo que para os universitários dessa geração, em que tudo é permitido, acabou-se usando bastante dessa visão. Ainda mais porque essa geração é filha da galera de 1960, 1970, entendeu? Uma galera esclarecida e tudo mais. (Integrante II, do CAFF).

Não acho que a preferência por determinada droga mude de um curso para outro, mas muda de estilo de pessoal, né? No curso de Ciências Sociais, os estudantes fazem discussões sobre a questão da moralidade, sobre essas questões, que são discussões mais profundas sobre alguns conceitos, sobre algumas coisas. Nesse curso, o uso é maior, isso é claro! E aí não sei se tem relação com a politização ou com outras questões, mas tem a ver com a formação, com a visão de mundo dessas pessoas. Dentro do curso de Letras, há um setor que usa.. tem um setor grande dentro de Letras, mas tem aquele setor que tem aversão. Isso acontece nos outros cursos. (Integrante II, do CACEL).

Parece que a preferência pelos tipos de drogas não é exatamente por influência do curso. Acho que até a escolha do curso é consequência de um tipo de percepção de mundo. Isso também acaba influenciando na busca das drogas que a pessoa escolhe utilizar. Em geral, nos cursos que têm mais a ver com humanidades, as pessoas acham que é mais legítimo usar drogas ilícitas. E não sei dizer exatamente se elas usam mais. Eu acho que nem seja isso, mas que simplesmente o uso da droga tem a ver com algo ideológico. O uso tem a ver com algo que, geralmente, na cabeça da pessoa se justifica. Em cursos das áreas de Ciências Biológicas, por exemplo, a diferença é que em geral as pessoas têm mais conhecimentos a respeito dos efeitos da droga. É mais de você experimentar efeitos diferentes no seu corpo. Isso não quer dizer que elas vão usar aquelas que são menos danosas. A diferença é que elas conhecem os efeitos e o uso dela é baseado nisso. (Integrante III, do CACEF).

Dentre eles, o integrante II do CAFF elucidou a relação da forte incorporação do uso da maconha nos cursos de graduação em Ciências Humanas como resquício cultural deixado pelo movimento da Contracultura. Para ele, essa relação se mantém devido aos grupos universitários de sua geração considerarem como referência as práticas do movimento, voltadas à subversão dos costumes e dos estilos de vida impostos pela cultura tecnocrática da época. Entretanto, não avança na reflexão a ponto de reconhecer as diferenças simbólicas do uso da substância nos diferentes contextos históricos. Enquanto o movimento da contracultura possuía a extrema valorização do uso da maconha como forma de ampliação da consciência, os usuários da contemporaneidade não incorporam tal simbolismo, adaptando-a como mais uma mercadoria trivial na satisfação de prazeres do dia-dia. (MACRAE; SIMÕES, 2004, p. 68-69).

Similar a vários integrantes dos CAs da FCL, o estudante do CACEL apontou para a existência do uso entre estudantes de todos os cursos, mas evidenciou os estudantes do curso de Ciências Sociais como consumidores mais visíveis e ativos. Em sua consciência, esse curso coloca-se como mediação fundamental nesse processo, ao possibilitar discussões mais profundas voltadas ao questionamento das crenças e valores presentes nas dinâmicas sociais. Por fim, relacionou a prática do uso ilegal a um caráter de maior politização desses estudantes, indicando uma análise focada apenas na esfera da desestigmatização da planta e de seus usuários através da aceitação ou incorporação do uso. Já para o integrante do CACEF, a concepção de mundo sobre a planta não decorreu da formação acadêmica, mas situou-se em um processo anterior.

Apenas alguns estudantes da FCL sinalizaram que o uso da cocaína vem ocorrendo quase na mesma proporção que da maconha:

Vixe! Eu vejo a galera num “pó”⁸² fervoroso! O problema é que o “pó” tem um caráter mais marginal que a maconha! Então fica mais escondido, assim, sabe? Não está tão na vista quanto a maconha, que é uma coisa que é vista com um pouco mais de tranquilidade aqui no ambiente acadêmico. Porque eu acho que a maconha tem um caráter mais tranquilo. Então parece que a galera usa mais. Mas acho que a cocaína está quase igual. (Integrante IV, do CAFF).

Semelhante ao relato do estudante IV do CAFF, alguns integrantes dos CAs da FCL indicaram que essa proporção parece ser dissimulada, principalmente, em função de sua

82 Termo popular para denominar a cocaína.

aceitação. Enquanto o uso da maconha é realizado quase de forma explícita nesse circuito, o consumo de cocaína entre universitários ocorre de forma mais discreta, em espaços privados, devido à marginalização e repúdio da comunidade acadêmica da própria faculdade por considerá-la altamente prejudicial à saúde.

Alinhadas às manifestações dos integrantes dos CAs da FCL, as subjetividades dos integrantes do DAFOA, DAWS e CACIF também atingiram consenso em relação às distintas preferências no consumo de psicoativos ilícitos pelos estudantes dos cursos de Ciências Biológicas e da área da Saúde:

Vejo o uso da maconha em festas. Geralmente, encontros para se debaterem determinados pontos. E em alguns cursos mais do que outros. Às vezes eu vejo as pessoas sentadas nos bancos do *campus*, conversando e fumando o seu baseado. Não é preconceito! Mas eu acho que aqui tem muito mais espaço. Na Faculdade de Farmácia, é uma coisa muito difícil, porque só tem aquele prédio. A gente não tem um espaço verde como tem no *campus*. Às vezes eu vejo pessoas do curso de Farmácia fumando no *campus*. É uma coisa muito interessante, porque acho que o uso de drogas nas universidades é uma coisa meio disseminada. E não só na UNESP. Alguns cursos tem preferências por certas drogas, outros cursos nem se preocupam com as drogas. Eu acredito que no caso da Farmácia seja um caso de acesso mesmo. A gente tem muito mais acesso a solventes orgânicos, clorofórmio. A Química também tem muito acesso a clorofórmio. E acho que nos cursos em que as pessoas têm mais poder aquisitivo, elas vão procurar as drogas mais caras, talvez. (Integrante II, do CACIF).

No curso de Farmácia, tem muito pouca gente que fuma maconha. Lá a maconha é muito mal vista, pior do que aquele pessoal que usa lança. Na Farmácia, o pessoal é muito hipócrita. O pessoal cheira muito clorofórmio e é pior que o álcool é pior que qualquer outra droga! Derrete por dentro! E os “caras” cheiram, cheiram clorofórmio! E chamam quem usa maconha de drogado! Então tem a questão moral envolvida. Tem muito estudante do curso de Farmácia que fuma maconha e não assume de vergonha, sabe? Então, maconha é mal vista, mas o pessoal fica cheirando lança na festa. É que aqui o curso é de Biológicas, a gente tem mais acesso aos laboratórios. No *campus*, no curso de Humanas não tem laboratório para se roubar lança. (Integrante I, do CACIF).

Na Química tem o uso da maconha, mas é pequeno... Usa-se mais no dia-dia. Clorofórmio é o mais usado! A gente vê que o pessoal vem atrás: “seu laboratório de pesquisa tem clorofórmio?” É o pessoal de fora, principalmente. Até o pessoal da minha família pergunta: “você vai produzir lança?” Gente! O curso é mais do que isso! Tem maconha, mas na faculdade de Química o pessoal gosta muito mais de clorofórmio! É mais usado em festa! (Integrante I, do DAWS).

No espaço físico aqui da faculdade de “Odonto”, eu acho que não tem. Olha, a gente sabe que entre o pessoal de “Odonto” são poucas pessoas que fumam maconha. O que a gente percebe que é muito utilizado é o “lança”. Outro dia eu descobri que Araraquara é a cidade do “lança”! Eu sabia que

era a cidade da laranja, mas não do “lança”. No “Interodonto”, todo mundo vem perguntar se a gente tem “lança”. Eu não sei se é por causa dos cursos que têm Farmácia, Química e o pessoal acha que na Odontologia tem. Claro que tem, mas é tudo controlado pelos técnicos, funcionário, professores. A gente sabe que em alguns cursos o acesso é mais fácil e a gente sabe que as pessoas conseguem isso através da própria faculdade. (Integrante I, do DAFOA).

Eu sei que o álcool está em todas as “paradas”, sem limites! Dependendo o curso, a preferência por substâncias é mais forte. Na Farmácia, na “Odonto”, a maconha é vista como uma coisa de maloqueiro e essa galera não quer ter essa imagem. A galera de Farmácia, de “Odonto” quer ter uma imagem séria, dentro dos padrões impostos como normais, né? Então o que a galera usa muito, mas muito é o álcool, o éter, o “loló”! (Integrante II, do CAFF).

Nos cursos mais elitizados, quem usa droga não tem uma visão que de que é usuário. O curso de Sociais é mais taxado. Tem um setor dentro da classe média alta que, por ter aquela visão de maconheiro como vagabundo, tem uma aversão a maconha e utiliza outras drogas e aí a cocaína e as drogas sintéticas, que são caríssimas. (Integrante II, do CAAP).

Os relatos de todos os entrevistados evidenciaram que o uso da maconha pelos estudantes dos cursos de Ciências Farmacêuticas, Química e Odontologia ocorre em proporções menores em relação ao uso de estudantes na FCL. As festas são os eventos em que mais percebem o consumo de *cannabis* entre raros grupos dos respectivos cursos, com exceção dos usuários do curso de Química, que o fazem no cotidiano acadêmico, semelhante à minoria dos usuários frequentes dos cursos da FCL.

Os solventes, também denominados de inalantes, como clorofórmio e o éter ou sua mistura artesanal – composto conhecido popularmente como “loló” ou “lança-perfume” - emergiu na consciência de todos os jovens entrevistados como as substâncias ilícitas mais utilizadas entre os estudantes dos cursos de Ciências Farmacêuticas, Química e Odontologia, nos eventos festivos.

Os fatores associados a essa preferência foram vistos de forma similar entre os estudantes no que se refere aos espaços físicos e a facilidade de acesso. A maioria deles relatou que os espaços físicos das faculdades de Ciências Farmacêuticas e Odontologia não possuem áreas verdes e outras mais afastadas da comunidade acadêmica, onde o consumo possa ocorrer de forma discreta, sem nenhum risco de repressão por parte dos funcionários da instituição. O integrante II, do CACIF, se preocupou em reiterar que sua menção sobre o uso da maconha no cotidiano da FCL, inclusive por alguns estudantes do curso de Farmácia, não ocorre devido ao preconceito, mas pela percepção de que o espaço da FCL facilita o uso entre os estudantes.

A facilidade de acesso ao éter e ao clorofórmio nos laboratórios da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e na Faculdade de Química, devido à ausência de controle no manejo das substâncias por seus responsáveis, emergiu como fator preponderante na associação de sua preferência pelos usuários do curso. Seus relatos sobre os pedidos de produção e obtenção do “lança” por pessoas de fora do circuito universitário, assim como a forte presença do consumo por estudantes da área de Ciências Biológicas e da Saúde, principalmente em eventos festivos, acabaram por construir um estigma que associa tais psicoativos aos estudantes dos cursos de Farmácia, Odontologia e Química. Evidencia-se um processo de formação de concepções similares ao ocorrido com os estudantes do curso de Ciências Sociais relacionado ao uso de maconha.

Todo o grupo do CACIF, alguns estudantes do CAAP e CAFF reconheceram o forte preconceito dos estudantes de seus cursos, que também são usuários de outros psicoativos ilícitos, em relação aos usuários de maconha. O integrante I, do CACIF, justificou que entre os estudantes do curso de Farmácia o repúdio ao uso de maconha revela o estigma envolto à questão, observando que os efeitos do “loló” são mais prejudiciais ao organismo do que os efeitos do uso da maconha.

O pertencimento à classe dominante apareceu nos relatos de alguns estudantes também como fator de influência na preferência por substâncias mais caras, como cocaína e psicoativos sintéticos.

Dentre os grupos abordados apenas nos relatos do DAFOA, estiveram ausentes reflexões a respeito de possíveis fatores de influência na preferência dos usuários de determinados cursos, possivelmente pelas restritas relações estabelecidas com os demais cursos das faculdades da Unesp, em Araraquara. Nos demais grupos, apesar das manifestações conscientes retratarem os espaços, o acesso à substância e a pertença à determinada classe como condições que facilitam a preferência por determinada substância, uma parte dos integrantes se aproximou de uma compreensão de que a ideologia se coloca como elemento principal nesse processo de escolha e preferência.

Nenhum dos grupos concebeu o uso de psicoativos ilícitos no circuito universitário como prática que comprometesse o cotidiano dos estudantes e a dinâmica da universidade. Os problemas aos usuários advindos dos efeitos prejudiciais relacionados à compulsão do uso de maconha foram retratados como pontuais em relação à maioria dos usuários. Mesmo o considerável uso de éter e clorofórmio entre estudantes dos cursos de Farmácia, Química e Odontologia emergiu nos relatos dos integrantes dos respectivos CAs e DAs como prática inofensiva, devido à sua ocorrência somente em eventos festivos.

Em geral, todos os grupos entrevistados anunciaram a presença do uso de psicoativos diversos, lícitos e ilícitos, no circuito universitário, com extraordinário destaque ao consumo exacerbado de álcool pela maioria dos estudantes de todos os cursos. Atentaram ser o uso compulsivo de álcool a única prática que visivelmente atrapalha o cotidiano dos usuários universitários, e que em medidas mais freqüentes, se reconhecem os casos de dependência à substância.

Referente a esse assunto, em 27 de outubro de 2005, a Reitoria da UNESP instituiu a portaria n. 525 que regulamentou a realização de festas e demais atividades de confraternização em seus *campi*, proibindo o uso de álcool em qualquer ocasião. Segundo as falas de todos os integrantes dos grupos abordados, desde então, a maior preocupação das Diretorias das faculdades refere-se ao cumprimento dessa portaria.

Com exceção da realização do evento “Dia do Alerta”, bastante visível apenas na faculdade de Odontologia, as orientações voltadas à proibição do uso de bebidas alcoólicas nas festas realizadas dentro das três universidades caracterizou-se como o único tipo de diálogo estabelecido pela Diretoria com os DAs e CAs a respeito de psicoativos.

O DAFOA pareceu ser o único grupo a seguir as orientações expressas na portaria e reiteradas pela Diretoria da unidade. O DAWS, o CACIF, o CAFF e o CACEL se referiram ao consumo de bebida alcoólica em vários eventos culturais que realizaram nos órgãos estudantis. Seus relatos evidenciaram que costumam executar tal prática de forma mais discreta possível, a fim de não enfrentarem problemas administrativos com as diretorias das respectivas unidades. Porém, mencionaram que, em praticamente todos esses eventos, os guardas das faculdades tomaram conhecimento do consumo ilegal de maconha e álcool nos espaços em que se realizavam os mesmos.

Os grupos de CAs da FCL compreenderam, de forma fragmentada e contraditória, a ausência de intervenção da comunidade acadêmica quanto a prática ilegal do uso, indicando possibilidades variadas na manutenção desse processo.

Semelhante à exposição do integrante I, do CAAP, alguns estudantes reconheceram que a discordância ao uso de álcool e maconha no *campus* ocorre num âmbito restrito, caracterizando opiniões individuais e pontuais dentre os estudantes:

Às vezes existem comentários de quem acha errado tanto o uso da maconha, quanto o uso de álcool. Mas eu acho que é a minoria, bem minoria. Eu nunca tinha parado para pensar nisso, sobre a repressão. Mas eu acho que seria uma coisa um pouco inútil. Porque, adianta você proibir a pessoa de fumar dentro da faculdade? Ela vai fumar fora de qualquer jeito. E outra coisa é que a

gente tem essa cultura no Brasil também, de existirem várias leis que não são levadas a sério. (Integrante I, do CAAP).

Para esse integrante, uma possível repressão ao uso da planta na universidade seria medida paliativa na contenção ao consumo frente à sua forte introjeção nas práticas culturais universitárias.

A manifestação do integrante IV, do CAFF, emergiu sob tom de descrença, como tantas outras encontradas durante as entrevistas, ao relatar que a fiscalização às regras de condutas internas da instituição e de eventos associados, como a proibição do trânsito de pessoas sem camisa ou do consumo bebidas alcoólicas, exposta anteriormente, se sobrepõe à própria legitimidade da proibição do uso da maconha:

Não há repressão! De forma nenhuma! Deixe-me te contar uma história do Festival de MPB, em Ilha Solteira, desse ano: acordamos às 14h. A gente saiu para tomar café. Aí um amigo meu estava fumando um “beck” e chegaram os seguranças com cassetete. Aí a gente falou: “puts, já era!” Ele estava sem camisa e eles falaram: põe a camisa, por favor! E ele com o “beck” na mão! Você entende!? Não podia entrar com bebida, mas podia entrar com maconha! É a mesma coisa aqui. Aqui os seguranças vêm, chamam nossa atenção quanto à bebida. Mas a gente fica fumando maconha na frente deles e eles não falam absolutamente nada!!! Está tudo errado! Acho que isso acontece justamente porque se eles fossem proibir, não iriam ser só os alunos que eles iriam proibir, teriam que ser os professores, os funcionários também. E aí por ser uma universidade e tal, eu acho que não querem cutucar, mexer na ferida. Porque se mexer, vai causar barulho, muito barulho e eles não querem causar barulho para manter a ordem. Porque é um jogo político, sempre! (Integrante IV do CAFF).

Revelando aspectos semelhantes às falas anteriores, as manifestações seguintes retrataram que o consentimento dos funcionários, ao consumo da maconha dentro do *campus*, ocorre no momento em que passam a dissimular o conhecimento sobre o uso e, por vezes, permiti-lo em locais menos expostos:

Os guardas chamam a atenção, por exemplo, para quem está fumando ir para outro lugar, porque está acontecendo um evento importante, que tem intelectuais importantes de outro lugar na faculdade. E aí, sim, há essa preocupação e eles falam: “vai pra outro lugar”. É ilegal na lei, mas todo mundo usa aqui. A maconha não é ilegal, até pela classe social de quem está aqui dentro. Eles não repreendem. E eu não acho que se deva repreender ou reprimir. E aí também tem a relação do estudante usar e do professor usar. Porque têm professores aqui que são usuários. A gente percebe e aí tem essa relação do professor. O professor tem toda a segurança de usar e ele não vai ser reprimido. O estudante tem uma certa segurança em usar, mas também tem a possibilidade dele ser reprimido, se necessário. (Integrante II, do CACEL).

Nunca ouvi falar nada de repressão. Talvez os funcionários, professores façam vista grossa, mesmo porque talvez muitos deles usem. Com certeza, acho que têm muitos professores que usam. Mas acho que eles não fazem vista grossa porque eles usam, mas talvez porque eles falem: “ah, na universidade é normal. Eu já vivi isso”. Alguns professores já viram. Mesmo porque quando eles pegam o caminho dos vãos para o outro prédio, eles vão por baixo e ali fica um cheiro forte. Não tem como não perceber que o pessoal está fumando. O pessoal da diretoria também faz vista grossa por usarem, talvez pelo mesmo motivo dos professores. Ou talvez para não criar um tumulto dentro da faculdade. Como o pessoal do CA, queira ou não, é influente e participa das reuniões de departamento, de reuniões do Conselho de Curso, Congregação, o pessoal sabe de tudo que acontece entre eles. Então, talvez eles não queiram deixar que isso se volte contra eles, se fizerem alguma coisa nesse sentido de reprimir. Acho que não querem trazer mais um problema para faculdade por causa do uso de maconha. (Integrante II, do CACEF).

Na universidade, a gente não é favelado. Então a gente goza de algumas regalias por estar na universidade. E esse negócio de não entrar polícia nos *campi* universitários, que “rolou” durante algum tempo, com certeza contribuiu para isso. Porque você sabe que o segurança não vai te enquadrar na lei. Ele te “enche o saco”. Daí você fica mais tranquilo, mesmo se ele te der uma advertência. (Integrante I, do CAFF).

Para o integrante II do CACEF, a convivência dos funcionários se deve ao fato de conceberem o uso da planta tanto como característica da fase etária pela qual os usuários perpassam, quanto como fator que justifica o uso entre os próprios funcionários. Compreensões semelhantes emergiram entre os demais estudantes, associando, ainda, tal convivência com a manutenção de interesses políticos no âmbito acadêmico.

Enquanto a dissonância entre a legislação proibicionista e o seu seguimento, no circuito universitário, é concebida de forma banalizada pelo integrante I do CAAP, sendo mencionada como elemento que compõe a cultura brasileira, os integrantes II do CACEL e I do CAFF a retrata como peculiaridade de classe, evidenciando o tratamento diferenciado que a classe média e elite recebem em relação à aplicação das leis, dentre elas, as que proíbem o uso de determinados psicoativos.

Dentre os integrantes entrevistados, apenas um, do CACEF, demonstrou agregar, de maneira um pouco mais coerente, os elementos que apareceram de forma fragmentada nas consciências da grande parte dos estudantes, referentes à sustentação da conduta de convivência com a prática ilegal do uso por todos os indivíduos inseridos no circuito universitário:

A repressão existe como preconceito contra quem é usuário. Embora comparando o ambiente universitário com o ambiente externo seja bem menor, porque já se tornou algo banal. Mas existe a taxaço pelo fato da pessoa ser usuária de maconha. É uma taxaço que não faz sentido, em minha opinião. Porque o “cara” é taxado simplesmente pela escolha em usar droga. A questão acaba sendo vista sempre como uma questão individual. O ideal seria que fosse uma questão puramente individual e que o preconceito contra essa escolha individual não existisse, isso se fosse legal. O fato é que é ilegal e está ligado a uma questão prejudicial à sociedade, que é o crime relacionado ao tráfico de drogas. Então é uma questão que vai além da liberdade individual. Embora isso possa ser usado erroneamente como argumento para firmar o preconceito quando simplesmente se fala: “você é maconheiro”! Isso não é construtivo e não muda em nada. É simplesmente preconceito. Agora, repressão de funcionários... Eu nunca vi isso. Eu nunca vi isso e como é algo banalizado, é um negócio à margem. Todo mundo meio que faz vista grossa. Então é aquele negócio de você tirar sua responsabilidade. Mais uma vez, é uma forma de você tratar a questão como algo individual: “o cara está fumando e não está fazendo mal a ninguém. Ah, deixa o “cara” lá”. Eu fico aqui no meu canto”. Isso é se eximir da responsabilidade, até porque quem está aqui sabe que isso acontece no *campus*, nas festas. As pessoas sabem que isso acontece, mas não há interesse em interferir nessa situação. Está tudo meio em equilíbrio. Eu não causo problema para você. Você não causa problema para mim. E fica por isso mesmo. Mas na verdade, os problemas que são causados por esse tipo de ação não são percebidos tão facilmente e por isso que essa questão fica por baixo do pano. (Integrante III, do CACEF).

O estudante compreendeu minimamente que a ausência de intervenção ao consumo de maconha no circuito universitário decorre de uma concepção que associa tal prática estritamente a uma questão de escolha individual, por situar-se somente no âmbito dos riscos à saúde.

O integrante III do CACEF voltou suas críticas ao cerne de retóricas preconceituosas por alocar-se nos estigmas estruturados pelas concepções dominantes ao invés de focarem as dinâmicas sociais catastróficas, dentre elas a violência decorrente do tráfico de drogas, estruturadas em decorrência do uso ilegal da planta. Inicialmente, concebeu o pacto de silêncio em relação ao uso como práticas coniventes, que eximem os indivíduos de suas responsabilidades éticas e sociais frente à questão, que concebeu como coletiva. Entretanto, posteriormente, compreendeu a manutenção das posturas de silenciamento, tanto dos usuários, quanto daqueles que pactuam com suas ações, decorrentes da dificuldade de compreensão das conseqüências sociais que se entrelaçam nesse processo.

Entretanto, seu argumento sobre as dificuldades de compreensões das conseqüências que o uso ilegal gera na esfera social pelos agentes, direta ou indiretamente envolvidos nesse circuito, não conferiu de forma absoluta, uma vez que todos nossos entrevistados

reconheceram, pelo menos, que a estruturação do tráfico de drogas decorre minimamente da manutenção da prática ilegal do uso, como elucidadas no subcapítulo anterior.

Segundo as projeções de alguns estudantes ouvidos, somente mediações drásticas de intervenção contra o uso no *campus* seriam capazes de impulsionar discussões ou questionamento a respeito da manutenção do *status* ilícito por parte dos estudantes:

Acho que se um dia tiver alguém que for levado para o hospital porque está tendo uma overdose, ou passando muito mal, talvez a gente tenha que tomar um posicionamento frente ao uso das várias drogas aqui. (Integrante III, do CACIF).

Se houvesse repressão, eu não sei se poderia haver alguma reação por parte dos usuários, mas eu acho que haveria. Mas não sei como iriam legitimar isso porque é uma coisa que, querendo ou não, é ilegal. Com certeza haveria um movimento, ou não. Na verdade eu não tenho uma opinião formada se haveria uma manifestação, mas com certeza haveria algum grupo que faria. (Integrante II, do CAAP).

Se alguém chegasse e coibisse, aí iria rolar “treta”, entendeu? Mas como a faculdade é lugar comum disso, todo mundo deixa rolar. Mas se tivesse uma coerção, no mínimo, um debate, iria rolar. Não sei se a galera iria fazer uma coisa específica, mas pelo menos uma manifestaçãozinha, uma galera com charuto na boca, fumando um “beck”... Isso eu acho que iria rolar. (Integrante II, do CAFF).

Similar à análise anterior elucidada pelo integrante III, do CACEF, sobre o tratamento individual dado a um problema coletivo, percebe-se que a intervenção, principalmente através da repressão, ao beneficiamento individual do uso ilegal coloca-se como probabilidade preponderante no questionamento ou enfrentamento da ordem imposta.

As observações de campo e as falas da maioria dos grupos indicaram a ausência quase total do desenvolvimento de discussões e projetos envolvendo o uso ilegal da planta ou de outro psicoativo, durante suas gestões.

Para os grupos do DAFOA e do DAWS, a abordagem da temática nunca ocorreu devido à ausência de problemas relacionados ao uso de maconha no *campus*:

Nunca discutimos sobre maconha. Só falamos a respeito do projeto sobre o álcool. Aqui a gente não tem necessidade de levantar essa discussão sobre drogas ilícitas. Aqui a gente tem necessidade só dos casos específicos, mas aí já não envolve o diretório. É questão da universidade. (Integrante II, do DAFOA).

Ah, com os meus amigos a gente fala sobre isso, mais essa questão da violência mesmo. Mas não falamos sobre isso no DAWS. Porque o relacionamento aqui com os membros do DAWS é só referente às coisas do

DAWS, sabe? Exatamente porque aqui na química o pessoal não é muito usuário. (Integrante I, do DAWS).

Os demais grupos indicaram que as menções às questões envoltas ao uso da planta restringiram-se, sobretudo, a conversas informais entre alguns os membros e seus colegas:

Nunca discutimos essa questão durante a gestão. Só discutimos quando decidimos não ter o uso de drogas, cigarro, nada, aqui dentro. Às vezes a gente tem uma conversa informal, mas não como pauta de reunião, nem nada. Acho que isso acontece por ser normal. A gente não põe em pauta quantas vezes você come chocolate na semana, sabe? Então: “será que os alunos estão bebendo demais, será que os alunos estão fumando demais?” É uma coisa de consumo. A gente não pára para pensar nisso a ponto de colocar em pauta de reunião e fazer uma discussão. (Integrante I, do CAAP).

Não. Só houve a discussão a respeito do uso da maconha dentro do CA e o que é aquele espaço. E aí houve a discussão sobre a maconha e até também a discussão sobre a desmoralização. Eu acho importante essa discussão, mas cai na dificuldade de se chegar nessas discussões, né? É uma discussão que não está em foco, é difícil chegar nela. Tem muita coisa para ser discutida e que ela acaba se tornando secundária e não é colocada. (Integrante II, do CACEL).

Na verdade, já houve essa discussão porque foi levantada por você. Na verdade foi uma discussão informal. O grupo estava reunido e não tivemos o objetivo de tirar um posicionamento do C.A., nada do tipo. Foi simplesmente um debate de opiniões basicamente para conhecermos as idéias um do outro e enriquecê-las. Mas sem nenhum objetivo de formar uma ação prática, como C.A.. Nessa discussão, não houve um consenso exatamente, mas a gente teve um ponto de vista que foi muito próximo: como é algo comum ver o uso de drogas, a visão que a gente tem é uma visão bem diferente de quem não está no ambiente universitário. Na verdade, não aconteceu nem uma proposta de debate, simplesmente ocorreu porque foi levantado o assunto. Antes de você trazer a questão acho que a gente nunca havia discutido porque primeiramente é algo banalizado. (Integrante II, do CACEF).

A banalização da prática ilegal se faz tão presente que o integrante I do CAAP chegou a associá-lo ao simples consumo de chocolate. A emergência da discussão no âmbito grupal ocorreu apenas em momentos específicos no CACEL e no CAAP sob a perspectiva de trilhar regras almejadas ao funcionamento do CA. No CACEF, a discussão ocorreu entre seus membros devido ao impulso que a participação em nossa pesquisa promoveu, porém, sem nenhum tipo de continuidade colocada como necessária pelo grupo.

Essa ausência de discussões ampliadas a respeito da temática, durante as gestões, foi compreendida pelos grupos como uma questão colocada à margem, retratada sob diversas justificativas.

Para o CAAP, o CACEL e o CACEF, a banalização do uso ilegal da maconha somada à priorização de questões mais imediatas, caracterizadas como aquilo que conceberam como atividades a serem desenvolvidas por um CA, colocaram-se como mediações que impediram a emergência dessa temática.

Segundo alguns entrevistados, a discussão política sobre o uso legal e ilegal de psicoativos emergiu dentro do movimento estudantil que se formou na FCL, na época da greve de 2007, apenas como resposta ao contexto de confronto com o qual se depararam. Como coloca um integrante do CACEL e um do CAFF:

Aqui, na época da ocupação da diretoria, em 2007, houve uma discussão forte com relação ao uso de drogas, ilícitas e lícitas. Foi votado, em assembléia, que não teria uso de maconha, nem o uso de outras drogas ilícitas e nem de álcool. E isso pela relação que se tem dessa desmoralização do movimento. Porque ali a gente tem reivindicações políticas e se o uso acontecesse, a gente iria ser atacado! Iríamos ser atacado em diversas formas! E justamente colocamos essa desmoralização do uso de drogas! E não colocamos o uso de drogas como errado ou ruim. Mas como esse uso vai ser realizado para enfraquecer o movimento como movimento frente a quem a gente quer atingir e com quem a gente quer dialoga: que é o restante da sociedade e os estudantes que estão inseridos na moralidade que maconha é errado, entendeu? Aí questionaram o motivo da gente não usar na ocupação, porque a gente usa no nosso cotidiano, fuma em casa, a gente bebe. E por que não aqui? Aí foi colocado que não é porque é errado, mas por causa dessa desmoralização. (Integrante II, do CACEL).

Na assembléia estudantil mencionada, durante o período da greve de 2007, na FCL, o uso de psicoativos durante o processo de ocupação da diretoria emergiu como embate central entre os estudantes somente na medida em que se evidenciaram riscos de desmoralização do movimento frente à sociedade. Segundo os entrevistados, percebe-se que a decisão conjunta da interrupção do uso naquele contexto corroborou a lógica de beneficiamento grupal, deslocando as conseqüências da prática ilegal na esfera social como cerne preocupante da questão.

Essa constatação foi reiterada, ainda, através do reconhecimento do grupo do CAFF sobre a abordagem da discussão realizada pelo movimento de ocupação, durante o processo de greve:

Olha, já houve a discussão, mas foi patético! Foi daquele grupo de ocupação que existiu na greve do ano passado, que tinha gente do CAFF do começo da gestão. Tinha uma galera que assumiu uma postura mentirosa! Eles falavam: essa greve foi séria, ninguém usava drogas! Então meio que justificando essa seriedade. Isso é ridículo! Se você quer discutir a questão,

vamos discutir até o fim, mas essa discussão foi só isso. Acho que isso acontece porque a galera trata como uma coisa secundária, sabe? E quando se vai responder sobre isso não se responde enquanto usuários, mas como aquela pessoa séria, que tem que responder que não usa droga, que é o que foi discutido na assembléia. Então é bem nesse sentido de como é uma questão bem secundária, de como a galera acaba discutindo muitos conceitos, de classe e tudo mais, e as discussões reais acabam fugindo um pouco, sabe? Se você vir essas reuniões de movimento estudantil, não se toca nessas questões. A discussão é assim: não vamos usar drogas porque vai ficar feio para gente! Só isso. (Integrante II, do CAFF).

As colocações do integrante II do CAFF emergiu sob tom de críticas à abordagem circunstancial e pragmática em que geralmente a discussão é direcionada até mesmo pelos movimentos estudantis. O entrevistado concebeu como inaceitável ao próprio movimento que se formara na FCL incorporar o discurso preconceituoso, disseminado pelas concepções dominantes, como justificativa de sua ausência junto aos demais estudantes no enfrentamento da questão.

O mesmo integrante retratou, ainda, as contradições existentes nessa relação de apatia dos estudantes sobre a condição ilegal do consumo da planta, mencionando o extremo distanciamento entre teoria e prática, na medida em que apenas as teorias estudadas não impulsionam ações voltadas a transformar as relações cotidianas estabelecidas.

Utilizando-se das reflexões de Eduardo Menéndez, o antropólogo gramsciano Néstor Canclini (1993, p. 81) elucida que muitas práticas tradicionais populares acabam por interagir com a hegemonia quando deixam de questionar ou enfrentar às imposições dos grupos que a direcionam.

Segundo o autor, a ausência de questionamento ou intervenção dos grupos subalternos ao que é instituído nem sempre se dá pela falta de conhecimento dos sistemas opressores, das necessidades estruturais básicas ou da insegurança promovida pelo próprio Estado, mas por optarem por soluções pragmáticas e intermediárias:

Por vezes, a negociação é um modo de obter certa reciprocidade dentro da subordinação, mas essas transações são geralmente tão assimétricas que “supõem não apenas o não questionamento, mas sobretudo, a aceitação e a solução dos problemas no interior dos limites estabelecidos pelas classes dominantes”. (MENÉNDEZ apud CANCLINI, 1993, p. 82).

Nesse processo, os grupos subalternos estabelecem pequenos arranjos às margens das imposições como forma de conseguirem benefícios particulares ou grupais de forma imediata,

impossibilitando qualquer tipo de enfrentamento mais amplo perante a hegemonia instituída pelo consenso.

Essas relações, em parte, se conectaram ao reconhecimento dos grupos sobre sua relevância na discussão junto à comunidade acadêmica quando questionadas suas responsabilidades enquanto CAs e DAs frente à questão, já que no capítulo anterior todos afirmaram sua função propositiva enquanto órgão estudantil.

Os integrantes do DAFOA e do DAWS expuseram:

Responsabilidade até deveríamos ter, mas na prática não se é discutido nunca. Desde que eu participo, nunca escreveram maconha, nem mesmo “lança-perfume”, na pauta. Acho que isso não ocorre devido às pessoas terem receio de assumir alguma posição e depois ser banalizado, sabe? Discutir o que se pensa pode ser mal interpretado. As pessoas não querem ser foco de atenção, de fofoca e boatos. Não sei se as pessoas também tem medo de opinar, acho que tem muito preconceito. (Integrante I, do DAFOA).

Eu acho que a gente poderia fazer alguma coisa, sim. Só que aqui a gente não tem aquela abertura. Mas eu acho que se tivesse um número grande de pessoas e também houvesse interesse dos alunos, a gente poderia fazer discussões sobre isso. O que fazer? Como auxiliar um amigo? Porque aí não correria o risco de a gente ser visto como “nerds”, como bobões. (Integrante I, do DAWS).

Em suas manifestações, as projeções de ambos os grupos em sofrer preconceito, ou qualquer outro tipo de coação moral pela comunidade acadêmica, foram indicadas como risco que imobiliza suas possíveis atuações frente sobre o assunto. A menção a essa justificativa, pela ausência dessa discussão, revelou o mesmo preconceito sobre a temática, incorporado pelos próprios grupos. O grupo DAWS se eximiu de qualquer iniciativa propositiva de inserção da discussão junto aos seus representados, imputando-lhes a ausência de interesse.

Os grupos do CAAP e do CACEF indicaram que carência de projetos que fomentem o desenvolvimento de atividades sobre a temática constituiu-se devido à falta de conhecimentos sobre como abordar as esferas relacionadas ao uso da maconha:

Eu acho que o CA tem o papel de levantar discussões, né? Mas, infelizmente a gente anda pecando muito nisso. A gente acabou pecando bastante nesse assunto, nessa abordagem. Mas eu acho que, às vezes, isso nem é tratado no CA porque os alunos que fazem parte se vêem um pouco despreparados para tratar do assunto. Não tem respaldo técnico, científico para poder debater sobre o assunto. Eu sei também que isso é consequência do desinteresse dos estudantes que estão dentro do CA. Sei lá, acho que deveria ter alguém que puxasse a discussão, que entendesse mais do assunto. Porque, queira ou não, a gente acaba sendo leigo no assunto, e não tem como debater muito, né?

Até pode desmobilizar o debate, pela falta de informação. Às vezes isso acaba deixando o debate vazio. (Integrante III, do CAAP).

Acho que o CA tem que estar em tudo, mas não existe essa discussão formalmente. Mesmo porque eu não sei nem quem estaria disposto a discutir isso. Acho que tem muita gente que estaria disposto, mas por vários motivos talvez não fossem, não entrariam na discussão... Ou por usar ou por ter medo de falar alguma coisa, sei lá. Mas acho que o papel do CA é estar em todo tipo de discussão. Se houvesse mesmo essa discussão assim, com profundidade, acho que a gente tinha que ir falando, citando, fazendo pesquisa, mostrando opiniões. Acho que talvez seja até uma falha dos Centros em não fazer a discussão. Mas o problema é como a gente vai abordar isso, entendeu? Não posso falar pelo CACEF, porque não sei, mas acho que a gente poderia fazer uma palestra, fazer alguma coisa chamando alguém entendido no assunto, a parte científica, a parte fiscal, sei lá. Eu não acho que a conscientização pontual: ah, vamos fazer conscientização só em relação à saúde da pessoa. Acho que fica vazio para caramba! Quando falo de chamar alguém pautado na ciência, estou falando sobre os males e benefícios que a maconha pode trazer à saúde. A conscientização é bem isso: é conscientizar do que é a maconha. Não é dizer sim ou não, se é bom ou ruim. É conscientizar, é ser transparente em relação ao assunto. Eu não acho que tem que ser qualquer coisa, largada, jogada, tem que mostrar todos os pontos específicos, abordando todos os assuntos que envolvem o assunto central que é a maconha. (Integrante II, do CACEF).

Ambos os grupos reconheceram que a mobilização dos estudantes frente à questão ocorreria somente se as discussões extrapolassem as esferas de senso comum, impregnadas das concepções dominantes voltadas apenas aos demasiados danos à saúde.

Somada ao desamparo de informações interdisciplinares para a abordagem da temática junto à comunidade acadêmica, apenas o integrante III, do CAAP, reconheceu a ausência de motivações dos próprios integrantes em debater a temática, indicando-as como fator preponderante no processo de incorporação dessa abordagem.

A afirmação dos grupos do DAFOA, DAWS, CAAP e CACEF sobre a pertinência de realizarem atividades voltadas aos fatores envolvidos no uso de psicoativos ilícitos, dentre eles a maconha, emergiu, revelando contradições ao cogitarem os riscos dessa realização devido às condições políticas e culturais com as quais se deparam cotidianamente.

Manifestações semelhantes emergiram nos grupos do CACEL, do CACIF e do CAFF, sob a atenção de que tal abordagem não se coloca como função específica do órgão estudantil, mas que pode ser incorporada à medida que seus integrantes a concebiam como necessária:

Eu acho que o CA pode exercer um papel nessas discussões, mas depende de uma escolha, de uma discussão, do desenvolvimento de um programa em relação a isso. A priori, os CAs não têm uma relação direta com a discussão do uso de drogas, tanto dentro da própria universidade, quanto fora. A meu ver, não existe como levar essa discussão aos estudantes se você não tem uma

organização e uma discussão interna que propicie um debate e um projeto no sentido de levar uma discussão aos estudantes. No CACEL, ninguém reivindicou a necessidade de levar esse debate à frente. Mas acho que do ponto de vista sobre o que é o CA, nunca teve uma organização que levasse à frente esse debate sobre drogas, inclusive com uma concepção de CA que colocasse a necessidade de se colocar esse debate dessa maneira. Eu, por exemplo, tenho essa concepção, mas eu nunca reivindiquei em fazer esse trabalho, mas reivindiquei outros que nunca consegui levar à frente. E isso aconteceu por vários fatores. (Integrante I, do CACEL).

Eu acho que o CA não tem um papel específico para abordar sobre isso, mas ele tem o papel de trazer discussões, de estimular polêmicas. E isso pode estar dentro do CA, mas o CA não necessariamente precisa se envolver com isso. Mas depende da gestão, depende se o pessoal se interessa. Eu acho interessante sempre trazer tudo que é polêmico para o pessoal ver se começa a pensar sobre isso, se interessa, desde política a outras coisas. A gente gosta de trazer coisas novas, de incentivar a pensar mesmo, de ser mais ativo, né? A gente acha que é certo e isso é uma coisa legal. Eu acho totalmente pertinente você trazer para o CA, porque vai gerar uma discussão numa comunidade que, queira ou não, está convivendo com o consumo de maconha. Então é interessante. (Integrante I, do CACIF).

Acho que o CA pode ter uma importância nessa questão. Acho que os centros acadêmicos têm bastante a ver com esse papel, porque tem a ver com a produção do conhecimento, né? É uma questão bastante interessante, porque ela é muito transversal. Ela passa pela medicina, transita pelas ciências humanas e naturais, tipo, com possibilidades críticas muito interessantes, de contato com várias coisas, perpassando pela violência, Estado, lei, pelo corpo... É interessante, é uma coisa para se prestar atenção, mas que os CAs tenham um papel específico nisso, não. Pode ter e é interessante por abrir essa discussão, mas não necessariamente. (Integrante I, do CAFF).

Imersos na tentativa de construção de um movimento estudantil no *campus* durante toda sua gestão, o grupo do CACEL expuseram de forma nítida que tal abordagem nunca emergira como projeto de discussão entre os próprios grupos de CAs e DAs pela ausência de uma concepção que a considere papel do órgão estudantil. Nesse sentido, evidenciou-se a dificuldade do grupo em incorporar propostas de trabalho que não estejam presentes nos movimentos políticos dos quais participam.

Apesar do integrante I, do CACEL, enfatizar as dificuldades em realizar discussões de outras temáticas, a ausência de uma abordagem sobre o *status* de psicoativos permaneceu inalterada, mesmo frente ao fato de suas compreensões mais amplas, expostas anteriormente, sobre as políticas proibicionistas se caracterizarem como um instrumento de controle e criminalização dos grupos subalternos, indicando a necessidade de um enfrentamento devido à sua associação com questões que envolvem discriminação racial, de gênero, dentre outras fortemente presentes nas dinâmicas sociais.

As manifestações do grupo CACIF e CAFF distanciaram-se do CACEL na medida em que ambos conceberam a discussão sobre os fatores associados ao uso de psicoativos ilegais como pauta pertinente a ser levantada por relacionar-se diretamente a suas propostas de gestão. O CACIF pautou-se na relevância dessa discussão tanto devido às tentativas de proporcionar aos estudantes do curso de Farmácia o contato com questões coletivas, ausentes nos debates centrais realizados no curso, quanto devido à presença do uso de substâncias ilícitas no cotidiano universitário. Para o CAFF, trazer esse debate se tornou função importante ao CA na medida em que propiciou, aos estudantes, tanto o contato com discussões relevantes pouco retratadas no âmbito universitário, quanto uma formação voltada à ampliação do conhecimento transdisciplinar, na qual ele situa-se.

Nessa perspectiva, os relatos dos grupos “Ágora”, “Covalente” e “Parangolé” indicaram que a ideologia, responsável no direcionamento de suas ações cotidianas, se constituiu como fator incisivo na propulsão desse processo de incorporação ou não de temáticas que destoam daquelas tradicionalmente realizadas pelos órgãos estudantis.

Com exceção do CACIF e do CAFF, verificamos, nos demais grupos, a completa ausência de qualquer tipo de projeto voltado às reflexões e discussões a respeito do uso ilegal da maconha junto aos demais estudantes.

Carmem Leccardi (2005), ao estudar as possibilidades de projeção de biografias juvenis em distintos contextos históricos, atenta que, na modernidade, o percurso previsível do jovem ao ingresso na vida adulta torna-se exceção. Para a autora, a reconfiguração da modernidade, através da intensificação dos mercados globais, do pluralismo de valores e do individualismo institucionalizado, cedeu lugar à idéia de um futuro que não pode ser previsto.

Leccardi (2005, p. 43) elucida que no cenário da modernidade, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle, certeza, indicando o futuro indeterminado, governado por riscos descaracterizados de sua probabilidade em alcançar os resultados desejados. Para a autora esse sentimento difuso de alarme e impotência comprime o horizonte temporal presente e limita projeções futuras, impossibilitando a articulação entre experiências e expectativas, restringindo o espaço da escolha e da elaboração reflexiva da ação.

Deparamo-nos com um contexto em que as discussões voltadas ao uso de psicoativos na greve de 2007, dentro dos CAs, a projeção de movimentações estudantis referente a esse aspecto sob o receio de repressão, assim como a total ausência da temática entre alguns dos grupos, revelaram que suas subjetividades se caracterizam pelo dinamismo e capacidade de adaptação às condições confrontadas.

As projeções sobre os resultados decorrentes de possíveis enfrentamentos à temática, mencionados inicialmente pela realização de palestras e discussões mais amplas juntos aos demais estudantes, emergiram de forma negativa nas manifestações conscientes da maioria dos grupos.

Essas projeções decorreram dos riscos de sofrerem preconceitos, perseguições administrativas, de reproduzirem concepções dominantes pelo desconhecimento transdisciplinar que envolve o tema, e sobretudo, pelo risco de se depararem, novamente, com ausência de mobilização dos estudantes, como o ocorrido na realização de outras atividades de interesse direto dos mesmos. A existência dos riscos em relação a possíveis intervenções na questão foi concebida pela maioria dos grupos como fator determinante na inviabilização de quaisquer ações voltadas as tentativas de mudanças por sinalizar resultados indesejados, já determinados.

Utilizando-se das reflexões do sociólogo Pablo González Casanova, para Caccia-Bava (2006), os riscos globais geram traços marcantes nas experiências juvenis contemporâneas. O autor afirma que

A eliminação das referências históricas do passado de luta, de tradição, de princípios de autoridades, todos constituídos no confronto entre grupos de distintas classes que se antagonizam, acaba por produzir as chamadas <<opções políticas focalizadas>>, que <<alteram categorias inteiras, como as de classe ou nação>>. Além disso, <<desintegram as categorias sociais e políticas>>, transformando-as nos chamados <<interesses particulares>>, que cria obstáculos ao esforço de <<conceber-expressar-actuar das classes ou da nação>>. É claro que essa política e essa ideologia dominantes se realizam em consequência de estratégias formuladas no âmbito do capital financeiro, com vistas a ampliar os espaços de liberdade para sua realização (CACCIA-BAVA, 2006, p. 60).

Segundo o autor, a dificuldade dos jovens em projetarem futuro na contemporaneidade decorre da elaboração de “políticas focalizadas” pelas instituições públicas e privadas, colaborando com o projeto hegemônico de reprodução do capital financeiro internacional, em detrimento ao amparo dos sujeitos nas esferas estruturais e simbólicas.

A fragmentação das consciências dos grupos sobre as dinâmicas envolvidas ao *status* ilegal da maconha e, conseqüentemente, de seus papéis no envolvimento da questão decorre de um complexo emaranhado de experiências permeadas pela ausência de mediações simbólicas na formação crítica de suas subjetividades, transformando-as em impotência.

Esse processo impede a compreensão de que as conseqüências geradas pelo uso ilegal da maconha situam-se na esfera da responsabilidade coletiva, impedindo a emergência de

projetos de enfrentamentos da hegemonia das políticas proibicionistas, estruturados no decorrer do século XX, que colocam a substância em si como o problema central a ser extinto.

Atentamos, porém, que apesar de nenhum dos grupos ter incorporado politicamente a discussão durante suas gestões, as intervenções do CACIF e do CAFF promovidas através de palestras de âmbito antropológico e sociológico, voltadas às distintas formas de usos de psicoativos ou atividades relacionadas à discussão do tráfico de drogas, sinalizaram peculiaridades relevantes nesse contexto.

A primeira consideração refere-se à inserção de uma temática, raramente ocorrida em grupos que historicamente se constituíram enquanto referência política e cultural na universidade, mesmo frente à forte tolerância do uso entre jovens universitários desde meados da década de 1960, no País.

A segunda diz respeito à disseminação de discussões sobre o uso de substâncias lícitas e ilícitas que tentam romper com as concepções dominantes que a tratam somente a partir da esfera dos danos à saúde.

E por último, suas tentativas de intervenções junto à comunidade acadêmica revelaram iniciativas de desconstrução da própria concepção dominante que vincula grupos juvenis à condição de indivíduos alienados, doentes ou subversivos, devido à incorporação do uso de psicoativos ilícitos.

As intervenções realizadas pelos integrantes do CACIF e do CAFF, mesmo que pontuais, revelaram, ainda, subjetividades minimamente amparadas na capacidade de produzirem projeções futuras positivas ao enfrentamento da questão, iniciada na universidade. Como enfatizam:

Acho que começar essas discussões traria conseqüências boas, porque o pessoal finge que nada está acontecendo. E se a gente começar com essas discussões, não vai ter como fugir, fingir que não está acontecendo o uso. Se começar a ter essas discussões no CA., a gente começar a trazer palestras, o pessoal vai ser obrigado a parar de fingir que isso não acontece. Então ele vai chegar e vai estudar sobre isso e entrar nessa discussão. Vai chegar um ponto em que essa discussão que eu e você estamos tendo vai chegar ao CA. Vai chegar aos estudantes. Vai chegar a um ponto em que os funcionários vão ter que discutir. Vai chegar a um ponto em que todo mundo vai fazer essa discussão. Então o “cara” não vai falar que maconha é droga, ou falar que quem usa está certo ou errado. Ele vai ter que discutir normas, saber por que é ilegal. Até chegar nas melhores condições para a solução, se legaliza de um jeito que vai dar certo. Eu acho que a gente atinge essas coisas com discussão, com confronto de idéias. Se não, não atingimos nada. Eu acho que é uma coisa positiva e a universidade, queira ou não, pode ajudar bastante na questão. (Integrante I, do CACIF).

Começar essas discussões traria um nível de concepção diferente. Acho que traria até a questão da subjetividade do indivíduo à tona. Afetaria as pessoas de uma forma bacana e diferente, levando adiante outro tipo de reflexão diferente dessa dominação subjetiva do pensamento. Eu acho que enquanto CA, tentamos muito isso. (Integrante IV, do CAFF).

Suas manifestações sobre a possível ampliação da consciência através da promoção de abordagens mais amplas e críticas referentes ao uso de psicoativos lícitos ou não nos indicam que a contemporaneidade, marcada pela perda da alteridade na formação de subjetividades, possui brechas em que sempre se configuram as tentativas de negação às ordens instituídas.

A erupção dessas novas experiências voltadas à discussão, no CAFF e no CACIF, revelou os desafios na criação de mediações simbólicas que possibilitam a ampliação da consciência e a formação de subjetividades de alteridade, amparadas, sobretudo, no enfrentamento ético e crítico às imposições de políticas hegemônicas proibicionistas. Nesse contexto, suas iniciativas indicaram, ainda, a possibilidade da emergência de discussões sobre a temática se ampliarem e ultrapassarem as fronteiras da universidade. Fator que tende a impulsionar a formação de concepções críticas e históricas da sociedade que possibilitem aos sujeitos reconhecer seu potencial transformador, formulando novos projetos que neutralizem aqueles que atualmente condicionam comportamentos e aspirações à emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa realizada com os grupos de CAs e DAs de sete cursos das faculdades da UNESP em Araraquara, buscamos reconhecer as manifestações de suas consciências sobre o *status* ilícito da maconha, baseando-nos metodologicamente na interlocução entre as concepções existentes sobre a planta e seu *status* e as experiências cotidianas dos grupos, fora e dentro do circuito universitário.

Desde a criação das primeiras universidades brasileiras, os CAs e DAs caracterizaram-se enquanto grupos historicamente reconhecidos por suas atuações culturais e políticas referentes ao enfrentamento dos problemas da universidade, associando-se, em alguns períodos, a outros grupos e movimentos da sociedade civil que tratam de questões e reivindicações presentes em toda a esfera social.

Focamos o estudo das consciências dos grupos de CAs e DAs como forma de apreender como percebem sua existência frente às questões que perpassam a ilegalidade da

maconha, uma vez que integrar esses espaços poderiam lhes servir de instrumento de intervenções variadas junto à comunidade acadêmica ou outros grupos referente à busca de novos enfrentamentos relacionados às políticas proibicionistas da venda e do uso de maconha. Essa verificação colocou-se como relevante, uma vez que pesquisas epidemiológicas indicaram a ampla presença do consumo dessa substância entre grupos universitários, revelando, dessa forma, a necessidade do reconhecimento das mediações que conferem pouca legitimidade às concepções que mantêm essa criminalização.

Ao voltarmos atenção aos sujeitos de nossa pesquisa em relação às discussões que perpassam o *status* ilícito da maconha, vimos que suas consciências sobre a temática decorreram do confronto de sua convivência, em maior ou menor grau, com usuários da planta e outros psicoativos ilícitos, e em alguns casos através da experiência de consumo, sobretudo, no cotidiano universitário.

Nesse contexto, o ingresso na universidade caracterizou-se como relevante mediação na reformulação das concepções que a maioria dos membros dos grupos possuía sobre a planta e seus usuários por possibilitar-lhes o acesso a uma maior “liberdade de expressão” referente à realização de práticas e discussões estigmatizadas, dificilmente encontradas fora desse circuito.

O alinhamento às concepções dominantes sobre os efeitos produzidos pela planta, os estereótipos de seus usuários, os riscos envolvidos em seu consumo, bem como seus posicionamentos sobre a manutenção do *status* ilícito da planta encontraram-se demasiadamente nos grupos do DAFOA e em menor medida no DAWS, indicando o distanciamento dos espaços e dos grupos que possuem maior contato com usuários de maconha como fator decisivo na formação de suas concepções.

O CACIF e os demais grupos da FCL revelaram uma consciência que se distanciou das concepções dominantes em vários aspectos. Seus integrantes desconstruíram concepções que generalizam e potencializam os danos à saúde, reconhecendo que as possibilidades de danos maiores ao organismo – no caso a dependência – se relacionam ao dimensionamento de seu consumo, ou seja, depende da relação que o usuário estabelece com a substância. A mesma desconstrução apareceu em relação ao estigma de usuários como indivíduos pertencentes apenas as classes subalternas, classificados como marginais ou decadentes, agressivos, dentre outras associações preconceituosas e distorcidas, notadamente reconhecidas por alguns grupos de referência, tais como a família e disseminados pelos meios de comunicação.

Entretanto, mesmo entre esses grupos o foco das manifestações de grande parte de seus integrantes se situou na esfera da saúde individual, voltando suas críticas às atuais políticas proibicionistas apenas sob a perspectiva do direito de consumo dos usuários.

A capacidade de projeção de futuro sobre as conseqüências de possíveis mudanças relacionadas ao *status* da maconha revelou reflexões mais amplas sobre a questão entre os estudantes, muitas delas possibilitadas através das percepções sobre as carências materiais e simbólicas presentes em nossa sociedade.

Se para alguns integrantes a projeção da legalização da maconha colocou-se como fator que diminuiria as complexas dinâmicas de violência produzida pelo tráfico de drogas, para a maioria deles a legalização da maconha só seria realizada de forma segura e eficaz nesse aspecto se iniciada em paralelo a um processo mais amplo de orientação e discussão sobre os efeitos das substâncias, bem como junto à efetivação de direitos civis básicos a todos, por parte do Estado.

As conseqüências derivadas da ilegalidade de comercialização e consumo da planta e outras substâncias criminalizadas, inicialmente, revelaram-se quase ausentes em suas manifestações, emergindo posteriormente de forma afirmativa, quando questionados diretamente sobre a existência de danos sociais decorrentes da prática ilegal tanto da venda quanto do consumo.

Apesar das manifestações de *senso comum* dos grupos de CAs e DAs sobre questões retratadas em nosso trabalho, em vários momentos, seus relatos reconheceram o tratamento diferenciado aos usuários da universidade, os danos sociais que a prática ilegal vem gerando na esfera social, indicando os grupos subalternos envolvidos com a venda das substância como as maiores vítimas desse processo.

Nesse momento, tomamos contato com as contradições mais latentes de suas consciências sobre o *status* da planta, ao afirmarem que todos os atores inseridos na comunidade acadêmica possuem conhecimento sobre as práticas ilegais do uso de substâncias realizadas cotidianamente no circuito universitário.

Alguns estudantes dos grupos da FCL e do CACIF compreenderam a manutenção desse contexto sob dois aspectos principais. O primeiro emergiu como conseqüência do estabelecimento de um pacto de silêncio, que não perpassa somente o uso da maconha ou outro psicoativo ilegal na universidade, mas as práticas irregulares referentes às esferas éticas e burocráticas, cometidas por vários funcionários da instituição, dentre eles professores e diretoria. E o segundo evidenciou a ausência de intervenções junto ao uso ilegal decorrente de compreensões que o julgam uma decisão que se restringe à esfera individual, desconsiderando

as conseqüências sociais na orientação de suas ações relacionadas à tolerância ou uso desses psicoativos.

Verificamos uma conjuntura na qual os grupos de CAs e DAs estabelecem uma complexa relação de “transação” com os grupos dominantes, à medida que concebem como aceitável a prática ilegal do uso e pouco interferem enquanto grupo de referência política e cultural na universidade, colaborando com as políticas hegemônicas de proibição às drogas, criticadas por muitos integrantes no decorrer de suas próprias falas.

Dessa forma, suas manifestações a respeito das discussões que perpassam o *status* da maconha evidenciaram, sobretudo, a consciência de jovens que falam enquanto indivíduos categóricos, colocando sua condição de integrante de CA ou DA a par das próprias críticas sobre como os sujeitos lidam com a questão.

Dadas as peculiaridades ideológicas e de configuração de cada grupo, as entidades estudantis colocaram-se enquanto referência a cada um de seus membros em relação ao que identificavam como função do órgão. Na maioria dos grupos, os debates e atuações se limitaram a questões imediatas e tradicionais, voltadas a seus interesses enquanto categoria estudantil.

Com exceção do CACIF e do CAFF, as discussões voltadas ao uso lícito e ilícito de psicoativos e seus reflexos sociais, bem como a projeção de alternativas para lidar com o assunto, nunca emergiram em suas pautas, revelando similaridades ao contexto histórico da ausência dessa discussão nos órgãos e movimentos estudantis no País, com ressalvas sobre sua emergência nos Congressos realizados recentemente pela UNE.

Em um primeiro momento, nos grupos da FCL essa ausência apareceu relacionada à desconstrução de algumas concepções dominantes sobre os danos à saúde causados pela planta e sobre os estigmas de seus usuários, permitindo a incorporação de seu uso como prática ausente de riscos que consideraram relevantes. Para os demais grupos, essa lacuna justificou-se principalmente pela ausência de problemas com o uso de substâncias no circuito acadêmico, considerando dispensável a necessidade de abordagem junto aos demais estudantes.

Posteriormente, enquanto para alguns integrantes a abordagem da temática deveria partir das iniciativas de seus usuários, evidenciando uma concepção corporativista sobre a questão, a maioria dos membros enfatizou a relevância de seus grupos a debaterem, uma vez que além dos reflexos sociais, se relaciona ao confronto cotidiano da prática ilegal no circuito universitário.

Corroborando alguns princípios iniciais de suas gestões voltados a possibilitarem abordagens que perpassam toda a esfera social e que dificilmente são realizadas nos contextos acadêmicos, o CACIF e o CAFF se constituíram enquanto os únicos grupos que desenvolveram experiências de intervenções autônomas junto à comunidade acadêmica referente ao uso de psicoativos lícitos e ilícitos. A realização de uma palestra por ambos os grupos sobre os variados tipos de usos de substâncias durante a história, ou o levantamento de questões relacionadas ao tráfico de drogas, se colocou como instrumento inicial de enfrentamento da prática ilegal da venda e consumo, revelando que suas capacidades de projeções sobre a ampliação da discussão, ampararam-se, primeiramente, na produção e disseminação de informações sobre a planta e seus efeitos.

A grande maioria dos jovens entrevistados reclamou a ausência de informações e orientações científicas sobre os efeitos da maconha e outras substâncias à respeito das discussões presentes nas demais áreas de conhecimento envolvendo sua ilegalidade. Somada a essa carência, alguns evidenciaram dificuldades em projetar atuações referentes à ampliação desses debates devido aos riscos de retaliações morais que poderiam sofrer, dada a marginalidade da questão.

As expressões conscientes de nossos sujeitos, durante todo o estudo, revelaram que as possibilidades da formação de subjetividades voltadas às responsabilidades coletivas para o enfrentamento cultural e político ao status da maconha, principalmente enquanto grupo de referência, esbarram no desamparo simbólico e estrutural que as políticas proibicionistas, somadas à lógica dominante da sociedade de consumo, vêm construindo ao longo de décadas nas compreensões sobre o uso de psicoativos.

Entretanto, as discussões trazidas pelos grupos CACIF e CAFF, mesmo que pontuais, revelaram tentativas iniciais de enfrentamento à aceitação passiva de leis e concepções relacionadas ao uso de várias substâncias submetidas ao exercício da política internacional de controle sobre drogas. As iniciativas de ambos os grupos indicaram, ainda, a ampliação da consciência sobre suas potencialidades enquanto sujeitos transformadores de sua existência, uma vez que a discussão sobre a temática associa-se diretamente às compreensões das complexas dinâmicas mantidas pelo modelo hegemônico da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, cabe-nos ressaltar que nosso trabalho não se finaliza buscando o esgotamento da questão, mas sob o intuito de possibilitar novos caminhos ao reconhecimento das capacidades de insurgência de grupos subalternos, indicando talvez, sua adesão à organização de lutas por hegemonia que, segundo Gramsci, operam no interior da estrutura

econômica e política, no modo de pensar, na consolidação ideológica e no modo de ser de cada indivíduo no interior da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE DROGAS [ABRAMD]. **Maconha**: uma visão multidisciplinar. ABRAMD, 2006. Disponível em: <<http://www.neip.info/downloads/textos%20novos/maconha.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2007.

ARAÚJO, Ludgleydson F.; GONTIÈS, Bernard. Maconha: Aspectos farmacológicos, históricos e antropológicos. **Revista de Humanidades**. v.7, nº 18, out./nov. 2005. Disponível em: <www.seol.com.br/mneme/ed7/036.php?atual=036&edicao=7>. Acesso em: 8 jul. 2006.

ARAÚJO, Ludgleydson F.; GONTIÈS, Bernard; COUTINHO, Maria P. L. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. In: **Revista Psicologia em Estudo**, v. 9, n.3. Maringá, set./dez. 2004.

ARBEX JR., José. Legalizar as drogas. **Revista Caros Amigos**. n. 86, mai de 2004. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed86/jose_arbexjr.asp>. Acesso em: 10 abr. 2008.

ARBEX Jr., J & TOGNOLLI, C. J. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo, 1996.

BANDEIRA, Ricardo. Comissão de sindicância conclui investigação sobre o “caso IGC”. **Boletim Informativo UFMG**. nº 1616 - Ano 34, 2008. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/boletim/bol1616/3.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

BIANCHI, Alvaro (Org.). **Transgressões**: as ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria J Alvarez et. al. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Lei nº 11754 de 23 de julho de 2008. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **O Presidente da República**, 2008. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/327685.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

_____. Decreto nº 5912 de 27 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD. **Casa Civil**: Subchefia para assuntos

jurídicos, 2006b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm>. Acesso em: 04 set. 2008.

_____. Lei nº 11343 de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas – SISNAD. **CASA CIVIL: Subchefia para assuntos jurídicos**, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 20 set. 2006.

BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R. M. **O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias**. Revista de Saúde Pública, 28,(2), 1994. p.137-145.

CACCIA-BAVA, Augusto; CACCIA-BAVA, Maria do Carmo Gullaci Guimarães. As meninas na idade da menarca e a desassistência pública continuada. In: **Cadernos de Formação Cultural: experiências e teorias**. Cebrij: Ribeirão Preto, Ano 1, nº 1, 1º trimestre 2007.

CACCIA-BAVA, Augusto; PENTEADO, Ricardo E. O. Notas metodológicas para superação das cifras obscuras sobre segurança dos jovens: uma primeira aproximação sobre a cidade de Araraquara. In: FELIX, Sueli A.(Org.). **Violência e segurança: entre as percepções, um convite ao debate!** Marília: Instituto GUTO, 2007. p.45-57.

CACCIA-BAVA, Augusto. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. In: **Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, UFSC: Cidade Futura, 2006.

_____. Direito civil dos jovens e insegurança urbana In: **Revista Estudos de Sociologia**, UNESP/FCL, Araraquara, Ano 9, nº 17, 2º sem. 2004. p. 41-64.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora I. P. O lugar dos jovens na sociedade brasileira. In: _____; PAMPOLS, Carles F.; CANGAS, Yanko G. (orgs). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/Cebrij, 2004. p. 63-114.

CANCLINI, Nestor G. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, Carlos N.; NOGUEIRA, Marco A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CANDOTI, Enio. Posicionamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Discussão I: deve a cannabis sativa permanecer na “Lista IV” da Convenção única de Entorpecentes, 1961 da ONU? In: CARLINI, Elisaldo A.; RODRIGUES, Eliana; GALDURÓZ, José Carlos F. (Orgs.). **Cannabis Sativa L. e substâncias canabinóides em medicina**. São Paulo: CEBRID, 2005. p 194-196.

CARAVANA DA UNE. **Projeto**. CARAVANA DA UNE: saúde, educação e cultura. 2008. Disponível em <http://caravana.une.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2009.

CARIA, Telmo. A reflexividade e a objetivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 55, nov. 1999.

CARLINI, Elisaldo A. A história da maconha no Brasil. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.55, n.4, 2006. p.314-317.

CARLINI, Elisaldo; RODRIGUES, Eliana; GALDURÓZ, José Carlos F. (Orgs.) *Cannabis Sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo: CEBRID, 2005.

CARNEIRO, Henrique. *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Jardel D. Parangolé: anti-obra de Hélio Oiticica. *Revista Eletrônica do curso de artes visuais da FIG*. Cadernos de arte e cultura, n.0, sábado 29 ago. 2005. Disponível em: < <http://www.fig.br/edart/0/jardel.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS [CEBRID]. Legislação. *Boletim CEBRID*. São Paulo, nº 51. jan., fev., mar., 2004.

Disponível em: < <http://www.unifesp.br/dpsicobio/boletim/ed51/index.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

COLETIVO MARCHA DA MACONHA. Moção De Repúdio à Truculência na Universidade Federal de Minas Gerais. In: *MARCHA DA MACONHA: BRASIL 2009*, 7 abr. 2008. Disponível em: < <http://www.marchadamaconha.org/forum/index.php?showtopic=166&pid=1626&mode=threaded&show=&st=0>>. Acesso em: 6 dez 2009.

CRIPPA, José A.; ZUARDI, Antonio W. Cannabis e ansiedade. In: ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.). *Cannabis e Saúde Mental: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos*. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008. p. 135-143.

CUNHA, Luiz A. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA DA PUC SÃO GABRIEL. Nota de solidariedade aos estudantes agredidos no IGC – UFMG e em repúdio à invasão policial na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 abr. 2008. In: *Blog da ocupação da UFMG*. Belo Horizonte, 8 abr. 2008. Disponível em:<<http://ocupacaoufmg.blogspot.com/2008/04/nota-de-apoio-do-da-de-comunicao.html>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

ELUF, L. N. As drogas e a legislação brasileira. In: PINSKY, I.; BESSA, M. A. (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004

ESCOHOTADO, Antonio. A proibição: princípios e conseqüências. In: RIBEIRO, Maurides M.; SEIBEL, Sérgio D. (Orgs.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997. p.29-46.

_____. *Historia Elemental de las drogas*. Barcelona: Compactos Anagrama, 1996.

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FEIXA-PÀMPOLS, Carles F. A Construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA PÀMPOLS, Carlos; CANGAS, Yanko G. (Orgs.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. p.257-327.

FIORE, Maurício. **Controvérsias Médicas e a questão do uso de “drogas”**. 2004. 130 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1977.

GABEIRA, Fernando. **A maconha**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALDURÓZ, José C. F. et. al. **V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras – 2004**. São Paulo: CEBRID, 2004. Disponível em: <
http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil2/000-Iniciais.pdf>. Acesso em: 5 out. 2006.

GALDURÓZ, José C. F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º Graus de 10 Capitais Brasileiras - 1997**. São Paulo: CEBRID, 1997. Disponível em: <
http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil2/000-Iniciais.pdf>. Acesso em: 5 out. 2006.

GORGULHO, Mônica; MACRAE, Edward. Redução de Danos e Tratamento de Substituição: posicionamento da Reduc (Rede Brasileira de Redução de Danos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. vol. 52, set./out. 2003. p.371-374.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere v. 1. 4ª edição**, tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Às margens da história (História dos grupos subalternos). In _____. **Cadernos do cárcere, v. 5**. Edição, tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo. (Orgs.) **Diamba Sarabamba**: coletânea de textos brasileiros sobre maconha. São Paulo: Ground, 1986.

JUNGERMAN, Flávia S.; LARANJEIRA, Ronaldo. Problemas associados ao uso da cannabis e tratamentos não-farmacológicos para usuários. In: ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.). **Cannabis e Saúde Mental**: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008. p.249-273.

KALINA, Eduardo et. al. **Drogadição Hoje**: Indivíduo, família e sociedade. Porto Alegre: Artmed, 1999.

KARNIOL, Isac G.; SEIBEL, Sérgio D. Efeitos subjetivos agudos da cannabis. In: ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.). **Cannabis e Saúde Mental: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008. p.53-71.

KERR-CORRÊA, Florence. et. al. I Levantamento do uso de álcool e de drogas e das condições gerais de vida dos estudantes da UNESP (1998). In: **Série pesquisa VUNESP 14**. São Paulo: Fundação VUNESP, 2001.

LARANJEIRA, Ronaldo; JUNGERMAN, Flávia; DUNN, John G. **Drogas: maconha, cocaína e crack**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LECARDI, Carmem. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Revista Tempo Social**. v.17, n.2, nov. 2005. São Paulo. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200003&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 24 mai. 2008.

MACIEL, Luiz C. (Org.). **Maconha em Debate**. 2ª Ed. São Paulo: Brasilense, 1986.

_____. Cultura e estados de consciência. In _____. (Org.). **Maconha em debate**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio A. **Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas**. 2ª edição. Salvador: EDUFBA; UFBA/CETAD, 2004.

MACRAE, E. A excessiva Simplificação da questão da drogas na abordagem legislativa. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. D. (Orgs.). **Drogas: hegemonia do cinismo**. São Paulo: Memorial, 1997. p.335-341.

MARCHA DA MACONHA: BRASIL 2009. Carta de princípios da marcha da maconha Brasil. In: **Marcha da maconha: Brasil 2009**. Disponível em: < <http://www.marchadamaconha.org/blog/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MARQUES, Ana Cecília. Posicionamento da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas (ABEAD). Discussão I: deve a cannabis sativa permanecer na “Lista IV” da Convenção única de Entorpecentes, 1961 da ONU? In: CARLINI, Elisaldo A.; RODRIGUES, Eliana; GALDURÓZ, José Carlos F. (Orgs.). **Cannabis Sativa L. e substâncias canabinóides em medicina**. São Paulo: CEBRID, 2005. p. 173-178.

MINAYO, Maria C. S. Sobre a toxicomania da sociedade. In: BAPTISTA, Marcos; CRUZ, Marcelo S.; Matias, Regina (Orgs.). **Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito**. V. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 13-29.

MINAYO, Maria C. S.; DESLANDES, Suely F.. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, jan./mar. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 22 jun. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR,

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior [SAPIEnS/MEC]. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI Diretrizes para Elaboração**, 2004. Disponível em: <http://www.cpd.ufv.br/cpa/doc/pdi_sapiens.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2009.

MISSE, Michel. Sociologia e Criminalização. In: MACIEL, L. C. (Org.) **Maconha em debate**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 49-67.

MODESTO, Luiz S. ONU: fundamentalismo puritano no mercado. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, Sérgio. D. (Orgs.). **Drogas: hegemonia do cinismo**. São Paulo: Memorial, 1997. p. 91-104.

MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A.; PESSOA Jr. Osvaldo. (Orgs.). **Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p.117-135.

MOVIMENTO MUDANÇA. **TESE AO 12º CONEB DA UNE**. In: Movimento Mudança. 2008. Disponível em: <<http://mudancanocone.wordpress.com/tese/>>. Acesso em: dez. 2008.

NOTO, Ana R.; FORMIGONI, Maria L. O. S. A política de Saúde Pública no Brasil. **Revista Ciência Hoje**. v. 31, n. 181, abr. 2002. p. 45-47. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch181/drogas.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2006.

NOVAES, Maria A. F. P.; LACERDA, Acioly L. T.; BRESSAN, Rodrigo A. Efeitos da cannabis no funcionamento cognitivo. In: ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.). **Cannabis e Saúde Mental: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008. p. 73-95.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE PSICOATIVOS [NEIP]. Histórico. 2006. In: **NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE PSICOATIVOS**. Disponível em:< <http://www.neip.info/index.php>> . Acesso em: 20 dez. 2008.

OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA. **Relatório Anual 2008: o fenômeno da droga na Europa, 2008**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008. Disponível em: < http://www.min-saude.pt/NR/rdonlyres/D75BA77D-780C-49F9-AEA3-08BE05876B7D/0/EMCDDA_AR08_pt.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

OLIVEN, Arabela C. A marca de origem: comparando colleges norteamericanos e faculdades brasileiras. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, maio/ago. 2005 . p.111-135.

PAIXÃO, Antonio L. Problemas Sociais, políticas públicas. In: ZALUAR, Alba. (Org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.129-145.

PASSETI, Edson. Drogas, democracia midiática e libertarismo. In: RIBEIRO, Maurides M.; SEIBEL, Sérgio D. (Orgs.). **Drogas: hegemonia do cinismo**. São Paulo: Memorial, 1997. p. 71-89.

_____. **Das “fumeries” ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991.

PEDRO, Aline; MASSARO, Camilla. M. Representações e preconceitos acerca do uso de substâncias psicoativas e das políticas públicas de prevenção pelo olhar de estudantes do município de Araraquara. In: FERNANDES, Ângela V. M.; ALMEIDA, CÍNTIA P. D.; WHITAKER, Dulce C. A. (org.) **Educação, Juventude e políticas públicas: reflexões sobre inclusão e preconceito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p.115-137.

POERNER, Aethur J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORTARIA 525 27/10/05. Regulamenta a realização de festas e demais atividades de confraternização nos campi das Unidades da UNESP. In: **DOE.28/10/2005, p.45 Ret.DOE 21/02/2006, p.33**. Disponível em: <http://madona.reitoria.unesp.br/CGI-BIN/om_isapi.dll?clientID=571295&infobase=portaria.nfo&jump=P281%2f05&softpage=Documento42>. Acesso em: 12 fev. 2008.

RAUPP, Luciane M.; MILNITSKY-SAPIRO, CLARY. Adolescência, drogadição e políticas públicas: em busca de uma compreensão das concepções e práticas contemporâneas. **1º Simpósio Internacional do Adolescente**. 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200066&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: mai. 2007.

RIBEIRO, Marcelo. Maconha: abuso e dependência. In: LARANJEIRA, Ronaldo, et al (Orgs.). **Usuário de substâncias psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento**. São Paulo: CREMESP/Associação de Medicina Brasileira, 2003. p.107-114.

RIBEIRO, Maurides M. **Políticas Públicas e a questão das drogas: o impacto da política de redução de danos na legislação brasileira de drogas**. 2007. 119 f. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Luciana B. F. A nova lei antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)**. Ano 14, n. 167, out. 2006b. p. 8-9.

_____. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. 2006. 276f. Tese Doutorado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006a.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.

ROSEN, George. **Uma história de Saúde Pública**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

ROSZACK, Theodore. **A contracultura: Reflexão sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1972.

SANT'ANNA, Mariana. Mesmo proibida, Marcha da Maconha reúne cem manifestantes em SP. In: **Folha Online**, São Paulo, 04 maio 2008. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u398473.shtml>>. Acesso em: 6 mai. 2008.

SOUSA, Janice T. P. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.

STEMPLIUK, Vladimir A. **O uso de drogas entre alunos da universidade de São Paulo: 1996 versus 2001**. 2004. Tese de Doutorado em Fisiopatologia Experimental. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TIBA, Içami. **Saiba mais sobre maconha e jovens: um guia para leigos e interessados no assunto**. São Paulo: Ágora, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORON, Alberto Z. Posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal (OAB). Discussão I: deve a cannabis sativa permanecer na “Lista IV” da Convenção única de Entorpecentes, 1961 da ONU? In: In: CARLINI, Elisaldo A.; RODRIGUES, Eliana; GALDURÓZ, José Carlos F. (Orgs.). **Cannabis Sativa L. e substâncias canabinóides em medicina**. São Paulo: CEBRID, 2005. p. 183-193.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME [UNODC] BRASIL E CONE SUL. **WORLD DRUG REPORT 2007**. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/pressrelease_20072506.html>. Acesso em: 14 mai. 2007.

VARGAS, Eduardo V. **Entre a extensão e intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”**. 2001. 600f. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.23-29.

_____. **Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VIDAL, Sérgio. **A regulamentação do porte, cultivo e distribuição não-comercial de Cannabis sativa: um paradigma legal de Redução de Danos**. Março de 2008b. Disponível em: <http://www.giesp.ffch.ufba.br/pesquisadores/sergio/tx_01.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2008.

_____. Da diamba à maconha: usos e abusos da Cannabis sativa e da sua proibição no Brasil. In: **Boletim Drogas e Violência no Campo**, Ano 4, n.11, 2008a. Koinonia - Presença Ecumênica em Serviço. Disponível em: <http://koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=304&cod_boletim=30>. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. 1 ano do Decreto 5.912: o CONAD e o Movimento Estudantil. Outubro de 2007. **ANANDA. Ativismo, redução de danos, pesquisa e informações sobre drogas.** Disponível em: <<http://noticiascanabicas.blogspot.com/2007/09/o-conselho-nacional-antidrogas-1-ano-do.html>>. Acesso em: 04 out. 2008.

ZALUAR, Alba. A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. **In:** _____. (Org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos.** São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 97-127.

_____. **A Máquina e a Revolta.** Brasiliense, São Paulo, 1985.

ZUARDI, Antonio W. Aspectos históricos da *cannabis* na medicina e em Saúde Mental. **In:** ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.) **Cannabis e Saúde Mental: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos.** Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008. p.3-16.

ZUARDI, Antonio W.; CRIPPA, José A.; GUIMARAES, Francisco S. (Orgs.) **Cannabis e Saúde Mental: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos.** Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2008.

Bibliografia Consultada

BOLETIM IBCCRIM. **As marchas e contra-marchas da política mundial de drogas.** Ano 16, n. 187, jun. 2008. p. 1.

_____. Legalizar não, descriminalizar sim. **Revista Ciência Hoje.** v. 31, n. 181, abr. 2002. p. 8-11. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch181/drogas.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2007.

Documentos Consultados

ÁGORA – CACEL. **Carta aos estudantes de Letras.**

CAAP. **Guia do Bixo.** ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. UNESP: FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA, 2008.

CAAP. **Estatuto social do Centro Acadêmico dos estudantes de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP,** 2003.

CACEL. **Informativos aos estudantes ingressantes.**

CACEL. **Estatuto do Centro Acadêmico de Letras “Paulo Leminski”**.

CACEF. **Estatuto**, 4 nov. 1999. Disponível em: <<http://www.cacefunesp.org/estatuto.php>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CACIF. **Guia do Bixo**. Farmácia-Bioquímica – UNESP, 2008

CACIF. **Regimento**. Registro 10 jul 2002.

CAFF. **Estatuto do Centro Acadêmico de Ciências Sociais “Florestan Fernandes”**, 7 nov. 2007.

CAFF. **Guia do Bixo**. CIÊNCIAS SOCIAIS. FCL – UNESP, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA [CEPEC]. **Guia do Bixo**, 1999.

CHAPA COVALENTE. **Carta Proposta**, 2007.

CHAPA PARANGOLÉ. **Carta Proposta**, 2007.

CHAPA TODOS. **Carta Proposta**, 2007.

CHAPA DIVULGADAWS. **Carta Proposta**, 2007.

DAFOA. **Guia do Bixo**. Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP, 2008.

DAFOA. **Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA)**.

DAWS. **Guia do Bixo**. Gestão DIVULGADAWS. UNESP, Diretório Acadêmico “Prof. Waldemar Saffioti”, 2008.

DAWS. **Estatuto**. Diretório Acadêmico “Prof. Waldemar Saffioti”: Instituto de Química de Araraquara – UNESP.

Sítios Eletrônicos Visitados

<http://www.marchadamaconha.org/blog/>

<http://noticiascanabicas.blogspot.com/>

<http://www.growroom.net/blog>

<http://www.principio-ativo.blogspot.com/>

<http://www.neip.info/>

<http://www.giesp.ffch.ufba.br/textos.htm>

<http://noticiascanabicas.blogspot.com/>

<http://www.abordabrasil.org/>

<http://coletivobalance.blogspot.com>

<http://caravana.une.org.br/> - projetos

<http://mudanca.org.br/movimento/>

<http://caravana.une.org.br/>

<http://www.fclar.unesp.br/cacel/>

<http://www.pstu.org.br/>

<http://www.conlutas.org.br/>

http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/menu_documentos.asp

<http://www.fclar.unesp.br/caap/>

<http://www.fclar.unesp.br/cacel/>

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de Entrevistas com Centros e Diretórios Acadêmicos

1 - Sobre o grupo:

- a) Está em que ano da graduação? Participou de alguma gestão anterior no Centro Acadêmico?
- b) Qual a função que você realiza no grupo?
- c) Porque você se interessou em fazer parte do Centro Acadêmico?
- d) Qual é o papel do Centro Acadêmico?
- e) Como este grupo de Centro Acadêmico está organizado? Há hierarquia?
- f) As ações do grupo são orientadas por algum (s) princípio (s)? Qual (s)?
- g) Quais as atividades que o grupo realiza?
- h) Vocês levantam alguma reivindicação no momento? Qual?
- i) Há algum tipo de assunto que é priorizado nas discussões realizadas pelo grupo?
- j) O grupo enfrenta algum tipo de dificuldade? Se sim, quais?
- k) Alguém no grupo participa de algum partido político? Qual?
- l) O grupo segue o estatuto do CA? Por quê?

2 - Sobre a compreensão da condição ilícita da maconha e seus desdobramentos:

- a) O que você sabe sobre maconha?
- b) Após o ingresso na universidade, houve mudança da sua concepção referente a maconha e seus usuários? Se sim, qual? Por quê?
- c) Seu consumo proporciona algum tipo de risco?
- d) Como entende a criminalização da maconha?
- e) Qual sua posição sobre o caráter ilegal da venda e do consumo?
- f) Conhece alguma punição presente na lei sobre drogas, do Brasil? Se sim, o que sabe sobre elas?
- g) A condição de ilícita da maconha é válida para conter o consumo? Por quê?
- h) Você consegue projetar a possibilidade da legalização no Brasil? Em quais condições isso poderia ocorrer no País? Explique.
- i) Por quais meios você têm mais acesso às informações relacionadas à planta?
- j) O uso ilegal de substâncias acarreta algum tipo de dano à sociedade?

3- A compreensão do grupo sobre seu papel na discussão do status ilícito da maconha:

- a) Percebe o consumo da maconha em algumas práticas culturais universitárias? Se sim, em quais momentos ele ocorre?
- b) Pesquisas recentes indicam que a maconha é o psicoativo ilícito mais usado entre universitários. Você concorda com a afirmação? Por que?
- c) Você percebe alguma mudança no cotidiano universitário dos usuários devido ao consumo da maconha?
- d) Há, ou já houve, algum tipo de discussão entre o grupo a respeito do uso de maconha? Por quê?
- e) Há algum tipo de repressão ou outro tipo de intervenção ao uso de maconha no circuito universitário?

- f) Existe algum diálogo entre o grupo e funcionários, assim como com a diretoria da unidade sobre o uso? Por quê?
- g) No seu entendimento, o CA possui algum papel referente a discussão das questões envolvendo o consumo ilícito da maconha na universidade e fora dela?
- h) Quais conseqüências que essas discussões, se iniciadas na universidade pelos próprios jovens, poderiam acarretar à sociedade?